

Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Museu Nacional  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**A CASA A RODAR:  
PROJETOS E PIONEIRISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL**

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

2015

A CASA A RODAR:  
PROJETOS E PIONEIRISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientador: Moacir Soares Gracindo Palmeira

Coorientadora: Ana Carneiro Cerqueira

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2015

# A CASA A RODAR: PROJETOS E PIONEIRISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Moacir Gracindo Soares Palmeira (orientador)

Ana Carneiro Cerqueira (co-orientadora)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Aprovada por:

---

Presidente: Prof. Dr. Moacir Gracindo Soares Palmeira  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

---

Prof. Dr. John Cunha Comerford  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Carneiro Cerqueira  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Marisa Barbosa Araújo  
Instituto de Antropologia/Universidade Federal de Roraima – UFRR

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Leonilde Servolo de Medeiros  
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

---

Profa. Dra. Ana Claudia Duarte Rocha Marques  
Departamento de Antropologia/Universidade de São Paulo – USP

---

Prof. Dr. José Sérgio Leite Lopes  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ  
(suplente)

---

Prof. Dr. Marcos Otávio Bezerra  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal Fluminense – UFF  
(suplente)

## RESUMO

### A CASA A RODAR: PROJETOS E PIONEIRISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Moacir Gracindo Soares Palmeira (orientador)

Ana Carneiro Cerqueira (co-orientadora)

Resumo da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

O objeto de estudo desta tese é a dinâmica familiar de ocupação de dois projetos de assentamento dirigidos (PADs) que fizeram parte do processo de colonização da região da Amazônia Ocidental. Eles são denominados Marechal Dutra e Burareiro e foram criados, respectivamente, nos anos de 1974 e de 1978 numa área que hoje faz parte do estado de Rondônia. São assim o ponto de partida para observar como as noções de “família” e “terra” descrevem não somente esta história de colonização, mas também um modo de existência próprio dos chamados “pioneiros” e de suas famílias. Este modo está profundamente articulado ao movimento, o que foi caracterizado como a experiência de colocar a “casa a rodar”. O pioneirismo é visto como uma forma de enquadramento social, na qual a busca pelo “novo” é um elemento constitutivo da vida das famílias, tendo sentidos distintos. O uso do termo “esparramar” é bastante significativo, já que denota que o momento de separação é constitutivo da união na família. O espaço é continuamente reconfigurado por novos grupos familiares que vão sendo formados, dando novos contornos a terra, porém permanecendo a família de origem como referência.

Palavras-chave: Antropologia rural; Pioneirismo; Colonização; Estudos camponeses; Rondônia.

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2015

## ABSTRACT

### A CASA A RODAR: PROJETOS E PIONEIRISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Manuela Souza Siqueira Cordeiro

Moacir Gracindo Soares Palmeira (orientador)

Ana Carneiro Cerqueira (co-orientadora)

*Abstract* da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Antropologia.

The study object of this thesis is the family dynamics of occupation of two directed settlement projects (PADs) that were part of the colonization process of the Western Amazon region. They are named Marechal Dutra and Burareiro and were created respectively in 1974 and 1978 in an area that is now part of the state of Rondônia. Therefore, they are the starting point to analyze how the concepts of “family” and “land” not only describe this history of colonization, but also the own mode of existence of so-called “pioneers” and their families. In addition, it is deeply articulated with the movement, which was characterized by a pioneer as the experience of putting the “household on wheels”. The pioneering spirit is seen as a form of social framework in which the search for the “new” is a constitutive element of family life, having distinct senses. The use of the term “to spread” is quite significant, since it denotes the moment of separation as constitutive of the unity in the family. Thus, space is continuously reconfigured for new family groups that are being formed, giving new shape to land, but remaining the origin family as a reference.

Keywords: Rural Anthropology, Pioneers, Colonization; Peasant Studies; Rondônia.

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2015

Dedico este trabalho ao meu querido avô **Edmundo Siqueira**, por ser o pioneiro que infelizmente não tive a oportunidade de conhecer. Suas histórias revelam a coragem de um aventureiro e lutador da terra, sempre tendo a determinação de colocar a “casa a rodar”.

## Agradecimentos

Primeiro, quero agradecer sinceramente a todos que tenho o prazer e a honra de chamar de família em Rondônia. A Lara Cioffi, a Mana querida, por ter me recebido em sua casa, pouquíssimo tempo depois de ser apenas “a professora Manuela”. Sem ela, esse trabalho não teria sido possível e não teria significado também o início de uma amizade tão sincera, generosa e extremamente importante em minha vida. Agradeço ter aberto a sua casa, suas histórias, suas opiniões, seus conselhos, os rumos indicados e tudo o mais que me confiou. Também agradeço a Giulia, minha querida afilhada, que tem minha grande admiração por ser guerreira e destemida; Larissinha, por muitas “dancinhas da vitória” e todo o seu carinho especial; e George, por me permitir “invadir” a sua casa e ser recebida com um sentimento de acolhimento. A dona Lu por me receber sempre com tanta graciosidade e hospitalidade, dividindo refeições, sorrisos e memórias, assim como seu Chico. A Joca agradeço ter aberto a sua casa, a *case* das modas de viola, ter me recebido e me tratado como irmã. A Layane eu agradeço todo o cuidado e a receptividade constante, fazendo sempre com que me sentisse em casa. E ao seu João, como não poderia deixar de ser, agradeço imensamente ter podido ouvir sobre seus sonhos (passados e presentes) e suas inúmeras conquistas.

A seu Pedrinho de Oliveira e dona Assunção, deixo registrada a minha profunda admiração por serem um casal que, sem dúvida, não teve medo de colocar a casa a rodar, os sonhos a andar, a vida a mudar. Agradeço a recepção sempre calorosa e a disponibilidade de Kátia, e aos queridos Giovanna e João Pedro, este que quero conhecer em breve.

A todos os pioneiros e as pioneiras de Ariquemes e Alto Paraíso, por sua história de conquista e de luta, fico honrada de ter ouvido memórias tão impactantes e inspiradoras a ponto de saber que não conseguirei nunca colocá-las com toda a sua dimensão no papel.

Também agradeço às queridas amigas do campo, Diana Pellegrini, Gedeli Ferrazzo e Lilian Urnau, nos desabafos sobre os trabalhos, nos nossos eventos oficiais (e oficiosos) para conversar sobre a pesquisa e o cotidiano.



Caro professor Moacir, meus mais sinceros agradecimentos. Desde o seu aceite ao meu grande desafio de cursar “Sociedades Camponesas” no Museu Nacional, quando ainda estava no mestrado do CPDA/UFRRJ, até as últimas conversas sobre a tese por skype. Agradeço a sua gentileza, a sua abertura para o debate de ideias e o seu encaminhamento nas questões acadêmicas que me ajudaram imensamente, ajuda que foi da escolha dos cursos do doutorado até a experiência recente de ser professora no magistério superior. Levo comigo o exemplo de um profissional da área que tenho como referência não só acadêmica, mas também de generosidade no trato pessoal.

À professora Ana Carneiro, agradeço o aceite de ser minha co-orientadora. No decorrer desse tempo em que convivemos mais estreitamente, fui extremamente grata pelos seus adjetivos potentes, sua leitura cuidadosa e os sorrisos compartilhados. A todos os membros da banca, a minha extrema felicidade de terem podido fazer parte desse momento em minha jornada acadêmica. Agradeço ao professor John Comerford, que me encaminhou para a antropologia, aprimorou o meu gosto de ouvir e escrever sobre o outro e próximo dele. À professora Adriana Vianna, pelo prazer de ter cursado uma disciplina sua com a intensa troca de ideias, o convívio nas reuniões de antropologia da ABA em seu grupo de trabalho e os seus aconselhamentos acadêmicos e diários certos. Obrigada à professora Leonilde Medeiros, por quem nutro profunda admiração por sua competência e seu papel fundamental em minha formação. Também agradeço à professora Ana Claudia Marques por sua gentileza em participar de minha banca. À professora Marisa Araújo, minha colega de departamento que, em menos de um ano de convivência, já pensamos e executamos tantos projetos e estudos. Também agradeço aos professores José Sérgio Leite Lopes e Marcos Otávio Bezerra por terem gentilmente aceito o convite de serem suplentes em minha banca de doutorado.

Gostaria muito de agradecer a outros professores que foram, e continuam sendo, fundamentais na minha formação. Ao professor Marcos Pedlowski (UENF), presença constante, direta ou indiretamente, desde a graduação, apresentando-me os caminhos para Rondônia. À professora Adelia Miglievich (UFES) por ser uma fonte de inspiração ao falar de temas pertinentes para a vida acadêmica, bem como da vida fora da academia, de forma séria e cândida ao mesmo tempo. Ao professor Jack Meek (University of La Verne) por ter tido a oportunidade de conviver com suas ideias, o que me fez crescer

profissionalmente. À professora Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ) por ser uma referência para mim, deixando a janela sempre aberta para a troca. Agradeço à professora Regina Bruno (CPDA/UFRRJ), a quem admiro, desejando que o tempo apenas estreite os nossos contatos. À professora Mariza Peirano (UnB) agradeço a oportunidade de ter feito talvez o curso mais instigante da pós-graduação, bem como todos os contatos posteriores, que revelaram uma generosidade nada comum no meio acadêmico. Ao professor Antônio Carlos de Souza Lima (PPGAS/Museu Nacional), eu expressei a minha admiração por sua seriedade e suas posições firmes, além da minha felicidade pessoal de ter sido aprovada em uma de suas disciplinas. Ao professor Luiz Fernando Dias Duarte (PPGAS/Museu Nacional), também expressei minha admiração por suas aulas fascinantes, nos oferecendo um panorama singular da antropologia. À Aparecida Vilaça (PPGAS/Museu Nacional) agradeço por me fazer conhecer um pouco do mundo da etnologia de uma maneira tão acolhedora.

Ao meu companheiro de vida, meu confidente, meu melhor amigo, meu cúmplice Bernard, eu agradeço todo esse longo, tortuoso e delicioso caminho. O amadurecimento pessoal (e acadêmico), juntos, em uma vida compartilhada há seis anos e que atravessou dissertação, tese e muitos quilômetros de jornada. Por você ter me levantado nas piores horas, por me desafiar constantemente com suas argumentações incisivas, por me cuidar com todo o seu afeto e ter feito com que descobrisse o que é esse amor que tanto se canta e tanto se escreve, eu te agradeço.

Agradeço também aos meus sogros queridíssimos Rita e Celso, além de meus cunhados Guilherme, Vinicius e Thasylla, por amenizarem os momentos de tristeza, por me receberem com muita alegria, por serem um porto seguro para ouvir e ajudar nas mudanças materiais e imateriais dessa vida.

À minha família linda, eu agradeço com muito amor. À minha princesa e irmã Izabella, que segue sendo a razão da minha vida, agradeço pelas palavras certas quando precisei, pelo bom humor constante que irradia a quilômetros de distância e por acreditar mais em mim do que eu mesma. À minha mãe Izaura, por ficar pacientemente ao meu lado nos momentos de sofrimento, falando nos olhos que tudo iria passar. Ao meu pai Celso, por

ter me mostrado a sua devoção à vida e à felicidade diária. Os meus pais são a minha grande fortaleza emocional, eles me mostram que posso falhar, sem medo.

Aos amigos queridos que nunca faltaram. A Aline Lopes que sempre me recebeu em sua casa, em seu coração, nas minhas divagações. Além disso, um agradecimento mais que especial por ter ajudado essa pessoa que mora longe a conseguir imprimir e enviar as teses. A Lucas Maia, meu irmão, mesmo longe, com a certeza de receber o mesmo carinho e a mesma sinceridade em todos os encontros. A Ju Latini por ter me enviado toda essa força e essa luz que só ela tem. A Virgílio Pereira pela presença constante, por me segurar no momento de desespero, os risos nos momentos de alegria e por cuidar sempre de mim. A Paulinha Sá pela amizade tão querida e também cuidadosa, sempre fazendo questão de me ver quando estava por perto. Ao amigo Serginho Botton, por todas as confidências, as risadas nas noites do Rio e as conversas em código. Ao Felipe Comunello por sua amizade sincera que atravessa os anos, e a felicidade de ter participado de momentos tão alegres em sua vida, ao lado da querida amiga Lorena Fleury. A Marcelo Castañeda pela lembrança dos divertidos “embates” acadêmicos, minha admiração por seu otimismo e vigilância diante dos fatos cotidianos. Ao Marcos Carvalho por todas as conversas sérias e divertidas, pela cumplicidade querida que dura até hoje. Ao Rapha Bispo, minha admiração pelo enorme carinho com que nutre nossa amizade. Ao queridíssimo Guillermo Sanabria pelas opiniões incisivas, pelas risadas sonoras e pela acolhida de sempre. A Paula Lacerda eu agradeço a sua generosidade desde que entrei no Museu, tendo sido uma pessoa fundamental para que eu perseguisse esse sonho e conseguisse alcançar outros, como ser professora. A Ariana Rumstain, fico feliz de poder ter tido momentos de troca acadêmica e conversas sobre o cotidiano, sempre com muito bom humor e graciosidade. Agradeço também a Mari Alves que, mesmo distante, continua sempre presente em minha vida. À querida Camila Daniel pelo incentivo e a felicidade que compartilhou ao saber sobre a minha mudança, pela sua ajuda indispensável com os contatos e sua grande afetuosidade. A todos amigos e aos colegas de ano e de outros anos no Museu, em especial a Clark Mangabeira, Katiane Silva, Carol Nogueira, Hélio Sá, Thiago Oliveira, Guilherme de Figueiredo, Aline Magalhães, Kleyton Rattes, Suzane Vieira, agradeço a troca fecunda nos espaços acadêmicos e descontraída fora deles.

Sou extremamente feliz por ser professora do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima (INAN/UFRR). Quero agradecer com todo o meu carinho a todos os meus alunos e alunas que me receberam nessa terra com tanta receptividade, respeito e novidades. Aproveito para dizer que a expressão adverbial de tempo “depois da tese” ou a incessante recorrência de “porque na tese que escrevo” finalmente acabou. Prometo usar muito menos a palavra tese em sala de aula, nos grupos de pesquisa, nas reuniões de orientação, nos encontros de congresso, a não ser que seja para me referir a teses de mestrado e doutorado que queiram escrever ou a referências bibliográficas. Obrigada por me mostrarem o grande prazer profissional que é o contato e o compartilhamento de ideias na sala de aula. Aproveito para agradecer a todos os companheiros de departamento, especialmente a amizade carinhosa de Madiana Almeida, Marisa Araújo (novamente), a recepção de Marcos Pellegrini e também de Elaine Moreira.

Àqueles que sempre torceram por mim, Aninha, tio João, tia Cláudia, vó Irene e Amandinha, Goinha e Marcinho, fico extremamente grata. A minha tia Rosana, meus primos Flora e Filipe por sempre me acolherem no Rio, minhas saudades e meus sinceros agradecimentos pelo carinho. A todos os primos e primas que não vejo faz tempo, aos casamentos que perdi, aos bebês que não conheço, filhos dos primos queridos, a certeza de que próxima visita a Campos será para visitar todos que amo muito e que [a falta de] tempo me impediu de participar de momentos tão importantes.

Durante esse período de doutorado, convivi com pessoas marcantes na minha vida e não poderia deixar de agradecer-lhes: Dani Lotti, eu fico muito feliz de ter sonhado junto com você e ter dividido impressões sobre a vida, obrigada pelo carinho! Mari Magalhães, agradeço todas as nossas conversas sérias e “para matar o tempo”, os nossos almoços hiper saudáveis com abóbora cabocha e os nossos planos pro futuro. Querida Helô Kavinski, que me aguentou por bastante tempo, fico muito feliz de ter dividido com você um período intenso e inesquecível e por constatar que a amizade continua a mesma.

Aos amigos queridos da terra nova, muito obrigada! Raquel Ferreira, o meu “anjo” em terras roraimenses, agradeço a forma como me recebeu em sua casa e como me ajudou a construir a nova vida por aqui. A você e a Michel, muito obrigada. France querida, nossos

caminhos se cruzaram antes mesmo de vir para Roraima, fico extremamente feliz de ter tido a oportunidade de compartilhar momentos de alegria com você, com seu sorriso largo e especial. Iana Vasconcelos, obrigada pela amizade sólida e por me mandar “arrochar” quando era necessário. Rô Tartari, obrigada pelas palavras sempre belas, por suas histórias de vida e pelo otimismo de viver, aprendo muito com você.

Também faço um agradecimento muito especial a Carla, que foi funcionária da biblioteca do PPGAS/Museu Nacional, por sua acolhida de sempre e a ajuda indispensável, assim como a todos e todas que trabalham hoje na biblioteca do Museu. Agradeço também a Drica, funcionária da secretaria, que quando soube que pediria prorrogação de defesa, se espantou tão sinceramente. Mas principalmente por ter me aguentado com todas as minhas dúvidas, questionamentos, e-mails e telefonemas insistentes. Agradeço sinceramente a ela e a todos e todas que trabalham e trabalharam na secretaria do Museu Nacional.

Agradeço a revisão cuidadosa, extremamente gentil, a única calmaria na reta final da tese, realizada por Malu Resende, muitíssimo obrigada!

Ao PPGAS/Museu Nacional e ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa de campo, indispensável para este trabalho, bem como a oportunidade de apresentar artigos preliminares sobre a tese em vários congressos e encontros nacionais. À FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro), pelo financiamento da revisão da tese.

## **Lista de Quadros e Figuras**

Figura 01. Mapa do estado de Rondônia.....	04
Figura 02. Mapa de Ariquemes elaborado por seu João Cioffi.....	36
Figura 03. Quadro com informações sobre as famílias pioneiras.....	56

## **Lista de Siglas**

ACAP – Associação de Cafeicultores de Alto Paraíso  
ASTER – Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural  
BASA – Banco da Amazônia  
BERON – Banco de Rondônia  
BNH – Banco Nacional de Habitação  
CEPLAC – Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
CIRA – Cooperativa Integral de Reforma Agrária  
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CODARON – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia  
COHAB/ RO – Companhia de Habitação do Estado de Rondônia  
DER/ RO – Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia  
EMATER/ RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
FUNAI – Fundação Nacional de Apoio ao Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
NUAR – Núcleo Urbano de Apoio Rural  
PAD – Projeto de Assentamento Dirigido  
PIC – Projeto Integrado de Colonização  
PIN – Programa de Integração Nacional  
PLANAFLORO – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia  
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras  
SEAGRI/ RO – Secretaria de Agricultura de Rondônia  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas  
STR/ Alto Paraíso – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alto Paraíso  
SUCAM – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública  
UNIR – Universidade Federal de Rondônia  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

### A CASA A RODAR: PROJETOS E PIONEIRISMO NA AMAZÔNIA OCIDENTAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I – O INCRA ERA O ESTADO</b> .....	<b>13</b>
1.1 Marechais e burareiros .....	14
1.2 De floresta a terra .....	19
1.3 Quadrados burros .....	24
1.4 “Histórias do início” .....	33
<b>CAPÍTULO II – MOVIMENTOS DE FAMÍLIA</b> .....	<b>45</b>
2.1 Primeiro movimento – Vir e ver as terras para se esparramar .....	56
2.2 Segundo movimento - A travessia da casa a rodar .....	71
2.3 Terceiro movimento – A abertura do lote .....	79
2.4 Quarto movimento – Formar o lote e formar o filho.....	97
<b>CAPÍTULO III – PIONEIRISMO E RECONHECIMENTO</b> .....	<b>122</b>
3.1 O pioneiro, o fundador e o veterano.....	124
3.2 O novo, as dificuldades e os movimentos .....	131
3.3 O sofrimento e seus tempos .....	141
3.4 Tempo de Rondônia .....	154
3.5 Outros pioneiros .....	159
<b>CAPÍTULO IV – O DIÁRIO DE UM PIONEIRO</b> .....	<b>167</b>
4.1 Abertura do lote e trabalho na terra.....	169
4.2 Os sofrimentos.....	175
4.3 A oportunidade e a aventura.....	177
4.4 Pioneiros e desbravadores .....	180
4.5 Vocabulário nativo .....	184
<b>PERSPECTIVAS FINAIS</b> .....	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>203</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>210</b>



## INTRODUÇÃO

Esta tese trata do processo de ocupação de dois projetos de assentamento dirigidos (PADs), localizados na região da Amazônia Ocidental, mais especificamente na porção nordeste do estado de Rondônia, criados nos anos de 1974 e de 1978. Os projetos serão abordados a partir do relato das trajetórias familiares de onze “pioneiros”<sup>1</sup> entrevistados por mim. Trata-se do processo por meio do qual as famílias ocuparam os PADs Burareiro e Marechal Dutra, ambos localizados no município de Ariquemes quando foram criados, durante o período do governo militar. Serão assim o ponto de partida para observar as noções de “família” e “terra”, que falam não só desta história de colonização, como também de um modo de existência próprio dos chamados “pioneiros” e de suas famílias – modo que, como veremos, está profundamente articulado à experiência do movimento. Os relatos dessas onze famílias foram escolhidos a partir do “pioneiro” João Cioffi, uma vez que fui recebida na casa de sua filha Lara e juntos elaboraram uma lista de outras famílias “pioneiras”, que estavam “desde o início”, com as quais poderia conversar. A partir das famílias apresentadas, selecionei aquelas que poderiam iluminar diferentes indagações da pesquisa, conforme será explicado em detalhe no próximo capítulo.

O objetivo do trabalho é compreender a dinâmica familiar que se mantém por meio dos deslocamentos ao longo de gerações, o porquê de as famílias se deslocarem até Rondônia e como organizavam, cada uma delas, o próprio projeto. A complexidade da noção de família está ligada ao movimento. No município de Ouro Preto d’Oeste foi criado o primeiro projeto de colonização no território de Rondônia, o Projeto Integrado de Assentamento (PIC) Ouro Preto d’Oeste, sendo a responsabilidade pela implementação inteiramente do governo federal, no caso o Incra. Os PADs faziam parte da iniciativa do PIN – Programa de Integração Nacional e do Proterra – Programa e Redistribuição de Terras. O principal incentivo ao plantio no PAD Burareiro era a lavoura de cacau, enquanto no PAD Marechal Dutra plantava-se principalmente café. As terras tinham tamanhos diferenciados – 250 hectares<sup>2</sup> no caso do PAD Burareiro e 100 hectares no Marechal Dutra, além de um processo seletivo das famílias também distinto.

---

<sup>1</sup> O uso de aspas ao longo do texto se refere principalmente aos termos nativos, bem como a expressões analíticas.

<sup>2</sup> As medidas dos lotes organizados pelo Incra podem ser expressas tanto em hectares como em alqueires. Um alqueire caracterizado como “paulista”, medida utilizada nesses assentamentos, corresponde 2,42 hectares. Portanto, 42 alqueires correspondiam a 108 hectares, que era a medida aproximada de um lote do

Alto Paraíso surgiu como um Núcleo de Apoio Urbano (Nuar) de Ariquemes, tornando-se depois um dos 11 municípios<sup>3</sup> em que a área do antigo município de Ariquemes foi subdividida. Os municípios de Ariquemes e Alto Paraíso distam cerca de 60 quilômetros entre si. Atualmente, em Alto Paraíso, estão localizadas somente terras do PAD Marechal Dutra. Nota-se que o perfil das cidades de Ariquemes e Alto Paraíso é diferenciado, sendo a primeira predominantemente urbana e a segunda tendo maior permanência de famílias no espaço rural. A escolha das famílias se deu a partir de uma conversa com seu João Cioffi, que me apresentou uma lista de “pioneiros”, em sua maioria burareiros, com exceção de seu Adalberto Martini, um marechal, que me foi apresentado por ser um amigo da família Cioffi. Esse conjunto de famílias que foram apresentadas é reconhecido socialmente como “pioneiros”. Com os burareiros, tive um contato mais denso e a continuidade das conversas.

Quanto aos marechais, fui apresentada por Ítalo<sup>4</sup>, meu principal interlocutor, contato repassado por um representante da prefeitura de Ariquemes, aos “companheiros da linha<sup>5</sup> C-85”, da qual o seu próprio pai faz parte. Burareiro e marechal designam tanto os ocupantes desses projetos de assentamento quanto os lotes localizados nos mesmos. É preciso mencionar que há uma diferença entre os burareiros e os marechais, reconhecida por eles próprios. Os marechais e os burareiros assumiram as denominações utilizadas pelo Incra para se diferenciarem. Neste sentido, pode-se afirmar que foi criado um “senso de honra” (cf. Bourdieu, 1972) que enquadra os bons trabalhadores de acordo com a imagem local, isto é, que passaram pelo mesmo sofrimento para a conquista de suas terras próprias.

Os marechais em geral vivem no lote, o que não ocorre com os burareiros, que usualmente moram na cidade. O único marechal entrevistado que mora na cidade, mas “vive na roça”, isto é, está sempre em seu lote, é seu Adalberto. Os lotes dos marechais que vivem nos lotes são divididos entre as famílias que vão sendo formadas, ou há a

---

PAD Marechal Dutra. Ressalto que, conforme explicado por funcionários do Incra e atestando pelas famílias ocupantes, as medidas dos lotes não eram exatas, com pequenas variações de um lote para o outro.

<sup>3</sup> Ariquemes foi fundada em 21 de novembro de 1977. Em fevereiro de 1992, foram emancipados 11 municípios que faziam parte da primeira configuração do município de Ariquemes, dentre eles Alto Paraíso. Está localizado ao norte da atual cidade de Ariquemes.

<sup>4</sup> Os nomes utilizados na tese foram alterados para pseudônimos, de forma a preservar o anonimato dos entrevistados, com exceção da família Cioffi e da família Oliveira.

<sup>5</sup> As linhas eram subdivisões nos dois assentamentos a cada 5 quilômetros, e os travessões – subdivisões de forma transversal às linhas – a cada 40 quilômetros.

“formação” de outro lote para o filho casado. Eles ainda plantam café, mas, em sua maioria, costumam viver da produção da pecuária leiteira e, em alguns casos, da venda de seus produtos na feira. Há uma produção no terreiro para o consumo das famílias, além de árvores frutíferas. Os marechais que entrevistei em Alto Paraíso são praticamente vizinhos, já que moram na mesma linha. Eles vivem hoje principalmente da aposentadoria rural que recebem, permanecendo na casa principal o “pioneiro” e sua esposa, por ali parando eventualmente filhos e netos.

No início da colonização, vários marechais tiveram que trabalhar para os burareiros, uma vez que geralmente possuíam maior dificuldade em estabelecer uma reserva de capital para a ida a Rondônia. Portanto, precisavam trabalhar para ter condições de aguardar a “abertura do lote”. Por isso também contavam com maior companheirismo entre aqueles que abriam as terras, uma vez que as áreas do PAD Marechal Dutra eram mais longe do centro urbano incipiente de Ariquemes e os marechais usualmente não contavam com recursos para contratar mão de obra. Além das famílias, foram realizadas entrevistas com representantes da Emater de Alto Paraíso e de Ariquemes, associações de produtores, ex-prefeito de Alto Paraíso e o atual prefeito de Ariquemes, membros do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e participantes da feira de produtores em Alto Paraíso. Segue um mapa do estado de Rondônia, onde podem ser localizados os municípios mencionados acima.



observar o processo de gerenciamento do lote em curso, já que os projetos de assentamento em foco tinham mais de 40 anos de implantação.

As atividades de campo começaram em Porto Velho a partir da entrevista com um dos antigos servidores do Incra que trabalharam na época da colonização, seu Clodomir<sup>6</sup>, que foi um dos contatos repassados ainda quando estive em Brasília. Seu Clodomir mencionou que no primeiro projeto de colonização criado em Rondônia, localizado em Ouro Preto d'Oeste, eu teria menos probabilidade de encontrar os parceleiros que sabem a história “do início”. Ele foi um interlocutor importante para a escolha da localidade onde minha pesquisa seria realizada, ainda que não fosse Ouro Preto, e também me apresentou a outros contatos do Incra. Com o desenvolvimento do trabalho de campo, pude me aproximar de forma mais detalhada e atenta daquilo que era contado pelas famílias, levando em consideração o uso de termos específicos para falar da decisão de mudança para Rondônia, do processo de ocupação dos lotes e de como haviam organizado o futuro dos filhos, tendo como meio de consecução as terras da família. A decisão de vir para Rondônia, o momento de “abertura das terras” e a decisão sobre o futuro dos filhos eram elementos que faziam parte da explicação do projeto de família, mas não esgotavam a descrição. As entrevistas mostram uma temporalidade marcada por esses momentos, mas remetem também a um tempo anterior e a um futuro projetado.

Em uma das entrevistas concedidas a mim por um “pioneiro” denominado Abel Zanella, a expressão “a casa a rodar” foi utilizada para fazer referência à “mistura de gente” que se deslocava nos “paus de arara”, isto é, os familiares, as ferramentas e até mesmo pequenas criações para chegarem às terras que seriam “abertas” na Amazônia, destinadas à produção agropecuária, principalmente café e cacau. A expressão “mistura de gente” refere-se ao momento do deslocamento, quando não havia uma diferenciação de gênero nem de geração na acomodação das pessoas no espaço do “pau de arara”, tal qual uma casa provisória. A “casa a rodar” diz respeito ao movimento no qual as famílias de “pioneiros” se engajaram diversas vezes, e em função qual iniciaram “a construção do novo” em Rondônia. A “casa a rodar” corresponde a um movimento que dá sentido ao pioneirismo, a “busca do novo”, sendo um projeto familiar participar dessa construção.

---

<sup>6</sup> Os nomes dos atuais e dos antigos funcionários dos órgãos federais foram alterados nesta tese, de forma a preservar o anonimato dos entrevistados.

Ao longo da tese, elaboro como a “casa a rodar” explica um modo de existência das famílias de “pioneiros” entrevistadas. O pioneirismo e os projetos de colonização são assim o ponto de partida para se pensar a imagem da “casa a rodar”. O pioneirismo é uma ideia importante nas elaborações das famílias de colonos sobre sua “luta” por “terra”, articulando-a a uma concepção particular de família. Portanto, as noções de “família” e “terra” entram como elementos-chave para a análise, apontando para uma dinâmica familiar específica, na qual o movimento, “a busca pelo novo”, é constitutiva e não uma simples resposta ao programa de colonização. A imagem da “casa a rodar” remete-nos a um certo modo de vida. O movimento é entendido aqui como uma forma de fazer conexão, e não como uma causa de ruptura.

Observo uma linha argumentativa comum às famílias “pioneiras” que entrevistei, argumentações formuladas quando reagiam às minhas perguntas sobre sua vinda para os PADs em Rondônia. Noto que existem similaridades tanto na forma do contar quanto naquilo que é selecionado para a apresentação. O mesmo vale para os funcionários do Incra que participaram do processo de colonização, que também foram entrevistados nessa pesquisa. Demonstro, ao longo da tese, como a terra pode ser concebida como um “vazio demográfico” a ser “cortada” pelos programas de política pública; sendo que ela também pode ser a terra de origem, a terra onde se morou, a terra natal, a terra que se herda, que se compra.

Assim, o termo “terra” articula significados diversos – tem a ver com um movimento familiar que se define pela história familiar, e a família se define por movimentos na terra. O termo também alude à propriedade da terra, adquirida por meio da seleção na política de colonização ou posterior compra; ou mesmo a “terra natal”, isto é, a terra própria ou de outrem na qual se trabalhava antes do deslocamento para Rondônia. Algumas terras possuem diferentes denominações. O terreno da cidade, que foi doado pela administração local quando chegaram a Ariquemes, recebe o nome de data. As terras que são subdivisões dos lotes são chamadas de “chácaras” e estão localizadas principalmente ao redor do município de Ariquemes. O dono de uma terra pode ser chamado pelas denominações recebidas pelo Incra, isto é, burareiro ou marechal; é comum também que sejam referidos como parceiros, principalmente pelos funcionários do governo, ou apenas proprietários, nas conversas e nas entrevistas realizadas com as famílias.

Neste sentido, a noção de “terra” se conecta com a noção de “família”. O termo “esparramar” é, portanto, bastante eloquente. O “esparramar” não se opõe à separação, mas mostra como a separação é constitutiva da união, o espaço sendo continuamente reconfigurado à medida que novos núcleos familiares vão sendo formados, dando novos contornos a terra e à família. O termo pioneirismo, por sua vez, define uma geração determinada nesse contínuo processo de se “esparramar” ao longo dos tempos. Há, por outro lado, uma identificação das novas gerações com a ideia de “pioneiro”, de certa forma herdada, transmitida de pai para filho como uma herança a ser considerado em seus atos presentes. Ao refletir sobre as noções nativas de “terra” e “família”, pretendo, portanto, complexificar também a noção de pioneirismo como forma de pertencimento.

O pioneirismo enquanto forma de pertencimento evoca, ao mesmo tempo, um projeto nacional e um traço da família. Ser “pioneiro” ou ser filho ou neto de “pioneiro” marca uma relação particular entre família e terra. “Pioneiro” é aquele que participa da “construção do novo”, colocando a casa a “rodar”, imprimindo a marca pessoal em um projeto mais amplo. O pioneirismo como pertencimento ajuda a tornar esta ideia mais intrincada, o que pode ser acionado de maneiras diferentes, sendo complexo e dinâmico.

Estas questões começaram a ser elaboradas com mais clareza em conversas informais com Lara Cioffi, minha principal interlocutora. Conheci Lara através de Ari Ott, o professor da unidade de antropologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a quem eu havia contatado por email na véspera de minha primeira viagem para Porto Velho. Ao chegar a Ariquemes, com a carona de Ari, fui informada de que ele já havia entrado em contato com uma professora daquele *campus* e que iria me “ciceronear”. Hospedei-me em um hotel, localizado no centro da cidade, e pouco depois recebo o telefonema de Lara Cioffi me convidando para almoçar. Ela foi muito simpática ao me receber e notei o sotaque que não sabia distinguir ser paulista ou paranaense. Penso que esta pequena constatação demonstra que a questão da identidade das “famílias pioneiras” não se resolve facilmente, uma vez que há uma referência tanto ao movimento quanto ao pertencimento a um determinado estado, por exemplo. Foi para ela que formulei pela primeira vez aquilo que gostaria de pesquisar – compreender a história de ocupação das terras em Ariquemes a partir das famílias que chegaram no período da colonização. Ela sorriu e me disse enfaticamente que teria que conversar com noventa por cento da cidade, já que praticamente todas as famílias se deslocaram para Ariquemes naquele período com o objetivo de possuir terra, que eram os “pioneiros”. A formulação sobre o pioneirismo,

no primeiro momento, não era um interesse de pesquisa meu, mas apareceu como uma forma de enquadramento social, formulado pela própria Lara Cioffi, para explicar aqueles que seriam os meus sujeitos de pesquisa. Posteriormente, passei a procurar pelos “pioneiros” da cidade, já que este termo me levava àquelas pessoas e famílias que gostaria de estudar.

A questão do pertencimento associado à noção de pioneirismo surgiu de modo interessante certa noite, conversando com Lara Cioffi em sua casa, na qual mora com suas duas filhas. Naquela noite, como falávamos sobre as histórias “do início”, ela teve a ideia de ligar para o filho do senhor que convidou o seu pai para ir a Rondônia, chamado Rodrigo, para jantar conosco. Tanto o pai dela quanto seu Batista, pai de Rodrigo, já se conheciam do Paraná, onde cursaram o antigo ensino primário juntos e depois trabalharam em cooperativas. Quando foram para Rondônia, houve uma continuidade das relações de amizade, tratando-se como se fossem irmãos e os filhos deles como se fossem primos.

Lara e Rodrigo concordam que a maioria dos filhos dos “pioneiros” queria ir embora de Rondônia, já que quando viajavam para o sul, eles testemunhavam uma estrutura urbana a que não tinham acesso. Nas principais cidades de Rondônia não havia cinema, mesmo a programação da televisão não coincidia com a do resto do país. Rodrigo saiu de Rondônia para cursar o ensino superior, assim como Joca, irmão de Lara. Mas eles comentaram que eram poucos aqueles que queriam sair de Rondônia definitivamente – sair era um processo de descoberta, com a expectativa de um retorno com experiências novas, a realização de um movimento próprio, tal qual suas famílias. No entanto, Lara quis permanecer no estado, porque constatou que todos que foram sofriam muito preconceito, havia discriminação, e isto porque diziam que vinham de Rondônia, mesmo sem serem rondonienses de nascimento. Ela combinou com seu marido que o primeiro filho seria registrado no sul do país, no estado do Paraná. A intenção era que o filho não carregasse o sofrimento de ter nascido no norte.

Podemos perceber que o movimento esteve sempre presente nas histórias familiares, o que nos coloca alguns desafios para pensar a relação entre a “terra” e o pertencimento. No entanto, os filhos dos “pioneiros”, apesar de não terem nascido no estado, carregam a marca de serem rondonienses, mas principalmente os netos. Ser rondoniense é muito distinto de ser “pioneiro”; enquanto o primeiro é alvo de preconceito,



o segundo é motivo de orgulho. Aqueles que chegaram primeiro não são chamados rondonienses, mas sim “pioneiros”, podendo também se autodenominarem rondonienses, se assim quiserem. Desta forma, o pioneirismo tem uma variação de acordo com o tempo, apesar de os filhos, em certo sentido, se considerarem também pioneiros. Este fato está ligado a uma metáfora sobre o movimento presente na família, isto é, a casa está sempre a rodar, o que é reproduzido por eles próprios quando procuram outros lugares para estudar e posteriormente retornar a Rondônia.

A relação entre Lara e Rodrigo, assim como de seu João e Batista era “familiar”, conforme eles definiram, e pode nos ajudar aqui a introduzir um aspecto importante da noção de “família” no contexto pesquisado. O vínculo envolve uma longa história de deslocamentos, atravessando gerações e estados. Os convites para iniciar as cooperativas foram realizados por Batista. Até que ele, em 1978, falou para seu João Cioffi que não “era um convite, mas sim uma intimação” trabalhar na cooperativa do Incra, em Ouro Preto d’Oeste, em Rondônia. Na realidade, disse Lara, havia outra oportunidade de trabalho em Curitiba. No entanto, lá não existia “espaço para sonho” como em Rondônia, tal qual veiculado na propaganda estatal.

Minha história de deslocamento também começava a me trazer vínculos importantes. Certa vez, ao me apresentar para o funcionário da loja de um conhecido da família, foi Lara quem explicou a minha pesquisa e os motivos pelos quais gostaria de conversar com ele. O funcionário me perguntou o porquê de eu estar fazendo esse estudo tão longe da minha casa, se por acaso tinha algum parente em Rondônia. Não era a primeira vez que alguém me perguntava isso, mas expliquei as minhas indagações propostas para o trabalho de campo e que não estava relacionado com nenhum grau de parentesco com alguém em Ariquemes ou mesmo em Rondônia. Nesse momento, Lara me interrompeu e disse que eu tinha parentesco sim, eu era uma Cioffi, já que estava fazendo parte do cotidiano e sendo “como da família”. Complementou dizendo, quando saímos da loja, que sempre que me perguntassem no campo de que família eu era, podia dizer que era “uma Cioffi”. Assim, a família Cioffi virou minha referência para todas as outras, uma forma de Lara estabelecer que eu não era mais uma forasteira naquele lugar. Era uma operação de mapeamento social (cf. Comerford, 2003), importante para outras famílias me localizarem, saberem quem eu era.

A família é uma referência, dependendo do contexto relativo ao sobrenome, isto é, uma referência social de onde você veio, que é mantida mesmo quando há a separação dos membros familiares. Ser filho de “pioneiro”, tal como colocado por Lara e Rodrigo, é uma forma de enquadramento social, distinguindo também os marechais e os burareiros. A família enquanto referência pode ser diferente da família que se “esparrama”. Ser filho de “pioneiro” é um signo importante para que haja o reconhecimento daqueles que são casáveis, que são “um dos nossos” (cf. Woortmann, 1995), tal como aconteceu com Joca, filho de seu João que se casou com Kátia, filha de seu Pedrinho.

Ainda que seja possível a formulação “família pioneira”, o pioneirismo está geralmente ligado à figura do chefe de família que, por tabela, pode ser estendida ao sobrenome. As mulheres, geralmente, não são autorizadas a serem chamadas e a se autodenominarem assim, mas a mãe de Lara, por exemplo, diz considerar-se “pioneira” por ter sido supervisora das escolas nas “linhas”, na época em que chegaram. As donas de casa, que eram maioria, dizem não se reconhecerem como “pioneiras” quando pergunto sobre o assunto.

O sonho costuma ser o de possuir terra, mas esta pode estar localizada em diferentes espaços, o que coincide com o movimento constante e o explica. Mesmo assim, as famílias têm em geral uma relação afetiva com a terra. A formulação “família pioneira” é uma escolha de uso na tese, já que é um termo usado poucas vezes para se referir ao chefe de família e às pessoas relacionadas a ele, o que inclui não só as pessoas da casa, mas também os filhos que já saíram. A família é organizada por meio de diferentes grupos familiares, compostos por aqueles que se “esparramam”, seja para fazerem o reconhecimento das novas terras, seja para buscarem uma terra própria para o seu núcleo familiar<sup>7</sup>.

Mas o ter “família pioneira” é conveniente para a análise aqui presente, e será utilizado em referência às pessoas que moram ou já moraram na casa de um “chefe de família” “pioneiro”. Uma menção à casa onde morei durante boa parte do campo faz-se assim necessária. A casa de Lara Cioffi é o ponto de referência de minha descrição das terras e das famílias entrevistadas. Localiza-se no mesmo terreno em que está a casa de

---

<sup>7</sup> Utilizo a expressão núcleo familiar para designar a formação de um novo grupo a partir do casamento, geralmente um período em que surge a necessidade de buscar uma terra ou data para a família recém-formada. Isto é, marca um momento específico na constituição da família que não perde a referência à família de origem.

sua mãe, porém há a divisão com um muro entre elas. Os três filhos de Lara circulam entre sua casa e a do pai de seus filhos. Na casa de dona Luzia moram seu Chico, seu segundo marido, ela e a filha mais nova Layane, que se formou recentemente em farmácia e se mudou para outra cidade, parando às vezes na casa em Ariquemes.

## **APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS**

O primeiro capítulo apresenta dados oficiais, informações de acesso público para que se entenda como se originaram os Projetos de Assentamentos Dirigidos Burareiro e Marechal Dutra, implementados em Rondônia no período da Ditadura Militar, em meados da década de 1970, quando vieram as famílias de “pioneiros” abordadas nesta tese. Essa apresentação é realizada a partir do emprego de diversas fontes – entrevistas com ex-servidores do Incra, estudos de historiadores, documentos de seleção das famílias que integrarão os projetos de colonização e as “histórias do início” contadas pelos “pioneiros”.

O segundo capítulo organiza momentos no processo de ocupação das terras por meio das trajetórias familiares. Esse processo foi organizado por mim em quatro “movimentos de família” – “vir e ver as terras”; “a travessia da casa a rodar”; a abertura e a espera pelo lote; “formar o lote” e “formar os filhos”. Escolho onze famílias: cinco delas possuíram terra no PAD Burareiro e as outras seis ainda possuem terras no PAD Marechal Dutra. Em primeiro lugar, houve um momento de reconhecimento da terra, denominado “ir e ver as terras”, realizado principalmente por grupos de homens aparentados ou amigos. Posteriormente, houve a organização dos grupos familiares que de fato iriam se deslocar até Rondônia, o que chamo de a “casa a rodar”, seja utilizando o “pau de arara”, ônibus ou carros próprios. O próximo movimento foi a “abertura do lote”, no qual as mulheres geralmente permaneciam no incipiente espaço urbano com seus filhos, aguardando que os maridos “abrissem” os lotes, fosse com a ajuda de outros titulares de terra (principalmente os marechais), fosse contratando mão de obra para tanto, como costumava acontecer no caso dos burareiros. No quarto “movimento de família”, denominado “formar o lote” e “formar os filhos”, o objetivo é demonstrar como as famílias “encaminham” e “formam” os seus filhos, seja por meio da divisão e da permanência no lote, seja utilizando o lote “do início” (ou mesmo outra posse de terra familiar) para que os projetos de futuro dos filhos sejam alcançados. Assim se mantém a dinâmica da “casa a rodar”.

No terceiro capítulo, o principal objetivo é compreender o uso de uma categoria nativa recorrente e de enquadramento social no contexto de pesquisa: pioneirismo. Neste capítulo, continuo fazendo uso dos relatos de conversas com as nove famílias escolhidas. Estabeleço uma diferenciação entre o que significa ser “pioneiro”, diferente da formulação “fundador” ligada especificamente à implantação de um espaço urbano, e ser “veterano”, utilizada em relação à criação de uma associação de produtores. Mostro que a busca pelo “novo” é uma das principais formulações empregadas para justificar ser considerado “pioneiro”. O movimento aparece como algo necessário, principalmente para aquelas famílias que não possuíam terra, não eram consideradas “grandes”, não sendo a primeira vez na história da família ter a necessidade de se “esparramar”. O sofrimento que as famílias passaram no início da colonização é visto como motivo de orgulho, transmutando-se em razão para se considerar “vencedor”. A formulação sobre o “tempo de Rondônia” trata-se de um espaço temporal de permanência neste estado que permite que se autodefinam como rondonienses. Isto será confrontado com as outras naturalidades que assumem, principalmente aquela de origem e a do estado intermediário (geralmente o Paraná), demonstrando que a possível caracterização como rondoniense não fixa as pessoas no território deste estado.

No último capítulo, o intuito é apresentar os relatos do diário de um “pioneiro” ao qual tive acesso no campo. A partir deste diário, retomarei algumas questões abordadas ao longo da tese, bem como evidencio outras que surgiram apenas a partir da análise do material. O diário se apresenta como uma possibilidade de verificar em relato presente algumas indagações de pesquisa que foram respondidas através das memórias de famílias. O material é relevante, pois confirma análises realizadas, mas também suscita outras observações referentes ao campo.

Por fim, apresento algumas perspectivas finais sobre a tese, concentrando-me principalmente nas categorias família e terra.

## CAPÍTULO I – O INCRA ERA O ESTADO

O objetivo deste capítulo é fornecer dados oficiais e diferentes perspectivas sobre a colonização da Amazônia na época da Ditadura Militar, mais especificamente no estado de Rondônia, iniciativa que teve início na década de 1970. Família e terra são minhas principais categorias de análise, já que dão sentido à organização do espaço na colonização. Assim, o capítulo aborda a formação de um espaço influenciado pela política federal de colonização a partir de três diferentes registros. O primeiro deles diz respeito aos estudos realizados na região Amazônica sobre essa política. O segundo apresenta os relatos de funcionários do governo que estiveram na região à época da organização das terras e das famílias nos projetos de assentamento dirigidos. Por último, a apresentação da organização espacial das terras realizada por alguns “pioneiros” que as ocuparam.

Na primeira seção, apresento os assentamentos nos quais a pesquisa foi realizada. Também informo as nomenclaturas utilizadas pelo governo na época, especificamente ligadas aos PADs (Projetos de Assentamento Dirigidos) Burareiro e Marechal Dutra, tendo em vista o “perfil” de seleção das famílias e o tamanho das terras, bem como a sua localização atual nos municípios. Já na segunda seção, tenho como objetivo introduzir brevemente o leitor na história do período de colonização do governo militar na Amazônia. Para tanto, baseio-me na formulação de Barbira-Scazzochio (1980) de que a política de colonização consistiu na transformação da “floresta” em “terra”, abordando ainda os termos “colonização” e “fronteira”. Na terceira seção, faço uso dos relatos dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (Incra) sobre o processo de ocupação de Rondônia e Acre, analisando especificamente suas impressões relacionadas à apropriação e ao uso das terras e à seleção das famílias para os projetos de colonização, tendo como foco Ariquemes, Rondônia.

Na última seção do capítulo, demonstro de que maneira as famílias descrevem o processo de ocupação das terras de Ariquemes a partir de uma forma própria de contar. Verifiquei que essa forma inclui a descrição da participação no processo de colonização, bem como aquilo que existia em Ariquemes assim que chegaram, só depois remeteram-se às trajetórias familiares especificamente. Esse primeiro momento foi uma forma de comprovar a participação no processo de construção da nova cidade, já que descrever espacialmente as terras que ocuparam é parte da justificativa para ser considerado “pioneiro”.

## 1.1 Marechais e burareiros

A dinâmica familiar de ocupação de dois projetos de assentamento dirigidos (PADs) que fizeram parte do processo de colonização, localizados na região da Amazônia Ocidental, são o objeto de estudo da tese. Eles são denominados Burareiro e Marechal Dutra, criados respectivamente nos anos de 1974 e de 1978. Estes dois assentamentos são o ponto de partida da minha análise, uma vez que entrevistei famílias que se deslocaram para esses programas de colonização. Entre as figuras que se mostraram centrais para a minha análise estão os chefes de família, considerados “pioneiros” na região, isto é, responsáveis diretos pela construção daquele novo espaço, orientado pela política pública do governo federal. No entanto, o objeto de estudo extrapola os limites físicos dos assentamentos, já que procuro compreender a dinâmica familiar de ocupação dos projetos e os deslocamentos ao longo das gerações, uma vez que Rondônia não foi o primeiro lugar para onde as famílias se deslocaram.

O PAD Burareiro distribuía lotes de 250 hectares às famílias selecionadas, que deveriam possuir comprovação financeira e de experiência agrícola, enquanto o PAD Marechal Dutra distribuía apenas lotes de 100 hectares, não exigindo a mesma comprovação financeira. As terras do PAD Burareiro eram destinadas principalmente ao plantio de cacau, enquanto nas do PAD Marechal Dutra cultivava-se majoritariamente o café, de acordo com a política de incentivos do governo federal. A BR-364<sup>8</sup>, que atravessa todo o estado de Rondônia, orientou a colonização ao longo da rodovia e, desta forma, as terras de Burareiro e de Marechal Dutra localizadas mais próximas a BR tornaram-se mais valorizadas com o passar do tempo. A estrada federal (BR) pode ser vista como um elemento que tem relação tanto com a organização do espaço quanto com o valor do lote, ligando-se, portanto, aos movimentos na terra e à própria configuração da terra.

No entanto, a política de colonização não foi a primeira forma de ocupação das terras no território onde se localiza o estado de Rondônia. A região de Ariquemes, na qual os dois projetos de assentamentos foram implantados, eram áreas do distrito de Porto Velho desde a criação do Território Federal do Guaporé<sup>9</sup>. Essa região, por sua vez, era o

---

<sup>8</sup> A reconstrução e o asfaltamento da BR-364 de Cuiabá até Porto Velho aumentou o fluxo de deslocamento de pessoas para Rondônia e conseqüentemente o desenfreado desmatamento na área (cf. Fearnside, 1989).

<sup>9</sup> O "Território do Guaporé" foi criado pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Já em 17 de fevereiro de 1956, a área passou a se denominar Território Federal de Rondônia, em homenagem ao Marechal Cândido Pereira da Silva Rondon. O estado de Rondônia foi criado posteriormente, em 1982.

ponto de apoio para a atividade garimpeira da região, principalmente a extração de cassiterita<sup>10</sup>. Portanto, ficam em contradição as análises que consideram a terra “virgem” ou um “vazio demográfico”, uma vez que seringueiros, seringalistas, garimpeiros, populações indígenas e outros sujeitos sociais ocupavam a área de Ariquemes antes mesmo da colonização que teve início na década de 1970.

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Ouro Preto, criado em 1970, foi a primeira experiência de colonização dirigida a ser promovida no território de Rondônia. A área do PIC de Ouro Preto foi responsável pelo assentamento de mais de 5 mil famílias até dezembro de 1982. Originalmente, o projeto foi implementado para assentar 500 famílias em lotes de 100 a 200 hectares, com duas áreas destinadas à reserva florestal, sendo posteriormente ampliada devido ao intenso “fluxo migratório”. Os objetivos dos projetos integrados de colonização (PICs) eram “legitimar”, “disciplinar” e “organizar” a situação fundiária da região, ao passo que os Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs) tinham como meta promover o assentamento de trabalhadores sem-terra nos projetos de colonização implantados ao longo da década de 1970 (Lopes, 1983). Os PADs faziam parte da iniciativa do PIN – Programa de Integração Nacional e do Proterra – Programa e Redistribuição de Terras. De um total de mais de 100 mil famílias assentadas na Amazônia à época dessa política governamental, o estado de Rondônia abarca 56.702 famílias, isto é, mais da metade do contingente assentado, principalmente durante a década de 1970.

As famílias que ocuparam Rondônia eram provenientes principalmente do Centro-Sul do país, em especial do Paraná. Os dois projetos de colonização acima mencionados eram subdivididos em linhas, bem como em travessões. As linhas eram subdivisões a cada 5 quilômetros e os travessões – outras subdivisões, de forma transversal às linhas – a cada 40 quilômetros. As linhas recebiam uma nomenclatura aliando a letra C a um número, enquanto os travessões eram B e o número do quilômetro em que estavam dispostas espacialmente. Os dois assentamentos estavam localizados no município de Ariquemes, no período de sua implantação. Posteriormente, o município de Ariquemes foi subdividido em outros municípios<sup>11</sup>. A partir desse momento, as terras do PAD

---

<sup>10</sup> Rondônia era considerada uma área de intensa presença de cassiterita, representando cerca de 70% das reservas brasileiras conhecidas à época (Oliveira, 1993, p. 38)

<sup>11</sup> Estes são os municípios: Cacaulândia, Rio Crespo, Alto Paraíso, Vale do Anari, Machadinho do Oeste, Montenegro, Campo Novo de Rondônia, Theobroma e uma área reservada ao atual município de Ariquemes.

Marechal Dutra ficaram localizadas no município de Alto Paraíso. Esse município, antes da emancipação em 1992, era um dos Nuar (Núcleo Urbano de Apoio Rural) que existiam na área do município de Ariquemes.

O Incra<sup>12</sup> era responsável pelos 12 programas da metodologia operacional nos PICs nos anos iniciais de implantação, o que incluía distribuição de terra, organização territorial, administração do projeto, assentamento, unidades agrícolas, infraestrutura física, educação, saúde e previdência social, habitação rural, empresa cooperativa, crédito e comercialização. Os PADs diferem dos PICs, uma vez que, no segundo, ficavam a cargo do governo local os seis últimos programas, que são: educação, saúde e previdência social, habitação rural, empresa cooperativa, crédito e comercialização. Essas funções foram articuladas pelos órgãos locais, como a Codaron (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia), que foi desativada em meados de 1980 e suas funções repassadas a outros órgãos locais, tais como Companhia de Habitação do estado de Rondônia (Cohab-RO), Departamento de Estradas de Rodagem de Rondônia (DER-RO), Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri-RO), esta última com grande relevância para o crédito, a comercialização e as organizações cooperativas em torno da atividade agrícola. A criação de novos órgãos públicos significou a possibilidade de maior número de empregos e cargos, o que culminou também na criação de apoio político em nível local.

Havia a ideia difundida de que o “Estado era o INCRA”, mas também outros órgãos federais compunham a organização institucional no estado de Rondônia à época da colonização, sobretudo na área de Ariquemes, eram a Ceplac<sup>13</sup> (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), órgão de atuação importante principalmente no PAD Burareiro. Isto porque o plantio de cacau era um dos principais incentivos do governo para esta área de Rondônia, ou seja, a seleção das unidades familiares beneficiadas visava a um determinado modo de produção. Outro órgão com função destacada, ainda que secundária, no PAD Marechal Dutra, devido ao cultivo específico do café, era o IBC (Instituto Brasileiro do Café). Além disso, a Funai (Fundação Nacional

---

<sup>12</sup> Segundo Ianni (1986, p. 122): “Na prática, o Incra, a Funai, a Sudam e o Basa, entre outros órgãos do governo federal, estaduais, territoriais e municipais, continuaram a servir à criação, expansão ou consolidação dos latifúndios, fazendas e empresas de propriedade de estrangeiros na Amazônia e no país”.

<sup>13</sup> Para estudos especificamente sobre a colonização na Amazônia, cf. Almeida (1992); sobre a colonização em Rondônia e a importância da Ceplac, principalmente no PAD Burareiro, cf. Álvares-Afonso (2008); para uma pesquisa organizada por um ex-funcionário do Incra sobre as ações de colonização do órgão federal no estado, também abrangendo Ariquemes, cf. Oliveira (2010); para uma análise agronômica e socioambiental do perfil de agricultores em Rondônia, entre os anos de 1986 e 1996, cf. Miranda (1998).



do Índio) tinha atuação na área de Ariquemes, uma vez que parte do PAD Burareiro está sobreposta a uma terra indígena<sup>14</sup>. No contexto de Rondônia, a Sucam (Superintendência de Campanhas da Saúde Pública) esteve presente durante o período de colonização, tendo como finalidade, de acordo com a Funasa (Fundação Nacional de Saúde), contribuir para a erradicação e o controle de grandes endemias no Brasil, como a malária, sendo este um grande desafio em toda a área de Ariquemes.

A “ocupação dos vazios demográficos” em Rondônia teve início com a ação da colonizadora privada denominada Calama S.A. que atuava na cidade de Vila Rondônia, atualmente município de Ji-Paraná<sup>15</sup>. Esta colonizadora adquiriu uma grande área de terra pertencente aos seringais em 1968, denominada gleba Pyrineus. O conceito adotado para projeto de colonização pelo Incra é: “a unidade básica das atividades de colonização que se caracteriza por um conjunto de parcelas rurais integradas a uma sede administrativa, serviços técnicos e comunitários”. O termo “ocupar espaços vazios” está conjugado com a “redução de áreas de tensão social”. A conclusão da abertura da antiga BR-29, hoje BR-364, é vista como um dos fatores que influenciaram decisivamente no relacionamento de Rondônia com o Centro-Sul. Esta influência aconteceu pela ligação com as outras regiões do país por meio da rodovia, com a possibilidade de escoamento dos produtos e acesso mais facilitado ao estado por parte dos trabalhadores que não possuíam terras no Centro-Sul.

O PAD Burareiro foi o quinto grande projeto de assentamento criado pelo Incra e o primeiro projeto de assentamento dirigido no Território Federal de Rondônia na década de 1970. O decreto que desapropriou as terras para a criação do assentamento é de 1975, no entanto, a portaria relativa à sua criação é de 1974. Já o PAD Marechal Dutra foi instalado em 1975 e teve a sua criação homologada por uma resolução em 1978. Tanto o PAD Burareiro quanto o Marechal Dutra são casos de desapropriação de terras, uma vez que houve intervenção em áreas privadas para a ação estatal<sup>16</sup>. No PAD Burareiro, o Incra assentou cerca de 1.500 famílias selecionadas para se dedicarem ao cultivo do cacau,

---

<sup>14</sup> Sobre a área de litígio entre parte do PAD Burareiro, somando 131 lotes, sobreposta à terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau e os encaminhamentos judiciais, cf. Kanindé (2005).

<sup>15</sup> O presidente Getúlio Vargas já apresentara ao país a noção de conquista e desbravamento do Oeste brasileiro como forma de integração dessa área ao Estado-nação. Assim, a ocupação dos “espaços vazios” era uma preocupação anterior à colonização da Amazônia (cf. Vargas, 1938).

<sup>16</sup> O decreto nº 75.281, de 23 de janeiro de 1975, trata da desapropriação das terras referentes aos PADs Burareiro e Marechal Dutra.

cujas mudas foram importadas da Bahia, o maior produtor nacional da fruta à época. Apesar de algum desencontro na apresentação das datas de implantação dos assentamentos, é importante mencionar que o PAD Burareiro foi lançado antes do Marechal Dutra. De acordo com Oliveira: “Por isso é que foi criado o PAD Marechal Dutra, para atender a esses excluídos que poderiam, além de trabalhar na formação de seus lotes, prestar serviço aos burareiros nas lavouras de cacau, estas sempre dependentes de muita mão de obra humana” (Oliveira, J. L., 2010, p. 80). A diferenciação estabelecida entre os dois assentamentos foi incentivada pelo Incra.

Por conta da criação do PAD Burareiro e da maciça chegada de trabalhadores de outros estados do país para ocupar as terras, Oliveira (2010) conta que foi realizado um planejamento para orientar a ocupação urbana, direcionando a instalação da cidade, denominada “Ariquemes Nova”, para a outra margem da BR-364, isto é, oposta àquela onde existia o pequeno núcleo populacional denominado “Ariquemes Velha”. Portanto, foi estabelecida pela administração local uma ideia de planejamento para a cidade de Ariquemes. A área urbana do município teve início com a “abertura”, isto é, a “derrubada” da “mata”, realizada pela administração local para a criação do setor institucional, local onde foi instalada a sede das representações locais dos órgãos federais, bem como o banco e os outros órgãos locais acima mencionados.

Os outros setores “abertos” foram denominados “o um” e “o dois”, que seriam destinados à residência dos trabalhadores que se deslocaram para morar em Rondônia. Entre estes dois setores ficava o setor institucional. A cada duas ruas foi planejada a construção de uma alameda para ser um lugar de lazer e socialização dos ocupantes da área. As ruas receberam números em cada um dos setores planejados. Todos os ocupantes dos lotes tinham direito a receber uma data, isto é, um terreno urbano que media 20 por 40 metros.

Em Ariquemes, atualmente, a maioria dos lotes dos dois PADs que circundam a cidade transformou-se em pequenas “chácaras”, isto é, lotes subdivididos para moradia e/ou produção de hortifrutigranjeiros. Os lotes que estão localizados mais distantes do centro foram vendidos, e estão voltados principalmente à criação de gado de corte, favorecendo o processo de concentração fundiária. Grande parte das terras em Alto Paraíso ainda permanece como espaços de produção familiar, com as famílias residindo na área rural. No entanto, há também algumas fazendas de criação de gado. Alto Paraíso

tem hoje uma população de cerca de 19 mil habitantes, e Ariquemes ultrapassa os 100 mil, segundo dados aproximados do IBGE para o ano de 2014. As culturas plantadas no início (cacau e café) têm atualmente um papel pequeno nas economias de cada um dos municípios. Hoje predomina a produção pecuária, principalmente de corte, no município de Ariquemes<sup>17</sup>.

Grande parte dos habitantes de Alto Paraíso ainda mora na área rural, a sua área urbana sendo pequena em relação ao tamanho do próprio município. No início, o Nuar Alto Paraíso contava apenas com uma administração local da Emater, com o Incra e um posto da Sucam, mas hoje há também quatro colégios municipais, um posto de saúde e a sede da prefeitura, além de uma feira de produtores que ocorre semanalmente. A produção do município ainda é baseada na extração de madeira realizada tanto de forma legal quanto ilegal, e pelas cafeeiras que são responsáveis pela secagem e a embalagem do café, produzido agora em menor escala nos lotes de Alto Paraíso.

## **1.2 De floresta a terra**

Na organização de ocupação da Amazônia houve, segundo diretrizes do governo federal, a transformação da “floresta”, cobertura vegetal sem valor econômico, em “terra”, passível de ser cultivada e apropriada. Nesta seção, baseio-me na produção de autores que analisaram a colonização amazônica. Além da expressão mencionada, transformação de “floresta” em “terra”, utilizo principalmente os termos “colonização” e “fronteira”<sup>18</sup> como elementos para explicar a organização do espaço.

Segundo Barbira-Scazzocchio (1980), a política de transição de uma “frente extrativista” para uma “frente pioneira”<sup>19</sup> é definida pela transformação de “floresta” em

---

<sup>17</sup> Sobre o crescimento da pecuária de corte em Rondônia, Vale e Andrade (2012, pp. 383-384) afirmam: “o mercado de terras arrendadas se desenvolve à medida que o setor rural se consolida, pois produtores menos preparados para o novo momento migram para outras atividades e indivíduos capitalizados de outras atividades migram para a pecuária intensiva”. Não significa que os autores defendam uma culpabilização individual dos produtores menores, uma vez que estes podem se deslocar para outras áreas e continuar praticando a pecuária com base extensiva, onde a terra vale menos; mas os produtores que praticam a pecuária intensiva podem permanecer arrendando terras em áreas “consolidadas”, como Ariquemes.

<sup>18</sup> Nogueira (2007) afirma que nenhuma caracterização tem sido tão disseminada para a Amazônia quanto aquela que a define como a de uma “região de fronteira”, principalmente a partir da década de 1970. O autor critica essa perspectiva, explicitando: “Assim, a intenção é descaracterizar a ideia de ‘fronteira econômica’, visto que, sendo uma noção construída de fora, foi extremamente prejudicial a seus habitantes, pois era uma região a ser explorada” (p. 20).

<sup>19</sup> Para outros autores que trabalham com a relação entre “frente de expansão” e “frente pioneira”, ver Velho (1972, 1976); Martins, J. S. (1996; 2012); e D’Incao (2009). Especificamente sobre o “imaginário” da colonização em Rondônia, ver Cemin (2001); sobre a política pública do Planafloresta neste estado, ver Ott

“terra”, isto é, em propriedade passível de se obter e transferir a posse, baseada na produção agropecuária e na retirada da cobertura vegetal. Assim, é possível explorar a terra em termos agrícolas e também possuir gado, o que é caracterizado como uma “poupança” pelos ocupantes das terras, alternando as possibilidades de investimento e renda, sem apostar somente no desenvolvimento agrícola. Para a autora, uma das principais necessidades da “família migrante” é a obtenção do título de domínio definitivo de seus lotes, para que tenha a segurança jurídica de sua terra<sup>20</sup>. Isto ocorre diante das dificuldades provocadas principalmente pela orientação do governo acerca das culturas a serem desenvolvidas nos lotes, acarretando problemas para o escoamento da produção e o estabelecimento de um preço insatisfatório dos produtos. Um conceito bastante utilizado pelos autores ao se referirem à colonização na Amazônia é fronteira. Segundo Ianni (1986):

A Amazônia é transformada numa “fronteira” de desenvolvimento extensivo do capitalismo. Isto é, a economia da região é impulsionada e “modernizada”, de modo a articular-se dinamicamente com o capitalismo monopolista que capturou o poder estatal e desenvolve intensa acumulação no Centro-Sul e no exterior (p. 83).

Assim como a colonização, a interpretação de fronteira como “lugar da alteridade” (Martins, J. S., 2012) deve ser tomada se houver também como referência a organização sociopolítica e econômica global. Hébette e Marin (v. I, 2004, p. 76), unindo os termos “fronteira” e de “colonização”, afirma: “São os imperativos do capital que determinam a transição da frente de expansão para a frente pioneira, são eles que determinam, forçosamente, a institucionalização da fronteira, na forma de colonização”. Ademais, ainda de acordo com o mesmo autor, a colonização em si, com todo o aparato legislativo, representa para a classe de proprietários rurais um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço.

---

(2002); e para uma pesquisa quantitativa sobre as famílias que ocuparam as terras em Ariquemes, ver Maciel (2004).

<sup>20</sup> Sobre a visibilidade que os documentos referentes à posse promovem para os selecionados pelo Incra, cito: “O documento legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle legítimo para o Estado” (Peirano, 2002, p. 37). Ainda que a autora esteja tratando especificamente de documentos de identificação pessoal, a documentação referente ao lote é de suma importância para o reconhecimento social da família e sua permanência na terra. Dessa forma, pode ser considerado um item que oferece visibilidade à família em Ariquemes, ao mesmo tempo em que essa se torna passível de controle legítimo por parte do Estado.

A partir da década de 1970, em especial, a Amazônia passa a ser considerada a nova fronteira agrícola nacional<sup>21</sup>. O Incra foi criado em julho de 1970<sup>22</sup>. Naquela época, o país atravessava os chamados “anos de chumbo”, que compreendem o momento da edição do AI-5 no fim de 1968, até o final do governo Médici, em 1974. A expressão se deve à caracterização do período como o mais repressivo da ditadura brasileira. Naquela década, como parte de um esforço de complementaridade entre a Amazônia e a região Nordeste, surgem vultuosos programas nacionais, como o PIN e o Proterra. O objetivo destes programas era

[alcançar] um desenvolvimento espacial integrado, pela combinação dos fatores regionais das duas áreas geográficas, onde o Nordeste se caracterizava por excedente populacional, baixo nível de renda, além de problemas das secas e a Amazônia, como área de baixa densidade populacional, mas com grande potencial de recursos naturais (Incra, 1984, p. 658).

A noção de colonização organiza o processo de ocupação articulado principalmente pelo governo federal. A diferenciação entre colonização dirigida e espontânea é relevante para marcar a denominação utilizada pelo governo federal<sup>23</sup> à época. A colonização dirigida é caracterizada por uma intensa ação do Incra, com a realização de propaganda e processo de seleção das famílias, ao passo que o movimento de colonização espontâneo reflete um processo de mudança da política governamental, no qual o Incra se compromete em consolidar os projetos já iniciados. Hébette e Marin (v. I, 2004, p. 83) afirmam: “Encontrou-se, novamente, na colonização, uma fórmula de salvação do latifúndio, sob as aparências de redistribuição de terras aos trabalhadores”. De acordo com os relatos das famílias, a serem analisados no próximo capítulo, houve o “direcionamento” por parte do governo federal para a área de Rondônia, na medida em que propagandas sobre as terras do estado ecoaram particularmente na região Centro-Sul do país. No entanto, o processo de colonização de Rondônia não deve ser considerado como “dirigido” ou “espontâneo”, tal como apresentado acima, uma vez que houve propaganda e incentivo de distribuição de terras por parte do governo federal, o que não representou um saldo de distribuição equitativa de terras e nem condições de

---

<sup>21</sup> Cf. Apêndice dos *Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária*, 1984.

<sup>22</sup> O Incra foi fundado pelo decreto-lei nº 110 de 09/07/1970. Logo depois, em 1971, foi criado o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra).

<sup>23</sup> Tal como salienta Becker (1990), para o caso da colonização de Rondônia especificamente: “A estratégia do Estado é poderosa. Induz a migração, oferece poucos recursos aos migrantes e se omite na defesa de seus investimentos; dirige o processo de povoamento, mas coopta lideranças de sociedade civil, que se transformam em seus agentes locais, ou cria outras, oferecendo cargos no aparelho de Estado local. Organiza-se, assim, o poder, numa relação que usa amplamente o trabalho dos migrantes [...]” (p. 177).

infraestrutura para a permanência no campo das famílias que assim projetassem o seu futuro. Portanto, a colonização foi direcionada pelo governo federal, mas não “dirigida” ou “espontânea”.

De acordo com Théry (1980), já em 1974, os custos eram excessivos, as dificuldades levantadas pelo gerenciamento eram inúmeras e, além disso, o Incra não fora capaz de assentar devidamente os “migrantes” que se instalaram na Transamazônica e na região de Rondônia. Em segundo lugar, o parceleiro era atacado tanto por razões econômicas quanto sociais – se, por um lado, ele sofria por não conseguir viver dignamente sob as condições nas quais tinha sido colocado, por outro, era lembrado como um dos principais predadores do ambiente, já que se utilizava da coivara<sup>24</sup> para realizar a plantação, tendo a necessidade premente de retirar a cobertura vegetal da terra nativa para transformá-la em lote. Esta atividade acabava por limitar a presença no lote, pois as sucessivas queimadas prejudicavam a qualidade do solo, tornando difícil a permanência na terra em caráter definitivo. Assim, houve a culpabilização individual do parceleiro, com a alegação de que não se adaptava às condições de vida na Amazônia, além de preñar o meio ambiente<sup>25</sup>, o que era um pressuposto de ocupação do lote para o Incra, uma vez que se ele não “abrisse” a terra, esta seria repassada para outra família.

Martine (1980) indica como malsucedida a colonização em Rondônia, principalmente pela falta de uma preocupação sistemática do Estado em relação aos pequenos produtores. Não houve uma estratégia bem articulada para maximizar a sua absorção nas áreas de fronteira. Isto aconteceu tanto pelos limitadores ambientais, como a ocupação em área de floresta densa, quanto pela falta de recursos financeiros suficientes para a empreitada colonizadora que o estado idealizou. Nessa direção, ao caracterizar o processo empreendido em Rondônia, Lisboa (1989) afirma que a colonização está sendo feita por famílias de outras regiões, atraídas pela “ilusão de terras férteis inexploradas”. Portanto, de acordo com o autor, o desenvolvimento da colonização é fruto quase apenas de um empreendimento familiar, com pouco apoio institucional. No caso analisado, os

---

<sup>24</sup> Coivara é uma técnica agrícola tradicional que consiste na derrubada da mata nativa, seguida pela queima da vegetação para posteriormente realizar a plantação das culturas.

<sup>25</sup> A respeito da questão agrária e dos novos ditames ambientais, uma pesquisa realizada em um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) no estado de São Paulo mostrou que o uso da noção de sustentabilidade, quando se dirige especificamente ao desenvolvimento rural, faz referência apenas à dimensão estritamente econômica desta questão (cf. Martins, R. C., 2013).

colonos eram responsáveis por “abrir o lote” e “abrir a data”, condições necessárias para que pudessem permanecer com a terra e o terreno.

Ainda segundo Martine (1980), a culpabilização individual pelas dificuldades no assentamento de famílias em Rondônia não é razoável. Isto porque a maioria dos assentados tinha experiência em agricultura e também havia sido “pioneira” em outros esforços de colonização, como em Mato Grosso e no Paraná. Muitos deles trouxeram, além de sua própria família, capital e maquinário para iniciar a produção, não esperando que só o Estado fornecesse tais requisitos. Desta forma, o autor salienta que as dificuldades no assentamento dos “migrantes” em Rondônia devem ser atribuídas a problemas estruturais e não a questões individuais<sup>26</sup>.

Atualmente, novas formas de culpabilização individual incidem sobre os proprietários de lotes da década de 1970. Se no início do processo de colonização havia a necessidade de “abrir” em determinado período o lote para que mantivessem a posse da terra, o que implicava desmatar rapidamente uma área suficiente para a construção de uma casa e iniciar a produção, hoje antigas práticas como a coivara e a queima de lixo no terreiro rendem multas para aqueles que ainda permanecem no meio rural. Além disso, há a impossibilidade de avanço na “limpeza” do lote, o que leva as gerações seguintes a buscarem outras terras ou outras atividades produtivas, na cidade, por exemplo. Os colonos reclamam de serem tratados como “criminosos” por órgãos federais como o Ibama, já que realizam tarefas diárias em seus lotes que hoje não fazem mais parte dos ditames legais. Ser criminoso é infringir ditames legais que foram impostos em período posterior àquela “da abertura”. O significado de produzir na terra muda radicalmente, se antes era necessário “abrir”, o que consistia na “derrubada da mata” e plantio das culturas, principalmente aquelas incentivadas pelo governo federal; hoje, derrubar a porção de “mata”, como “espaço ainda não aberto, se existente no lote, é considerado um crime, passível de punição. Um dos parceiros entrevistados comentou sobre este assunto: “parece que somos criminosos, mas só somos trabalhadores”. Ser “trabalhador” era um dos principais critérios para a seleção da família, o que significava possuir experiência com o trabalho na agricultura, notadamente no cultivo de cacau e o café, como já

---

<sup>26</sup> Nesta direção, Barbira-Scazzocchio (1980) reforça que, mesmo acontecendo benefícios indiretos com a intervenção do estado, tais como melhora na saúde e na educação e integração da região de Rondônia, o padrão de vida e o custo do desenvolvimento representaram um processo penoso para os migrantes, principalmente para aqueles mais pobres.

apresentado. Fica claro no relato anterior que, se anteriormente eram tratados como “trabalhadores”, o que os confere o status necessário para possuir terra, hoje são “criminosos”, porque continuam a “abrir a terra”, ainda que nos moldes que o Incra havia assegurado no início da colonização.

A terra na Amazônia não deve ser tratada como um “vazio demográfico”: lá havia garimpeiros, seringueiros, índios, um pequeno comércio e produção agrícola, o que desmonta a ideia de uma área sem ocupantes. A história da colonização, retratada anteriormente, diz respeito a uma formulação oficial sobre aquele processo, isto é, ela instaura a necessidade de que se transforme o espaço ocupado pela “floresta” em “terra”, passível de apropriação e uso visando ao lucro. Essa movimentação também cria a figura do “pioneiro” como importante reconhecimento no cenário local, além de ser explicada pelas relações estabelecidas entre burareiros e marechais, mas que é principalmente marcada pelas orientações dos “projetos de futuro” que cada família elabora.

### **1.3 Quadrados burros**

A partir dos relatos dos ex-funcionários do Incra, podem ser localizadas algumas similaridades, tanto na forma de contar como naquilo que julgam relevante ser apresentado. Em primeiro lugar, é ressaltada a “importância” do Incra como o órgão federal que tinha a responsabilidade pela seleção e o assentamento de famílias, e também pela vistoria dos lotes. As formulações “O Incra era o Estado” ou “Um Estado dentro do Estado” caracterizam a relevância desta autarquia federal, elemento que denotava a presença estatal na abertura daquela terra. Portanto, quando a centralização dos poderes do Incra é “diluída” na proposição dos projetos de assentamento dirigidos (PADs), são levantadas críticas de alguns ex-servidores, uma vez que não há o mesmo rigor na condução dos programas de metodologia operacional, tal como existia nos PICs, de inteira responsabilidade do instituto.

Estes assuntos são tratados, utilizando uma maneira de me contarem a história<sup>27</sup> de trabalho na colonização que passa pelo acionamento de três elementos, ainda que não

---

<sup>27</sup> Tal como afirma Pollak (1992), os dois elementos constitutivos da memória do grupo são tanto os acontecimentos vividos de forma pessoal quanto aqueles vividos “por tabela”, isto é, dos que faziam parte de um determinado grupo, do qual nem sempre as pessoas participavam, mas que assumiram grande relevo em seu imaginário. Corroborando o argumento de Pollak (1992), mas invertendo a ordem de apresentação das lembranças, geralmente, primeiro, é realizado um relato sobre a história que o país estava vivenciando durante a colonização, como forma de demonstrar a mim, a interlocutora, que eles sabiam da contingência



sendo apresentados em uma mesma ordem. Os ex-servidores faziam uso da legislação para sustentar os seus argumentos sobre os processos mais amplos. Recorrentemente lançavam mão de fatos do cotidiano<sup>28</sup>, mostrando que a história da colonização tinha uma rotina e como eles tiveram acesso privilegiado a ela. Por último, é feita uma avaliação do processo de colonização, ao mesmo tempo em que contemporizavam com os recursos disponíveis para o Incra e levantavam as consequências desses planejamentos, muitas vezes não alcançados plenamente.

Quanto à minha incursão etnográfica, o meu primeiro “movimento” de pesquisa foi viajar para Brasília, com o intuito de compreender o processo de colonização e suas especificidades. Isto porque o deslocamento para as áreas de colonização não era apenas de colonos, mas também muitos funcionários, principalmente do Incra, que passam a viver na região e que também têm o entendimento sobre o que acontece no campo. Quando fui realizar o início da pesquisa em Brasília, procurando informações sobre os projetos de colonização em Rondônia, entrevistei alguns servidores e ex-servidores do Incra que trabalharam no processo de colonização tanto no Acre quanto em Rondônia, ainda na década de 1970. Uma vez realizando a pesquisa em Rondônia, tive a oportunidade de, em um primeiro momento, ouvir sobre o processo de colonização a partir de seis ex-servidores que trabalharam naquele estado. O contato com o ex-servidor do Incra em Rondônia, seu Clodomir, citado em Brasília como “referência” para saber sobre a visão dos funcionários do governo federal sobre a colonização, foi quem me ofereceu a oportunidade de conhecer os outros ex-servidores.

Via de regra, era consenso entre os funcionários do governo militar que o processo de colonização não poderia ser realizado com aqueles que já viviam em Ariquemes. Segundo os relatos dos funcionários do governo, as populações indígenas não “sabiam trabalhar” e, desta forma, foram deslocadas ou mesmo expulsas em função de iniciativas

---

histórica sobre a qual estavam falando. Nesse sentido, concordo com a análise de Marques (2013) sobre os pioneiros de Pernambuco e Mato Grosso do Sul, quando afirma que ainda que os relatos destes sejam feitos em primeira pessoa, remetendo-se a lembranças pessoais, com estilos narrativos diferenciados em cada um dos estados, as narrativas são constitutivas de uma memória coletiva.

<sup>28</sup> Segundo Hébette e Marin (v. I, 2004), o “Capitão Silvío”, cujo nome era Sílvio Gonçalves de Faria, era funcionário do Incra na época de implantação da colonização no município de Ariquemes. Os autores fazem uma descrição da figura do “Capitão Silvío” a partir de pesquisas realizadas com outros funcionários que trabalharam com ele: “Homem dinâmico, de temperamento personalista, tornou-se uma personagem polêmica, um pouco carismática. Para alguns, foi um homem de visão social cujas ideias incomodavam os poderosos e que, portanto, foram combatidas [...]. Para outros, teria sido apenas um oportunista que, ao sair do Incra, teria instalado um escritório imobiliário a serviço de grupos econômicos e mesmo grileiros” (p. 248).

ligadas à colonização, como a abertura da rodovia federal BR-364. Outro critério necessário para o “perfil” era “possuir família”, portanto, os garimpeiros que ocupavam as terras na região de Ariquemes não poderiam ser proprietários de terra, já que não se enquadravam na noção de unidade familiar idealizada pelo governo federal. Assim, havia o acionamento da propaganda estatal, um “chamamento”, já que havia a “necessidade” de trazer famílias de outros estados. Isto aumentava a dificuldade, o que acabava por expor a própria fragilidade do órgão federal no atendimento de todas as demandas do processo de colonização. Também há um determinado viés sobre a colonização, uma vez que alguns funcionários equiparam esta ação à Reforma Agrária<sup>29</sup>, ainda que na prática e até mesmo legalmente não possa obter tal rótulo.

A “fofoca pela terra”, uma expressão utilizada pelos servidores do Incra para se referir à notícia de que havia distribuição de terras na Amazônia, teve início no estado de Rondônia na região Central, onde se localiza o município de Ji-Paraná. Seu Clodomir, ex-servidor do Incra que exerceu várias funções em Rondônia – desde executor de projetos até chefe de gabinete naquele período – contou-me que havia muito isolamento, solidão e loucura na época. “O colono vinha para Rondônia e tinha 90 dias para trazer a família, [era] muito trabalho”. Segundo ele, muitos enlouqueceram, tanto colonos quanto funcionários. Eles eram mandados para Manaus para serem tratados, lugar mais próximo para este tipo de atendimento. Outro fator de isolamento era a falta de comunicação, já que as cartas demoravam vários dias para chegar ao seu destino. Ele também destaca algumas questões de conduta que eram comuns aos dois – tanto ao PIC quanto ao PAD:

Aliás, era terminantemente proibido vender bebida alcoólica nos bolichos, que chamava, nas vicinais. Por quê? Tinha um estudo: é que começavam as mortes e as brigas por conta de quê? Da cachaça. Ah, é ditadura, mas não é. É uma forma de você diminuir o grau de morte. [...] O técnico [do Incra] não podia namorar uma filha de colono. Sabe por quê? Para você não proteger [um] em detrimento de outros. Eu achava correto. Porque se o cara faz assim, ele vai querer que tudo vá para o sogro. Recebia presente, mas era escondido, porque não podia. Eu não sei se foi bom ou ruim, mas acho que foi bom, porque quando abriu [depois da ditadura], virou bagunça (Clodomir, 03/11/11).

Convivendo com os regulamentos do processo de colonização, colonos e funcionários tinham em comum as dificuldades iniciais de instalação, mas não podiam se

---

<sup>29</sup> Segundo Miranda (1990), o governo federal, ao privilegiar a colonização, encontrou uma maneira facilitada de não executar a reforma agrária no campo. A autora reforça a posição de Santos (1985), indicando que o Estado acionou uma forma de representação ideológica que: “(...) identifica na colonização a única, grande solução para a questão agrária” (p.22). Para um estudo comparativo sobre o processo de Reforma Agrária no Brasil, ver Medeiros e Leite (1998; 1999; 2004) e Leite et al (2004).

aproximar por relações de parentesco via afinidade, tal como informavam as diretrizes do Incra.

Um funcionário do Incra no estado de Rondônia, ainda em exercício no ano de 2013, havia sido executor de projetos em Ariquemes. Nos projetos integrados de colonização (PICs), o Incra atuava como um “Estado dentro do Estado”<sup>30</sup>, isto é, a responsabilidade era “cem por cento do Incra”. Quando chegou a Rondônia, o orçamento do Incra era superior ao orçamento total do Território Federal de Rondônia, denominação utilizada na época para aquela área. Josias explicou o que existia na região de Ariquemes antes do processo de colonização:

Ariquemes era a Vila Velha, Marechal Rondon. E ali era mais voltado aos garimpos, tanto aos garimpos de Ariquemes como da região de Campo Novo. Tinha um aeroporto lá. A atividade econômica era voltada para garimpo e um pouco de seringa. Através do rio, tinha seringalistas naquela região toda lá. Tinha os Uru-Eu-Wau-Wau, um pouco mais afastados na região de Campo Novo, Buritis, Jaru, eles ficavam à parte lá. Não tão distante, 150, 200, regiões isoladas desse estado de Rondônia (Josias, 04/03/2013).

Sobre o procedimento de “abrir as terras”, ele afirma que era realizado pelo Incra da seguinte forma: “não olhava a topografia, as características de onde estava fazendo, fazia os quadrados, uma linha reta, não observava a questão da hidrografia, da água, se tinha serra ou montanha, nem nada. Onde a linha passava você ia colocando as famílias”. A expressão “quadrado burro”<sup>31</sup>, utilizada pelos próprios funcionários do Incra, demonstra como era realizado o “corte” das terras nos PADs pesquisados: a terra era vista da prancheta da administração estatal, não levando em conta aspectos ambientais, sociais e nem de viabilidade econômica para a sua ocupação.

Ainda sobre a terra, seu Roberto, que trabalhou especificamente na área de topografia no Incra no início da colonização em Rondônia, comenta que os lotes, na criação dos PADs Burareiro e Marechal Dutra em Ariquemes, ainda eram “retos”. Atribui

---

<sup>30</sup> Hébette e Marin (v. I, 2004) utilizam a mesma expressão para criticá-la: “Isto é: o Incra se torna objetivamente um instrumento à disposição das classes dominantes, numa região onde a crescente penetração de posseiros ameaça seus atuais e potenciais interesses. Não passa de um instrumento de controle, à imagem e semelhança do Estado autoritário do qual emana” (p. 87). Em outra passagem: “Na lógica do preconceito do ‘vazio demográfico’, como, por via de consequência, na lógica também administrativa, o Incra se viu investido de enormes poderes; nos seus primórdios, encarregou-se de todas as funções públicas em relação aos colonos, tornando-se, de certa maneira, na Amazônia, um Estado dentro do Estado” (Hébette, v. II, 2004, p. 284).

<sup>31</sup> Bohannon (1963) afirma que na “situação etnográfica ocidental”, a terra aparece como uma divisão uniforme da superfície, formando um “quadriculado imaginário”, sendo que o problema, informa o autor, é justamente correlacionar essa divisão com os aspectos físicos da terra e os recursos hídricos. Este problema também se aplica à definição de “quadrados burros” operacionalizada pelos funcionários do Incra.

isto ao fato de que não havia recursos e nem tempo disponível, apresentando uma justificativa: “Em 1970, era difícil você demarcar o lote que não fosse uma figura regular, porque era muito caro e muito complicado, não tínhamos tempo, não tinha asfalto nem nada”.

De acordo com o servidor do Incra Josias, as pessoas que não se encaixavam no “perfil” para receber a terra, integravam-se a outras atividades, já que: “[...] naquele tempo era o início de tudo e tinha muita coisa a fazer, muitas fazendas que absorviam essa mão de obra”. Ele continua sua explicação sobre os trabalhadores: “Quem chegou naquela época tinha um perfil diferente. Hoje nós estamos assentando empregados rurais daquela primeira leva. Então, há uma diferença de padrão e de cultura também”. Assim como seu Roberto, que também utiliza o termo “cultura” para falar sobre o processo de seleção no início da colonização, o senhor Josias comenta:

O processo de seleção era muito bem feito. As famílias, quando vieram para Rondônia, nós fazíamos a seleção, muito criteriosa. Tinha as notas que iam sendo dadas, e foram sendo assentadas aquelas que tinham mais o perfil da Reforma Agrária realmente. Tinha a normativa e depois fazíamos uma entrevista pessoal com cada candidato para verificar. Diferente de hoje, em que essa seleção anda mais com os movimentos sociais. Quase que eles indicam os assentados do Incra hoje, né? Antigamente, o Incra era quem fazia tudo isso (Josias, 04/03/2013).

Fica evidente o conflito por legitimidade no processo de beneficiários de ocupação das terras, no período da colonização frente ao que ocorre atualmente. Inicialmente, ter muitos filhos era um ponto positivo somente se eles pudessem ser contabilizados como força de trabalho, caso contrário, eram considerados como um “peso” pela política pública de acesso a terra, porque diminuía a pontuação necessária para consegui-la. Em suas palavras:

Naquela época as pessoas preenchiam o IC – identificação e classificação de candidatos a parceleiros. Entrevistavam as pessoas. Eles tinham metodologia na qual acima de 500 pontos, isso aí dependia muito da idade dele [do candidato] da experiência que ele tinha na atividade agrícola e da força de trabalho do conjunto familiar, filhos, né? Os filhos acima dos 14 anos já colaboravam no trato da terra, no trabalho. Abaixo disso já era *peso*. Se você tivesse muito filho pequeno, você não tinha tantos pontos quanto uma pessoa que tinha uma classificação x, porque tinha filhos maiores, porque a força de trabalho é outra, né? (Josias, 04/03/2013).

Uma família<sup>32</sup> considerada apta para receber a terra tinha que ter braços para a força de trabalho<sup>33</sup> e não possuir muitos familiares com idade mais avançada ou muitas crianças, porque receberiam a caracterização, com a conotação negativa, de *peso*. No núcleo familiar, os mais velhos são considerados responsáveis e mais valorizados dentro da organização familiar, geralmente o pai ou o irmão mais velho. Fica claro que os critérios da administração federal da época estavam, muitas vezes, em oposição aos critérios familiares para a atribuição da caracterização de uma “família forte”, já que são os membros familiares mais velhos que possuem o conhecimento do saber-fazer na terra (Cf. Woortmann e Wortmann, 1997), que repassam aos mais novos.

Em Jaru, município de Rondônia, segundo seu Clodomir, às 5 da tarde em ponto, todos os dias, no início da colonização, chegavam no pau-de-arara pelo menos duas ou três famílias com muitas crianças. Os funcionários do Incra passavam óleo de cozinha nas pessoas para combater os mosquitos. O alojamento provisório estava localizado ao lado do prédio do Incra, as casas que a instituição mandava fazer eram “limpas e asseadas”, uma vez que a Sucam passava remédio para malária, e os que chegavam permaneciam lá por três dias. Algumas famílias não ficavam no alojamento, faziam “rabo de jaru”, que eram barracas de lona. Depois, elas recebiam uma data (20 x 40 metros em terreno) para construir uma casa no núcleo urbano e para iniciar a “abertura do lote”. Esse modelo de recebimento de uma data urbana e da necessidade de permanência em um espaço provisório para aguardar o momento em que receberiam a documentação para “abrir” os lotes também ocorreu em Ariquemes, sendo que as barracas de lona eram chamadas de “ranchos”<sup>34</sup>.

Seu Clodomir conta que também participou do processo de seleção. De acordo com seu relato, a seleção de parceiros era realizada por meio de questionários de inscrição. No entanto, depois de me explicar os procedimentos considerados padrão, disse-me que os servidores mais antigos do Incra não necessariamente seguiam todos os critérios discriminados no questionário. A seleção era feita “por meio do aperto de mão”. Assim, em suas palavras, “se o trabalhador tivesse calos, significava que era um agricultor” e,

---

<sup>32</sup> De acordo com Thorne (1992), nota-se a relevância das políticas sociais e públicas ao incidirem nas relações sociais, no caso desta pesquisa, principalmente as relações familiares.

<sup>33</sup> Conforme salienta Martins (2012), o “imigrante” deixa de ser visto pelo governo federal como um indivíduo sexuado e etário, passando a ser considerado “força de trabalho”, isto é, a “reprodução física da sociedade é articulada com o processo de reprodução social” (Martins, J.S., 2012, p. 160).

<sup>34</sup> Os ranchos eram os “barracos” formados por folhas ou por lona que foram feitos pelas famílias que obtiveram datas urbanas como “casas provisórias” para a ocupação desses espaços.

portanto, poderia ser escolhido e enquadrado como beneficiário. A relação dos trabalhadores com alguns funcionários do Estado<sup>35</sup> era próxima (cf. Capítulo II em relação ao Capitão Silvio). Se por um lado, o governo federal era representado por várias diretrizes oficiais, o “Estado”, principalmente “como Incra” também operava de maneira pessoalizada, muitas vezes não seguindo suas próprias diretrizes, na medida em que vale de um “aperto de mão” para a seleção do beneficiário da colonização.

Nos questionários (cf. Anexos I, II e X), os pontos eram atribuídos principalmente pela força de trabalho, experiência com agropecuária, idade – 21 a 60 anos, capacidade empresarial. O Incra apenas selecionava e entregava o lote à família, sendo responsabilidade dela o processo de “abertura do lote”. Seu Roberto comenta sobre as famílias de colonos que ele viu chegarem a Ariquemes: “Eles chegavam aqui com a cara e a coragem. Eles tinham o lote e mais nada. O Incra dava o lote e eles desciam com tudo que podiam – um porco, uma galinha, a foice e o machado. Ele abria o espaço dele e tinha alguém para mostrar o lote dele”. A comprovação do recebimento do lote era uma “fichinha” que recebiam depois da seleção, que discriminava o número do lote e da gleba.

Os dados referentes aos demais membros do conjunto familiar eram de grande importância para a atribuição de pontos no processo de seleção. As informações sobre os membros familiares eram: o tipo de dependência, a idade, a situação civil e a alfabetização. Para a classificação, era atribuído um valor à idade de cada um dos membros familiares e outro à força de trabalho que, somados, davam a classificação final. Outras habilidades do conjunto eram listadas, como a esposa do candidato ter sido “doméstica”, isto é, ter exercido outra atividade fora da “roça”. Junto com esse cadastro devia ser apresentado um conjunto de documentos de identificação, tanto do cadastro como dos dependentes do parceleiro.

---

<sup>35</sup> A perspectiva de “Estado” adotada aqui se aproxima da afirmação de Durkheim: “É um grupo de funcionários *sui generis*, no qual se elaboram representações que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade” (Durkheim, 1983, p. 46). Assim, procuro pensar as políticas públicas da colonização “tomadas não só como ideias racionalizadas em planos escritos, mas também como ações que podem ser apreendidas na observação do cotidiano das relações sociais [...]” (Souza Lima, 2002, p. 13). Por fim, corroboro a afirmação de Borges (2006, p. 119): “Por definição, o conceito de ‘Estado’ é necessariamente atemporal. Porém, o governo ou os governos de fato nada mais são do que o Estado funcionando, em movimento”. Portanto, utilizo o termo governo federal para me referir ao “Estado em movimento” no período histórico da colonização da Amazônia, resguardando o termo “Estado” principalmente para uma reprodução do seu uso nativo.

A classificação era obtida por meio de quatro principais variáveis: a idade do candidato (com peso 30), a idade dos demais membros familiares (com peso 20), a capacidade empresarial, que era medida por meio da força de trabalho do conjunto (com peso 30), e a experiência agropecuária do candidato (peso 20). As condições eliminatórias também eram listadas no documento: a idade do candidato, a sua higidez<sup>36</sup>, ser funcionário público (o que não era uma possibilidade), possuir renda permanente ou outro imóvel rural.

Para aqueles que queriam se candidatar ao PAD Burareiro, existia outro documento a ser preenchido que detalhava a capacidade agrícola, a escolaridade e a capacidade financeira. A capacidade agrícola era medida por pontos em ordem crescente e se referia às seguintes experiências: ter sido produtor de outras culturas, trabalhador em fazenda de cacau, ser ex-produtor de cacau, técnico ou prático agrícola, engenheiro agrônomo ou florestal (de 2 a 10 pontos). A escolaridade também era avaliada em grau crescente, desde a caracterização como analfabeto até ter nível superior (1 a 10 pontos). A capacidade financeira era medida por intervalos de quantias em agrupamentos múltiplos de 10 mil cruzeiros, moeda da época. Assim, quem possuía até 10 mil cruzeiros somava apenas um ponto e quem possuía mais de 90 mil cruzeiros somava 10 pontos. Essa capacidade financeira deveria ser comprovada por meio de documento bancário. Também deveriam ser apresentados documentos que atestassem a capacidade agrícola. A classificação era obtida por meio da soma da capacidade agrícola (peso 4), escolaridade (peso 2) e capacidade financeira (peso 4), tornando aptos a serem um burareiro aqueles que obtivessem no mínimo 40 pontos no formulário.

Segundo João Vicente Marques, ex-servidor do Inca que trabalhou na colonização em Rondônia, era necessário que o assentado fizesse benfeitorias, isto é, derrubadas para a ocupação do lote, uma vez que outros trabalhadores que estivessem aguardando uma oportunidade de possuir terra poderiam reclamar um lote que não estivesse sendo “aberto”. Portanto, ele salienta que a condição da derrubada não era exclusiva do Inca, porque também havia uma “pressão dos sem-terra por terra”. Dessa forma, de acordo com

---

<sup>36</sup> Dona Assunção, esposa do seu Pedrinho de Oliveira, foi funcionária do Inca, tendo trabalhado nos escritórios locais responsáveis pela administração dos dois projetos de assentamento dirigidos. Segundo ela, o critério aplicado pelo órgão federal para medir a higidez do candidato diz respeito às suas condições de saúde, porém não havia uma avaliação médica para o processo de seleção. Assim, esta condição do candidato era atribuída pelos próprios funcionários do Inca, mesmo sem formação específica (cf. Anexos I, II e X).

ele, havia um controle não apenas estatal, mas um “controle social local” no que tange à necessidade da caracterização de ocupação da terra. João Vicente chamou a atenção para o limite de reserva legal que estava presente na autorização de ocupação da terra, isto é, os ocupantes poderiam utilizar apenas metade da terra para a produção. Ele afirma que não houve um trabalho de conscientização por parte do Incra, devido à importância deste órgão naquele contexto, sobre a necessidade de observar os parâmetros legais:

O discurso do povão é de que ‘desmatamento houve, os culpados não fomos nós, fomos instigados a desmatar’, mas realmente havia isso de perder. Por que perdia? O Incra não ia ali fazer uma distribuição, a terra era invadida [...] Via que não tinha um pau cortado e invadia, perdia pela pressão dos próprios migrantes e não porque o Incra ia fazendo uma revisão e tomando dessas pessoas. Aí, formava-se o conflito e trazia pro Incra. Mediei muito esses conflitos. (João Vicente, 07/11/11).

A mediação dos conflitos era realizada pelos funcionários deste órgão, que pesquisavam de quem era considerada a posse da terra em determinado momento, quem estava pleiteando a posse e se de fato o lote não havia sido “aberto”, condição para permanecer no mesmo. De acordo com ele, o esforço era para tentar conciliar as demandas tanto do “assentado” quanto do “invasor”, sendo este último o que pleiteava o lote que não estava sendo “aberto”. Essa mediação exigia que o ocupante recém-chegado pagasse ao assentado pelas benfeitorias que já tivessem sido feitas no lote, como, por exemplo, casa e plantações, se houvesse. Os funcionários do Incra, enquanto mediadores, tentavam solucionar a situação de acordo com alguns critérios – o porquê da não “abertura” do lote, avaliando se o motivo era “justo”, o que significava uma avaliação subjetiva do funcionário. Se essas condições fossem satisfeitas, o lote permanecia com a família ocupante original, caso contrário, outra família seria assentada no local. No entanto, João Vicente Marques volta a salientar que a pressão era feita pelas pessoas e não pelos funcionários do Incra: “A pressão era do povo mesmo, o Incra não tinha tempo de ficar fiscalizando 5 mil famílias”.

Conforme as diretrizes do Incra, a colonização funcionou como ocupação de “vazio demográfico”, como “pilar de integração da Amazônia ao território nacional”. A expressão “vazio demográfico” fica subentendida nas propagandas de ocupação da Amazônia feitas pelo governo militar – “Homens sem-terra para terra sem homens” e “Integrar para não Entregar”. O servidor do Incra José Vicente cita a segunda expressão para reproduzir a caracterização da colonização como: “um chamamento para a Amazônia, principalmente nas fronteiras. Um chamamento também devido à dificuldade



que nós tínhamos com a Amazônia, a ocupação da Amazônia”. Aparece no seu relato a dificuldade de ocupação desta área, principalmente quanto à segurança das fronteiras pela falta de contingente populacional, isto corroborando com a noção de “vazio demográfico” para a região Amazônica. Em outro momento, ele destaca que o processo de ocupação foi marcado por dificuldades de infraestrutura, que não tinham então como ser resolvidas de outra forma: “A ocupação da Amazônia foi muito adversa, com muita dificuldade. À época não tinha outras ferramentas, não existia outra maneira de fazer isso”.

É enfatizada também a importância de Rondônia no contexto da colonização, sendo o “pivô” do processo, e o significado dos projetos de colonização na “organização geopolítica” do país. Segundo João Vicente, que trabalhou na colonização em Rondônia, a ação de colonizar o estado pode ser equiparada a uma ação de Reforma Agrária, ainda que legalmente não deva receber tal rótulo. O vocabulário utilizado também é marcado por palavras e expressões como “desenvolvimento”, “ocupação de vazios demográficos” e “progresso”. Ao avaliar o processo de colonização, levando em conta principalmente os projetos de assentamentos dirigidos, o servidor do Incra, Josias, afirma:

A colonização em Ariquemes foi muito bem sucedida, mesmo com todas essas dificuldades, porque as terras eram férteis, eram boas. Para quem não conseguiu se segurar ou continuar, outros vieram depois e deram continuidade. Qualquer região de Ariquemes em que você andar vai ver que há progresso, há desenvolvimento. Como as famílias estão bem hoje – com casa de alvenaria – com produção na área de pecuária ou com plantação de cacau, o próprio café. E há o valor das terras hoje, porque as terras de Ariquemes hoje estão valorizadas. Eu tenho certeza de que o PAD Marechal e o Burareiro são projetos nossos que deram certo (Josias, 04/03/2013).

Além disso, para quase todos os funcionários do Incra aos quais fiz menção, trabalhar com a colonização (em Rondônia e também no Acre) representou a possibilidade de acesso ao primeiro emprego, com um salário diferenciado em função do acréscimo de 30% pela condução das atividades na área da Amazônia. Os servidores são unânimes em afirmar que a colonização pode ser considerada “bem-sucedida”, uma vez que garantiu “oportunidades” para muitos daqueles que se deslocaram para Rondônia, tanto nos lotes quanto no espaço urbano “planejado”.

#### **1.4 “Histórias do início”**

Nesta seção, utilizo a explicação que alguns “pioneiros” formularam sobre a ocupação das terras em Ariquemes, cujas famílias serão apresentadas no capítulo seguinte. Registro apenas alguns relatos que expressaram com mais detalhes as

impressões sobre os projetos de colonização, o que havia em Ariquemes quando chegaram à cidade e até mesmo uma avaliação do planejamento dos assentamentos e do planejamento urbano incipiente. Como já mencionado, perguntava especificamente sobre a trajetória da família, mas antes de contar sobre ela, eles me explicavam o que havia em Ariquemes quando chegaram, informando suas impressões sobre a colonização, ainda que eu não tivesse formulado esta questão. Essa forma de contar, recorrente entre os “pioneiros”, deve ser entendida como um recurso de legitimidade para que a história da família seja entendida como importante para a transformação daquele contexto.

Das onze famílias selecionadas para a apresentação de seus relatos nessa tese, utilizo relatos de seis proprietários que elaboraram de forma mais eloquente sobre as “histórias do início”. Geralmente nossa conversa se iniciava com a apresentação do que existia em Ariquemes quando chegaram àquela área. O que é denominado “histórias do início”, para esses “pioneiros”, são aquelas histórias de quando souberam sobre Rondônia, da propaganda estatal para a ocupação do estado, o relacionamento com os funcionários do governo federal – aquilo que conecta a história pessoal das famílias com a história nacional.

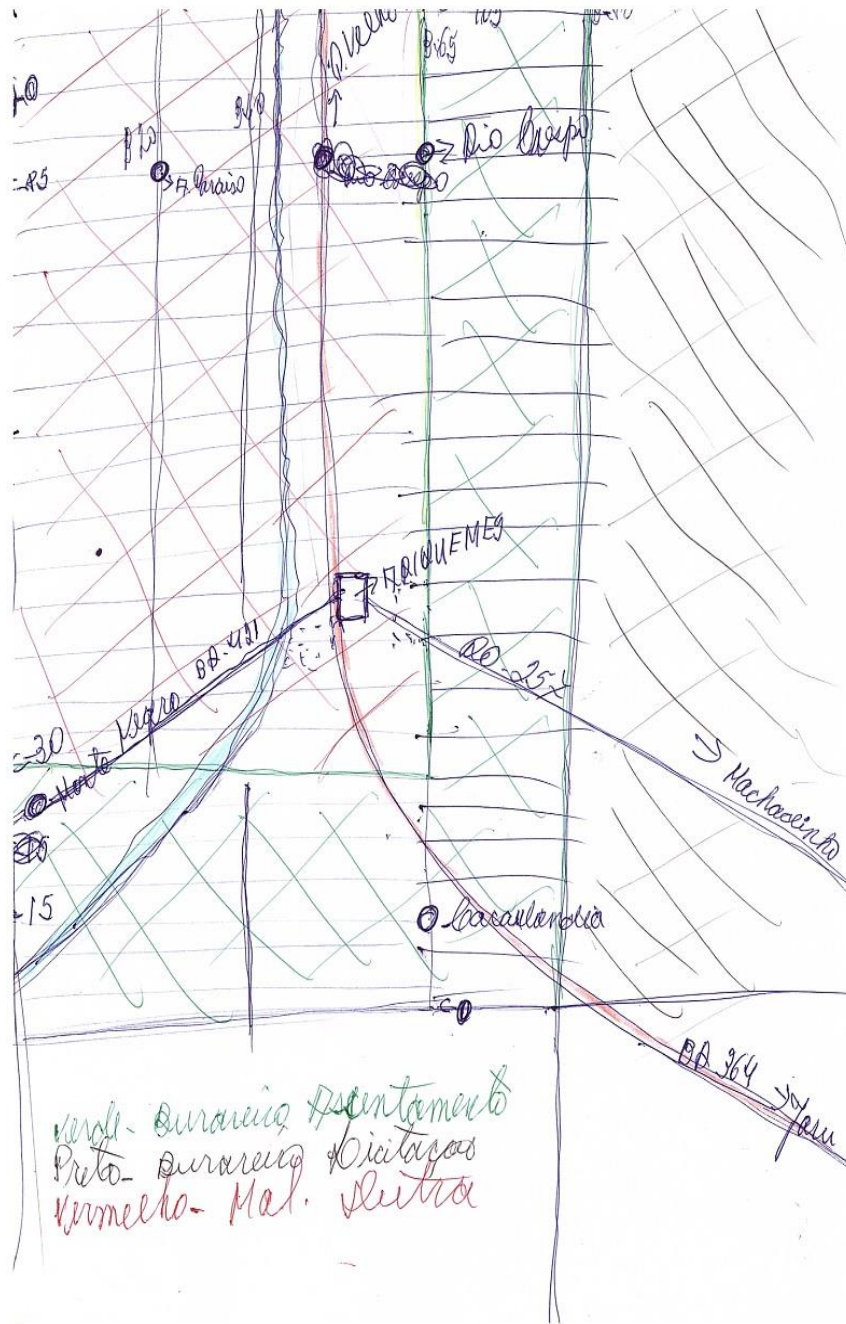
Em uma das primeiras tardes em que estava na casa de Lara Cioffi, logo depois de almoçarmos, ela chamou seu pai João, que era um “pioneiro”, para que eu tivesse a oportunidade de nos conhecermos. Seu João Cioffi é um senhor magro, com forte sotaque paranaense que, ao ouvir a minha explicação sobre a pesquisa, logo me perguntou se eu estava familiarizada com a organização geográfica de Ariquemes. Sentamos em volta da mesa e Lara resolveu não participar da conversa nesse momento, dizendo que prepararia um café para nós.

Para me explicar sobre a organização geográfica de Ariquemes orientada para a colonização, mas que permanece até os dias de hoje, ele pediu que sua filha trouxesse várias folhas de papel sulfite e canetas coloridas para, de forma diretiva, me situar na antiga área do município que hoje está subdividida em outros nove. Ele disse que existem as estradas coletoras, que são os travessões que iniciam com a letra B – B-0, B-20, B-40, B-65, B-80 – e as estradas vicinais, que se situam a cada 5 quilômetros e iniciam com a letra C – C-0 até C-105. São, portanto, os travessões e as linhas. Essas localizações geográficas englobam ambos os projetos: Burareiro e Marechal Dutra. À medida que seu João falava, ele desenhava um mapa das linhas e dos travessões que formavam

quadriculados de ocupação das terras, e destacava alguns pontos importantes, como o rio Jamari que divide a Vila Velha, área de um antigo seringal que deu início à ocupação de Ariquemes, da cidade atual, e a BR-364, que atravessa todo o estado de Rondônia e que orientou a colonização ao longo desta rodovia. Nesse momento, seu João não tratava especificamente do que denominei como “histórias do início”, mas para que compreendesse a ocupação de Ariquemes, ele retorna ao período anterior à existência de “Ariquemes Nova”.

Seu João chamou a atenção para a BR-421, que se inicia em Ariquemes e tem como objetivo ser uma a rota mais viável até o município de Guajará Mirim, ainda não interconectado, uma vez que, segundo ele, vai reduzir em cerca de 250 quilômetros o caminho utilizado pela BR-364 para escoamento da produção. Ele também desenhou a RO-257, estrada estadual, que vai de Machadinho do Oeste, em Rondônia, até o estado de Mato Grosso. Na medida em que terminou de fazer o desenho dos quadriculados que deram origem à divisão dos lotes pelo INCRA e das principais estradas que cortam a região e têm início no município de Ariquemes, seu João me pediu que destacasse esses principais pontos – rios e estradas – com as cores que quisesse. Segue o mapa:

**Figura 02. Mapa de Ariquemes elaborado por seu João Cioffi.**



Compreendi que, assim que indaguei sobre a ocupação e a vinda para Rondônia, a primeira ação de seu João não foi me contar a sua história pessoal, mas situar-me nos antigos “quadrados burros” que recortaram a “floresta”, transformando-a em “terra” nos projetos de colonização Marechal Dutra e Burareiro. Isso incluiu a explicação sobre a disposição das estradas, a sua denominação e a localização dos projetos também atestam

a credibilidade da informação de seu João. Mostra que ele sabe contar as “histórias do início”, o que é um importante elemento para ser “pioneiro”. No entanto, verifiquei uma fluidez das fronteiras dos projetos de assentamento nos dias atuais, principalmente no Burareiro. As denominações Burareiro e Marechal funcionam atualmente mais como uma caracterização dos proprietários das terras.

No relato de seu Pedrinho de Oliveira, “pioneiro” que tem uma de suas filhas casadas com o filho mais velho de seu João Cioffi, pude observar que a memória pessoal é acionada em confluência com o “discurso do Estado” em relação ao período de ocupação da terra. Ele faz referência à “propaganda do Estado” que incentivou a vinda das famílias para Rondônia com as formulações já comentadas: “Integrar para não Entregar” e “Terras sem homem para homens sem-terra”. Além disso, seu Pedrinho de Oliveira, assim como seu João, também fez um desenho do que era a incipiente cidade de Ariquemes quando ele chegou. Porém, o desenho estava circunscrito ao planejamento urbano, marcando o momento de distribuição das datas:

Vamos dizer que era na altura da [rua] Candeias, aqui no setor um, andava um tantinho assim, 200 metros mais ou menos, saía a primeira rua, a Jamary. A Jamary que abriu pra fazer a distribuição das datas. Depois que abriu a Jamary é que começou a distribuição das datas. (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

A nomeação e o desenho do traçado das ruas, assim como das estradas federais, no caso do seu João, também são um recurso de imagem para demonstrar o conhecimento das “histórias do início” e a participação como alguém que tem papel relevante na construção dessa época. Dona Assunção, esposa de seu Pedrinho, trabalhou justamente no período de seleção do Incra, especificamente no PAD Burareiro, na fiscalização daqueles que permaneciam na terra e na vistoria dos lotes. Portanto, havia uma relação entre aqueles que se deslocavam para Rondônia e não viviam apenas da seleção das terras, mas também ocupavam cargos como funcionários da administração federal, como era o caso da própria dona Assunção. Ela teve a oportunidade de trabalhar no processo de colonização, uma vez que veio acompanhar seu Pedrinho na “abertura das terras”.

Seu Beto, assim como seu João e seu Pedrinho, havia sido enquadrado como burareiro, no momento da seleção. Mas diferente dos dois outros personagens já apresentados, ele não trabalhou na terra. É conhecido em Ariquemes por ter sido um dos primeiros farmacêuticos, função importante a ser desempenhada, uma vez que os moradores dessa área que sofriam constantemente com a malária. No primeiro momento

da conversa com seu Beto, ele também me contou sobre o que havia em Ariquemes quando ele chegou em 1976: “[...] o território de Rondônia só tinha dois municípios – Porto Velho e Guajará-Mirim. Então, vamos dizer que o vereador que foi eleito em Vilhena era vereador de Porto Velho, porque lá era distrito também. Mas vamos começar do começo”. Assim como seu João e seu Pedrinho, antes de contar as razões pelas quais ele se mudou para Rondônia, seu Beto explicou o que sabia sobre Ariquemes no início da colonização:

Isso aqui, Manuela, o governo teve uma ideia brilhante. Primeiro, eu vou contar o que sei de Ariquemes antes de eu chegar. Isso aqui era um, falar assim, um polo de seringal, uma região de seringal. Na guerra de 1945, quando vieram os nordestinos aqui colher borracha, o látex, as únicas estradas eram os rios. Um morava na beira desse rio, outro morava na beira daquele rio, eram os acampamentos dos seringueiros. Depois que acabou a borracha, aí veio uma área de garimpo. Então, aquele povo, uns ficaram mesmo na borracha pouca e outros no garimpo. Tem garimpo para todo lado (Seu Beto, 24/04/2012).

Seu Beto, além de tornar claro o que havia no espaço de Ariquemes quando chegou, fala da criação dos assentamentos e da derrubada da “floresta” para a transformação em “terra”:

Quando nós chegamos aqui, naquela época, não se falava muito em ecologia, falava mais em derrubar do que plantar árvore, não é? Então, o governo instalou um projeto aqui que era realmente um projeto sensacional. Ele deixou uma área para a cidade, para a topografia de Ariquemes, porque aqui era tudo mata fechada e em volta dessa área fechada pra cidade, eles abriram um projeto que era chamado Marechal Dutra. Esse projeto eram lotes de 100 hectares, que corresponde a 41, 42 alqueires paulistas. Esses lotes de 100 hectares eram para pessoas extremamente pobres que não tinham nada. Então, eu creio que era mais ou menos um tipo de um assentamento para aquelas pessoas que estavam lá fora, brigando por terra. Mas em volta desse projeto, ele abriu o Burareiro, que já era de 250 hectares, ou seja, 100 hectares paulistas. Era pra pessoa que já podia derrubar, e eu me enquadrei nesse projeto (Seu Beto, 24/04/2012).

Ele comenta sobre o planejamento urbano da cidade de Ariquemes e sobre a criação dos dois assentamentos, mostrando o conhecimento a respeito desses dois momentos. Seu Beto percebe que havia uma relação de desigualdade social entre aqueles que ocupavam o Marechal Dutra e o Burareiro. Mesmo tendo sido enquadrado como burareiro pelo governo, ele afirma que o “negócio dele não era terra”, sempre trabalhou em farmácia, por isso não desenvolveu nenhum cultivo no lote. Os dados acima apresentados confirmam duas afirmações já feitas – a diferenciação entre os burareiros e os marechais e que o deslocamento para Rondônia não era realizado apenas por famílias que “buscavam melhores condições de vida”, mas também por outras que procuravam novas experiências e obter mais sucesso em uma nova terra. Ele indica que o governo federal não tinha

preocupação com ecologia, e que seu real interesse era que a floresta fosse derrubada para ser transformada em propriedade de terra em ambos os projetos. Ele também comenta como foi organizado o nascimento da cidade de Ariquemes:

Então, começa essa cidade, o estado, tudo interligado. O prefeito dava um terreno para fazer residência e outro pra fazer comércio, para quem quisesse. Por exemplo, esse terreno que nós ganhamos, ali na avenida, na Tancredo. Hoje, qualquer terreno bem ali no centrinho vale um milhão e meio. Tudo ganhado (Seu Beto, 24/04/2012).

O empreendimento dos projetos de colonização está interligado com a criação de um espaço urbano. Hoje, os imóveis, principalmente aqueles localizados no centro da cidade, são muito valorizados. Se havia uma diferenciação em relação ao tamanho do lote para o Burareiro e o Marechal Dutra, o mesmo não acontecia na cidade. Ambos recebiam da prefeitura uma data, isto é, um terreno urbano de mesmo tamanho. Nesse sentido, na cidade de Ariquemes existem atualmente tanto burareiros quanto marechais que moram no centro, nos terrenos mais valorizados. Seu Beto resume aquilo que caracterizou Ariquemes: “um projeto do governo federal com a ideia de fazer o maior polo cacauero do Brasil, mas que fracassou com a vassoura de bruxa. É como uma boiada que estoura, aí cada um se ligou para um lado”. Ele confirma assim o principal objetivo da criação dos projetos de colonização e do espaço urbano interligado, mas ao fracassar como polo cacauero, os objetivos não são mais tão claros e coesos como no momento em que foram estabelecidos. No caso de seu Beto, o recurso utilizado para demonstrar seu conhecimento da história de Ariquemes foi apresentar seu conhecimento tanto sobre os objetivos quanto sobre a criação dos projetos de colonização e da área urbana assim que chegou à localidade.

Seu Abel Zanella, que faz parte de outra família que também possuiu um lote no PAD Burareiro, assim que me recebeu em sua casa, seguiu mais uma vez a rotina da apresentação do quadro mais geral para depois me explicar a trajetória de sua família especificamente. Informou-me que o primeiro destes ciclos foi o seringueiro, seguido do ciclo garimpeiro, que é peculiar a algumas localidades, tais como Ariquemes. Avançando na explicação do seu Beto, em terceiro lugar, houve o ciclo agrícola, no qual Ariquemes e Ouro Preto d'Oeste tiveram importante participação. A família Zanella chegou “antes do Incra” nas terras de Ariquemes, no ano de 1972, por indicação de um primo que já estava morando em Rondônia, que lhes disse que naquelas terras eles poderiam ficar mais

próximo do eixo da BR se comparado a Ouro Preto d'Oeste, o que representava terras mais valorizadas e com mais fácil acesso no momento do início da colonização.

Seu Abel Zanella, contou-me que, quando chegaram, o território de Rondônia estava passando por um processo de redistribuição de terras. As grandes áreas de seringueiros com 40 ou 50 mil hectares viviam um processo de definição da área que pertenceria ao seringal e daquela que seria distribuída. A “linha Ariquemes” seria um grande empreendimento, com cerca de 6 mil alqueires, dependendo do projeto. Quando a sua família chegou, nem o PAD Burareiro ainda estava estabelecido. “Era um momento de construção geopolítica”, afirma seu Abel. Depois que o “Incrá chegou”, as terras “ficaram mais perto” do eixo da BR, que era uma orientação de localização, o que aconteceu em 1977/1978, período de “abertura” da cidade de Ariquemes.

Ele comenta que, no início, “Ariquemes era a pista de avião lá na beira, onde hoje é o [bairro] Marechal Rondon. Era a Vila Velha onde chegava o bote, o meio de transporte era por água, e aí acrescentou a pista de avião com o transporte aéreo. Acrescentou a pista aérea, que era em função do garimpo”. Ele informa que o Incra começou a “cortar” os lotes para entregar as famílias selecionadas que se encarregariam da “abertura das terras”: “É o alinhamento, pegava uma linha de apoio – a chamada picada<sup>37</sup>. Sobe serra, desce serra, pega a linha da bússola e vamos embora”. A terra que o Incra começou a “cortar” eram apenas retângulos no mapa, os já mencionados “quadrados burros”. Portanto, seu Abel Zanella, além de narrar sobre aquilo que existia quando chegou a Rondônia, mesmo antes do Incra, organiza uma explicação mais “histórica” dos períodos de colonização, dividindo-os em três momentos, os ciclos extrativista, garimpeiro e agrícola. Ele caracteriza os Zanella como uma das primeiras famílias agrícolas de Ariquemes, isto é, responsáveis por inaugurar esse novo ciclo.

Seu Adalberto Martini se recorda que a primeira vez em que ouviu falar de Rondônia, sendo associada à propaganda de governo na época. O lema “Integrar para não Entregar” aparece logo nas primeiras palavras do seu Adalberto sobre a abertura do estado de Rondônia. Havia uma confluência da memória pessoal com o discurso do Estado sobre

---

<sup>37</sup> Picada é uma abertura estreita na mata, suficiente para que pessoas possam caminhar para “abrir” os seus lotes.



a ocupação das terras. Ele comenta que também sabia que existia o investimento na colonização no Pará:

Já tinha no Pará [colonização]? Lá, eu não sei se foi... Foi divulgado mesmo o pessoal do Pará incentivando o pessoal [de outros lugares] a ir para o Pará. E tinha ônibus que ia pegar esse pessoal, você fazia uma lotação de ônibus, mas Rondônia não teve isso, né? Aí, eu pensei, ué, mas por que Pará? Não tem outros lugares lá? Aí surgiu Rondônia também. Começou aquela história: Integrar para não Entregar [risos]. E aí, eu falei “vamo lá e vamo ver, não é?”. Eu sou paulista, criado no Paraná, casei no Paraná. E tinha uma vontade de possuir um pedacinho de terra, nós tínhamos um pedacinho de terra, mas era muito pequenininho (Seu Adalberto, 30/04/2012).

A motivação de possuir terra será discutida no próximo capítulo, mas geralmente aparece bastante alinhada com o que seu Adalberto disse: a vontade de possuir um pedaço de terra para a família. Ao chegar a Rondônia, ele confirma que tinha que realizar a derrubada, senão o Incra tomava as terras do parceleiro de volta, sendo que as leis que organizavam a porcentagem da terra que poderia ser aberta só foram efetivamente cobradas posteriormente:

Na época em que a gente chegou não tinha limite não [derrubada de mata]. Tinha que botar serviço, senão o Incra tomava de volta. Pra produzir. Em 1995, apareceu a lei. Tava nos documentos, nos títulos do Incra, que você só podia derrubar 50%. A área intocável era beira de rio, essa desde o começo não podia mesmo, mas as outras coisas não. Aí em 95 apertou (Seu Adalberto, 30/04/2012).

Seu Adalberto foi enquadrado como marechal, mas ele tinha condição de ser um burareiro, desde que fizesse um acordo com amigos para que repassassem o dinheiro referente à comprovação financeira, mas aquilo não pareceu certo para ele. Ele confirma que muitas pessoas recorreram a essa prática, enviavam dinheiro de uma conta para outra de modo que pudessem obter a comprovação financeira necessária para ser um burareiro. Mais do que uma necessidade de diferenciação social, as famílias buscavam maior quantidade de terra, já que no Burareiro poderiam dispor de 250 hectares, enquanto no Marechal teriam 100 hectares. Além disso, a necessidade de “botar serviço” era a prerrogativa para que a família pudesse permanecer no lote. O próprio seu Adalberto disse que ele conseguiu “pegar um lote” justamente porque ele havia sido rejeitado por outro colono que “não colocou serviço”:

Não podia escolher lote, nós pegamos porque era enjeitado né? Mas quando era pelo Incra, falava que ia distribuir lote na linha fulano de tal, aí juntava aquele mundaréu de gente, colocava na caçamba do caminhão, chegava na boca da linha, só dava o cartãozinho pro cara com o número de inscrição, o número do lote, o número do marco e o nome do cabra que era o dono e o picadeiro ia na frente, chegava no lote – “esse aqui é o marco tal, fulano de tal,

número tal, ah esse aqui é o meu!”. Aí colocava um pau, alguma coisa com o nome dele lá para não perder mais e já, se não ficava ali, na outra semana já voltava pra derrubar um pedaço e marcar. Porque senão... tem que marcar, né? Aí na outra semana de novo, vai outra linha, o caminhão de novo (Seu Adalberto, 30/04/2012).

Era assim o processo de seleção. Primeiro, o Incra apenas fornecia um “papelzinho” com o número do lote e um funcionário apresentava à família a terra que poderiam “abrir”, o que corrobora a explicação de quem trabalhava no órgão federal na época. No entanto, abriu-se um canal de diálogo, no caso de seu Adalberto, a partir do qual era possível negociar a permanência em um lote que havia sido “enfeitado”, isto é, onde não haviam sido realizadas benfeitorias, o que estava ligado a “abrir a terra”, realizar a derrubada. Isto demonstra que o rigor com que a seleção foi apresentada pelos funcionários do Incra não se confirmava. Em sua maioria, só assumiram o investimento como burareiros, aquelas famílias que teriam condição de “abrir” uma maior quantidade de terra, o que, por vezes, não era obtido somente por meio do uso de trabalho familiar. Já que a família em questão previa não poder “abrir” toda a terra, permaneciam enquadrados com menor quantidade, como marechais, mas com possibilidades efetivas de permanência na mesma. Esse canal de comunicação com o governo federal também existiu com os Zanella, que foram diretamente conversar sobre as possibilidades de uso da terra com funcionários do governo federal à época. Antes de haver os projetos de assentamento tal qual projetados pelo Incra, era necessária a organização de um projeto agrícola, como fica patente no caso dos Zanella:

Isso, você ia no Incra, elaborava um projeto que você queria executar e o Incra liberava uma área. Olha, teve gente que pegou 500 hectares, 700 hectares. Os que fizeram projeto ficaram no meio ali [do PAD Marechal Dutra e Burareiro]. Aí nós, como não tínhamos projeto, o Incra tomou. Quer dizer, tomou não, porque não éramos donos, nós tínhamos marcado. Quem era dono era o governo federal. Só que quando o Incra cortou e ele mandou gente ir lá pra ocupar essa terra, nós não deixamos, não deixamos ninguém ocupar. A gente era os fiscais. Depois, fomos pra Porto Velho, brigar lá com o Incra. Aí o cara: “Vocês não podem ter, vocês nem derrubaram uma quantidade suficiente pra mostrar a capacidade de vocês, que vocês querem grande área”. Aí eu falei: “Por que fulano, fulano e fulano têm grande área? Por quê?”. E ele falou pra mim: “Ah, não, eles têm projeto”. Falei: “Não, se for por causa de projeto, a gente vai fazer um então!”. E ele falou: “Fulano tem quatro filhos”. “Peraí, agora você mexeu com a gente, só eu tenho sete filhos, já vim com sete filhos do Espírito Santo. Tinha um outro irmão que tinha cinco, tinha outro que tinha três ou quatro. Se for por causa de filho, nós vamos é ter muita terra aí” (Seu João Zanella, 08/03/2013).

Esse diálogo mostra a intensidade da relação entre funcionários do governo e as famílias que ocuparam os projetos de colonização. A necessidade de criar uma projeção de futuro para trabalhar a área ocupada não foi questionada por seu João Zanella. Naquele

momento, seu João fez referência aos vários filhos e sobrinhos, demonstrando que, mesmo não tendo passado pelo momento de seleção, eles possuíam força de trabalho suficiente para permanecer na área que já haviam ocupado e, mais importante, havia a possibilidade de se dirigir pessoalmente para divergir sobre o cumprimento ou não de determinadas diretrizes.

Os relatos das famílias e dos funcionários do Inca são registros que se aproximam e se distanciam em questões específicas. Na apresentação das “histórias do início” dos “pioneiros” e nas maneiras de contar sobre a colonização dos funcionários públicos, há um vocabulário compartilhado acerca da organização do espaço. São utilizados termos como “quadrado burro”, para aludir à divisão das terras; projeto, para fazer menção à necessidade de uma projeção de futuro nas terras – o que era cobrado pelo governo federal; a necessidade de “abrir o lote”, para que pudessem permanecer no mesmo e não vê-lo redistribuído a outra família.

No entanto, há também dissonâncias entre o que foi apresentado pelos funcionários e os “pioneiros”. Ao mesmo tempo em que seu Beto caracteriza o investimento da colonização como “sensacional”, ele afirma que o projeto do polo cacauero da região não foi alcançado, o que significa que a projeção de futuro do governo não se concretizou, abrindo caminho para diversas possibilidades de uso da terra. Em suas palavras: “É como uma boiada que estoura, aí cada um se ligou para um lado”.

Apesar de a organização do espaço a partir do início dos projetos de colonização ser uma importante prerrogativa para a construção do “novo”, do qual os “pioneiros” são figuras centrais, eles reconhecem a existência de outras populações no local, correspondendo a ciclos diferenciados do desenvolvimento de Ariquemes – o extrativismo da borracha e o garimpo, tal como comentaram seu Abel Zanella e seu Beto. Havia, assim, pessoas que ocupavam as terras de Ariquemes, mas que não faziam parte do ciclo agrícola, não tinham “perfil” para participar desse projeto que era de transformação de “floresta” em “terra”. Nesse segundo ponto, os “pioneiros” se aproximam do que foi comentado pelos funcionários do Inca. Como disse seu Abel Zanella, o período que contou com a participação dos “pioneiros” foi de “construção geopolítica”, isto é, de transformação do espaço.

Além disso, os relatos dos “pioneiros” matizam o processo de seleção, contradizendo em parte a avaliação “muito criteriosa” apontada pelos funcionários do Incra. Exemplo disto pode ser visto na circulação do extrato bancário para a comprovação financeira necessária para se tornar um burareiro. Ao mesmo tempo, colocam em evidência a possibilidade de um canal de diálogo com os funcionários do órgão federal, seja pela necessidade de implantação de um projeto, como no caso dos Zanella, seja na “conversa” de seu Adalberto com a administração local para permanecer no lote que havia sido rejeitado por outra família.

Neste capítulo foram apresentados diferentes registros sobre a colonização em Ariquemes. Entre dissonâncias e consonâncias apresentadas nos próprios relatos – tanto de “pioneiros” quanto de funcionários – podem ser identificados pontos em comum para além daqueles explicitados. As famílias e o Estado, em um primeiro momento, se apresentam, cada um deles, como uma unidade, seja na personificação estatal representada pelo Incra, seja nos grupos familiares que se deslocaram conjuntamente. Se, com o passar do tempo, o Estado passa a se fazer presente de forma fragmentada, isto é, não sendo mais representado exclusivamente pelo Incra, os grupos familiares também se separam, mas não apenas em burareiros e marechais. Eles realizam o movimento de separação próprio da família, o que não indica o rompimento de laços, mas representa uma forma particular de viver o processo de colonização, colocando a “casa a rodar”.

## CAPÍTULO II – MOVIMENTOS DE FAMÍLIA

No segundo capítulo, analiso as formas de contar sobre ocupação de terras em Rondônia de 11 famílias<sup>38</sup> que tiveram terras no PAD Burareiro e no PAD Marechal Dutra. Centralizo a apresentação nas personagens que gerenciaram o processo de mudança para Rondônia. O deslocamento para Rondônia inclui quatro movimentos<sup>39</sup> de família, que são compostos – “vir e ver as terras”; “o momento da viagem”; “a abertura do lote”; “o período de ‘formar o lote’ e ‘formar os filhos’”. Essas etapas foram selecionadas a partir dos relatos das famílias como significativos para ordenar a sua trajetória, além de serem recorrentes entre elas. Cinco dessas famílias possuíram terras no PAD Burareiro e atualmente a maioria dos seus membros vive em Ariquemes, ao passo que seis famílias abaixo apresentadas possuem terra no PAD Marechal Dutra, sendo que cinco continuam vivendo no lote, incluindo o casal que foi selecionado no processo de ocupação. Ainda apresento a trajetória da família Zanella<sup>40</sup>, que se constitui uma exceção em relação às famílias anteriormente mencionadas por ter se deslocado para Ariquemes antes que o processo de ocupação acontecesse nessa localidade, em 1972.

Em primeiro lugar, neste capítulo, explicarei a maneira com que conheci cada uma dessas famílias, agrupando-as na ordem em que tive contato com cada uma delas. Iniciarei a descrição com a família que me acolheu em Ariquemes e traço os caminhos que me levaram a conhecer todos os outros grupos familiares aqui descritos, bem como a importância de contar as suas histórias.

---

<sup>38</sup> Seu Beto é apresentado de maneira individual, mais em referência ao seu nome e menos à sua família, porque é conhecido dessa forma em Ariquemes. Como é farmacêutico, não serão explicados os “movimentos de família” porque estes não se aplicam, uma vez que, apesar de enquadrado como burareiro, ele não trabalhou no lote. Apesar disso, faço uma apresentação de sua história por ser considerado um dos “pioneiros”, conforme será tratado no próximo capítulo. A família de Francisco Pereira, também “pioneira”, será trazida somente no último “movimento de família”, uma vez que o seu relato sobre esse período específico traz elementos relevantes para a análise.

<sup>39</sup> Deixo claro que os “movimentos de família” fazem parte de um recorte analítico a partir do qual as famílias me contaram a respeito de sua trajetória, o que não foi informado necessariamente de maneira linear. Conforme Bourdieu (1996, p. 190) argumenta, ao tratar da “ilusão biográfica”: “Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado”.

<sup>40</sup> Mostro o percurso que os levou até Ariquemes e como posteriormente foram qualificados como produtores do PAD Burareiro, uma vez que foi instalada a política de colonização na localidade.

Posteriormente, divido o deslocamento para Rondônia em quatro “movimentos de família”, que podem ser notados a partir da observação de uma organização do tempo segundo movimentações que não aparecem de forma linear em seus relatos, mas que organizo abaixo dessa forma para fins analíticos. A decisão de ir para Rondônia foi motivada pela necessidade de “esparrear”, sendo necessário o movimento de “vir e ver as terras” antes. Em seguida, há o movimento em si, a mudança de toda a família – o momento de colocar a “casa<sup>41</sup> a rodar”. Já instalados na nova terra, há um movimento baseado nas relações estabelecidas anteriormente e naquelas construídas em Rondônia, bem como os vínculos estritamente de trabalho para “abrir” a terra. Por fim, é necessário ter condições para “encaminhar” ou “formar” os filhos, seja a de “formar um lote” para o filho que se casa, seja dotando-o de outras condições para a consecução de seus projetos de vida.

### **Família Cioffi**

Lara Cioffi mora com seus filhos em uma parte do terreno que foi dividido com a casa da sua mãe, dona Luzia, que fica ao lado. Portanto, as duas estão sempre em contato. Sua casa é recém-construída e ela mostra muito zelo por aquele lugar: os móveis planejados da cozinha, o piso da sua escolha, dois quartos e uma suíte – o espaço que tinha pela primeira vez e queria proporcionar também aos seus filhos. Lara é divorciada e tem três filhos, somente as meninas Giulia e Larissa moravam com ela quando cheguei a Ariquemes; o filho mais velho, George, morava com o pai. Ao “formar família”, os filhos têm a possibilidade de obter um terreno com a ajuda de seus pais, ou o espaço da casa da família recém-formada deve ser arranjado, dividindo-o com os pais dos noivos. É comum que os pais partilhem o terreno na cidade com algum filho ou filha, sem regras específicas para essa divisão. Para Lara, isso significa a possibilidade de ficar próxima das famílias de sua mãe e também de seu irmão, pois ele está com frequência na casa das duas. Há um muro que divide a casa de Lara da casa da dona Luzia, mas entre os dois espaços há um portão, o que permite a circulação direta entre os dois terrenos.

---

<sup>41</sup> Tal como postula Marcelin (1996), a casa remete não somente à construção física, mas às relações entre as pessoas que a habitam, além disso, a decisão de construir uma casa não é uma operação individual, sendo orientada por mecanismos socioculturais da família. Destaco outros estudos sobre a casa, tais como a organização cosmológica da mesma (cf. Woortman 1982); a casa e a relação de morada na *plantation* pernambucana (cf. Palmeira, 1977); regras/articulações internas na casa (cf. Bourdieu, 1970); a casa como um ponto de referência e ao mesmo tempo um ponto de passagem para os membros familiares (cf. Duarte; Gomes, 2008), o que se aproxima do sentido do termo casa desenvolvido no presente estudo.

A casa da filha está localizada na área da alameda. As alamedas, no início, foram organizadas para o lazer das famílias e para a arborização da cidade, mas são utilizadas atualmente para a construção de novas casas, sendo que muitas destas podem corresponder à divisão da família de origem e à formação de um novo núcleo familiar<sup>42</sup>, como no caso de Lara. Na primeira vez em que fui à sua casa, ela me chamou para ver álbuns antigos de família, mostrando-me um pouco de sua história. Havia fotos de sua infância no Paraná, dos seus pais em diferentes cidades naquele estado. Conversamos sobre alguns momentos importantes na vida de sua família – a construção da barragem de Itaipu, que fez com que muitos da família se deslocassem para outros municípios, a construção de Cianorte como um marco importante na vida de seu pai e dos irmãos dele<sup>43</sup>, e as primeiras fotos de Ariquemes no início da década de 1980.

Por intermédio de um amigo, seu Batista, que veio para Rondônia em 1976 para trabalhar na Aster, seu João Cioffi, pai de Lara, decidiu conhecer Rondônia. Para seu João, o objetivo ao se deslocar para Rondônia era possuir terra, mas ele só viria para o estado com a família se tivesse um emprego. Desta maneira, após ser feito o convite para um emprego em Rondônia, seu João chamou toda a família para uma conversa a respeito da mudança, ainda que os filhos fossem pequenos. Lara confirmou que seu pai nunca havia tomado as decisões sem consultar a família, mesmo quando ela e seu irmão tinham apenas 8 e 9 anos, respectivamente. Como seu pai diz e ela se recorda: “eu não mandei os meninos simplesmente entrarem no carro sem dizer para onde estávamos indo”. Lara Cioffi sempre foi muito importante no desenrolar do meu trabalho, porque perguntava principalmente ao seu pai, seu João, e a outros “pioneiros”<sup>44</sup> sobre a história “do início”, a fim de que eu a conhecesse.

A minha relação com a família Cioffi foi se desenvolvendo rapidamente. Houve uma ocasião em que Lara teve que viajar a trabalho, uma semana depois de eu ter chegado a Ariquemes, em 2012. Eu estava hospedada no mesmo hotel do ano anterior, na minha

---

<sup>42</sup> Como assinala Zonabend (1996), o ciclo do grupo doméstico varia em função do próprio grupo, mas também de condições exteriores nas quais se inscrevem. No contexto aqui apresentado, a oferta de datas e terras influencia os projetos de vida dos grupos domésticos formados por filhos de “pioneiros”, que podem não estar ligados necessariamente à permanência na terra.

<sup>43</sup> O livro que retrata a ocupação de Cianorte será analisado no capítulo seguinte (cf. Capítulo III).

<sup>44</sup> Os termos “pioneiro” ou “pioneiros” são categorias utilizadas pelos ocupantes das terras de Ariquemes para designar os trabalhadores que ocuparam as terras, seja do PAD Burareiro ou do PAD Marechal Dutra, até o início da década de 1980, participando da construção da cidade e da “abertura das terras” (cf. Capítulo III).

primeira ida ao campo, e ela me perguntou se não poderia ficar na casa dela para “olhar as suas meninas”, fazendo referência a Larissa, de 11 anos, e a Giulia, de 17. Lara Cioffi me acolheu em sua casa, portanto, a convivência com a família Cioffi foi de suma importância para a minha pesquisa. Tive a oportunidade de conhecer toda a sua família – a mãe, dona Luzia, o padrasto, Chico, os irmãos, Joca e Layane, os filhos de Lara e os sobrinhos, a cunhada e um pouco da segunda família de seu João Cioffi. Tanto Lara quanto seu João Cioffi fizeram uma lista de pessoas, logo na primeira conversa que tive com seu João, sobre quais seriam importantes para a minha pesquisa. Ela me disse que depois eu “deveria fazer o filtro”, escolher os relatos que considerasse relevantes. O seu intuito era que eu não fosse “desconfiada” como forasteira. Fui seguindo os caminhos abertos pela família que me acolheu, e escolhi as famílias cujas histórias traziam indagações para o meu estudo.

### **Seu Beto**

O nome de seu Beto foi recomendado por Lara e seu João. Ele não é conhecido por ter possuído terra, apesar de ter tido um burareiro, mas pelo seu ofício de farmacêutico. Importante salientar essa formulação utilizada, “seu Beto teve um burareiro”, isto é, uma terra no projeto homônimo, mas nunca “foi um burareiro”, tal como as famílias que trabalharam na terra. Outra diferença é não fazerem referência ao seu sobrenome, como nas outras famílias, mas ao apelido com que ficou conhecido na cidade. Sua atuação foi importante no início da colonização, já que Ariquemes foi um dos principais focos de malária do estado de Rondônia, o que fez com que a cidade recebesse o apelido de “Aritremes”. Fui a uma das lojas que ele possuía na cidade, mas que já havia vendido há alguns anos. Com a ajuda de um antigo funcionário de seu Beto e com a ajuda de Lara, que me acompanhou nesse momento, eu marquei um encontro com seu Beto em sua casa.

A casa de seu Beto está localizada na parte central da cidade. Ele me convidou para sentar em uma das duas cadeiras que levou para a varanda. No terreno na cidade de Ariquemes onde seu Beto mora, sem uma divisão de muro, há outras duas casas, que depois ele me explicou pertencerem aos seus dois filhos, sendo um casado e a outra é a filha que acabara de se divorciar. Só vi o interior da sua casa quando fomos buscar em cima da mesa da sala de jantar duas mexericas das árvores do seu próprio quintal. A casa era antiga, com móveis que deviam pertencer à família há algum tempo, as salas e a cozinha eram bastante amplas, mas não vi ninguém por lá naquele momento.



A sua família é do interior de São Paulo, e o primeiro movimento de sua vida foi se mudar para a capital com 19 anos. De lá, ele foi para o Paraná no início da década de 1960, com o intuito de “ganhar o mundo” sozinho, porque o pai tinha 11 filhos e todos viviam da “roça”, uma “vida miserável”, como ele se recorda. Ele serviu ao Exército com 28 anos, porque com esta idade “tirou” seus documentos e, como não tinha se apresentado ao serviço militar, teve que servir. Depois, foi durante muito tempo farmacêutico no Paraná, na cidade de Assis Chateaubriand. Mudou-se para outra cidade neste estado, tendo sido prefeito na cidade de Goioerê de 1968 até 1972, lá permanecendo até que soube da possibilidade de participar da construção de uma nova cidade no estado de Rondônia.

Em Ariquemes, além de ser dono da primeira farmácia da cidade, ele foi também quem construiu a primeira rodoviária e implementou o primeiro “sistema de comunicação”, cujo nome era “pau do fuxico”, que consistia em um alto-falante para fazer propaganda dos comércios da incipiente cidade, e também ponto de apoio para as famílias recém-chegadas para acharem amigos e familiares, e servindo de ajuda aos trabalhadores que se perdiam na “mata”, “abrindo” os lotes. Por isso, considero-o importante. Mesmo que não tenha possuído terra dos projetos de colonização, participou de momentos relevantes na construção da cidade de Ariquemes.

### **Família Oliveira**

Seu Pedrinho de Oliveira é uma figura de destaque em Ariquemes para aqueles que chegaram “desde o início”. Não demorou que o conhecesse, não em uma situação de entrevista para a pesquisa, uma vez que ele é o sogro do filho do seu João Cioffi. Assim, na primeira festa da família Cioffi de que eu pude participar, o aniversário do Joca, filho de seu João e irmão de Lara, fui apresentada a seu Pedrinho e à sua esposa, dona Assunção. Joca enfatizou a importância de posteriormente conversar com ele sobre a chegada a Ariquemes. Joca é casado com Kátia, filha de seu Pedrinho. Eles moram com os dois filhos nos fundos da casa de seu Pedrinho. A casa dele tem três quartos e uma sala amplos. As casas são contínuas, não há uma divisão entre elas. Há uma parede da casa dedicada inteiramente às placas de homenagem que seu Pedrinho já recebeu como fundador do Lions em Ariquemes e em Espera Feliz, Minas Gerais, além da placa de pioneiro também das duas cidades. Geralmente, Giovanna, filha mais velha de Joca, fica na casa de Lara, ou Larissa, a filha mais nova de Lara, vai para a casa do tio, havendo uma circulação usual das crianças entre essas casas, especialmente nos fins de semana.

Dias depois da festa de aniversário, telefonei para a casa de seu Pedrinho para conversarmos sobre os anos em que morava em Rondônia e como tomou a decisão de ir para lá. Ao chegar à sua casa na cidade, localizada no setor um, em um dos primeiros setores abertos, percebi que Seu Pedrinho se orgulha bastante dos pássaros que vêm visitar o terreno e da grande quantidade de flores que tem no jardim em frente a casa, zelado por dona Assunção. No início, tinha hora marcada para ir conversar com ele, mas depois as visitas passaram a ser mais constantes. Seu Pedrinho se recorda com detalhes de como ficou sabendo do processo de abertura das terras e da colonização organizadas pelos órgãos do Estado em 1970:

Estavam eu e meu irmão, e nosso objetivo mesmo era plantar cacau, [quando] chegou a notícia lá pra nós, no sul da Bahia, que tinha um cunhado lá, que o cacau tinha se adaptado muito bem a Rondônia. A previsão era que iria produzir tanto ou mais que lá no sul da Bahia. Aqui não tinha nada ainda, e lá a terra toda era de graça, o governo estava interessado em fazer a ocupação da Amazônia, tinha até um lema dos militares – Integrar para não Entregar. Havia um movimento muito grande de integração da Amazônia, traziam o sujeito para desmatar. Só não esperava que fosse fazer esse desmatamento tão grande depois que começaram a cortar, mas a ideia no início era essa: Ocupar para não entregar (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

No relato de seu Pedrinho, pode-se observar que a memória pessoal é acionada em confluência com o discurso do estado em relação ao período de ocupação da terra, o que acontece também no relato do seu Adalberto Martini, membro da próxima família que irei apresentar. Seu Pedrinho de Oliveira nasceu em Carangola, Minas Gerais. Ele salienta que a produção de cacau na década de 1970, no Brasil, vivia o seu auge. “Naquele tempo, quem tinha cacau viajava para Europa e Estados Unidos. Cacau era uma riqueza, uma riqueza grande”. O deslocamento para Rondônia foi uma decisão tomada em função de uma “nova oportunidade de vida” e não necessariamente “melhores condições de vida”, como atribuído comumente ao processo migratório; por isso, acredito que seja relevante trazer à tona sua participação no processo.

### **Família Martini**

Outro nome na lista de seu João e Lara Cioffi era seu Adalberto Martini, considerado um dos “pioneiros” de Ariquemes, com quem seu João já havia feito negócio: a venda de um de seus lotes. Fui recebida por seu Adalberto Martini e dona Marta, sua esposa, em sua casa em um bairro novo da cidade. A casa onde moram é bastante confortável, recém-construída por seus filhos, e da qual eles têm muito orgulho. Visitei a casa deles algumas vezes. Em um primeiro momento, sentamos em volta da mesa da

varanda e, na medida em que os contatos foram se estreitando, sentávamos em torno da mesa da cozinha. Apesar da casa na cidade, dona Marta reclamava que seu Adalberto ia constantemente ao lote, mesmo “não tendo mais saúde”. Ainda que morem sozinhos, o terreno é dividido com uma filha, que tem a sua casa ao lado, separada por um muro, e ela os ajuda nas tarefas diárias, já que dona Marta sofre de complicações oftalmológicas.

Chamou-me a atenção a forma como contaram suas memórias sobre os momentos de “dificuldades”<sup>45</sup> que enfrentaram, uma maneira de contar uma história marcada pelo sofrimento passado, sempre lembradas entre risos<sup>46</sup>. Além disso, dona Marta era uma presença constante, relatando junto com seu Adalberto a trajetória da família. Isto me motivou a selecioná-los como uma das famílias a serem analisadas, pois aqueles que são reconhecidamente autorizados para contar sobre a ocupação de Rondônia são geralmente os homens.

Sobre as famílias até agora apresentadas, notei que todas moram no espaço urbano de Ariquemes, e não mais possuem os primeiros lotes conquistados por meio do processo seletivo do Incra. A disposição de suas casas também mostra uma característica em comum – diferentes gerações dividem o terreno urbano, chamado *data*. Pelo menos um dos filhos mora no terreno dos pais, em todos os casos acima mencionados, não havendo um padrão relacionado à ultimogenitura ou à primogenitura<sup>47</sup>. Com exceção dos terrenos de seu Pedrinho e de seu Beto, onde as casas são ligadas, nos outros dois casos há uma divisão dos espaços feita por um muro, para a construção da casa de cada uma das famílias, na medida em que os filhos se “esparramam”. Mesmo diante do valor de permanecer próximo da família<sup>48</sup>, é necessário marcar a distância e a singularidade do

---

<sup>45</sup> De acordo com Hébette e Marin (v. I, 2004), os parceiros de Ariquemes se queixavam principalmente da falta de estrada e a respeito do banco, pois o crédito não estava disponível quando havia a necessidade de finalizar acordos, por exemplo.

<sup>46</sup> O riso é acionado sempre que contam histórias a partir das quais vivenciaram situações de medo – seja por meio das crises de malária, seja pela “abertura” das terras. Ademais, o riso parece ser um recurso utilizado para demonstrar que o medo foi superado e que são vencedores e merecedores de tudo o que conquistaram, o que se conecta com a noção de sofrimento (cf. Capítulo III).

<sup>47</sup> Sobre lógicas relacionadas à transmissão da propriedade no espaço rural, cf. Woortmann (1995); Moura (1978); Seyferth (1985).

<sup>48</sup> Segundo Gessat-Anstett (2001), ao tratar da gestão familiar de um terreno numa cidade russa, os parentes realizam a gestão coletiva do espaço disponível, principalmente por conta dos imperativos demográficos e econômicos. Na pesquisa aqui realizada, ainda que não pelos mesmos motivos, a forma de gestão dos terrenos também é atualmente impactada por altos preços de lotes e *datas*. Assim, no caso de Rondônia, apesar do aspecto positivo de conviver próximo à família de origem, a distância entre diferentes núcleos familiares deve ser marcada, sendo o muro um dos elementos que produzem esse efeito.

novo núcleo familiar que, por estar na cidade, não exerce o trabalho de maneira conjunta, tal como acontece no meio rural.

### **Família Zanella**

Os Zanella foram citados por seu João e confirmados por seu Adalberto Martini como uma das “primeiras famílias” que havia chegado a Ariquemes. No entanto, eu os conheci por indicação de um antigo funcionário público que mora na cidade há mais de quarenta anos, justamente quando fui à prefeitura para conversar com o prefeito. Os Zanella são parte de uma família de ascendência italiana que, em Colatina, no Espírito Santo, cultivavam café e cana-de-açúcar antes de se mudarem para Rondônia. A história dessa família será apresentada através das memórias de dois dos 14 irmãos que compunham a família capixaba: Seu João e Seu Abel. Faço referência à família “capixaba” porque assim se caracterizam por terem sua origem no Espírito Santo. No relato da família Zanella, é relevante se denominarem “capixabas”. Eles fizeram parte do grupo inicial de famílias (junto com outras que vieram de Minas e da Bahia) que se considera como as primeiras famílias agricultoras de Ariquemes, e estão divididas de acordo com o estado de origem de cada uma. Esta particular denominação não ocorre no caso das outras famílias analisadas, sendo uma peculiaridade dos Zanella.

Seu Abel Zanella é um senhor simpático, franzino, com tom doutrinário na voz devido à formação como diácono pela Igreja Católica, e professor de filosofia. Aos 62 anos, seu Abel mora sozinho (não tem filhos) em uma casa simples, parte de um pequeno condomínio localizado no setor 4, que ele comprou do irmão mais velho, João. Fui à sua casa algumas vezes e, na segunda vez, ele telefonou para seu irmão João – “aquele que sabe das histórias” – para que eu conversasse com ele também.

Seu João Zanella tem olhos de um tom azul cintilante, nítido mesmo com as rugas formadas pelos anos de trabalho ao sol. Sendo ele o irmão mais velho, era quem gerenciava as decisões da família, junto com o pai. Seu João Zanella foi responsável por organizar a vinda de um primeiro grupo da família Zanella para Rondônia, no qual estavam presentes ele, que era casado, seu Abel, solteiro, outros dois irmãos casados e dois irmãos solteiros. No segundo momento, vieram o pai de seu João Zanella e outros três irmãos e três irmãs. Ele mantém no tom firme de voz a postura de quem tomava as decisões por seus sete filhos e também pelos dez irmãos e as três irmãs. Recebeu-me em

sua casa localizada no centro de Ariquemes, onde ele mora, atualmente só com sua esposa, na parte de cima de um comércio de motos de sua família. São conhecidos por constituírem uma das poucas famílias que já estavam na localidade antes da abertura de “Ariquemes Nova”, onde se localiza hoje o município, o que justifica a análise dos Zanella.

### **Família Pereira**

Conheci seu Wanderlei Pereira no restaurante de sua família, localizado no setor três de Ariquemes, na primeira vez em que fui à cidade, sendo este o primeiro lugar que Lara me convidou a ir. Ela me apresentou a seu Wanderlei e anotei o seu contato para que pudesse retornar e conversar sobre a pesquisa. Quando voltei para conversar com ele sobre o início da ocupação das terras, ele se prontificou a chamar seu pai, Aparecido Pereira, que era considerado “pioneiro” em Ariquemes. Aparecido Pereira é cearense, mas quando menino foi morar em São Paulo com sua família. Quando ele se casou, decidiu mudar-se para o Paraná, Goioerê, com a sua família recém-formada, para trabalhar em plantações de café como arrendatário. Com o tempo, seu Aparecido Pereira conseguiu adquirir para a sua família uma terra, ainda que pequena, naquele estado.

Em algumas conversas com seu Wanderlei, seu irmão mais novo Zé e sua esposa Sandra, pude conhecer um pouco da história da família Pereira. Ela também possuiu terra no PAD Burareiro, sendo considerada uma das maiores famílias cacauilcultoras da região no auge da produção de cacau, o que me chamou a atenção para que os incluísse nesta análise.

### **Família Lopes, Família Aquino e Família Araújo**

Ainda em Ariquemes, tive a oportunidade de conversar com o prefeito da cidade, também considerado “pioneiro”, por indicação de seu Beto. No entanto, o relato do prefeito não foi muito detalhado, mas apenas baseado em suas ações atuais no âmbito da política, o que faz com que eu decidisse não apresentar a sua trajetória. Em uma conversa de corredor com um dos motoristas da Secretaria de Educação, que me fora apresentado por Lara em outra ocasião, ele me disse que a sua família morava em Alto Paraíso e, portanto, conhecia várias pessoas naquela pequena cidade. Já tinha o intuito de não concentrar a minha pesquisa apenas em Ariquemes, uma vez que em Alto Paraíso poderia ter contato com famílias que vivem na terra e muitas delas ainda moram no lote inicial do

projeto de assentamento Marechal Dutra. Anderson passou para mim alguns nomes de famílias que ocuparam as terras em Alto Paraíso “desde o início”. No entanto, teria que me deslocar até esta cidade vizinha e encontrar meios para estabelecer contato com as famílias, uma vez que a maioria, como mencionado, ainda morava no meio rural.

Para minha surpresa, na véspera da viagem para Alto Paraíso, recebi uma ligação do Anderson, dizendo que a minha chegada já estava combinada. Este fato é relevante para demonstrar que antes da minha entrada em Alto Paraíso houve uma circulação de informações a respeito do trabalho que eu estava realizando em Ariquemes, o que favoreceu os primeiros contatos na cidade vizinha. Eu deveria estar cedo na cidade, porque o ex-cunhado de Anderson, chamado Ítalo, iria me buscar no ponto de mototáxi no qual ele trabalhava para me levar até a casa de seu pai, onde fui convidada a comer uma galinha caipira preparada por dona Isa, mãe de Ítalo.

Ao chegar a Alto Paraíso, encontrei Ítalo no ponto de mototáxi me esperando. Ele se tornou uma pessoa chave no trabalho de campo por me apresentar não só à própria família, mas também aos outros “companheiros de linha” de seu pai, indo na casa deles nas conversas iniciais para explicar o meu trabalho. Sempre que ele me acompanhava, também era uma oportunidade para conversar com sua família, levando-me antes ou depois das conversas “na linha” para almoçar na casa dos seus pais. Dois senhores eram particularmente importantes para o senhor Francisco Lopes, pai de Ítalo, pois além de serem compadres, padrinhos dos filhos uns dos outros, eles tinham vivido juntos a experiência de “abertura das terras”. Eles eram o seu Josivaldo Aquino e seu Armínio Araújo. “Andava nós três sempre em conjunto”, diz seu Josivaldo. Por isso, eu os incluí nas famílias analisadas que possuem terra na área do antigo PAD Marechal Dutra.

Seu Josivaldo Aquino nasceu em Minas Gerais, aparenta ter mais do que os seus 72 anos recém-completos, rosto bastante queimado de sol e “adora uma conversa”, como o próprio Ítalo já havia me contado. Quando chegamos à sua casa, ele estava capinando o terreiro junto com sua esposa. Logo reconheceu Ítalo e foi cumprimentá-lo, convidando-nos para sentar na varanda, porque era mais fresco do que dentro de casa. Contador de histórias, muito falante, seu Josivaldo comentou que havia arrendado há pouco tempo parte de seu lote “do início” para produção de arroz mecanizado de um “pessoal de Vilhena”, isto é, empresários do sul do estado que estão começando a implantar a mecanização em outras regiões mais ao norte em Rondônia. Fez questão de me mostrar

as árvores frutíferas que ele cultivava no lote e a casa que ele reformou com o dinheiro que conseguiu a partir do lote.

Seu Armínio Araújo é baiano e morava no Paraná quando ficou sabendo da “fofoca” de Rondônia. Ele foi para o Paraná trabalhar quando as terras não eram tão caras. Mas como era mais novo, ele afirma que não percebeu a importância de comprar terra, mesmo porque não possuía recursos financeiros à época. A circulação de informações sobre a ocupação das terras em Rondônia acontecia principalmente entre familiares e amigos. Alguns conhecidos de seu Armínio já tinham “vindo olhar as terras” no estado e um conchudo seu já morava em Ouro Preto d’Oeste, o que facilitou a chegada a Rondônia. Ele me recebeu em seu lote “do início”, onde atualmente existem três casas – duas de seus filhos casados e uma onde mora com sua esposa. Conheci as três casas nas ocasiões em que conversei com Armínio. Diferente do que ocorre no caso dos burareiros, as famílias dos marechais permanecem no espaço rural e algumas delas possuem ainda o primeiro lote. Outra distinção é que as casas de grupos familiares de gerações diversas não são divididas por um muro, como ocorre comumente na cidade, e nem por cercas. Isto se liga à noção de que não somente o espaço residencial é dividido, mas que também há a divisão do trabalho entre aqueles que moram no mesmo lote, produzindo juntos ainda que em espaços demarcados.

### **Família Silva e Família Sá**

Durante o tempo em que “parei” no município de Alto Paraíso, frequentava bastante a sede da Associação de Cafeicultores de Alto Paraíso (Acap). Ao conversar com a secretária da associação, Letícia, descobri que ela é filha do “veterano” Osvaldo. Letícia foi me apresentando a outras pessoas, “fundadores” ou filhos de “fundadores” que circulam no ambiente associativo de Alto Paraíso. O irmão de Letícia também é um dos secretários do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alto Paraíso (STR-Alto Paraíso). Seu Osvaldo é um senhor bastante sério, ficou reticente para gravar a conversa, mas quis contar a sua história. Achei relevante incluir a história contada por ele de como a sua família se deslocou para Rondônia, por ser considerado “veterano” da Acap, o que é uma formulação distinta de “pioneiro”, como será visto no próximo capítulo.

Seu Osvaldo Silva chegou no ano de 1986 a Rondônia. Ele também veio do Paraná, onde tinha uma propriedade pequena, porém não era mais suficiente para a sua família

que crescia. Ele tem 62 anos, e é um homem de frases curtas. É natural de Minas Gerais, de onde se mudou para o Paraná aos 13 anos de idade, vivendo durante sua juventude neste estado, de 1964 a 1986. Naquele tempo, a notícia sobre Rondônia já “corria” no Paraná, muitas pessoas tinham se deslocado para aquele novo estado devido às “dificuldades” encontradas para permanecer “em cima da terra”, com o espaço produtivo insuficiente para a família que estava aumentando.

Seu Leonardo de Sá também tem um histórico de participação na Associação de Cafeicultores e no Sindicato, e eu o conheci por intermédio de Letícia. Ele se mudou para Rondônia em julho de 1976, sendo um dos “veteranos” da associação. É natural de Minas Gerais e até os 20 anos permaneceu com toda a família onde foi criado, numa fazenda do interior, na qual seus pais trabalhavam como meeiros. Tentaram recomeçar a vida em Belo Horizonte, mas não deu certo. Com o passar do tempo e o fim do emprego na fazenda, seu pai e os irmãos mais velhos ficaram desempregados e foram para o Paraná “atrás de terra”. Chegaram lá em 1972, quando já não havia mais terra com preço barato. A saída foi trabalhar para um dono de terras, plantando soja. No ano seguinte, esse dono adotou o plantio mecanizado e eles “sobraram”, ou seja, foram expulsos da terra. Ele comentou sobre os planos que a família tinha: “Terra, não tinha no Paraná, aí o pai falou pra família: ‘Olha, volta pra Minas ou vamos pra frente?’”. Quando fomos pro Paraná, ele já falava em Rondônia”. E a família decidiu “ir em frente”. Hoje, ele ainda possui um lote no PAD Marechal Dutra.

Posteriormente, tive a oportunidade de conhecer o lote do seu Leonardo e ele me mostrou a diversidade de sua produção, mais uma razão para incluir sua trajetória. De maneira a sintetizar o que foi apresentado e facilitar o entendimento das histórias das famílias, segue um quadro com as principais informações referentes às famílias apresentadas:

**Figura 03. Quadro com informações sobre as famílias pioneiras**

**Figura 03. Quadro com informações sobre as famílias pioneiras**

<b>Família/pioneiros</b>	<b>Estado de origem</b>	<b>Estado de procedência</b>	<b>Ano de chegada a Rondônia</b>	<b>Projeto de assentamento</b>



Cioffi (seu João/dona Luzia)	Paraná/Minas Gerais	Paraná	1978	Burareiro
Seu Beto	Paraná	Paraná	1976	Burareiro
Oliveira (seu Pedrinho/seu José)	Minas Gerais	Minas Gerais	1975	Burareiro
Martini (seu Adalberto/dona Marta)	Minas Gerais/São Paulo	Paraná	1976	Marechal Dutra
Zanella (seu João/seu Abel)	Espírito Santo	Espírito Santo	1972	Burareiro
Pereira (seu Aparecido/seu Wanderlei)	Ceará/São Paulo	Paraná	1976	Burareiro
Aquino (seu Josivaldo)	Minas Gerais	Paraná	1977	Marechal Dutra
Araújo (seu Armínio)	Bahia	Paraná	1974	Marechal Dutra
Silva (seu Osvaldo)	Minas Gerais	Paraná	1986	Marechal Dutra
Sá (Seu Leonardo)	Minas Gerais	Paraná	1976	Marechal Dutra
Lopes (seu Francisco/dona Isa/Ítalo)	Paraná	Paraná	1976	Marechal Dutra

Fonte: Dados da pesquisa da autora

## 2.1 Primeiro movimento – Vir e ver as terras para se esparramar

Antes de falar sobre o primeiro movimento da família de seu João Cioffi, explicarei um pouco sobre suas “paradas”, isto é, as cidades e os estados que percorreu até chegar a Rondônia. Para que a vida não fosse pautada pela lida na “roça”, seu João Cioffi, ainda jovem, foi de carona em cima de um caminhão-tanque para São Paulo, onde ficou meses dormindo numa espreguiçadeira na casa de um amigo dele, até se estabelecer na cidade. O objetivo de seu João era cursar o ensino médio público e também o correspondente ao ensino profissionalizante. Posteriormente, Cioffi entrou para o curso de Administração de Empresas na PUC-São Paulo e, por conta de suas notas, fica orgulhoso em dizer que obteve bolsa integral. Em São Paulo, seu João conheceu dona Luzia, natural de Minas Gerais, e se casaram dois anos depois. Eles construíram nessa cidade uma casa financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), local onde nasceram os seus dois filhos. Ele retornou então para o Paraná, já com seus dois filhos pequenos, Lara e João Carlos, respectivamente, com 1 e 2 anos.

Seu João montou uma empresa de material elétrico em Cianorte, no Paraná, com o irmão, mas o empreendimento não deu certo. Foi convidado por Batista para trabalhar em uma cooperativa em Umuarama, no mesmo estado. Lara comenta que seu João passou a ser reconhecido como alguém com *expertise* em cooperativismo; sempre que se iniciava uma cooperativa no estado do Paraná, ele era convidado para ser gerente. No entanto, nutria o sonho de possuir uma terra para sua família. Seu Nuncio, pai de João, plantava lavoura branca e cuidava de gado em sua pequena propriedade. Seu João foi criado na “roça” durante a sua infância e, à medida que os seus irmãos casavam, permaneciam naquela pequena propriedade, quase formando uma vila. Seu Nuncio também tinha como ofício ser carpinteiro, em geral ele passava dois ou três meses construindo principalmente mourão de cerca de bois em outras terras. A mãe de seu João criava os filhos praticamente sozinha e ainda cuidava da lida da agricultura quando seu Nuncio estava trabalhando fora, plantando em especial café, que era o cultivo mais estabelecido no estado do Paraná. Ela colocava os filhos na rabeira do fogão de lenha, depois de tirar as lenhas, para que não sentissem muito frio, mostrando as “dificuldades” que a família Cioffi enfrentou durante o período da infância de seu João.

Depois do trabalho em Umuarama, houve uma oportunidade para seu João ser gerente de uma cooperativa de alimentos em Goioerê, ainda no Paraná. Nesse período,

seu pai João foi conhecer Rondônia com Licínio, irmão de sua esposa, e também Batista, pai de Rodrigo, o que era bastante comum na época, já aventando a possibilidade de morar e trabalhar naquelas novas terras em Rondônia. A próxima “parada” da família Cioffi foi Jaú, no interior de São Paulo, seu João ainda trabalhando como gerente. A relação entre Lara e Rodrigo, assim como de seu João e Batista, era “familiar”, conforme eles definiram, e pode nos ajudar a introduzir um aspecto importante da noção de “família” no contexto pesquisado. O vínculo envolve uma longa história de deslocamentos, atravessando gerações e estados. Os convites para iniciar as cooperativas foram realizados por Batista. Até que ele, em 1978, falou para seu João Cioffi que não “era um convite, mas sim uma intimação” para trabalhar na cooperativa do Incra, em Ouro Preto d’Oeste, em Rondônia.

Na realidade, disse Lara, havia outra oportunidade de trabalho em Curitiba. No entanto, lá não existia “espaço para sonho” como em Rondônia, tal qual veiculado na propaganda estatal. O convite do então governador Jorge Teixeira de Oliveira para se deslocarem até Rondônia, proferido em discurso, foi: “Venham brasileiros de todos os cantos do Brasil! Venham pessoas de todas as partes! Rondônia lhes oferece trabalho, solidariedade e respeito! Tragam seus sonhos, anseios e ilusões! Compartilhem de tudo isso com este povo admirável. Assumam como ele os problemas e as dificuldades naturais de sua trajetória em busca do grande destino do Brasil”<sup>49</sup>. Desta forma, seu João, tal como se recorda Lara, escolheu “viver o sonho”, deslocando-se para Rondônia. Havia uma grande relação de confiança entre Batista e João, que viveram a “aventura” juntos como um “risco mais controlado”, isto é, um investimento que podia ser considerado arriscado, mas vivido com informação.

Para seu João Cioffi, o objetivo de vir para Rondônia, mais do que possuir terra enquanto espaço produtivo, era poder ter a experiência “do novo”. Em algumas conversas que tive com ele, indaguei como foi realizada a decisão de mudar de estado. Há um histórico na família do seu João de mudança e “abertura de novas terras”, assim como fizeram no Paraná, e quando os avós decidiram imigrar da Itália para São Paulo. Ele disse que sempre quis fazer parte da construção de “algo novo”, além de não se ver morando em São Paulo, o que motivou a decisão de ir para Rondônia.

---

<sup>49</sup> Para outros pronunciamentos, cf. Foroni (2012), cujo trabalho tem como objetivo a análise dos discursos do então governador Jorge Teixeira, realizados entre os anos de 1979 e 1985.

A primeira “parada” da família em Rondônia foi a cidade de Ouro Preto d’Oeste, como anteriormente comentado, onde seu João teria o emprego que seu amigo havia acertado para ele. No entanto, ele continuava com a vontade de possuir uma terra para a família, o que não era possível em Ouro Preto, porque a distribuição dos lotes já estava escassa e, por ser funcionário público, não poder ser proprietário de terra. Decide assim se mudar com toda a família para Ariquemes, onde poderia realizar o sonho de possuir terra para a família<sup>50</sup>.

Para Seu Pedrinho de Oliveira, o sentido de ir até Rondônia era distinto. Recebia-me sempre na varanda de sua casa, muito surpreso com minhas indagações sobre aquele passado longínquo. Nos seus 83 anos, comentou que nunca parou para reunir de forma organizada, a lembrança do que havia acontecido e os motivos que o levaram a vir para Rondônia. Ele só tinha feito isso enquanto vivia o processo de “abertura das terras”, momento em que escreveu um diário contando a sua experiência, os perigos da “mata” e a oportunidade de vida que significava vir para Rondônia. Ele e seu irmão mais velho, José, viam na ocupação de Rondônia e principalmente no plantio do cacau a possibilidade de enriquecerem, uma vez que especificamente em Ariquemes um dos projetos de assentamento dirigido (o PAD Burareiro) estava voltado principalmente para este cultivo. A respeito de sua família, seu Pedrinho comenta o arranjo que fizeram para que ele e seu irmão mais velho se deslocassem até Rondônia:

Nós éramos uma família de oito pessoas e o que eu tinha lá [em Minas Gerais] era uma herança. Dividimos lá e vendemos tudo. Eu e o irmão mais velho resolvemos vir pra cá. Em agosto de 1975, a gente veio aqui olhar e ficamos até dezembro. Na época de Natal já fomos apanhar as trouxas para vir embora (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

Ele também relata um primeiro momento de reconhecimento das terras, pouco antes da decisão de ficar permanentemente em Rondônia. Seu irmão mais velho resolve mudar com ele para Rondônia poucos meses depois. Antes de ir para Ariquemes, ele relata como era a sua vida em Minas Gerais e a relação com o irmão, o que o motivou a virem juntos:

[...] Trabalhava mais com minério – mica e feldspato. Era em Minas, Espera Feliz e Caiena, onde foi a mineração da família. Todo dia eu ia e voltava. Eu já tinha vendido a mineração, [há] poucos dias eu tinha vendido quando meu irmão falou que queria vir a Rondônia. Quando soube, entusiasmei, ele que ouviu primeiro falar disso aqui. [...] Aí ele falou: “Se você for, eu vou com você. Você não vai, né?”. Aí eu falei: “Vou, ué! Vou sim”. Viemos, fomos

---

<sup>50</sup> Para o detalhamento da história da família Cioffi, a partir de diferentes registros, ver a subseção 2.4.

conhecer. Carro tombou com a gente aqui, fomos lá em Pimenta Bueno conhecer os lotes e o carro tombou com a gente. Mas não teve nada não. Mas aí viemos para conhecer e ficamos. Outubro até princípio de dezembro. Aí resolvemos vir pra cá de vez (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

A decisão de ir para outro estado também foi alimentada por uma oportunidade que o pai de seu Pedrinho e seu José havia perdido. Esta oportunidade ficou gravada principalmente na memória de seu Pedrinho: a possibilidade de ocupação do Paraná que seu pai não havia realizado, o que o marcou e também o fez vir para o novo estado: “Aí, quando surgiu esse negócio de Rondônia, aquilo ficou na minha cabeça. Mas também eu tive pouco tempo para pensar. Meu irmão me disse: ‘Vou lá em Rondônia ver como é aquele negócio lá’. Aí eu perguntei quando ele ia e disse: ‘Tô indo com você’. Ele disse: ‘Vamo ué’” (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

Seu Pedrinho compara a situação de ocupação das terras em Rondônia com aquela que seu pai poderia ter vivido se tivesse escolhido se deslocar e ocupar uma terra em Maringá. Dessa forma, ele também remete a sua escolha à possibilidade de Rondônia tornar-se no futuro, tal qual o Paraná, uma “potência”. Nesta passagem, o passado é utilizado como um recurso de projeção do futuro. Ele aciona a recordação do passado como uma avaliação presente da situação das terras no Paraná para projetar o futuro em Rondônia, construindo-o também de maneira positiva.

Quando indaguei sobre como ficaram sabendo de Rondônia, seu Adalberto e dona Marta disseram que tinham que começar a me contar a “história do começo”. Seu Adalberto iniciava a conversa, mas dona Marta intervinha para oferecer sua visão, até mesmo discordando dele em alguns pontos. No momento em que soube da possibilidade de “abertura” de terras em Rondônia, seu Adalberto Martini afirma que se interessou em saber como estava sendo realizada a entrega das terras, pois onde vivia, no Paraná, a terra era cara para comprar e a família estava aumentando com o casamento dos irmãos:

E aí eu falei “vamo lá e vamo ver, não é?”. Eu sou paulista, criado no Paraná, casei no Paraná. E uma vontade de possuir um pedacinho de terra, nós tínhamos um pedacinho de terra, mas era muito pequenininho. A família era muito grande, cresceu não tem como, nove irmãos para cinco alqueires de terra, não dava, né? Não dava nem um para cada um. Eu esparramei logo, eu fui o primeiro que casei, aí esparramei (Seu Adalberto, 30/04/2012).

Sobre a necessidade de se separar, pois ele havia casado e os 5 alqueires de terra não eram suficientes para nove irmãos, seu Adalberto usa o termo “esparramar”. Este uso só faz sentido conjugado com família, já que se “esparrama” para organizar um espaço

onde possa trabalhar com a sua família e deixar depois para seus filhos. Antes disso, combinou com um grupo de homens que viria até Rondônia para olhar as terras, a fim de mais tarde decidir se eles trariam as suas famílias, e estabelecer onde iriam se instalar no município de Cacoal:

Aí vim olhar, montamos um grupo. Nós viemos em cinco pessoas, o carro pequenininho, um Maverick na época, viemos olhar. Chegamos até Cacoal, na época era Cacoal e Rolim de Moura que estavam entregando as terras. Aqui ainda não estava ainda, o Incra estava instalando ainda, mas a gente não ficou sabendo. De Cacoal, nós voltamos pra trás. Fizemos a inscrição em Cacoal para pegar terra em Rolim de Moura. Quando nós chegamos de volta lá no Paraná, “rapaz, Ariquemes, o Incra está entregando terra na área, você chega e pega o cartão na hora”. E lá, a gente tinha feito a inscrição e não podia pegar na hora, tinha que esperar. Nisso a gente já tinha voltado para o Paraná. Tinha olhado tudo, gostado demais. Veio eu, meu sogro, um gaúcho que era vizinho nosso lá, o motorista do carro e Otávio Zanon, que já morreu também. Aí meu sogro voltou, falou: “não, eu vou lá ver”. Poxa, eu pensei, mas a gente vai andar esse tanto de quilômetro de novo? “Eu não vou não, você vai, eu fico” (Seu Adalberto, 30/04/2012).

O sogro de seu Adalberto, ao voltar a Rondônia, acabou conseguindo receber o lote de terra rapidamente em Ariquemes, e não em Cacoal. Ele fez a inscrição no Incra, conseguindo receber um lote de terra no PAD Marechal Dutra e uma data na cidade. Nesse momento, dona Marta, esposa do seu Adalberto, mineira de Águas Boas, interrompe seu Adalberto e retorna cronologicamente a história para contar com suas próprias palavras:

Fomos criados em Umuarama [Paraná] e depois nós fomos pra Toledo [Paraná]. Aquele tempo, quando a gente foi para Toledo, era mais alemão, sabe? Eles não gostavam de gente morena e nem quase a gente entendia eles conversar – a cidade lá, o comércio. Mas depois foram chegando outros. Ele é paulista e eu sou mineira. Mas criada no Paraná, eu vim com 7 anos de Minas. Ele também veio com 12 anos de São Paulo pro Paraná, não é? Minha família não tinha terra não. Trabalhava de meeiro pros donos de sítio lá. Aí, depois, nós casamos, quando nós tínhamos três filhos, né velho, nós fomos pra Toledo e de lá nós viemos pra aqui (Dona Marta, 06/03/2013).

Dona Marta Martini explicou que os seus familiares vieram para Rondônia – sua mãe, seu padrasto, irmãos – e que eles conseguiram suas próprias terras no PAD Marechal Dutra, porque todos eram casados e este era um dos principais requisitos para a ocupação de terras no processo de colonização. Nas famílias retratadas, não é comum que a esposa participe ativamente do processo de contar a história de ocupação de Rondônia, sendo reservado ao pai, ao “chefe de família”, esse conhecimento, já que ele “abriu as terras”. Apesar de não ter participado desse processo específico, dona Marta nunca deixou de fazer parte das conversas e mostrar a sua visão sobre o fato de permanecer na data, enquanto seu Adalberto “abria” o lote e trabalhava para manter a família.

Seu Adalberto explicita o porquê da decisão de vir para Rondônia, analisando se essa decisão foi bem sucedida, comparando-se com os irmãos que vivem atualmente em São Paulo:

O que eu tinha planejado para vir pra Rondônia era possuir terra, não podia nunca ter terra no Paraná, porque a terra da família não sobrava e comprar era caro pra comprar nada. O objetivo era pegar uma terrinha, né? Aí conseguimos pegar essa terrinha e pra nós foi a coisa melhor do mundo. E conseguimos fazer alguma coisinha, né? Na vida. Pegamos dois anos de café bom. Porque a pessoa chegar ao fim da idade e ficar dependendo dos outros é ruim, não é? [...] Se ficasse lá... hoje eu vou pra casa dos meus irmãos em São Paulo. Quer dizer, tem a casa para morar, tem o carro, tem o que tem na cidade e um emprego, só constrói isso, mas eu não sei se consegue mais coisa. Não sei se consegui mais do que eles, pelo menos não tem compromisso, não sou funcionário, não sou empregado de ninguém, tenho a minha vida independente. Tenho uma economia que me mantém. Mas a luta<sup>51</sup> sempre foi grande (Seu Adalberto, 06/03/2013).

A partir do relato acima, fica evidente a necessidade de “esparramar-se” sentida por seu Adalberto Martini, sendo Rondônia uma oportunidade para ter a sua terra depois do casamento. Tanto dona Marta quanto seu Adalberto afirmaram que nada sabiam sobre esse novo estado assim que vieram para Rondônia. Dona Marta Martini apenas ressalta que só haviam sido alertados sobre o perigo do contágio da malária. Seu Adalberto lembra que a decisão de ir, em um primeiro momento, somente até Cacoal também foi motivada pela presença da malária em outras terras: “Por isso que nós fomos só até Cacoal, falaram que de Cacoal para frente dava malária demais da conta. Já Cacoal era um lugar mais aberto, não dava quase malária. Mas depois meu sogro veio e não teve nada de malária não”. Dona Marta complementou que como queriam logo receber a terra, eles decidiram ficar em Ariquemes. Mesmo assim, seu Adalberto disse que “perdeu a conta das malárias” que teve depois que se mudou definitivamente para Rondônia.

O acaso esteve presente na decisão de deslocamento da família Zanella, o que fazia seu João sorrir, pois se lembra de saber sobre Rondônia por meio de um primo que estava “fugido”. No Espírito Santo, os Zanella viviam em uma “chácara” de 8 alqueires e, naquela época, contando os membros das famílias dos irmãos que já eram casados, eles chegavam a somar 40 pessoas. “Um bocado de capixaba foi para o Paraná, quando abriu

---

<sup>51</sup> O uso do termo luta nesta passagem se aproxima daquela descrita por Comerford (1999, p. 28), fazendo referência àquilo que os ocupantes das terras em Ariquemes tiveram que passar diariamente para permanecer nelas. Assim como demonstrou o autor, a intensidade da luta também é demarcada, “a luta sempre foi muito grande”, como nas palavras do seu Rubens. “Lutar” ou “enfrentar” são comumente associados à necessidade do trabalho e de ter coragem em Rondônia para ser considerado vitorioso ou bem-sucedido.

lá”, seu João comentou a respeito do processo de “abertura” realizada no estado do sul do país, porém relata que a sua família não se deslocou para aquele estado. A “abertura das terras” é um processo presente tanto no Paraná quanto em Rondônia em diferentes momentos históricos. A geração anterior à de seu João Zanella teve a possibilidade de possuir terra no Paraná, se quisesse “abri-las”, participando da política de governo em questão que permitia a divisão das terras para os ocupantes. Em Rondônia, mais especificamente em Ariquemes, a “abertura das terras” ficava a cargo dos próprios trabalhadores que se mudavam para o estado. Se não abrissem a área mínima estipulada, a terra seria devolvida ao governo federal e repassada para outra família.

Depois de saber pelo primo da possibilidade de possuir terra em Rondônia, a primeira decisão do seu João Zanella foi ir lá para “ver as terras”. Tal como relatou, ele decide vir só com amigos, não traz a família para esse reconhecimento, nem esposa e filhos, nem seus pais e irmãos. No entanto, salienta que essa decisão foi tomada em conjunto com os irmãos, por ele “ser mais velho” e por “resolver as coisas”. Todos os amigos que foram junto com ele moravam em terras vizinhas em Colatina e, nesse primeiro momento de reconhecimento, só homens foram “para olhar a terra”. Sobre o primo que já estava em Rondônia, ele conta:

Foi por acaso. Eu tinha um primo. Aí ele sumiu. Quando foi uns dois ou três anos depois, encontrei ele em Colatina. Aí eu falei: “Ué, rapaz, onde você tava?”. Aí ele me contou a história que estava em Rondônia. Aí eu me interessei e falei: “Como é que é lá?”. Ele falou: “É assim, é assado, a terra é boa”. Falei: “Rapaz, tá arriscado eu aparecer lá uma hora. Qualquer hora eu vou lá”. Ele falou: “Tô em Ouro Preto”, que foi o primeiro projeto de Rondônia, né? Aí, quando foi em 1971, eu resolvi vir ver Rondônia. Eu vim acompanhado com amigos. Quer dizer, a gente combinou com os irmãos quem ia pra Rondônia. “Quem é que vai pra Rondônia?”. Aí, combinamos lá e eles acharam que eu é que tinha que vir, porque era eu quem resolvia as coisas, o mais velho, né? Nós somos 14, 10 homens, são três mortos hoje. Aí, em 1971, vim em Ouro Preto, encontrei o meu primo, vim num pau de arara (Seu João Zanella, 27/04/2012).

Ao chegar às terras do PIC Ouro Preto d’Oeste e encontrar seu primo, ele percebeu que a ocupação das terras naquela localidade já estava ocorrendo longe do eixo da estrada federal, a BR-364. Além disso, não era mais possível encontrar em Ouro Preto uma área grande de terra com lotes contíguos para que os irmãos pudessem ocupar, sendo vizinhos<sup>52</sup> uns dos outros, o que facilitaria a “abertura da terra” e o trabalho em conjunto,

---

<sup>52</sup> Pina Cabral (1991, p. 185) sinaliza que, no contexto do Porto, a vicinalidade é constituída por grupos unidos por relações sociais primárias, formados por famílias de irmãos ou primos próximos físico e



tendo o objetivo de se separarem no futuro, como será abordado na seção sobre a “abertura das terras”.

Quando seu João encontrou seu primo, ele contou que comprara uma área de 200 alqueires em Ariquemes e disse que poderia oferecer essa terra à família do seu João, se fosse do seu interesse. Seu João Zanella resolveu comprar a terra, pensando em seus irmãos e irmãs, principalmente os casados, aqueles que estavam buscando terra para a família recém-formada. Mas ele comenta que realizou a compra um pouco receoso por não consultar os irmãos, principalmente seu pai. Ele tinha a prerrogativa da tomada da decisão, mas isso não pressupunha uma orientação hierárquica tão rígida que prescindisse totalmente da aprovação dos irmãos e de seu pai. Nesta passagem, percebe-se a importância da figura do irmão mais velho na condução das decisões familiares<sup>53</sup>.

A compra da terra foi possível porque a família Zanella possuía uma propriedade em Colatina, além do preço da terra em Ariquemes ser muito mais baixo em comparação com o Centro-Sul; naquela época não se iniciara o processo de colonização na localidade. Ele afirma que tinha certeza de que os seus irmãos viriam: “Foi o seguinte, a gente queria terra. Um monte de homem igual à gente, era o que se falava: ‘Onde tinha homem, tinha que ter terra para trabalhar’”. Desta forma, era importante que houvesse espaço suficiente para cada família, o que significava, no caso dos Zanella, que cada irmão casado e cada irmã casada (porém a decisão de se deslocar ficava a cargo do marido, neste caso) pudesse ter o seu próprio pedaço de terra. A criação de novas famílias implica a necessidade de possuir outras terras, o que faz parte do desenvolvimento do ciclo doméstico. No Espírito Santo, podiam possuir novas terras apenas pela compra, o que era um recurso caro para a família Zanella. Por isso, procuraram alternativas em estados onde conseguissem terras por um preço mais barato, o que permitiria que cada irmão e os seus pudessem ter acesso à “terra da família”. Os irmãos ficaram satisfeitos diante da possibilidade de haver uma área para a família que era dez vezes maior da que tinham no Espírito Santo e de poderem efetivamente dividir a terra entre eles:

Cheguei lá e falei pros meus irmãos: “Assim, assim, como é que é”. Eu falei e eles ficaram doidos. Eu falei: “Ó, comprei uma área lá de 200 alqueires”. Por quanto? “Comprei por 9 mil, 9 milhões na época”. Agora, ficamos bonitos!

---

socialmente. Nesta, “a ajuda mútua é prestada segundo um espírito de reciprocidade generalizada em que não se contam os favores”.

<sup>53</sup> Ao passo que para a política de colonização, ser mais velho poderia pesar negativamente na pontuação necessária para se tornar um burareiro ou um marechal.

Quem tinha lá 20 alqueires e poder comprar 200 alqueires aqui, dava para dividir pra cada um e ficava muito bom! (Seu João Zanella, 27/04/2012).

A noção de família que seu João mostra em seu relato inclui os irmãos que eram aqueles “da mesma panela”, ou seja, naquele caso específico pensavam de maneira parecida sobre o gerenciamento da terra especificamente. No entanto, ao se casarem, não só a terra no Espírito Santo fica pequena em área como em possibilidade de cada família recém-formada tocar seus próprios planos para a terra, sendo necessário se “separar” ou se “esparramar”. Depois de explicar a quantidade de terra a que teriam acesso naquele novo estado, ele faz questão de marcar que era necessário que se separassem, principalmente porque os irmãos já tinham as suas famílias (nucleares, formadas por eles, esposas e filhos), o que incluía novas personagens no enredo familiar: as noras. Os irmãos prometeram às esposas, como salienta seu João, que no início os Zanella trabalhariam juntos, mas que depois se separariam e cada família poderia “tocar o que é seu”, trabalhar na sua terra, já adquirida e “aberta”, de acordo com as regras de cada uma dessas novas famílias.

Ao conversar com um dos irmãos mais novos, seu Abel Zanella, pude visualizar a importância de seu João como o irmão que tomava as decisões que, de fato, eram acatadas pela família. Contava a história da sua família rememorando momentos anteriores àquele do deslocamento para Rondônia, construindo os motivos que fizeram com que acontecesse. Disse-me que a mudança no plantio que realizavam no Espírito Santo aconteceu por conta das pragas associadas à cafeicultura, bem como o incentivo governamental para que essas plantações fossem exterminadas. Seu Abel Zanella comenta:

Ultimamente, era só cana. Nós fazíamos cachaça. Acabou o café lá no Espírito Santo, o governo arrancou tudo, o governo do Espírito Santo pagou para arrancar o café. Deu uma ferrugem no café e o café não produzia mais. Aí, o governo pagou para eliminar a ferrugem. E ficou todo mundo olhando pra cima. Pegou o dinheiro do governo para arrancar o café, era uma mixaria. Uns foram vendendo e foram pra cidade. Lá, no nosso local, o colono foi tudo pra cidade. E nós viemos pra Rondônia (Seu Abel, 26/04/2012).

Ele conta que Rondônia não foi a primeira possibilidade aventada, ao contrário, confirma o acaso que definiu o encontro do seu irmão João com o primo que estava morando em Rondônia, que acabou contando para ele sobre as possibilidades de possuir terra naquele estado.

Naquela época, a gente precisava de espaço e começou a pensar – Bahia, Paraná, onde? Aí tinha um primo que tinha entrado para cá, ele ainda vive aqui em Rondônia, Marco Zanella. A gente entrou em contato com ele e disse: “Não, o Incra vai começar a abrir em Ouro Preto etc.”. Deu aquele toque que o Incra estava abrindo, iria começar a abrir as terras em Rondônia. E a gente na época veio, parou um pouco em Ouro Preto, mas a gente não se enquadrou em Ouro Preto, porque a beira de estrada já estava praticamente tudo tomada, já estava tudo distribuído e, como não tinha estradas abertas, tinha só picadas, e não tinha transporte para sair do eixo da estrada para dentro, era importante pra quem pegou a beira de estrada (Seu Abel, 26/04/2012).

Depois que o primo deles vendeu a sua terra para os Zanella, ele permaneceu morando em Ouro Preto d’Oeste, onde já possuía uma terra no PIC Ouro Preto, pois tinha se deslocado para Rondônia no início de 1970.

Como não tinha estrada e, para se acomodar com terra, tinha que sair do eixo da estrada, saindo pelas laterais, para dentro, por trás, a gente então, que tinha um pouco de recursos, tocamos para frente e viemos parar aqui em Ariquemes, que era beira de estrada. Só que já fora do projeto do Incra; o projeto começou em Ouro Preto. E quando ele começou, os primeiros, os de beira de estrada, já estavam tomados. O Incra já tinha estabelecido os seus proprietários. E a gente tinha que ficar ali, morando por ali, trabalhando por ali, até esperar o Incra abrir novas frentes de linhas, mas sem estradas, sempre nas picadas (Seu Abel, 26/04/2012).

Diferente das anteriores, a decisão de vir para Rondônia foi motivada, no caso da família Pereira, pela impossibilidade de pagar um financiamento feito através do Banco do Brasil para viabilizar a produção que eles tinham no Paraná. Depois do expediente no restaurante, seu Wanderlei me contava aos poucos a história da sua família. Mostrava sempre muito orgulho do pai, por ser um dos principais produtores de cacau e um dos “pioneiros” da região. Sua casa ficava ao lado do restaurante, no setor 03 de Ariquemes. Uma das possibilidades pensadas pela família, depois da venda da terra no Paraná, foi mudar-se para São Paulo. Mas o pai de seu Wanderlei foi contra, com medo da violência da metrópole, o que motivou todos a se mudarem para Rondônia, inclusive o pai de seu Aparecido Pereira e sua família – esposa e filhos. Um compadre de seu Aparecido Pereira estava querendo vir conhecer Rondônia e convidou seu Aparecido para que viessem juntos “olhar as terras”. Seu Wanderlei conta:

Nós [ele e outro irmão] nascemos em São Paulo, no Paranapanema. Mas conhecer, conhecer mesmo, a gente só conhece do Paraná pra cá. São três irmãos e três irmãs. Nós fomos pequeninos para o Paraná. [...] A gente trabalhou até todo mundo se formar, aí depois foram se esparramando, casando. Estudamos pouco – bem que ele [o pai] queria que nós estudássemos, mas a gente preferia ficar na fazenda do que estudando. Mas ele obrigava a gente a estudar, eu lembro que fui três vezes fugindo para a fazenda porque não queria estudar, e ele me obrigou a voltar (Seu Wanderlei, 24/04/2012).

O momento do casamento também marca a necessidade, seja de seu Aparecido Pereira, seja dos seus filhos, de se “esparrramar”, possuir um espaço próprio para a nova família que será criada. No caso de seu Aparecido Pereira, a produção conjunta com o pai teve um grave impedimento, porque o financiamento da terra não pôde ser pago devido à crise na produção do café. Ainda que os filhos de seu Aparecido Pereira tenham vindo pequenos para o estado, eles puderam ter mais possibilidades de “se separar” ou “esparrramar” após o casamento, por estarem em um estado com várias políticas de acesso a terra, seja no meio rural, ou no incipiente meio urbano.

Seu Josivaldo conta que decidiu, apenas com a indicação do cunhado, trazer toda a mudança com a família “sem olhar as terras” antes. No entanto, por conta da doença que acometeu dois de seus filhos durante a viagem, ele teve que retornar imediatamente ao Paraná naquela primeira tentativa:

A primeira vez, eu vim em 1975 em Cacoal, e adoceceu meus dois meninos na época. Aí eu voltei, fiquei só quatro dias, no carro que me trouxe, eu voltei pro Paraná com a mudança! Vim com a mudança, eu vim sem ver. Deixei a lavoura com um peão [no Paraná] e eu vim até Rondônia, em Cacoal. Chegando lá por Espigão D'Oeste, adoceceu meus dois meninos mais velhos, febre mesmo. O hospital de Cacoal era de pau em pé, de vara e só tinha um médico. Aí eu voltei para o Paraná (Seu Josivaldo, 14/03/2013).

A decisão de tentar mais uma vez se deslocar para permanecer em Rondônia aconteceu principalmente por conta do preço alto das terras no Paraná. “Eu tinha dinheiro para comprar 5 alqueires [no Paraná], se eu fosse comprar em Cacoal, comprava um lote”, afirma seu Josivaldo. Ele possuía um lote de 5 alqueires no Paraná, mas já estava “apertado” para a sua família que estava crescendo, considerando também que a terra no Paraná era mais cara, um impedimento para adquirir outro pedaço de terra naquele estado. Além de possuir os 5 alqueires, um de seus amigos no Paraná ofereceu uma oportunidade de trabalhar numa área de 40 alqueires junto com outras famílias no plantio de hortelã. Com este trabalho, ele foi enfático ao dizer que conseguiu acumular recursos financeiros para se mudar para Rondônia: “Menina, tô dizendo pra você que eu vim aqui com dinheiro, 35 mil cruzeiros há 37 anos atrás, dois revólveres 38, duas caixas e meia de bala. Quer dizer, eles diziam que índio matava os outros aqui trabalhando na roça. Mas não tinha isso não”.

Assim como seu compadre Josivaldo, Armínio Araújo também teve como primeira cidade de referência, em Rondônia, outra que não fosse Ariquemes, no caso dele,

Ouro Preto d'Oeste. Na primeira vez em que saí da casa de seu Armínio, ele me agradeceu, porque, segundo ele, ninguém mais se importa em ouvir aquela história. Tal qual seu Josivaldo, ele decide se mudar com toda a família sem “vir e ver as terras”, porque a terra era uma necessidade urgente para a família e as possibilidades de trabalho não eram garantidas no Paraná, além de estarem morando “no que é dos outros”:

Nós viemos primeiro para Ouro Preto e não cheguei a ficar um ano lá. Aí, eles estavam fazendo seleção aqui em Ariquemes. Aí falou que quem não mudasse para Ariquemes, que era onde estava a inscrição pra mó de pegar a data, não ia pegar nada. Se o Incra fosse fazer a entrega das datas, fazer a inscrição e entregar os lotes, a gente tinha que estar no município ali do patrimônio. Aí viemos pra Ariquemes, ficou dois anos para poderem entregar esse lote pra gente. Entregou em 1976, 1977, por aí (Seu Armínio, 14/03/2013).

Como sempre trabalhou nas terras de outros proprietários, ele tinha o sonho de possuir uma que fosse posse de sua família e que ele pudesse gerenciá-la de acordo com as suas próprias decisões, além de possibilitar que os membros da família não ficassem sem trabalho e sem casa, o que poderia acontecer em terras de terceiros:

Eu estava no Paraná e a gente vivia trabalhando em cima do que é dos outros, né? Na época em que eu cheguei no Paraná, era que nem Rondônia, tudo era barato, tudo era de graça e não tinha valor de nada. Mas eu era menino novo, aí não me interessei em ter uma propriedade, participar, ter um bem meu, e não sabia mesmo o que era isso. Eu sou da Bahia, não sou do Paraná. Aí, quando eu fui ver o que é a gente possuir os bens da gente, as coisas da gente, tomei juízo, aí eu trabalhei. Mas trabalhava que nem um condenado e para conseguir comprar um pedaço de terra não teve mais jeito. Não consegui mais. Aí a terra subiu o dobro do que a gente ganhava. Aí sai essa fofoca das terras de Rondônia. A gente viu que aqui dava as terras dadas e ainda ajudava e tal. Aí, um vinha e agradava, outro vinha e não agradava, um vinha e falava bem, outro vinha e falava mal, né? E eu sempre pesquisando, conversando com as pessoas que vinham pra cá. Um concunhado que tinha vindo pra cá, eu conversei com ele: “Não, Armínio, lá é bom, é bom mesmo. É bom assim, Rondônia é bom pro homem que trabalha, agora para o homem que não trabalha não é bom não, porque lá ninguém acha ninguém para trabalhar. O cara tem que pegar e enfrentar!” (Seu Armínio, 14/03/2013).

Como outros casos mencionados, um membro da família, no caso, o concunhado, foi uma pessoa importante para que seu Armínio se instalasse em Rondônia, primeiro em Ouro Preto d'Oeste e depois ajudando no processo de seleção para Ariquemes, já que não havia mais terras disponíveis no primeiro município. Seu Armínio se lembra de que infelizmente havia chegado justamente uma semana depois que o Incra havia finalizado o processo de seleção para a distribuição dos lotes em Ouro Preto d'Oeste. A principal preocupação dele era fazer essa movimentação e não conseguir ter uma terra para sua família.

No caso de seu Osvaldo Silva, como ele resolveu se deslocar no ano de 1986, as terras estavam começando a escassear em Rondônia, então houve a necessidade de que toda a família viesse junto, para que pudessem comprar uma terra e iniciar a produção, pois o processo seletivo já havia terminado para as terras localizadas em Ariquemes. O objetivo de vir para o novo estado era possuir uma terra deles, pois no Paraná, estado de onde vieram, “não havia mais espaço”.

Seu Leonardo resolve vir sozinho para “ver as terras”. Conta que no Paraná, em Umuarama, na cidade onde morava, todos já estavam sabendo de Rondônia pela propaganda do governo e pelas pessoas que já tinham se deslocado para o estado. Antes de ir para Rondônia, ele fez uma reunião com a família. Assim como outros “pioneiros”, a primeira “parada” de Leonardo foi em Ouro Preto d’Oeste, mas lá não havia mais terra para novas famílias receberem. Ele disse que tirou foto para que seus três irmãos, seu pai e seu tio “vissem as terras”. Ele retorna a Umuarama e no ano seguinte a família organiza a vinda definitiva em conjunto, acreditando ser uma possibilidade ter algo para eles, diferente do espaço que começa a escassear no Paraná.

O primeiro “movimento de família” diz respeito à escolha do lugar através de relações de amizade e/ou familiares do grupo de homens que foi “ver as terras” antes de decidir sobre o deslocamento de toda a família. É necessário ter o conhecimento empírico da qualidade das terras e das condições de permanência antes de tomar a decisão domínio principalmente masculino, que deve acontecer antes do deslocamento. Isto não aconteceu com todas as famílias que se deslocaram, seja porque chegaram tarde em relação à realização do processo de seleção, seja em função da necessidade urgente de ter uma terra para a família. No entanto, eram de suma importância as informações que recebiam de parentes e amigos que já tinham feito esse movimento inicial sobre como eram as terras e a confirmação de que conseguiriam um lote.

As motivações para a decisão de colocar a “casa a rodar” são variadas: realizar o que o pai não havia “enfrentado”, tal como para seu Pedrinho; continuar a herança de “buscar o novo”, presente nas famílias de seu João Cioffi e de seu João Zanella; a necessidade de se “esparramar” ou se “separar”, o que aparece na maioria dos relatos, seja porque a terra no lugar onde estavam não era suficiente para os núcleos familiares que se formavam, seja porque a família de origem nunca possuía uma terra própria. No entanto, havia um consenso: a necessidade de buscar terra para que a família tivesse uma

propriedade sua e que fosse maior do que aquela que era possível conseguir na região Centro-Sul, garantindo assim o encaminhamento dos filhos pela existência de espaço produtivo para que eles se mantivessem na terra e para que a utilizassem para a consecução dos projetos de suas famílias.

## **2.2 Segundo movimento - A travessia da casa a rodar**

Seu João Cioffi muda-se com toda a sua família de Jaú, em São Paulo, para assumir o emprego em Ouro Preto d'Oeste, dirigindo uma Brasília azul que levou três dias para alcançar os areões depois de Cuiabá, onde terminava o asfalto, e mais outros três para finalmente chegar a Ouro Preto, primeira “parada” da família em terras rondonienses. Neste caminho, junto com a mudança de todos os anos desde o início do casamento, os aviamentos da dona Luzia, sua esposa à época, para a confecção das roupas dos filhos e a ajuda de índios pelo caminho quando o carro atolava depois de Cuiabá, eles cumpriam um projeto de conquistar “o novo” na vida. No carro, havia os pertences da família no porta-malas e no bagageiro, além de um caminhão de mudança que os acompanhava.

Na medida em que realizava a pesquisa e passava mais tempo conversando com seu João, chamou-me a atenção o fato de dona Luzia comentar que também era “pioneira” e que eu deveria conversar com ela. Um dia, sentamos à mesa da cozinha da sua casa e em meio a fotos antigas<sup>54</sup> e lembranças, ela me contou a sua visão história “do início”. Disse-me que seu João ficava muito nervoso com os problemas do carro e o atoleiro ao longo da estrada. Ela havia aprendido com um irmão que morou no Pará que quando os índios ajudassem, eles teriam que distribuir algo em troca para agradecer, mas era muito importante que isso fosse feito de “forma igualitária, senão poderia haver briga entre eles”. O carro da família e o caminhão de mudança seguiam caminho perto um do outro, mas ela havia dado o endereço do Incra para o motorista do caminhão em Porto Velho, caso eles chegassem antes. Lara dava trabalho, segundo dona Luzia, porque chorava mais, pensando na casa em Jaú, a última “parada” dos Cioffi antes de virem para Rondônia. O carro dava muitos solavancos e o que estava no porta-malas acabava caindo sobre as crianças, havendo a necessidade de parar para ajeitar as malas.

---

<sup>54</sup> As fotos foram utilizadas, pela própria dona Luzia, como um recurso para avivar as memórias da família (cf. Simson, 2010), além de ilustrar as situações que me apresentava.

Em um areão no Mato Grosso, o carro atolou. Havia um conjunto de cabanas de índios, tal como descrito por dona Luzia. Seu João foi conversar com eles, deixando dona Luzia olhando as crianças. Ela tinha medo, porque não havia nada na estrada e ninguém que pudesse chamar. Eles tiveram que esperar um pouco até que o “avô dos índios” chegou com uma “netaiada” e tirou o carro do atoleiro. Seu João dividiu algumas moedas entre eles.

Antes de chegarem a Vilhena, a primeira cidade de Rondônia na divisa com o Mato Grosso, um farol do carro não mais funcionava e ele estava quase sem combustível. Eles encontraram um silo na estrada e pediram para abastecer. Descobriram que o dono era de Goioerê, no Paraná, uma das cidades em que eles já tinham morado, e ela disse que “isso foi um presente de Deus!”. Chegaram no dia 13 de agosto de 1978, um domingo, e foram à igreja. Lembra-se com muita nitidez desta data e de algumas famílias que moravam também à época na vila do Incra, uma das concentrações de pessoas com maior infraestrutura naquele momento, e que foram responsáveis por lhes darem as boas-vindas.

A mudança da família Oliveira, somente a dos dois irmãos Pedro e José, foi feita em carros próprios pequenos, trazendo poucos pertences para iniciar a vida no outro estado. Por isso, seu Pedrinho não conta muito sobre o momento de vinda para Rondônia. Eles se estabeleceram primeiro em Porto Velho, em função da falta de infraestrutura em Ariquemes mas, assim que puderam ter condições mínimas para “abrir o lote”, passavam nele grande parte do seu tempo. Não havia a necessidade de trabalharem no período inicial da ocupação, pois haviam recebido uma herança da mineradora da família em Minas Gerais. Desta forma, sua chegada foi bastante diferente da de outras famílias, pois elas vieram principalmente em “paus de arara” – caminhões que traziam as famílias cujos responsáveis tinham feito parte daqueles grupos de homens que realizaram o reconhecimento das terras em conjunto, para depois decidirem a sua mudança para Rondônia junto com suas famílias.

Sobre o deslocamento, seu Pedrinho de Oliveira afirma que: “Da família, só veio meu irmão. Com o tempo, ele desistiu, foi embora e eu fiquei sozinho aqui. Ah, fiz família, tenho duas filhas”. Como o objetivo era o plantio de cacau, eles pretendiam ficar em Vilhena, o que não aconteceu, e acabaram chegando na então Vila Velha em Ariquemes, antes do início da abertura da cidade:



Nós viemos para Porto Velho. Nossa intenção era ficar em Vilhena. Inicialmente era Vilhena o objetivo. Mas eu me lembro que foi muito difícil, muito longe, os lotes não deram certo. [...] E aí nós desistimos de Vilhena. Viemos para Porto Velho, e em Porto Velho é que sabemos que ia ter esse loteamento aqui [em Ariquemes]. Fomos procurar saber, tal, e acabamos resolvendo vir pra cá. Aí viemos, ainda não tinha começado Ariquemes, não tinha nada, tinha só a Vila Velha, uns casebres lá velhos mesmo. Muito velhos (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

Parte da travessia realizada pelas famílias incluía a tentativa de estabelecimento em um município específico do estado de Rondônia, já pensado anteriormente pela família. No entanto, diante da falta de terras, por conta do processo de seleção já realizado pelo Incra ter sido finalizado ou mesmo pela distância dos lotes em relação às estradas federais, as famílias resolvem procurar outra localidade, sendo Ariquemes uma possibilidade de conjugar os dois fatores acima.

Já o caso da família Martini foi distinto, pois passaram nove dias no “pau de arara”<sup>55</sup> para conseguir vir de Toledo, no Paraná, até Ariquemes, em Rondônia. A lembrança da “dificuldade” da estrada é similar a apresentada por outras famílias. Naquela época, não havia quase asfalto em lugar nenhum depois de Cuiabá. “E para cá era terra pura”, complementa seu Adalberto, e dona Marta retruca: “Terra, não era areão não”. A lembrança da viagem no “pau de arara”, na companhia das quatro famílias cujos pais haviam vindo junto com seu Adalberto para “olhar as terras”, é marcante em sua memória:

Foi em 1976. Nove dias de viagem. Quatro mudanças no caminhão, quatro famílias. Ih, vieram muitas pessoas, tem que parar para contar que é muita gente. Seu Otávio: eram nove pessoas, eram quatro moças, dois rapazes, não, eram oito pessoas. Nós éramos em sete, dava 15. Meu sogro, a mãe dela. Dava muita gente. Mais oito. Mas era um trem desorganizado, pensa num troço desorganizado. Todo mundo em cima de caminhão, não podia vir de ônibus, veio de caminhão. Inventaram de trazer animal, porco, nesse caminhão também. A mula ficou quando atravessou a fronteira, no Mato Grosso, não deixaram entrar, ela não tinha vacina, ficou a mula do lado de lá (Seu Adalberto, 06/03/2013).

Esperava-se que os animais não estivessem disponíveis para compra em Rondônia, por isso a ideia de levá-los. Dona Marta Martini também comenta: “Trouxe nove frangos, para ter macho e fêmea. E um casalzinho de porco. [risos]. Os nossos chegaram aqui, né,

---

<sup>55</sup> Ianni (1986) utiliza referências de jornais da época sobre os trajetos realizados pelos migrantes que chegaram a Rondônia para fazer uma descrição do “pau de arara”: “Cobertos de lona, os paus de arara levam três ou quatro famílias de colonos cada, junto com seus pertences domésticos, suas galinhas, porcos e outros animais... [...] Eles guiam seus próprios caminhões até Rondônia, carregando o pau de arara com parentes, compadres e peões para auxiliar no trabalho brutal de devastar e queimar a floresta” (p. 138).

véio? Agora, quem tinha um cavalo ficou, ficou pela estrada. Aí o homem quase chorou, coitado. Pensou em trazer o cavalinho dele para carregar as coisas”. Seu Adalberto se recorda da desorganização das famílias, principalmente para se acomodarem em cima do “pau de arara”. Assim, a alusão a trazer a casa no deslocamento da família torna-se mais viva. Como não tinham dimensão do que precisariam para iniciar a vida em Rondônia, trazem tudo o que é possível para se estabelecerem no novo espaço, inclusive pequenas criações, como os porcos e os frangos.

Uma das memórias mais claras para dona Marta é o momento em que o caminhão parava para todos dormirem. Era necessário um sacrifício das mulheres, que ficavam vigiando seus filhos:

Quando parava pra dormir, parava nos postos. Ali era uma confusão, um queria pincar por cima o colchão para ele deitar, o outro também queria pincar. [risos] Dormia em cima do caminhão. Nós ficávamos lá, sentadas, as mães, né? Os homens ficavam por lá, armava rede debaixo das árvores. E as mulheres ficavam lá sofrendo, sentadas, olhando os filhos dormir [risos] (Dona Marta, 06/03/2013).

Momentos como esses, que não remetam necessariamente a lembranças confortáveis, são sempre contados por dona Marta em meio a risos, como se contá-los aliviasse para ela e para quem ouvia as “dificuldades” que passou. Ela também se recorda do instante em que chegaram finalmente à Vila Velha – o pequeno aglomerado que existia perto da cidade que estava sendo construída, Nova Ariquemes:

Cheguemos ali na Vila Velha, que é Marechal hoje, né, véio? Marechal Rondon, na beira da BR. Cheguemos era 4 horas da madrugada. Dia de São João. Aí escutei lá o pessoal dançando na fogueira. Os homens largaram as mulheres com a molecada no caminhão e sumiu lá pra festa de São João. De cá nós via eles lá, era pertinho, ali na vilinha. Aí, “vamos esperar o dia amanhecer para nós ir para Ariquemes Nova, Ariquemes Nova!”, eles falavam (Dona Marta, 06/03/2013).

O momento de mudança para Rondônia, discutido no grupo que veio “olhar as terras” e mais tarde trouxe toda a família, envolve um longo período de viagem para a grande maioria das famílias que se deslocaram. Os Zanella também alugaram um “pau de arara”, no qual parte da família se instalou para vir até Rondônia. Veio primeiro um grupo de três irmãos casados e três irmãos solteiros, somando 32 pessoas no veículo, já que vieram com outras famílias também. Eles cozinhavam na estrada, contando com um trabalhador que era responsável por esta tarefa. Também havia uma camionete que acompanhava o trajeto do “pau de arara”, vindo um pouco à frente. Eles se distanciavam

do grupo no caminhão, paravam e começavam a arrumar e a preparar os alimentos, assim, quando o restante da família chegava, o almoço já estava pronto.

Em 9 de julho de 1972, seu Abel Zanella fez aniversário na estrada, completava 22 anos. Eles passaram mais tempo do que o previsto na viagem, algo em torno de 10 dias, porque o veículo teve problemas mecânicos. Assim ele conta, explicando como seguiram pela estrada em cima do “pau de arara”:

O famoso pau de arara. O pau de arara é um carro grande, coberto, alonado e dentro colocava várias famílias. Só da minha [família] vieram quatro [famílias] e mais duas conhecidas. Tinha seis famílias. Ah, tinha bastante gente, tinha de contar! Era um caminhão de gente que vinha junto com a mudança, não mandava a mudança, vinha tudo junto. A gente vinha parando, cozinhando, vinha vivendo na estrada. Foram 12 dias de viagem. O carro ainda quebrou em Mato Grosso, teve que voltar para Cuiabá e a gente ficou esperando (Seu Abel, 05/03/2013).

Os relatos demonstram que a família Zanella se organizou para a viagem, diferente do que seu Adalberto explicava como o espaço desorganizado do “pau de arara”. Rondônia não era um “sonho” de poucos, como pode ser visto pela quantidade de famílias que vinham juntas, enfrentando os desafios da estrada, buscando reforçar as relações familiares e de amizade que eram fundamentais para enfrentar os próximos “movimentos de família”. Seu Abel Zanella conta as suas lembranças da estrada e os sentimentos que ele recorda ter vivido:

Olha, era tudo misturado. Tinha uma mistura de expectativa de esperança, porque a gente estava buscando condições de terra para trabalhar e tirar o sustento da vida, porque lá já estava imprensada a população. A viagem era uma verdadeira aventura e praticamente um lazer e, ao mesmo tempo, angústia e um pouco de incerteza de segurança de quebrar, ficar pela estrada, quando é que vai chegar etc. Enquanto tinha os produtos para dar sustentação, estava tudo bem, mas a preocupação era: e se acabar alguma coisa, onde comprar? Complicado, né? Então, era uma mistura de sentimentos – expectativa de esperança, angústia da estrada em si, ao mesmo tempo muita novidade que era conhecer tantas florestas e tantas matas, era o que a gente mais via. Os animais selvagens que lá [na cidade anterior de moradia] não tinha mais a gente via cruzando a estrada, isso também chamava muito a atenção na viagem. No Mato Grosso, a gente via os animais da selva cruzando a estrada, e naquela época tinha muitos que cruzava. E as estradas novas abertas no meio da mata, você tinha constantemente a surpresa de [ver] os animais cruzando (Seu Abel, 05/03/2013).

A insegurança quanto à possível falta de alimentos na estrada e a incerteza em relação ao que iriam encontrar para comprar foram administradas com a organização da família Zanella e das demais famílias que estavam se deslocando junto com eles. “Na verdade, a gente vinha... A gente ficou morando na estrada, meio parecido com ciganos,

não é?”, tal como conta seu Abel Zanella. Os seus irmãos traziam os filhos pequenos, parte do cenário que é descrito por seu Abel:

Tinha uma pá de crianças, era um pacote de crianças. Ah, elas faziam parte da festa da vida. Choravam, riam, brincavam, tudo misturado. Vinha meio apertado o caminhão da mudança, mas a gente criou um espaço em cima dos colchoados, vinha todo mundo deitado o dia todo e, quando parava então, fazia um pouco de exercícios, esticava as pernas, movimentava. Viajava, dormia, noite e dia no mesmo lugar. Praticamente ficou a carreta estivada de colchões e cada um tinha o seu, ficava sentado, deitado. E aí o motorista só pedia para gente evitar pôr a cabeça para fora. Mas tinha as duas laterais, abriu-se uma corrente de ar, puxava a lona com a corda e ficava uma espécie de duas portas laterais. Então, a gente tinha os visuais. A gente fazia de tudo para visualizar um pouco as coisas. Era a casa, né? A casa a rodar, a casa ambulante (Seu Abel, 05/03/2013).

A “casa a rodar” é uma imagem que mostra a relevância da mudança para Rondônia realizada pela família Zanella, bem como para as outras famílias acima mencionadas e para aquelas que tenham ido para aquelas terras de diferentes maneiras. Diante da incerteza do que iriam encontrar em Rondônia, eles resolveram munir-se de todos os recursos possíveis (alimentos, carro, equipamentos agrícolas) de forma a não passar por qualquer “dificuldade”, caso não viessem a encontrar esses produtos. Dessa forma, pode-se dizer que eles trouxeram a casa junto com eles, “era transportada”, reproduzindo grande parte do que possuíam na construção do novo espaço doméstico em Rondônia. A “casa a rodar” se referia aos elementos anteriormente descritos por ele próprio – a mistura de gente e de sentimentos, a preparação em conjunto dos alimentos e a desorganização espacial entre as famílias dos irmãos. Seu Abel Zanella conta que as duas famílias amigas que acompanharam a mudança, depois que conheceram Rondônia, também resolveram se mudar:

A gente da minha família já morava junto lá, foi uma decisão conjunta. Tinha dois amigos, muito chegados, eram quase que nem da família, e vieram juntos, vieram inclusive para tirar terra e depois voltar e buscar mudança. Então, tinha umas pessoas que queriam acompanhar a nossa mudança e, se gostassem, também faziam a mesma coisa. Inclusive tem uma família que veio com a gente, tirou [a terra], dentro de um ano buscou a mudança rapidinho e se mudou. Tá aqui até hoje, tem quase 90 anos, um velhinho, seu Geraldo Pellegrini (Seu Abel, 05/03/2013).

Outra estratégia da família Zanella foi dividir a família em dois grupos para ocuparem as terras em Rondônia. Assim, por meio dessa mudança em dois estágios, o grupo que veio primeiro poderia criar as condições para que o segundo se instalasse, bem como instruí-los a respeito do que encontrariam:

Porque a gente não quis arriscar para vir só de uma vez, a gente fez em dois momentos. O meu pai também não aceitou, ele preferia ficar com os pequenos, educando eles lá no trabalho no Espírito Santo, e falou: “Se vocês se derem bem, a gente encaminha depois”. Aí com dois, três anos, eles vieram. A gente conseguiu abrir uma frente para cada morador, para cada irmão, fazer uma casinha, na época não tinha nada de alvenaria, era de madeira mesmo (Seu Abel, 05/03/2013).

A família do seu Aparecido Pereira também passou cerca de 10 dias na estrada para chegar até Rondônia. Assim como o caso anterior, vieram juntos com outras famílias no “pau de arara”, puderam trazer apenas poucos pertences, principalmente pela necessidade de divisão do espaço no veículo com outras famílias. Desta forma, não é possível afirmar que eles reproduziram materialmente em Rondônia a casa que possuíam no Paraná, pois apenas trouxeram poucos provimentos que lhes davam condição de iniciar a vida em Rondônia. O dia da chegada da família é lembrado com orgulho e detalhes, 18 de julho de 1976. São recorrentes as memórias de uma cidade que estava iniciando, como conta seu Wanderlei Pereira:

Quando o pai chegou aqui, não tinha nenhuma casa em Ariquemes. A primeira casa nós vimos levantar aqui [...]. Até hoje sabem o nome da família, o nome do pai, o nome dos pioneiros, mas ajudar que é bom nada, não tinha estrada. Só eu tenho 38 anos de cidade, quando cheguei não tinha nada aqui. Se tivesse que dar um telefonema, tinha que ir a Porto Velho ou Ji-Paraná (Seu Wanderlei, 07/03/2013).

Assim que a família chegou, descarregou a mudança em uma castanheira localizada na antiga vila Velha e depois fizeram um barraco na cidade. As mulheres ficaram em Ariquemes em um primeiro momento. Somente em agosto ou setembro do mesmo ano chegaram a Rondônia os familiares da mãe de seu Wanderlei. Dona Aurora, esposa de seu Aparecido Pereira na época, era uma das poucas pessoas que sabiam ler na cidade em construção. Ela se dispunha a escrever as cartas para a sua família e para as outras pessoas que não sabiam ler e nem escrever e que lhe pediam.

Seu Josivaldo conta que a sua família veio em uma Kombi alugada em Cuiabá. Todos os seis filhos e sua mulher estavam no veículo, mas dois de seus filhos adoeceram assim que chegaram a Cacoal, localizado ao sul do estado, antes de Ariquemes, como anteriormente mencionado. Sobre a mudança, seu Josivaldo relata que, junto com sua família, também vieram um amigo, sua esposa e filhos, todos eles moravam no Paraná:

Só de Cuiabá até aqui gastava quatro dias. Do Paraná até Cuiabá você gastava um dia e meio. Nós viemos em duas famílias, o compadre Aberlado, que morava a 180 km longe de mim no Paraná. A mulher dele é tia da minha mulher. Ele falou comigo e eu disse: “Ó compadre Josivaldo, o senhor vai pra

Rondônia, o senhor vem me buscar”, e ele foi lá onde eu estava. “Você arranja um carro pra nos levar”. Então vamos marcar sim, eu vou lá no sítio te buscar. Aí, ele vendeu tudo o que tinha, uma casinha, eu fui lá com a kombi e veio um monte de pessoas, muita pequena, eu, mais a velha, ele e a mulher dele e os filhos. Um adoeceu em Cuiabá, a gente foi chamar um médico, médico não, um farmacêutico para ir lá na kombi medicar os meninos. Era muito difícil (Seu Josivaldo, 14/03/2013).

A primeira tentativa de mudança para Rondônia da família do seu Josivaldo aconteceu em 1975. No entanto, ele guarda com nitidez na memória o dia em que chegou a Ariquemes: 10 de maio de 1977. Nesta segunda tentativa, antes de vir para Ariquemes, a família permaneceu por quase um ano em Ouro Preto d’Oeste. Eles se mudaram para um lote onde seu Josivaldo e sua esposa seguem morando até hoje.

Seu Armínio veio para Rondônia de ônibus com os seus cinco filhos e a esposa, trazendo apenas as roupas que tinham. Junto com eles, outras famílias estavam também cogitando a possibilidade de possuir terra com o deslocamento para o novo estado. A primeira “parada” da família do seu Armínio foi Ouro Preto d’Oeste, onde morava um concunhado:

Veio bastante gente, logo na época que a gente veio, o ônibus veio atolado de gente. Veio muita gente. Cheguei em Ouro Preto, já tinha um concunhado ali que morava uns quatro ou cinco anos, eu vi o endereço dele, cheguei até conseguir localizar ele. Ele me indicou tudo como é que era, tinha que fazer a inscrição, depois fazer a seleção, aí ele me indicou, me encaminhou tudo e eu consegui pegar um lote do Incra aí (Seu Armínio, 14/03/2013).

A travessia para a família de Osvaldo Silva para Rondônia foi diferente das demais jornadas, acontecendo já no ano de 1986. Foram apenas dois dias e meio de viagem do Paraná até Rondônia. Assim, a família não teve que vir de “pau de arara” ou dividir o caminhão com outras famílias, já vieram de ônibus, como seu Armínio, porém a estrada era melhor do que na década de 1970, reduzindo consideravelmente o tempo da viagem.

Seu Leonardo se recorda com detalhes de como foi realizada a mudança da cidade de Umuarama, no Paraná, para Rondônia. Ele tinha 25 anos e a família trouxe no “pau de arara” o máximo de pertences para começar uma nova vida no novo estado:

Eu vim em 1975, voltei para Umuarama, fiz as colheitas todinha, arrumei um caminhão, pau de arara, enchi com a família todinha e viemos pra Rondônia em 1976. Doze dias. A estrada era chão puro, de Cuiabá pra cá era chão. Parava pra dormir, acampava. Trouxemos latas de banha, arroz, tudo, né? A gente não caçava não. Parava na estrada também pra fazer comida. Eu tenho lembrança de Mato Grosso, tinha um areão ali, o caminhão parava, atolava nas areias, uma vez tivemos que ficar dois dias lá. O caminhão era nosso, juntou todos os tios e compraram o caminhão. Porque tinha dois tios meus que tinha um

pedacinho de terra, mas tinha pistoleiro e confusão, venderam as terras e inteiraram o dinheiro, todos eles, e compraram um caminhão, um caminhãozinho. Trouxemos a bagulhada toda de mudança, todinha, roupa, equipamento, tudinho (Seu Leonardo, 13/03/2013).

O segundo “movimento da família”, o que corresponde à organização dos pertences para efetuar a mudança para Rondônia, fez com que as famílias calculassem, dependendo do meio que utilizaram para ir até as novas terras, aquilo que poderiam trazer para formar o novo espaço familiar. As famílias enfrentavam a estrada para chegar ao estado desconhecido com o objetivo de se “esparramar”<sup>56</sup>, isto é, para adquirir a primeira terra de propriedade da família em questão. Durante a travessia, a casa provisória era o meio de transporte, o que pressupõe a desorganização das diferenciações de gênero e geração. Além disso, também significa um conjunto de experiências que seu Abel Zanella comenta como a de “uma mistura de gente, mistura de sentimento, a preparação em conjunto dos alimentos e a desorganização espacial entre as famílias dos irmãos”, que se configura como um esforço inicial para chegarem a Rondônia. Portanto, há desconstrução do espaço de moradia anterior, um período de união com as demais famílias, e posteriormente a reconfiguração da casa, a partir das referências trazidas e material e imaterialmente.

### **2.3 Terceiro movimento – A abertura do lote**

Em Ouro Preto d’Oeste, primeira cidade de instalação da família Cioffi em Rondônia, houve a oportunidade de emprego para seu João como gerente em uma cooperativa – CIRA (Cooperativa Integral de Reforma Agrária) ligada ao Incra. O objetivo da cooperativa era assentar e dar condições de sobrevivência aos assentados, pois, na medida em que eles se fortaleciam, o Incra não se responsabilizava mais em garantir as condições iniciais de ocupação e produção na terra. Seu João Cioffi estava contente em Ouro Preto d’Oeste, mas o objetivo inicial da mudança com a sua família para Rondônia não pôde ser concretizado – ter uma terra em seu nome para deixar para a sua família. Desta forma, ele saiu do centro do estado e se deslocou para Ariquemes, no

---

<sup>56</sup> Segalen (1980, p. 46) já chamava a atenção para a tendência dos estudos camponeses tratarem a família como algo estável, sendo relevante complexificar a noção de uma “família rural enraizada na terra e imóvel”. Neste sentido, não foi utilizado aqui o termo “famílias camponesas” justamente porque elas circulam tanto na cidade quanto no espaço rural, principalmente em se tratando dos filhos dos “pioneiros”. Sobre a revisão da contribuição teórica das análises das famílias rurais, ver Almeida (1986).

norte, porque ele poderia combinar um emprego na cidade com a posse da terra, o que não era possível em Ouro Preto.

Em 2 de janeiro de 1980, ele chega a Ariquemes, cidade na qual a colonização era mais recente e, portanto, a infraestrutura era mais precária do que em Ouro Preto. Dona Luzia se lembrava com saudade da vila do Incra e se incomodava, no início, com a falta de conforto da casa no setor 2 da cidade recém-planejada, que não era tão grande como a outra, já que não tinha piso de madeira e o banheiro ficava do lado de fora. Não houve o tempo de espera pelo lote, pois o processo seletivo do Incra já havia terminado, então, a solução era comprar um pedaço de terra. Logo seu João comprou uma posse no Burareiro de 250 hectares, sem nenhuma benfeitoria. O ciclo de financiamento do cacau já estava em declínio, por conta da vassoura de bruxa<sup>57</sup>. Alguns anos depois, ele se reúne com a família e decide vender a propriedade no Burareiro, o “sítio Bonanza”, para montar uma fábrica de refrigerantes que, em retrospectiva, ele considera ter sido um investimento de alto risco. Até hoje o “sítio” é lembrado pelas noites em que toda a família dormia debaixo do tapiri<sup>58</sup> com medo da onça, que fazia com que dona Luzia dormisse em uma rede entre aquelas onde estavam Lara e Joca, apoiando os filhos com suas mãos com medo de que a onça ou outro bicho os levasse.

Seu Pedrinho de Oliveira se recorda que até a “abertura” da cidade não havia muitas pessoas naquela área. No entanto, o seu relato sobre a chegada e a “abertura” dos lotes indica que não se tratava de uma “área vazia”, tal como a propaganda do governo militar afirmava. Eles chegaram à localidade em janeiro de 1976, antes do momento de criação da cidade nova de Ariquemes. Até que fossem iniciadas a “abertura do lote” e a produção em Ariquemes, seu Pedro e seu José de Oliveira moraram em Porto Velho, passaram um tempo realizando uma série de idas e vindas de Porto Velho a Ariquemes, até que se mudaram definitivamente. Eles podiam alternar o cuidado dos lotes contíguos que possuíam, contratando mão de obra:

A gente morava junto e administrava junto, não tinha problema não. A gente contratava pessoal [para abrir os lotes], lá perto de Porto Velho, porque a gente morava em Porto Velho. A gente vinha, passava 15 dias [aqui], e passava dois, três dias lá [no lote], cada semana ia um. Ia um e ficava o outro (Seu Pedrinho, 27/03/2013).

---

<sup>57</sup> Segundo a Ceplac, a vassoura de bruxa é uma praga natural da região Amazônica, sendo considerada uma das mais ameaçadoras ao cacauzeiro.

<sup>58</sup> Tapiri é uma palhoça rústica feita com folha de babaçu.



Acerca do processo de seleção pelo qual eles passaram para conseguir um lote no PAD Burareiro, Seu Pedrinho comenta a necessidade de apresentação de documentos para comprovação de experiência agrícola. Na Bahia, onde ele tinha um cunhado que trabalhava especificamente com cacau, ele conseguiu um documento que atestava experiência em cacauicultura:

A gente tinha uns conhecidos lá, arranjaram documento, arranjaram tudo e viemos pra cá, super documentado! Passava assim em primeiro lugar e deram direito de escolher lote onde quiser. Tinha tantas credenciais pra coisa – tinha que ter um capital inicial, e a gente tinha. Eu tinha uma colocação muito boa e podia escolher o lote que queria, todo mundo já era determinado tal e tal, para nós não – você escolhe – corremos o terreno e escolhemos o lote (Seu Pedrinho, 27/03/2013).

Houve o estabelecimento de uma relação com os funcionários do Incra para que eles pudessem escolher os lotes nos quais iriam permanecer. Seu Pedrinho ressalta que isso não ocorria com todos os que estavam participando da seleção, pelo contrário, o seu caso e o de seu irmão eram uma exceção, o que aconteceu devido à alta pontuação que tiveram no processo seletivo:

O próprio Incra escolhia e dava pra gente o lote. Como eu e meu irmão tínhamos muitos pontos, porque, devido ao grau de instrução da gente, experiência com agricultura e tal, deram para a gente escolher. Só nós dois pudemos escolher lote, ninguém mais pôde não! Mas na época também não tinha estrada, não tinha nada, tinha que ir a pé. A picada que tinha era a abertura que foi feita para a marcação dos lotes. Aquilo tinha tora no meio do caminho, pau, atravessar igarapé, dentro d'água, não tinha jeito, né? Passava por cima de tora, às vezes passava por baixo e era um deus nos acuda. Lá, nós achamos os dois lotes que nós fomos visitar muito bom e escolhemos aqueles dois, e não fomos visitar mais não, não dava para visitar. Ficava a 18 km daqui (Seu Pedrinho, 27/03/2013).

Sobre a doação de lotes no perímetro urbano, ele se recorda de que ele e seu irmão conseguiram uma data ou “lote urbano” cada um. No entanto, como eles não moravam em Ariquemes no princípio, eles organizaram da seguinte maneira:

Na época, a administração distribuía os lotes. O município foi criado só em 1977, aí já nomeou prefeito. A gente via e a Prefeitura dava os lotes pra gente. A gente recebia gratuito. Era lote urbano. Eu e meu irmão recebemos um lote cada um. Fizemos uma casinha no meio dos dois para ocupar, porque não pretendia morar aqui naquela época, não tinha nada, a casinha era só para ocupar os lotes, se não tomavam os lotes (Seu Pedrinho, 27/03/2013).

A casa que seu Pedrinho e seu irmão construíram no espaço rural é motivo de orgulho. Comenta que a “abertura do lote” foi feita com a ajuda<sup>59</sup> assumida entre eles e a

---

<sup>59</sup> A relação de ajuda pode ser retratada como um contrato diádico (Foster, 1961) dividido em duas principais vertentes: os contratos horizontais e simétricos entre pessoas iguais que trocam os serviços, tal

contratação de pessoal que trabalhava junto com ele e seu irmão. Eles fizeram tudo sem nenhum “material moderno”, sem prego, nem barbante, nem nada. As portas erram amarradas com cipó, fazendo dobradiça para abrir. Como eram dois lotes vizinhos, isso facilitava o gerenciamento em conjunto dos dois irmãos e eles puderam construir apenas uma casa entre os dois lotes, o que justificava a ocupação das terras para o Incra.

A família do seu Adalberto Martini, ao chegar a Ariquemes, decidiu não “abrir” a terra localizada na RO-421, onde os parentes de dona Marta Martini estavam recebendo lote. Eles tinham cinco filhos pequenos na época e se tornava praticamente inviável ficar longe do eixo da estrada, a BR-364, sem possuírem um carro que eles pudessem usar para transportá-los até o lote. Como conta dona Marta:

Eu sei que daí eu falei pro meu esposo assim: “Não dá pra pegar lote lá nessa lonjura, enfrentar picada, 30 quilômetros de picada com cacaió<sup>60</sup> nas costas e levar meus filhos para lá”. Porque, se o Incra desse o lote, você tinha que entrar nele. Se não, ele tomava e dava para outro. Aí, ele todo dia lá no Incra e falava assim: “Vocês não têm não uns lotes enjeitado aqui mais por perto, porque eu não posso levar a minha família e cinco filhos pequenos lá pra dentro do lote”. Foi onde mandaram a gente ver o lote na linha C-75, onde a gente morou, que é onde nós mora, nós temos lote até hoje lá. É na linha C-75, mas do lado de cá, do lado da Br-364. Aí ele foi, mais esses amigos nossos lá do Paraná, foi lá olhar uns lotes enjeitado. O cara enjeitou, porque só passa picada o Incra, né? Era só uma estradinha no meio do mato (Seu Adalberto, 30/04/2012).

A terra em questão havia sido rejeitada porque os primeiros ocupantes só levaram em conta a parte inicial do lote, que tinha um relevo bastante acidentado. No entanto, seu Adalberto foi até o local e pôde constatar que a área era de boa qualidade, sendo necessário ultrapassar o relevo acidentado no início do lote:

Passou a topografia [realizada pelo Incra], 5 metros, 10 metros, 15 metros e pronto. Só que passou em cima da serra, não dava para fazer estrada por ali. E a estrada ia ser feita pelo outro lado, né? Quando fosse feita a estrada. Não tinha estrada ainda. A turma chegava ali e só olhava pedra, pirambeira, mas não tinha 500 metros de pedra, o resto era terra, a coisa mais linda. Quando saiu a estrada, saiu beirando o lote. Aí nós escolhemos ali mesmo. Deu para escolher. Era porque aqueles eram enjeitado, quem passou por ali não quis. “Ah, esse aqui eu não quero, esse aqui eu não quero não”. Então: “Vai pra frente, vai pra frente”. Quem não gostou lá pra frente, ia para outra linha, onde

---

como os marechais, e os contratos verticais e assimétricos, nos quais há o pagamento pelo serviço, principalmente no caso dos burareiros. Note-se que na presente pesquisa há uma relativa flexibilidade, em especial nas relações verticais e assimétricas, conforme será apresentado no capítulo IV.

<sup>60</sup> Seu Wanderlei Pereira explica o que era o cacaió: “Você pegava um saco de compra e eu pegava a minha calça e amarrava na boca do saco com uma cordinha. Aí podia encher de compra, porque ela era larga e também tinha uma peça de roupa que você levava para usar. Se fosse usar uma mochila, ia arrebentar, mas com a calça você podia colocar 10, 20 quilos, tinha gente que usava com 20 quilos”.

o cara achava que estava melhor, né? Mas só que não sabia que lá pra baixo era bom (Seu Adalberto, 30/04/2012).

Dona Marta salienta que as pessoas apenas recebiam o número do lote, a orientação do Incra que mostrava onde estava o marco da terra, e um documento que atestava a posse provisória, e não tinham qualquer outra assistência deste órgão federal. As pessoas, muitas vezes, tinham receio de entrar na “mata” e, ao constatarem o obstáculo do relevo no início do terreno, resolveram rejeitar o lote:

Aí, os caras, coitados, tinham medo de ir olhar o lote para ver se era bom mesmo ir, não tinha andado no mato, né? Mas daí quando nós chegamos, ele já conhecia negócio de mato e os dois amigos deles, aí foram andar lá. Desceram a serra e foram lá andar. Chegou lá, viu terra boa, terra boa mesmo, tinha pau d’alho, terra boa. Aí voltaram animado. Foram lá no Incra: “Olha, pode passar aqueles lotes lá pro nosso nome, é nosso” (Dona Marta, 30/04/2012).

Esse lote era mais próximo de Nova Ariquemes, uma condição importante principalmente no período em que seu Adalberto se deslocava para a terra no PAD Marechal Dutra, sem a companhia de dona Marta e dos filhos que permaneciam no “rancho” na cidade. Havia uma diferenciação social no que tange à ocupação desses “ranchos”. Dona Marta conta que apenas os primeiros burareiros que chegaram à cidade também permaneceram provisoriamente nos “ranchos”. Porém a maioria das famílias que permaneceu no “rancho” possuía terra no PAD Marechal Dutra e elas tinham menor poder aquisitivo se comparadas aos burareiros, tal como os Martini. Dona Marta conta que a proximidade entre os “ranchos” era propositalmente realizada:

Fizeram o quadro do setor um e daí o pessoal foi chegando e fazendo barraca – de folha, de lona. Quem tinha lona fazia de lona e quem não tinha lona fazia de folha de coqueiro na avenida Canaã. [...] Aí a gente ficava ali. De noite dava garoa ou chuviscava e vinha um barulhinho assim ó, já pensava que era onça. Eu sei que tinha mais de mil famílias naqueles barraquinhos, que se não era de lona, era de folha (Dona Marta, 30/04/2012).

Ter poder aquisitivo alto era um critério para se tornar um burareiro, porém havia formas de conseguir ser selecionado para esse projeto sem ter a renda que precisava ser comprovada, e assim possuir mais terra. Seu Adalberto conta que algumas pessoas faziam empréstimos uns com os outros para terem a comprovação via extrato bancário, o suficiente para serem enquadrados como burareiros, pois a comprovação da experiência agrícola não era empecilho para muitas famílias que se deslocaram até Rondônia. No entanto, ele optou por não utilizar esse expediente:

O burareiro tinha que ter uma garantia de 50 mil, tinha que ter um talão de depósito no banco de que você tinha uma reserva de 50 mil na época. Mas só que quase ninguém tinha essa reserva coisa nenhuma! O que foi feito era que você me emprestava, eu emprestava, passava pra outro, e se fazia um monte de recibo! Mas eu nunca aprendi a fazer essas mutretas e na época nem sabia disso, nem passou na cabeça isso. Se juntasse a família toda quando nós viemos, nós fazíamos! Tinha condição de pegar (Seu Adalberto, 30/04/2012).

As outras três famílias que vieram juntas com os Martini no “pau de arara” conseguiram pegar lotes vizinhos que haviam sido previamente rejeitados. Assim, eles se ajudaram<sup>61</sup> na “abertura das terras”. Seu Adalberto conta que eles passaram nove meses no “rancho”, até que a família inteira pudesse se mudar definitivamente para o lote que já estava com um “barraco e a frente aberta”.

Antes que a família Zanella chegasse a Ouro Preto d’Oeste foi relevante o momento de reconhecimento das terras que o irmão mais velho, seu João, realizou. Isto fez com que eles se deslocassem para Ariquemes para conhecer as terras que o primo havia comprado e posteriormente vendido para seu João; já sabiam que em Ouro Preto as terras distribuídas não estavam mais no eixo da BR:

Em 1971, 1972, por isso que a gente não ficou lá [em Ouro Preto d’Oeste]. Outro motivo que tinha era esse primo que tava ali, e ele disse ”olha, se vocês quiserem ficar em Ouro Preto, dentro do projeto do Incra, eles estão distribuindo as terras, só que não está com as estradas, só tem os alinhamentos dentro da mata. Mas eu tenho um terreno em Ariquemes na beira da estrada, se vocês quiserem ir para lá”. Aí, um irmão meu veio olhar e interessou (Seu Abel Zanella, 27/04/2012).

Nas terras em Ariquemes, os irmãos poderiam ter a sua parcela de forma contígua e no eixo da estrada, facilitando o trabalho de “abertura dos lotes”. Sobre o processo de decisão de se deslocarem para o estado de Rondônia, seu Abel Zanella explica:

Foi conjunta. A gente estava entre 30 e 40 pessoas, entre grandes e pequenos, todos se casando, e uma chácara lá tinha 8 alqueires no máximo, uma chácara. E aí começou a gente a morar na chácara e trabalhar para os outros, então, quer dizer, a gente não tinha como investir para a gente mesmo. Só trabalhava para os outros e não tinha espaço. Comprar terra era muito difícil, porque lá era caro. Chegou o momento em que a gente começou a pensar: ou para Bahia, ou pro Paraná, ou para Rondônia, e deu para Rondônia (Seu Abel, 27/04/2012).

Ele conta que os dois irmãos mais velhos foram os responsáveis por propor essa possibilidade para os outros irmãos e irmãs. O pai deles tinha ido morar numa “chácara”

---

<sup>61</sup> A reciprocidade depende da distância social, mas também de outras forças que estão fora da relação em si. De acordo com Sahlins (1965): “o desequilíbrio econômico é um elemento-chave para o desenvolvimento da reciprocidade generalizada como um mecanismo de classificação e liderança” (p. 162, tradução da autora).

com os irmãos menores, já os irmãos mais velhos formaram um grupo de sete homens, dentre os quais havia duas figuras que eram caracterizadas como líderes na família para seu Abel Zanella: seu João, anteriormente mencionado, e também Luiz, segundo irmão mais velho. “Eles que ajeitavam isso aí e trouxeram para cá uma parte dos irmãos, se desfizeram de uma parte [da terra] e investiram aqui e, mais tarde, o meu pai se desfez [do que tinha] e investiu aqui também”. Seu irmão João comenta que, no início da ocupação em Ariquemes, o trabalho da família foi realizado de forma conjunta, eles fizeram um barraco só no lote, mas pontua a necessidade crescente de “debandar”, isto é, separar, principalmente porque alguns irmãos já eram casados. Seu João afirma que no começo era: “Tudo uma panela só. Até um tempo, depois foi debandando. A ideia era essa, né? Debandar. É difícil trabalhar junto. Ainda mais a gente é irmão, dá certo até que não tenha as noras, as mulheres. Como nós éramos 10 homens, aí começou a entrar mulheres diferentes e não funcionou”. Seu Abel Zanella conta quais foram os primeiros passos da família depois da travessia que realizaram até chegar a Ariquemes:

Nós chegamos lá embaixo na Vila Velha, alugamos uma casa com a dona Branca, uma senhora que faleceu há dois anos. Ela tinha um restaurante na vila que atendia praticamente aos caminhoneiros, porque a estrada começou a funcionar Cuiabá-Porto Velho e então o pessoal fazia os comércios nesses pontos. E ela abriu um restaurante para atender aos caminhoneiros que passavam. E a gente chegou e precisava de um apoio logístico nesse sentido. Ela tinha uma casa desocupada, onde a gente guardou a mudança e [colocou] as crianças e nós acrescentamos a casa uma lona por trás, abrimos um espaço enorme para abrigar os grandes. Colocamos as mulheres e as crianças dentro de casa com o material que com a umidade estragaria. E ficamos do lado de fora, quase embalados, cobertos de lona, e fizemos como se fosse um acampamento mesmo. E enquanto a gente providenciava espaço, tiramos aqui no trevo uma chácara de quatro alqueires (Seu Abel, 05/03/2013).

A “chácara” que eles compraram era de posse da própria dona Branca. Eles terminaram de “limpar” o resto de “capoeira” que havia na “chácara” que estava com a “mata derrubada”. Nesse espaço, eles construíram três casas de madeira, tendo que buscar a madeira em Porto Velho. Mesmo assim, tinha que fazer o pedido com antecedência, já que muitas pessoas estavam construindo casas no estado e a procura por madeira era grande:

Três famílias e mais um espaço comum, onde tinha um poço, tinha banheiro, área de serviço, quer dizer, um espaço para as três famílias, quer dizer os três [irmãos] casados. Eram três [irmãos] casados e três [irmãos] solteiros. Os solteiros moravam junto com os casados e, como espaço de serviço tinha esse poço, banheiro, lavador de roupa, secador de roupa, um espaço para as três famílias, a gente tentou socializar um pouco isso aí. Mesmo porque a gente já era acostumado a trabalhar junto. Mas aí, depois, cada um foi abrindo seus espaços, seus terrenos, seus sítios, construindo suas casas. E finalmente, dentro

de uns quatro ou cinco anos, cada um estava em cima do seu sítio (Seu Abel, 05/03/2013).

Presente no relato de seu Abel está a importância atribuída à intenção da família ao se mudarem para Rondônia: conseguir um espaço para cada um dos irmãos. No entanto, no início, eles fizeram o esforço de convivência para que somassem forças de trabalho e também para que pudessem comprovar a ocupação da terra que marcaram. Sobre o processo da abertura das terras, seu Abel comenta: “A abertura, sim, foi combinada de todo mundo abrir junto e, quando estivesse acabando a sua abertura, aí então cada um tocava por conta própria. Já era um projeto junto até pela necessidade. É, projeto da família”. Havia, assim, o trabalho inicial conjunto para depois se “esparrramarem” para cada um dos lotes, que seria de posse de cada família “formada”, isto é, aquela dos irmãos casados, o que é denominado como “projeto de futuro da família”<sup>62</sup>. A família Zanella, apesar de ter comprado a terra do primo em Ariquemes, nunca a ocupou. Descobriram, assim que chegaram à localidade, que a terra era muito distante da “beira da estrada”. Depois que ocuparam outra terra, a família vendeu a que foi comprada do primo:

Ah! Não tinha estrada... Na época de enchente inundava que virava um trem, como é que você ia trabalhar? Como é que você ia escoar a produção? Quando nós chegamos, tinha uma ponte de madeira, onde tem uma ponte hoje aqui, tinha uma de madeira. Só que no primeiro ano a gente levou ela. Nós fomos localizados [em área] muito difícil. Daqui dessa ponte até lá dava nada, uns 10 quilômetros na beira do rio abaixo. Era muito difícil formar uma estrada. Aí marcamos lá, porque nós tínhamos uma camionete, encostava na beira, só tirava as coisas, fazia um barraco de palha e começava a trabalhar (Seu João, 08/03/2013).

A demarcação para a abertura dos lotes foi feita na rodovia estadual RO-421. Como a estrada tinha os pontos de demarcação da quilometragem, eles conseguiram medir o espaço que ocupariam, que foi do quilômetro 55 até o 60, com 5 quilômetros de fundo, divididos pelos irmãos que já estavam em Rondônia. No entanto, era preciso ficar fora da área de direito dos seringalistas, tal como orientava o governo do território. Seu Abel pondera:

Porque no sentido Mato Grosso para cá, o Aldo Catanhede era proprietário do grande seringal com mais de 40 mil hectares para tirar seringa, só que na hora de tirar a terra, ele tinha o direito de escolher onde seria dele, porque ele já

---

<sup>62</sup> A noção de “projeto”, segundo Velho (2004), enfatiza a dimensão consciente da ação social, implicando avaliação e estratégia para desenvolvimento de certas metas. No entanto, “projeto”, na acepção da presente pesquisa, na maioria dos casos, não representa uma tentativa individualizante de produzir e comunicar sentido, mas uma possibilidade de produzir um coletivo (família de origem e formação de novos núcleos familiares) por meio da construção de objetivos comuns de vida.

ocupava há muito tempo. Ele tinha o título de 6 mil hectares, mas ocupava o resto do estado, que não era proibido, era permitido para a extração da borracha (Seu Abel, 05/03/2013).

Como a família Zanella chegou antes da instituição dos projetos de assentamento dirigidos na cidade, eles tiveram a oportunidade de ocupar terras e posteriormente legalizá-las junto ao Incra. Eles mantiveram a “chácara” que compraram no início como “ponto de apoio logístico”, como enfatiza seu Abel Zanella. Ele se recorda de quando foram a Porto Velho para apresentar um projeto necessário para ocupar uma área no território:

Não, na época aqui o Incra ainda não tinha entrado. As áreas eram devolutas, eram mesmo para serem recortadas, ainda não tinha estrutura de recorte. Aí nós fomos em Porto Velho, na época o administrador do território federal de Rondônia era o Capitão Silvio. Ele disse: “Se é pequenos agricultores, é em Ouro Preto com o Incra, se é gente que tem condição de abrir por conta própria, então áreas maiores, pode entrar em outros lugares”. Aí a gente apresentou um projeto de 20 e poucos alqueires de derrubada, de início, aí apresentamos o projeto, e ele falou: “Ariquemmes, a menor área aqui é de 500 hectares”. A gente quase caiu de costas! Porque a gente queria uma área para trabalhar no machado e não precisava ser tão grande. Quando ele falou que para ficar em Ariquemmes a menor área era de 500 hectares, depois 3 e depois 6 mil, para cada família, a gente quase caiu de costas com a extensão de terra que era proposta pra gente. “Se vocês garantir a área menor, vocês ficam, se for menos do que a área menor, vocês têm que voltar para Ouro Preto”. Aí a gente abriu o projeto, ele olhou e falou: “Não, pode trabalhar tranquilo, pode entrar”. A gente já fez autorizado. Cada um com 500 pegou um trecho monstro da estrada (Seu Abel, 05/03/2013).

Seu João Zanella relata que eles não tinham um projeto para 500 hectares e, assim, quando o Incra “chegou”, tomou parte da marcação que eles haviam feito. No projeto, era necessário mostrar a capacidade que os ocupantes em questão tinham de desmatar uma determinada área, o que inclusive tinha relação com o tamanho da família, fator importante que denotava a mão de obra disponível para tanto. Ademais, era necessário mostrar a intenção, a projeção de futuro para a abertura de determinada terra, conforme apresentado no primeiro capítulo:

[...] o cara falou: “Ó, vamo fazer o seguinte, eu não posso liberar, só com projeto, e agora o Incra não está mais aceitando projeto. A única maneira que vocês podem conseguir lá é ter área de seringa. Tão explorando a seringa?”. De fato, não exploravam, mas dentro dessa área a gente tinha liberado as pessoas para explorar. Eu tinha um irmão que comprava seringa. Então, o interesse por essas áreas era bastante. “Se vocês for lá, tem tantas madeiras [de seringa], vai ser feita uma vistoria, vocês vão ficar com a área”, ele disse. Então, o que não tinha estrada [de seringa] a gente fez. Ampliamos o seringal, cortamos o sítio em estrada, tudo quanto é seringa que tinha a gente abriu estrada. A gente não, a gente abriu o projeto pros outros fazerem, você entendeu? (Seu João, 08/03/2013).

Qualquer família poderia propor um projeto de abertura, desde que tivesse mão de obra suficiente para tal e apresentasse o objetivo que tinham com a posse da terra ao governo que, no relato acima, alude à esfera federal. Embora o Incri houvesse delimitado uma área mínima de 500 hectares para Ariquemcs, isto sofreu algumas alterações, já que as menores áreas de Ariquemcs têm 100 hectares – as terras do PAD Marechal Dutra. Seu Abel pontua:

Quando o Incri chegou, ele delimitou. Quando o Incri chegou, aí ele colocou no lugar as linhas. Essa terra, que nós pegamos de mil [metros] por 5 quilômetros, ficou cortada por trás e ficou 250 hectares, não era mais 500 hectares. Aí, fizeram o enquadramento no Burareiro. A organização do Incri chegou mais tarde, mas eles respeitaram todos os que entraram na frente, porque não entraram sem licença. A gente chegou e foi a Porto Velho perguntar ao administrador quanto nós podemos ocupar. “Você procura lá, onde tem os limites do seringal, porque eles têm direito a 6 mil e podem escolher e, ultrapassando essa distância, vocês podem ocupar. Quando o Incri chegar, legaliza”. A gente já foi orientado que o Incri chegaria e faria o reajuste. Aí mais tarde reajustou (Seu Abel, 05/03/2013).

Algumas coisas mudaram no tempo que é marcado como “quando o Incri chegou”. Ele comenta que os primeiros agricultores já estavam ali há cinco anos. “Quando os agricultores chegaram, havia um projeto imaginário”, isto é, não haviam sido colocados em prática os projetos de assentamento dirigidos que foram mencionados na seção anterior. Seu Abel Zanella pontuou: “O agricultor faz linha de foice e o Incri de imaginação”, em alusão ao trabalho que foi realizado por sua família e outras que ocuparam a área de Ariquemcs para efetivamente “abrir as terras”, e que contavam apenas com o aval, mas não a assistência técnica e nem de infraestrutura do governo federal para essa abertura. No entanto, o próprio governo estava criando os mecanismos para regulamentar a ocupação materializada nos projetos, por isso, a caracterização como “linha imaginária”. A maioria das famílias que vieram ocupar terras em Rondônia tinha como objetivo uma terra que fosse de posse familiar e também a necessidade de iniciar a produção o quanto antes. Em geral, haviam se desfeito do que possuíam em seus estados de origem para reunir condições suficientes para realizar o deslocamento até Rondônia.

Os homens da família faziam o esforço de trabalhar juntos no início da ocupação para que todos pudessem “se estabelecer”, enquanto as mulheres permaneciam com as crianças na “chácara” da Vila Velha. Seu Abel se lembra de que já havia uma escola para as crianças e duas professoras que davam aulas a elas. Ele comenta: “Em relação ao Espírito Santo, de onde nós saímos, e ali, não perdemos nada em questão de escola. Foi uma bênção”. Como eles vinham de uma região cafeeira do Espírito Santo, começaram o



plantio de quatro alqueires de café na “chácara”, que era entremeado por árvores frutíferas. Também plantaram arroz, milho, feijão e mandioca. A falta de mercado para o escoamento da produção fez com que não aproveitassem grande parte do que foi produzido.

Seu Abel Zanella faz uma autocrítica em relação à área que era preciso derrubar para dar seguimento ao projeto a que eles se propunham, implicando queimar parte da “mata” que existia na área demarcada:

Eu mesmo, chega a doer o que a gente fez, mas precisava, a gente era agricultor, né? E a proposta era agricultura. Você não ia encampar uma proposta de agricultura no meio da mata. Entrava na mata para abrir mesmo. E o incentivo que dá? Quanto mais abria, mais direito tinha de terra. Esse era o grande incentivo (Seu Abel, 05/03/2013).

Ainda que o “projeto da família” tivesse como pretensão uma área bastante menor, diante da proposta de Capitão Silvio, as famílias viram se concretizar à sua frente o sonho não somente do acesso à terra, mas a uma extensão de área que nunca havia feito parte de seu universo de possibilidades.

Naquele momento a reserva ambiental não era um assunto colocado na agenda estatal. Seu Abel comenta ironicamente acerca da posição do Estado: “Reserva? Um absurdo, imagina! Não tinha motivo. Era um x de estrada aqui, Porto Velho-Cuiabá e um projeto não aberto Guajará-Mirim-Mato Grosso, um projeto imaginário, linha imaginária, o de Porto Velho-Cuiabá estava tudo pronto”. Segue dizendo que era motivado pelo governo que se abrissem as terras para ocupá-las, o que posteriormente veio a mudar. Também retoma a caracterização enquanto “linhas imaginárias” para fazer referência à organização do espaço pelo governo federal, enquanto efetivamente quem “abria” e era responsável pela configuração dos projetos de fato eram as famílias escolhidas, cujo “perfil” era selecionado exclusivamente pelo governo.

Seu Wanderlei Pereira lembra que conseguiram fazer primeiro um “barraco” no fundo da data que haviam recebido da administração e que depois de aproximadamente dois meses conseguiram construir uma casa na frente desta data. O seu pai teve que buscar madeira em Ji-Paraná, já que a procura por madeira para a construção era muito grande então. Após 15 dias de terem se mudado para Rondônia, eles começaram a “abrir” o lote. Desta forma, eles não tiveram que esperar para ocupar a terra como foi o caso das outras

famílias. Seu Wanderlei conta que eles trocavam diárias de serviço com o vizinho da área rural:

Nós, no machado. Eu e o pai. Tinha o vizinho, mas ele fazia o dele e nós fazíamos o nosso. Só que no caso, nós fizemos juntos. Nós ajudamos ele a fazer e ele ajudou a gente. Aí nós fomos dividindo as tarefas; para não ficar sozinho trabalhando num canto, nós ajudávamos o vizinho<sup>63</sup> e ele nos ajudava. A gente trocava diária de serviço (Seu Wanderlei, 23/04/2012).

Naquela época, sua mãe e os irmãos menores ficavam no “rancho” ou na “rua”, isto é, no incipiente espaço urbano, tal como ele assinala. A família esperava que os homens, no caso apenas seu Wanderlei, filho mais velho, e seu pai, iniciassem o trabalho de “abertura do lote”, para que os irmãos menores e a mãe se mudassem depois que houvesse uma mínima estrutura:

Ela ficava aqui na rua, o pessoal também ficava aqui na rua. Ela só mudou para lá quando tinha estrada. Porque nessa época não tinha estrada, a gente ia só no picadão com o cacão nas costas. Era o Incra que fazia, só um trilho dentro da mata. Eles botavam o marco, cada mil metros tinha um marco, o número do lote, e você chegava ali e achava o marco, achava o número daquele lote, aí ia até achar o seu. O pessoal do Incra só ia lá no primeiro dia mostrar. O primeiro dia para entregar, eles foram junto (Seu Wanderlei, 23/04/2012).

Ao ser indagado sobre a existência de um prazo para a ocupação do lote, seu Wanderlei afirma que: “Praticamente davam prazo. Porque foi assim, na época, quem derrubasse e plantasse, colocasse serviço ficava ali. Quem não colocasse serviço, eles tomavam e davam para outro que queria trabalhar, que queria derrubar, que queria produzir”. No início não havia estrada até o lote da família, o deslocamento tinha de que ser feito a pé com o cacão nas costas. Em menos de seis meses, eles conseguem se mudar definitivamente para o lote, mas somente depois de dois anos de produção, eles conseguem comprar um jipe para facilitar o deslocamento do lote para a cidade:

As estradas eram só abertas e passada a patrôla. Quando entrava uma máquina ou caminhão pesado, aquilo ia afundando com nós. Nós íamos no picadão até uma determinada parte e o resto era a pé com o cacão nas costas. Por exemplo, se desse malária em mim, minha família saía comigo pendurado na rede, se desse em alguém na outra família, era assim que tirava. [...] Às vezes, a gente tinha o dinheiro, mas comia arroz e feijão puro, porque não tinha como vir à cidade para comprar carne, e tinha um tempo que não tinha carne na cidade. [...] O máximo que a gente andava era 20 quilômetros, 30 quilômetros se for contar com a BR, mas a gente pegava o jipe ou carona (Seu Wanderlei, 23/04/2012).

---

<sup>63</sup> Hebette (v. II, 2004, p. 192) faz referência a esse processo de solidariedade de recriação, pois o isolamento físico e social cobrava a necessidade de ajudar aqueles “migrantes” que queriam resistir.

Seu Josivaldo disse que, enquanto morava em Ouro Preto d'Oeste e trabalhava na “terra dos outros” para sustentar a sua família, ele se deslocou até Ariquemes para participar da seleção. Em suas palavras: “Veio eu e esse cunhado meu que eu te falei que veio na minha frente, colhemos 100 sacos de milho e 300 sacos de arroz. Ele era arrendatário, ele estava esperando a seleção, não quis ficar parado. Tiramos também uns 90 sacos de feijão, em Ouro Preto a terra era melhor”. Parte do processo de espera pela entrega do lote ele viveu com sua família no outro município:

Mas eu vim para Ariquemes antes em 1976 para fazer seleção. Eu fiz seleção, quando ia entregar o lote, tinha um aviso. Quem quiser pegar tinha que passar na seleção, eu passei, precisava de 700, eu fiz 1.100, família muito grande. Eu tinha seis filhos que não eram casados, tinha não, tenho seis filhos, tá tudo vivo ainda. E eu criado na roça, todas as perguntas que eles fizeram dentro da agricultura eu sabia, plantei café em Minas Gerais. As coisas que eles não perguntaram, eu falei: “Ó, minha lavoura no Paraná, eu mexia com hortelã, tinha turma que trabalhava dentro do Incra e não sabia como que era. Quarenta alqueires que eu tinha, lavoura que eu mexia até hoje e dava mais dinheiro pra mim”. Aí, tomaram até um tempo meu para saber como é que era isso. Eu passei para ter dois lotes. É, eu fiz ponto suficiente para ter dois lotes<sup>64</sup> (seu Josivaldo, 14/03/2013).

A partir de uma relação estabelecida com um funcionário do Incra, ele pôde garantir que os seus companheiros de viagem e amigos que tinha feito enquanto já estava em Rondônia conseguissem datas vizinhas na cidade:

Cinco datas, peguei pros colegas também. Eu que vinha mais em Ariquemes, ficou tudo no meu nome, né? Era na quinta rua, pertinho. Pegar a data era tão fácil, você tinha que ver. Se tivesse uma turma de 10, a gente falava “nós queremos ficar mais ou menos perto um do outro”. Naquela época, você fazia seleção, pegava o lote sem dificuldade. Tinha um barraco ali [na frente do lote] onde dormia 11 pessoas. Você vinha lá de cima [Ariquemes] e juntava, depois nós íamos embora junto, trabalhava no lote. Estou aqui há 37 anos. Aí, eram cinco datas, mas cada um tinha uma, eu só pegava pra eles. Tinha um tal de Batata que entregava, aí eu falei com ele e peguei cinco datas pareadas assim, no setor dois, na quinta rua. Eu peguei depois uma outra data no setor quatro e fiz duas casas, aproveitei um dinheirinho (Seu Josivaldo, 14/03/2013).

Selecionado para receber uma terra no PAD Marechal Dutra, enquanto esperava que o seu lote fosse entregue para que pudesse abri-lo, seu Josivaldo trabalhava nas terras de proprietários no PAD Burareiro:

É, lá trabalhava pros burareiros. Porque tinha uns burareiros, o Incra financiou pra eles plantar cacau. Trabalhei dentro de muito mato, com 10, 12, 15 peão.

---

<sup>64</sup> Aproximo-me da orientação metodológica seguida por Lima (2003), na medida em que procuro saber qual é a maneira de contar sobre o passado recente do início da colonização para aqueles que se submeteram à seleção do Incra, e não julgar a “veracidade” de possíveis eventos como a pontuação suficiente para receber dois lotes. O relevante é a importância atribuída às diretrizes do Incra na maneira de contar, o que promove diferenciação e reconhecimento social apropriados pelas famílias pioneiras.

Até 40 alqueires de mato eu rocei, derrubava. Eu vivia no mato, nunca trabalhei na serraria. O dia que a minha mudança veio para aqui, eu levei 200 sacos de milho e de arroz. Eu apanhei muito aqui, mas gosto daqui. Eu não sei se teve um parceiro que produziu mais café, milho, feijão, arroz aqui nesse lote (Seu Josivaldo, 14/03/2013).

O relato acima confirma a complementaridade entre os projetos de assentamento localizados em Ariquemes, citada no primeiro capítulo. Seu Armínio também se recorda de trabalhar para os burareiros, fazendo uma comparação com o “sistema” do Paraná. A lembrança das histórias sobre a onça está presente em grande parte das histórias dos ocupantes de terras em Rondônia, sempre como mais uma das ameaças características de quando era realizada uma empreitada pela terra naquele estado. Seu Josivaldo diz que a onça é “que nem gato, não se ouve o barulho dela”. Mas quando entravam na “picada” no mato, era possível ver o animal, e ele já o havia visto algumas vezes, inclusive quando estava trabalhando para os burareiros. Na conversa que tive em sua casa no lote, Ítalo, filho de seu Francisco Pereira, interveio e contou que, quando criança, se lembra de uma vez em que ele e seu pai estavam atravessando a “mata” na região do Barro Branco, uma localidade de Alto Paraíso. Seu pai cortou folha de babaçu e veio arrastando pelo chão, o que, como dona Marta Martini também já mencionara, afastava o animal. Seu Josivaldo conta em detalhes quando trabalhou para um burareiro e teve que atravessar a “mata” de madrugada para chegar até a cidade de Ariquemes:

Ó menina, o pior era nós, eu tava trabalhando numa empreita de um funcionário do Incra e [havia] um advogado, tá até em Ariquemes ele. Trabalhando lá no Burareiro dele, tinha um primo meu que era meu capataz, eu saía e deixava por conta dele. Ele falou assim: “Sábado eu tenho que vir em casa, a minha menina faz anos, eu tenho que vir”. Ele tava trabalhando 37 quilômetros pra lá de Ariquemes. E o homem tratou de buscar nós no sábado. E nós paramos, não vamos nem fazer janta não, vamos comer em casa hoje. Deu nove e meia da noite, tinha um homem que morava perto que tinha um caminhão, chegou o caminhão e falou: “Ele não vem buscar vocês mais não. E eu não posso levar vocês, meu caminhão tá com problema”. E esse peão era um rapaz de muita coragem, um amigo, grande amigo que eu tenho em Ji-Paraná, ele falou: “Josivaldo, eu vou pra Ariquemes sozinho”. Era nove e vinte e cinco da noite, eu falei: “Você não vai não”. Eu falei com os peão: “eu vou lá embora com ele a pé e, quando chega amanhã, ele vem buscar vocês”. Tinha a área do Hugo Frei, o lugar onde tinha mais onça era a pedreira – era não, é, porque o que Deus fez tá lá ainda. De onde nós tava até a RO [421] dava 18 quilômetros. E nós andamos, rapaz, com fome, mas eu não podia deixar ele vir sozinho, porque ele vinha mesmo! Meia-noite chegamos na RO [421]. Ele falou: “Vamos descansar um pouquinho aqui na RO”, mas não passava carro na RO [421] não. Deitamos na beira da estrada, jogamos a rede para descansar um pouquinho. Eu escutei um barulho: “Eugênio, vamos levantar, tem alguém ali”. Ele era disposto igual a eu, de muita coragem, coragem pra tudo, até pra brigar ele tinha, eu não tinha. Quando a gente olha pro meio da estrada, a onça passa no meio da estrada. Tava turvo, rapaz, queria chover, tava meio turvo. Nós tínhamos de cansado e de sono. Nós não tínhamos uma arma de fogo! A gente tava com uma foice na mão. A gente riscou aquela foice no chão e a onça

deu um grito, rapaz! Ela saltou no meio do mato e deu um espirro! Deu aquele salto, só que foi bom pra nós, porque acabou o sono, minha fia. Chegamos três e vinte e cinco da madrugada, nós chegamos em Ariquemes. Trinta e sete quilômetros a pé. E no outro dia, fui buscar os peão pra dizer que o serviço tava pronto (Seu Josivaldo, 14/03/2013).

O relato de seu Josivaldo mostra as “dificuldades” que enfrentava ao realizar o trabalho que era necessário para a sua família, até “abrir o lote” deles. Sobre o trabalho em terras de terceiros, seu Armínio também tem bastantes recordações, principalmente dos problemas vividos no trabalho como meeiro no Paraná:

Era possuir uma terra, porque no Paraná trabalhei em riba 17 anos no que é dos outros. Na hora em que preparava a minha terra, que tava bem limpinha e o dono da terra chegava: “Ah, tô querendo mecanizar isso aqui, eu vou te dar lá naquele outro canto de lá”. E ficava com aquela terra que tava fácil e me jogava na dificuldade de novo, lugar de mata. Tinha que tornar a derrubar mata, derrubar capoeirão para fazer tudo de novo. Aí eu fui desgostando daquilo e pensei: “Tenho fé em Deus que um dia eu vou conseguir um pedaço de terra pra mim. Pra falar esse aqui é meu, ficar com a minha família em cima e ninguém me tirar de cima”. Aí foi quando saiu a fofoca daqui e, graças a Deus, consegui e a finalidade de vir aqui foi a fim de possuir um pedaço de terra. Aí tô até hoje aqui em cima, nego já pelejou pra ver se me tira aqui de cima, “ah, meu amigo aqui não!” [risos]. Eu não vendo por dinheiro nenhum. Já perguntaram quanto eu quero e falei que não quero nada! Meu lote não é pra vender, é pra ganhar dinheiro em cima, não é vender pra ganhar dinheiro (Seu Armínio, 14/03/2013).

Até hoje ele afirma que não há possibilidade de vender essa terra que demorou tanto tempo para conquistar e ser da sua família, um ideal de independência e de controle do seu próprio plano de futuro de família, sem que ninguém o ameaçasse. Seu Armínio diz que permaneceu em Ouro Preto cerca de quatro meses. Enquanto aguardava o processo seletivo para receber as terras em Ariquemes, no qual ele havia se inscrito, trabalhava na “derrubada de mata” nas terras de terceiros em Ouro Preto.

Seu Armínio Araújo trabalhou tanto em Ouro Preto d’Oeste quanto em Ariquemes para poder sustentar a família antes que pudesse ter o seu lote e iniciar a sua produção. Ao chegar a Ariquemes, seu Armínio recebeu uma data para morar com a família, onde fez um pequeno “rancho” para esperar pelo lote. Durante esse tempo, ele trabalhou nas terras dos burareiros, enfatizando que em Rondônia valia o mesmo “sistema” do Paraná, no qual os produtores com maior quantidade de terra geralmente não trabalhavam nelas e contratavam os “pequenos”. Nota-se que a data também era distribuída em uma área que não estava “aberta”, conforme explica ele em seu relato:

Aí, nessas alturas, já tinha o projeto, a Prefeitura já derrubava e dava as datas, só que era tudo sujo, menina. A minha data mesmo eles cortaram em mata. Vinha o engenheiro, cortava as picadas, fazia o picadão e aí marcava assim, e

a gente tinha que roçar e derrubar o lugar da data e fazer. O pessoal fazia barraca de casca de pau, de folha de babaçu, de qualquer jeito, né? [risos] Eu fiz de folha de babaçu. Era no setor dois. Quando nós chegamos, o setor um já tinha cortado e entregado tudo, aí nós pegamos no setor dois. Aí pegamos, fizemos o barraquinho em cima e ficamos aguardando o Incra. Aí o Incra chamava lá, mandava chamar lá, a gente ia, aí falava que não veio ordem de Brasília, não tão entregando, e nisso nós voltava tudo. Teve uns dois anos pra entregar o lote pra gente. Nesse tempo, eu trabalhava pros outros, diária pra um, diária pra outro. [...] Chegou aqui e ficou no mesmo sistema, porque eram só eles [burareiros] que tinham dinheiro para pagar, né? Arrumava um serviço, pagava gente pra fazer pra eles. Aí a gente ficava arrumando serviço lá, precisava ganhar e trabalhava pra essa gente assim, o tempo todo (Seu Armínio, 14/03/2013).

Como seu Josivaldo, seu compadre Armínio se orgulha de “ter passado tranquilo na seleção”. Ele também quase dobrou a sua pontuação e a sua esposa na hora comentou que ele deveria ter recebido dois lotes, tal qual seu Josivaldo havia sugerido. Seu Armínio conta com detalhes sobre o tempo que teve que esperar para entrar no lote e que a incumbência para que ele produzisse era exclusiva dos próprios trabalhadores:

Naquela época, era só cinco filhos, agora tenho 11. Aí, graças a Deus, passei direto na seleção. Se tinha prática de plantar, quanto que dava e era tanta pergunta que tinha que estar preparado, com cabeça pra responder tudo. Até que chegou o dia que ele falou que ia entregar o lote, aí anunciou lá, até que veio um cara, linha por linha, entregando os lotes. Chegou e já estava tudo piquetado, marcado. Chegava no picadão assim, tinha a gleba de cá e a gleba de lá, que eram os lotes. A minha turma tudo acompanhando ele. Chegava no marco, olhava no papel, “esse lote daqui é seu”, pedia à pessoa o nome, a pessoa olhava, dava o papel com o número, daqui até lá do outro lado. E no outro lado [outra gleba], a mesma coisa. Até chegar no fim da linha. Eles davam um cartãozinho do Incra quando pegava o lote. Quando nós passamos na seleção, foi aprovado, eles davam um cartão com o número do marco, do lote, da gleba. Aqui é lote 86, gleba 64, linha C-45, 421. O resto foi sofrer para abrir, né? [risos] (Seu Armínio, 14/03/2013).

Nos momentos iniciais de ocupação e espera pelo lote, as relações de vizinhança na recém-criada cidade de Ariquemes e, posteriormente, nos próprios lotes estavam sendo criadas e eram significativas para driblar os momentos difíceis e também para enfrentar o isolamento de viver em uma área de “mata” que está sendo “aberta”. Seu Armínio comenta:

Naquela época sim, o vizinho tinha mais um capricho com os outros. Acabava de jantar, enquanto passava aquelas horas antes de ir dormir, ia pra casa do vizinho bater papo, e o vizinho fazia a mesma coisa e vinha pra cá. Hoje em dia acabou isso. Hoje em dia, não sei se quer se considerar melhor do que o outro, né? [risos] O vizinho só vai na casa do outro se tiver mesmo precisando (Seu Armínio, 14/03/2013).

Seu Josivaldo reafirma a posição de seu Armínio, revelando inclusive um saudosismo em relação ao início da ocupação. Sentado na varanda de sua casa, ele me

disse que no início “era muito mais gostoso, porque o povo era de uma classe só, era todo mundo igual”. Isso mostra a horizontalidade das relações, principalmente entre os marechais. Contou que no começo ele tinha um “rancho” no lote e, quando chegou um dia à casa no lote, um amigo estava dentro do “rancho” com duas filhas. O amigo pediu desculpas por ter invadido o lote de seu Josivaldo, mas ele disse que respondeu prontamente: “Não, amigo fundador não invade não. Eu fui dormir até em outro barraco, porque ele tinha duas meninas moças com ele”. Principalmente no momento de abertura dos lotes dos marechais, o vínculo entre os vizinhos se solidificou. Em Alto Paraíso, a relação de vizinhança foi reforçada com os laços de compadrio que se estabeleceram entre os vizinhos, que geralmente também faziam o esforço de abrir os lotes juntos. Sobre os seus compadres, seu Josivaldo comenta: “Daqui, menina, no meio de 30 quilômetros, quando nós entramos aqui na linha, eu tirava sarro, menina. Não tinha 10 parceiros aqui nesse meio que não eram meu compadre. Um era padrinho de filho meu, outro eu era padrinho do filho dele”. A relação de compadrio é determinante para essas famílias até hoje, garantindo uma rede de apoio e mantendo a horizontalidade das relações.

Por ter comprado o lote, seu Osvaldo Silva disse que não teve que esperar pela entrega do Incra. Não houve tempo de participar do processo de seleção, já que sua família chegara em meados da década de 1980. Ele comenta:

Chegando aqui comprei uma terra, comprei 21 alqueires. Fui morar no sítio e meu sogro foi morar comigo. E ficou comigo até agora, até falecer. Depois vendi essa propriedade, mas comprei outra e continuo na região. Era um antigo Marechal Dutra. O cunhado tinha terra em Ariquemes, eu comprei metade dele e cada um trabalhou no seu (Seu Osvaldo, 15/03/2013).

Ele começou a plantar café, pois a notícia que “corria” lá no Paraná era que meeiros, tal como a sua família sempre foi, estavam ganhando muito dinheiro com a produção em Rondônia. No entanto, logo o preço do café sofreu uma baixa e eles não puderam usufruir dos ganhos como aqueles que chegaram antes nas terras.

Já a família de seu Leonardo não chegou a tempo de participar da seleção em Ouro Preto d’Oeste, como ele tinha pensado inicialmente, mas em Ariquemes. Como ele era solteiro, o que se apresentava quase como impedimento de pegar terra pelo Incra, o pai dele e quatro tios fizeram o processo de seleção e conseguiram pegar lotes. O intuito da família era que os lotes fossem vizinhos, para que eles pudessem se ajudar na “abertura da terra” e quando se mudassem de forma definitiva. Três tios e seu pai conseguiram

pegar terra na mesma linha. Todos foram enquadrados como selecionados no PAD Marechal Dutra.

Durante o tempo de espera pelo lote, eles moraram na data que a Administração, e posteriormente a Prefeitura, doava para as famílias de forma gratuita. Assim que receberam o lote, passaram ainda alguns anos esperando que fosse feita a estrada para que se mudassem com a família. O centro de Ariquemes distava cerca de 25 quilômetros do lote do seu pai. Ele comenta: “Morei na data. Os cereais que nós trouxemos de lá [do Paraná] deu para nos alimentar até abril daquele ano. Ficamos três anos na picada. Aí começou a abrir o carreador<sup>65</sup>. Até ir pra terra mesmo foi três anos. Até abrir a estrada”.

O terceiro “movimento de família” pode ser considerado liminar<sup>66</sup>, pois pressupunha a aprovação no processo de seleção e o enquadramento desses trabalhadores de acordo com os critérios operacionais do Incra. Ademais, não conseguiam entrar nas terras para “abri-las” assim que chegavam a Rondônia, tendo que comumente enfrentar um período de espera de alguns meses ou mesmo anos. Nesse período passam a se evidenciar alguns mecanismos de diferenciação social. Aqueles trabalhadores que possuíam menos recursos financeiros tinham que se empregar para sustentar a família, contornado o período de espera. As poucas oportunidades na cidade recém-criada eram as duas serrarias e o trabalho nas terras dos burareiros. Principalmente os trabalhadores que se enquadraram no perfil do PAD Marechal Dutra trabalhavam “abrindo” os lotes daqueles que tinham terra no PAD Burareiro. Por outro lado, os burareiros possuíam uma reserva pecuniária que lhes permitia esperar a “abertura dos lotes”. Durante o processo de “abrir o lote”, também são detectadas diferenças entre os marechais e os burareiros. Os primeiros contavam mais com a solidariedade horizontal dos amigos e compadres, a “ajuda” para “abrir o lote”, enquanto os segundos contavam com a “ajuda” estrita da família e podiam contratar mão de obra para facilitar esse processo.

---

<sup>65</sup> Estrada aberta na mata, larga o suficiente para que um veículo conseguisse chegar até o lote.

<sup>66</sup> Utilizo a noção de liminaridade proposta por Turner (1974) para me referir ao período de espera pelo lote, uma vez que os trabalhadores que passaram pelo processo de seleção não tinham as condições necessárias para o início da produção, mas já haviam se deslocado para Rondônia. Localizam-se à margem, cujas características podem ser consideradas não definidas ou ambíguas. Ainda que tenham sido aprovados para um dos projetos de assentamento dirigidos, ficam um período sem receber a autorização de ocupação e sem poder iniciar o trabalho no lote. Portanto, a “abertura do lote” pode ser vista como um processo social que demanda uma etapa de enquadramento pelo governo e, posteriormente, o trabalho da própria família para “abrir a terra” como parte liminar desse processo.



## **2.4 Quarto movimento – Formar o lote e formar o filho**

Nesta seção, o objetivo é demonstrar de que forma o futuro dos filhos é projetado e organizado por seus pais, projetos de vida que muitas vezes são reelaborados pelos filhos de “pioneiros”. Analiso somente dois relatos, daquelas famílias que me acolheram com maior proximidade em Ariquemes e em Alto Paraíso. Início com a família Pereira, com a qual tive contato mais próximo em Alto Paraíso, que é trazida ao texto para evidenciar a maneira como os pais organizam os projetos de futuro dos filhos, que podem ser ou não seguidos por eles. Posteriormente, retomo alguns relatos trazidos à tona sobre a família Cioffi, contados por dona Luzia, bem como por seus filhos mais velhos, Lara e Joca, além de cartas trocadas entre eles em diferentes “paradas” da família Cioffi, mostrando também como lidam com a concepção de família e a permanência na terra, descrevendo os momentos iniciais de ocupação e seus próprios movimentos ao longo de suas vidas. Por fim, é descrita uma noite de viola no “sítio” de seu João Cioffi, na qual, a partir das modas de violas tocadas por Joca, com a participação da família cantando, há a elaboração sobre os movimentos e as “paradas” de outra maneira, utilizando o recurso da música.

### **2.4.1 Um companheiro de linha – Família Lopes**

Ítalo Lopes foi um dos meus primeiros contatos em Alto Paraíso, tornando-se uma pessoa muito importante no trabalho de campo por me apresentar a seu pai e a outros “companheiros de linha”. Assim que o conheci, ele me levou para almoçar em sua casa. Em outro dia, quando eu já estava em Alto Paraíso há algum tempo, Ítalo me convidou novamente para almoçar, mas daquela vez seria na casa dos seus pais, para que pudesse ouvir a parte deles da história da família até chegar a Rondônia. Ele me deixaria na casa deles quando estivesse indo almoçar em sua própria casa e, na volta do trabalho, me daria uma carona até o centro de Alto Paraíso. Quando cheguei à casa de seu Francisco Lopes e dona Isa, ela estava sozinha, recebeu-me e pediu que me sentasse com ela no sofá da sala. A casa é bem simples, piso de cimento, móveis de madeira, sem laje. Eu elogiei um retrato antigo que estava pendurado na sala e ela logo saiu e retornou com um álbum de fotografias com suas fotos de casamento, apresentando-o de forma tímida. Mostrou também fotos da viagem que haviam feito até o sul do país, visitando a família, mas disse-me que há muito tempo não ia nem a Ariquemes, quanto mais viajar para lugares mais distantes.

Em meio à nossa conversa, ela me disse que está acostumada com o fato de pessoas “estranhas” virem à sua casa no “tempo da política”, mas fora isso, ela não costuma receber visitas. Isa conta que nasceu em São Paulo e depois foi morar em Umuarama, no interior do estado do Paraná. Foi quando ainda era pequenina e lá se casou com seu Francisco Lopes, o Chico. O pai de dona Isa possuía um alqueire de terra no Paraná. Ela tinha 15 irmãos, sendo que morreram cinco, ainda em São Paulo, bem novinhos. Do Paraná, a sua família se mudou para Vila de Rondônia, atual cidade de Ji-Paraná, e passaram um ano por lá. No entanto, quando chegaram, não havia mais distribuição de lotes naquela localidade por meio do processo de seleção do Incra, o que os fez virem para Ariquemes.

O pai de Chico e o pai de dona Isa cogitaram de vir para Rondônia, desde que souberam da “fofoca da terra”, porém seu pai morreu antes disso se concretizar e, assim, a sua mãe não quis vir. Ela conta que ninguém da família veio para Alto Paraíso, só ela e o marido que, primeiro, alugaram uma casa em Ji-Paraná. Depois, sua sogra, veio para Rondônia, com medo de ficar sozinha no Paraná, já que também era viúva, falecendo mais tarde no lote da família Lopes. Dona Isa teve cinco filhos em Rondônia. Afirma que teve grande ajuda de sua sogra para que pudesse deixar os filhos em Ariquemes e ir até Alto Paraíso para ajudar a “abrir” o lote com seu marido. Atualmente, duas filhas moram na cidade, em Ariquemes, e três filhos têm suas “chácaras” em Alto Paraíso.

Quando sentamos à mesa de jantar, a casa já estava mais movimentada. Três netos de dona Isa haviam chegado, entraram pela porta da cozinha. Eles estavam em uma discussão acalorada sobre a forma com que secam e preparam o café. Em Alto Paraíso, diziam os netos: “coloca-se no pano, tiram-se as folhas, não pode rastelar, porque tem pedra e o latão é a medida”. Dona Isa se lembrou de como fazia no Paraná: “o ponteiro tem que estar no alto, abana o café na peneira, não coloca no pano e espera secar, e o saco é a medida”. Ela defendia esta forma de fazer e os netos discordavam amistosamente, pois achavam que não poderia ser feito daquela maneira em Alto Paraíso. Além disso, completava dona Isa, no Paraná tem que tirar os “ladrões”, que são os pés adjacentes, mas em Rondônia, se tirar esses “brutos”, não dá mais nenhum café, contestavam os netos. Ela continuava a explicar o modo como fazia na sua infância, enquanto servia o prato do neto com galinha caipira, arroz, feijão e farinha. No Paraná, a lavoura é adubada, enquanto em Rondônia era só “tirar a mata”, mas dona Isa afirma que hoje não tem mais “mata para tirar” e a terra está “cansada”.

Seu Chico Lopes chegou para almoçar conosco. Ele entrou no assunto sobre a plantação de café e disse que hoje também é possível viver da lavoura em Alto Paraíso, contrariando a opinião do que ele diz ser maioria:

Ah, vive. Se quiser viver, vive. Que nem eu falo com meus meninos que mexe com a lavoura, todo mundo aqui colhe o café verde ainda e leva pra máquina, melhor levar o café seco. Todo mundo leva o café verde, não seca mais no terreiro. Leva tudo pros outros. Se leva verde é R\$ 14 o latão, que dá três quilos, se secar dá mais. Mas a turma acostudou, viciou, o cara não sabe trabalhar mais sozinho. Eu colhia muito café com minha família. A época de colheita começa em maio, mas já tão acabando, o café tá feio. Você pode secar o café aqui no terreiro, seca e aqui tem cheiro, e seco no secador com fogo, não fica bom. É igual comida, se ela é de uma hora, não fica boa em meia hora, então o café também é assim, dá tipo bom (Seu Francisco, 07/05/2012).

Ele comenta que é preciso saber como vender o café para obter mais lucro. No entanto, com a saída dos filhos do espaço rural, fica difícil ter a ajuda necessária para trabalhar. Voltando às “histórias do início”, seu Francisco contou que vinham compradores de café “de fora”, isto é, que não eram só do município de Ariquemes, “o café teve mais preço, os compradores tiraram eles de Alto Paraíso”. No primeiro lote da família Lopes, eles produziam 15 mil pés de café, chegando algumas vezes a produzir até 30 mil pés de café. Seu Francisco Lopes fala com orgulho que já ofereceu muito almoço para o “pessoal da Emater”, já que era considerado um “trabalhador bem visto” pelo órgão de assistência técnica e também pelos políticos do estado. “Lavoura a minha vida toda foi zelada”, pontua, explicando a razão de ter sido diferenciado. Na sua opinião, para aqueles que trabalhavam, não havia muita diferença em ser marechal ou burareiro, já que “a lida era muito sofrida”.

O lote “do Incra” que ele “pegou no início” já foi vendido. Ele disse que o motivo pelo qual o vendeu não conta para ninguém, nem sua esposa sabe. Assim que vendeu o lote, ele foi ver outras áreas de terra no Mato Grosso, salientando que só ele sabe o porquê desse movimento. Verifiquei que esse movimento não é tão comum entre aqueles que já estão em Rondônia, mas sim o inverso, sair da região de Mato Grosso para Rondônia. Depois de “ir e ver as terras” por lá, ele tinha pedido que os dois filhos mais velhos fossem até o estado do Mato Grosso para ver uma terra que estava “ajeitada” para eles comprarem. Note-se que há primeiro um reconhecimento da terra, realizado por seu Francisco, que depois encaminhou os filhos para fechar o negócio. O primeiro “movimento de família”, como anteriormente demonstrado, foi realizado pelo pai, mas os seguintes dependeriam da vontade de permanência dos seus filhos na terra, isto é, se

“esparramarem” para trabalhar no lote com suas famílias. Seu Chico Lopes comenta que se vendesse o lote de 42 alqueires em Rondônia e comprasse uma terra de 130 alqueires no Mato Grosso, sobraria dinheiro. Ele conta: “Mande os dois meninos lá, chegaram que nem hoje. Quando foi no segundo dia, eles foram na rua, passear na casa de um cara que era vereador lá, e o cara tinha matado um outro, meio-dia, no meio da sua terra. Os meninos se assustaram, vieram embora e não quiseram”.

Com o dinheiro da venda do primeiro lote que conseguiu por meio da seleção do Incra, comprou o lote onde mora, na mesma linha do primeiro, uma “chácara” ao lado e outro lote localizado em outra linha, todos do projeto Marechal Dutra. Mas ele disse que nenhum dos filhos se interessou em “abrir a terra” em qualquer desses espaços. Em seus termos: “Eu falei, bom, ‘esse lote é de vocês, vocês que têm que abrir agora, mas se não quiser, eu vou vender’, e vendi. O lote da linha 100 era completo [42 alqueires – Marechal Dutra], eu ia deixar pra eles. Esse aqui só tem 21 hectares, mas eles não quiseram abrir, e eu falei: ‘Eu não vou abrir mais’”.

Ítalo, filho de seu Chico, morava na “chácara” que era do pai, e cedeu um pedaço de terra para um irmão morar com ele. Só que depois os 10 alqueires de “chácara” foram vendidos, o que rendeu pouca terra próxima à cidade, tanto para o Ítalo quanto para o outro filho. Mas “comprar o lote completo, hoje, não compra mais”, seu Francisco salienta. O pai tem a responsabilidade de “encaminhar os filhos”, comprando lotes para que eles possam formá-los, se assim for do desejo deles. Mas tem que estar dentro das possibilidades financeiras de que o pai dispõe. Por isso, seu Francisco salienta que houve um momento em que era possível financeiramente comprar um “lote completo”, com 42 alqueires (ou 100 hectares), o que não é mais a realidade atual. De qualquer maneira, é de grande importância que todos os filhos tenham oportunidades de vida, seja na terra ou não, e de ter condições para “formar” suas próprias famílias: “[...] É, o objetivo é deixar todo mundo colocado, pra quando eu morrer ninguém falar nada, né? Isso daí, tudo controlado, tudo sossegado, tudo no seu lado”. Estar “colocado” e “controlado”, por exemplo, é oferecer oportunidades de permanência na terra para os filhos, mas isto não significa que o pai irá fazer o trabalho de “abrir o lote” por eles, o que está além das suas responsabilidades como pai.

Seu Francisco conta que sempre dispensou trabalho assalariado no Paraná, havia trabalhado só 30 dias “para ver como é que era”. Durante praticamente toda a sua vida,

ele foi meeiro em plantações de café. Em Rondônia, ele tornou a experimentar o trabalho assalariado, por conta da necessidade de ter que esperar no lote para iniciar a produção. Ele trabalhou primeiro como motorista e ganhava R\$ 800 por mês. Era interessante no contexto de Rondônia, porque, no mês de dezembro, quando as chuvas eram muito fortes, ele poderia ganhar um dinheiro que não ganhava com a lavoura. Quando veio para Ariquemes, ele também trabalhou como carpinteiro, roçando terras de outros para “aguentar” até entrar no lote de sua família. Mas a respeito de trabalhar no lote ou trabalhar como empregado, seu Chico esclarece sobre os filhos:

Aí meus meninos pegaram esse costume besta agora de salário. Salário não dá não, é da lavoura, eu falo com eles que é assim: “Deus ajuda que você vai colher e produzir”. Mas tem gente que planta, será que vai produzir? Aí não produz mesmo. Aí a feira vai no mês e não dá não. Tem que plantar café. Eles plantam arroz, milho, feijão, café, mas fica trabalhando pros outros, acha que o dinheiro dos outros é melhor. [...] Mas ele disse que é porque eu tô aposentado. Eu falei não, tô aposentado agora, depois de uns tempos pra cá, nunca dependi de ficar trabalhando pros outros não. Lavoura dá, mas você tem que plantar e cuidar (Seu Francisco, 07/05/2012).

Segundo seu Francisco, os filhos ajudaram pouco no trabalho no lote, porque logo se casaram e se “esparramaram” para cuidar das famílias deles, não optando por permanecer nas terras do Mato Grosso, como o seu pai havia “encaminhado”. Agora que têm suas próprias famílias, trocaram o trabalho na terra, no qual podem ter controle do seu tempo e da forma de trabalho, para serem assalariados. Disse também que nenhum de seus netos “mexe com terra”. Sobre a juventude, seu Chico comenta: “Se você falar de terra, não é só os da cidade que não querem vir pra cá não, os daqui não querem mais mexer também não. Acabou, não é igual de primeira, a gente falava ‘vamos embora pra roça’, e todo mundo ia de olho fechado junto”.

Ítalo, filho de seu Chico, nunca quis me explicar exatamente o seu ponto de vista a respeito da história da família, porque julgava que o conhecimento sobre “o tempo de Rondônia” era de seu pai, que saberia me contar. Mas em uma das várias caronas que ele me ofereceu, pudemos conversar um pouco sobre a questão de permanecer na terra como espaço produtivo. Não me falou sobre o episódio de Mato Grosso e nem sabia que seu pai havia relatado isso, já que nunca participou das conversas que tive com seu Francisco. Mas ele me contou sobre a venda do seu último “sítio”. Ele disse que se casou pela segunda vez e sua esposa trabalha na escola municipal. Quis vender o “sítio”, localizado na beira da BR, porque ficou muito chateado de ter sido roubado mais de uma vez à mão armada. Mas permanece na casa do “sítio”, porque a “linha” onde moram atualmente está

bem próxima do centro da cidade. Como trabalha de motorista de ônibus da área rural, fica mais fácil para ele “puxar criança”.

Sobre o trabalho na terra, é importante salientar que seu Francisco afirma que a participação de sua esposa foi maior do que a de seus filhos no processo de “abertura da terra”, mesmo assim, ela fica em uma posição secundária, uma vez que ela deu uma “ajuda” e não “trabalha”, como seu Francisco faz. É relevante compreender a troca de percepções que dona Isa tem com os seus netos a respeito do modo de produzir café em Rondônia e no Paraná, demonstrando que não apenas a produção agrícola<sup>67</sup> é diferenciada para gerações distintas, mas também os projetos de vida, o que fica claro em minha conversa com Ítalo. Em contrapartida, a importância de “trabalhar no que é seu” é expresso no relato de seu Francisco como algo a ser repassado aos seus filhos, por esta razão ele sempre foi independente, tendo poucas experiências com trabalho assalariado, o que contrasta claramente com a posição do filho Ítalo.

A evidente expectativa de seu Francisco Lopes era de que os filhos pudessem permanecer na terra, utilizando-a não só como espaço de residência, mas também como espaço produtivo. Por isso, a vontade de “colocar” os filhos, isto é, dar posses a cada um deles “para ficar sossegado”, valendo-se da tentativa de compra de uma terra maior no estado do Mato Grosso. A ida para o Mato Grosso, como uma possibilidade de possuir terra, também passa pelas mesmas etapas vivenciadas na ida para Rondônia. Não se concretizaram a “travessia da casa a rodar” e a “abertura do lote”, por uma escolha dos filhos de seu Francisco justamente no primeiro “movimento de família” – “ir e ver as terras”. O papel de “abrir o lote” deveria ser cumprido por cada filho, se desejassem utilizar aquele espaço determinado para a produção de culturas. A responsabilidade de pai termina na oferta de condições para os filhos permanecerem na terra.

#### **2.4.2 Família Cioffi – O movimento, as paradas, as cartas**

Nos alpendres e varandas e lareiras,  
Era ali que antigamente os pais ficavam.  
E os vizinhos visitavam, e os compadres proseavam e  
As crianças a brincar.

Era um tempo em que as famílias tinham tempo,  
Era ali que antigamente os pais sonhavam,

---

<sup>67</sup> Para trabalhos de referência sobre a organização da produção na terra a partir da família no contexto de famílias camponesas, cf. Garcia, (1983) e Heredia, (1979).

E os compadres proseavam, e as comadres tricotavam, e  
As crianças a brincar

Eu não sou contra o progresso,  
Deus sabe que eu não sou,  
Mas eu acho que a família se deu mal,  
Ao trocar suas conversas, de varandas e lareiras  
Por novelas e novelas, e a violência na tevê<sup>68</sup>

Lara, filha de seu João, “pioneiro” de Ariquemes, cursou o mestrado na Universidade de Rondônia (UNIR) e, como parte dos estudos, permaneceu alguns meses pesquisando na Universidade de São Paulo (USP). Sua filha Giulia sempre teve interesse em cursar medicina e Lara percebeu que as possibilidades de formação para alcançar este sonho estudando nos grandes centros seriam menores se a filha cursasse em Ariquemes ou em Porto Velho o curso preparatório para o vestibular. Giulia mora há quase dois anos em São Paulo e vem construindo, desde então, a sua formação para entrar no tão sonhado e concorrido curso de medicina. Em uma carta que a Giulia escreveu para a mãe, datada do dia 08 de junho de 2013, vê-se a vontade de, no futuro, compensar o investimento atual familiar para facilitar a sua estada em São Paulo: “[...] o quão difícil é estar e tento absorver o máximo possível para depois poder retribuir”. Sobre a cidade onde seu avô também cursou a faculdade, ela comenta: “São Paulo morde e assopra. Acho que quero continuar aqui, isso se meu pulmão continuar respirando”. A carta se encerra com um desenho de uma célula (“a menor e mais perfeita coisa do nosso corpo”) e se despede com beijos e com a manifestação do amor da filha.

Seu João Cioffi, pioneiro de Ariquemes e avô da Giulia, desde cedo, na cidade de Cianorte, no estado do Paraná, ajudava o pai, Seu Nuncio, a vender o gado que ele matava em sua pequena propriedade. Como seu João vendia apenas as vísceras, desde a infância, oferecendo de casa em casa, ele era conhecido na cidade como “Joãozinho Bucheiro”. Um amigo de seu João sempre dizia que, se ele não saísse de Cianorte, jamais deixaria de ser conhecido por esse apelido, que não o incomodava, mas certamente não era a maneira pela qual gostaria de ser retratado.

No recesso do meio do ano de 2014, avô e neta tiveram oportunidade de conversar. Lara observou, com muito orgulho, a forma com que trocaram impressões sobre um movimento comum – abraçar a possibilidade do “novo” e da mudança de visão de mundo

---

<sup>68</sup> Moda de viola cujas letra e música são atribuídas a Padre Zezinho.

que claramente os dois buscaram por uma necessidade própria. Ficou extremamente feliz ao ouvir, no lote do Vô João, pescando tambaqui, sobre os prédios que o avô frequentava, onde ele almoçava, recordando se a cidade em que viveu existe ainda nos passos da neta. Os movimentos da família Cioffi foram vários: a ida para São Paulo, que permitiu que seu João conhecesse dona Luzia através de um trabalho que ele fez enquanto técnico de contabilidade no banco em que ela trabalhava; o retorno ao Paraná, durante um breve tempo de suas vidas; o sonho dos dois de possuir uma terra para encaminhar os filhos, que os trouxe até Rondônia, primeiro “parando” em Ouro Preto d’Oeste e depois em Ariquemes. Assim, os movimentos continuam nos passos da neta, que conjuga os seus sonhos pessoais com o gosto pelo “novo” herdado da família, que pode significar o sonho da terra, motivador da ida para Rondônia, ou a busca de outros caminhos, como a preparação para a carreira médica.

Em 2 de janeiro de 1980, seu João Cioffi chega finalmente em Ariquemes, onde ele podia ter terra, tendo comprado uma posse no Burareiro de 250 hectares. Lara contou-me que o seu avô paterno, seu Nuncio, tinha o sonho de possuir uma área e viver da terra. O pai de seu João era carpinteiro e trabalhou na empresa colonizadora de Cianorte<sup>69</sup> por 12 anos. Ela também me disse que certa vez, em uma reunião de família, o dono da cooperativa na qual seu avô trabalhava fez um churrasco na fazenda e chamou todos os seus trabalhadores. Fez um discurso, porque um filho tinha acabado de entrar na faculdade, e esta era a sua maior felicidade naquele momento. Depois, disse especificamente a seu Nuncio que ele não sabia a felicidade que era ter um filho na faculdade. Mas, para a surpresa do dono da colonizadora, seu Nuncio disse com muito orgulho: “Sei sim, dois filhos entraram na faculdade”, falando de seu João, que iniciara os estudos em administração de empresas e outro filho, que cursava ciências sociais, ambos em São Paulo. Ter dois filhos na faculdade era uma maneira de demonstrar a autonomia da família, equiparando-se à de seu patrão.

O ciclo de financiamento do cacau já estava em declínio no período em que seu João Cioffi comprou o Burareiro, por conta da vassoura de bruxa. Assim, ele tenta o empreendimento de montagem de uma fábrica de refrigerantes que aconteceu em 1986. Lara se lembra que foi justamente um ano depois que o presidente Sarney assumiu o governo. Ele vendeu a terra e recebeu o valor em parcelas fixas, mas como a inflação

---

<sup>69</sup> Sobre a colonização de Cianorte, ver a última seção do Capítulo III.



estava muito alta, acabou tendo muito prejuízo com a negociação. No início de 1987, o plano Sarney não vingou e a inflação disparou. No dia primeiro do mês ninguém podia aumentar o preço, e ele aproveitou esse dia para comprar matéria-prima por um valor x, mas no mês seguinte a matéria-prima já havia incluído a inflação do período, e ele não pôde aumentar o preço.

A última terra que ele possuiu no PAD Burareiro, comprada de terceiros, foi vendida por conta do “grande desgosto” que seu João havia sentido em relação aos três sítios que havia tido anteriormente, já que sofrera três assaltos. Além disso, com o dinheiro da terra, seu João pôde investir em um novo empreendimento na terra que comprou em seguida, um 1/4 de um antigo Marechal Dutra, localizado no espaço rural, no município vizinho de Alto Paraíso e investir em piscicultura.

Seu João pensa em fazer uma casa no “sítio” em Alto Paraíso que seja mais aconchegante e maior do que a casa que hoje possui no local. Mas fica se perguntando se deve fazer esta casa lá ou na cidade. “O dia que o peixe começar a dar renda, vou fazer uma casa lá”, ele pensa em voz alta. Lara interveio dizendo que se a casa for boa, lá pode não valorizar, mas na cidade, com certeza, valoriza. Sobre a decisão da construção da casa, precisa ter uma conversa de família com os filhos.

Contando a trajetória a partir da sua perspectiva, Lara se recorda do momento em que surgiu a ideia de vir para Rondônia: “Meu pai já tinha vindo e passou uma ideia muito mais difícil do que de fato era. Depois ele disse que era para testar e ver se o povo estava preparado. E outra para que a gente se surpreendesse, uma surpresa boa”. Lembra que no primeiro areão, depois de Cuiabá, quando acabava o asfalto, ela ficou com medo, porque os carros não passavam. “Tinha muito carro na estrada, um grande engarrafamento. Aquela cena me amedrontou, me deu vontade de voltar”. Depois da “parada” inicial em Ouro Preto d’Oeste, Lara conta sobre a primeira casa da família em Ariquemes: “Assim que nós chegamos, meu pai comprou uma data. Mudamos em janeiro de 1980 e aqui no [setor] 4 tinha acabado de ser derrubada a mata. Quando nós mudamos, ainda havia madeira queimando. Foi o tempo de organizar, meu avô construiu a casa”. Ela tem várias lembranças da nona rua do setor 2, antes de se mudarem para a casa que ficou pronta nove meses depois de chegada. No fundo, havia muita madeira derrubada, e uma lembrança de infância é a de catar o “melão de são caetano” nas madeiras recém-queimadas. Anos depois, descobriu que a frutinha era eficiente para combater os sintomas da malária.

No início da vida em Rondônia, a preocupação com a violência na cidade era muito pequena. Lara fazia parte do grupo de teatro amador aos 8 anos e viajava para apresentar peças em Manaus. “Não é só confiar nas pessoas que estão levando sua filha, mas também confiar no ambiente para onde este grupo está indo. Por isso que eu falo, parece que as famílias se sentiam mais seguras, possivelmente sendo uma “falsa’ segurança”. Ela complementa:

As pessoas que vinham para cá eram de muitas famílias. Aí, eu não sei, é muito trabalhoso viajar 10 dias, ficar no atoleiro, para fazer maldade. Talvez seja um “padrão de qualidade” essa dificuldade toda. [...] Todo mundo que estava aqui era por terra. Só isso já unia muito, mesmo que uns do norte, outros do nordeste, mas existia algo em comum. Hoje é diferente (Lara, 28/03/2013).

Quando Lara retornou de Pimenta Bueno, município onde o seu marido passou um ano trabalhando, no ano de 2006, a mãe arrumou a casa para que ela morasse com os filhos, a casa que seu Nuncio ajudou a construir para a família de dona Luzia e seu João. Duas cartas enviadas ao mesmo tempo, enquanto ainda estavam em Pimenta Bueno, dia vinte de março de 2006, contam os sentimentos tanto da filha Lara quanto da neta Giulia para dona Luzia. Lara escreve sobre quanto a oportunidade de trabalho foi importante para a família e que, como previsto, as coisas estavam ocorrendo bem no trabalho do marido. Lara também conta que aguardava uma oportunidade de trabalho para ela e destacava as saudades de estar longe da família. Giulia, a neta, conta para a avó que uma de suas professoras havia sido vizinha do seu pai em Ariquemes e, por isso, conhecia a sua família. Termina escrevendo: “Bem, um beijo e vou continuar contando os dias”, a mensagem acompanhava o desenho de uma flor. Ela se referia aos dias para chegar a páscoa, feriado no qual todos iriam se encontrar em Ariquemes.

Atualmente, é atribuído um significado diferente quanto àqueles que moram no norte do país. Ela percebe que principalmente seus filhos, que são nascidos em Rondônia, sofrem preconceito, como mencionado na introdução. Ao comentar sobre esta questão, ela fala sobre a diferença entre gerações: “No caso de Rondônia, Ariquemes, eu acho muito estranho, são lugares muito novos. Na minha geração, são pouquíssimos os que nasceram aqui. Como as pessoas podem ter esse preconceito, sabendo que elas vieram para cá e carregam um pedacinho de lá? ”.

Sobre a vontade de ficar em Rondônia, ela explica: “Por muito tempo, eu tive vontade de ir embora daqui. Ao mesmo tempo em que é muito bom que todos pensem igual, é uma sociedade, uma mentalidade muito fechada”. Ao desejar sair para estudar,

ela sempre teve em mente que seria um tempo de “sair, se organizar e voltar para cá”, muito próximo do que sua filha Giulia comenta hoje em dia, tendo como horizonte futuro o retorno para Rondônia depois de cursar medicina. Sobre se considerar paulistana ou rondoniense em função do “tempo de Rondônia” e das várias “paradas” realizadas pela família, afirma: “A minha geração deveria ganhar a liberdade de receber dupla naturalidade. Não dá para dizer que sou paulistana, porque me criei aqui, mas não perdi a noção de onde sou”. Ao ser perguntada sobre ser “pioneira”, ela sinaliza positivamente, sem titubear. “Porque a gente começou muita coisa aqui, deu início a muita coisa. Pioneirismo tem esse significado de estar na primeira onda de um determinado processo em determinado lugar. Quando eu cheguei, fiz parte do primeiro processo de chegada”, retomando alguns pontos da argumentação utilizada também por seu João e dona Luzia.

A mãe de Lara, Dona Luzia Cioffi, ex-esposa de seu João, é natural de Campina Verde, em Minas Gerais. Mudou-se em 1966 para São Paulo na companhia de uma irmã mais velha, no entanto, passou só um mês naquela cidade; ela escreve para seus pais dizendo que não queria morar mais lá. Na carta, ela pede para voltar para casa, mas os seus pais afirmam que: “não tinha jeito, não se toca mais no assunto”. Nessa época, ela estava em torno dos 18 anos e foi logo depois que recomeçou a estudar no ginásio, já que tinha parado na quinta série. Como ela diz: “A mãe tinha empenho na filha para casar-se com um doutor, já que os pais não tinham condição de dar tudo o que merecia”.

“Aí, eu casei!”, disse enfaticamente. “E começou a ciganice também”. Assim que se casaram, seu João desfez a república em que morava em São Paulo e logo depois saiu a casa do BNH (Banco Nacional de Habitação), que ele já pagava desde quando era solteiro. Pouco depois, diante das “dificuldades” em encontrar boas perspectivas de futuro, venderam a casa em São Paulo para morar ao lado da sogra e do sogro de dona Luzia em Cianorte, no Paraná.

Enquanto estavam em São Paulo, pouco antes da mudança para Cianorte, em janeiro de 1973, o pai escreve uma carta para dona Luiza em que se lê no cabeçalho “Campina Verde”, com uma caligrafia impecável. Seu Manoel Inácio Junior, pai de dona Luzia, relata estar triste pela filha e seu marido e netos retornarem para São Paulo. As saudades preenchem toda a carta, bem como a preocupação com a saúde dos netos diante do calor que fazia na cidade. Devido às constantes mudanças da família, ou a “ciganice” como dona Luzia se referia, seu pai escreve na carta: “Mas não sei quando é que

poderemos encontrar para darmos aqueles abraços de carinho e alegria”. A carta não é longa e destaca, ao final, um beijo dos pais a “esta filhinha”, pedindo bênçãos de Deus para a família. As cartas da família Cioffi aqui apresentadas demonstram uma continuidade das relações entre os que vão e os que ficam, sendo esses movimentos bastante diversos, bem como a caracterização daqueles que estão permanecendo ou se deslocando, mesmo assim permanecendo a família como referência para todos eles.

O mesmo amigo que depois iria chamar seu João para morar em Rondônia, convidou-o antes para trabalhar em Umuarama, no Paraná, onde a família morou por pouco mais de um ano. Quando moravam em Goioerê, no Paraná, onde seu João assumiu a gerência da empresa com o irmão, ela comenta que “era uma oportunidade para fazer a vida”, pois dona Luzia terminara a escola normal e a chamaram para coordenar a direção do pré-escolar. Ela ficou apenas até junho de 1976 na escola, quando fecharam a cooperativa naquele município. Dona Luzia disse que ela e seu João tinham um “espírito de aventura” desde quando se conheceram. Mas naquele momento de vida, uma vez que tinha saído da gerência da empresa, seu João se via desempregado e ela tinha apenas o magistério, as dúvidas eram maiores do que o espírito aventureiro do casal.

Em 1977, seu João recebe uma proposta de trabalho em Jaú, no estado de São Paulo. Dona Luzia lembra com muito carinho desse tempo, como a melhor casa em que já moraram, assim como Joca e Lara haviam me passado essa mesma impressão em conversas que havíamos tido. Lara já tinha me mostrado fotos da casa de Jaú, uma casa ampla, com piso de tábuas corridas, construção nova, uma grande varanda. Os Cioffi moraram lá até meados de 1978.

Esta situação era o pano de fundo da história que levou a família para Rondônia. Seu João vai primeiro conhecer a região com um irmão de dona Luzia, que logo depois foi embora, não querendo nem realizar o cadastro no Incra. No momento de “ir e ver as terras”, Seu João procurou descobrir se tinha oportunidade para a esposa dar aula em Ouro Preto d’Oeste, e a diretora da escola perguntou se ela já queria começar no dia seguinte, tal era a demanda de professores na cidade.

Seu João voltou para casa e perguntou o que ela achava de se mudarem para Rondônia, até mesmo pela “intimação” feita pelo amigo Batista. Dona Luzia tinha acabado de ver um programa na televisão sobre uma escola do interior que existia no

meio da Amazônia e lembrou-se de ter ficado encantada com aquelas cenas, e logo disse que queria ir. Contou que sua mãe ficou muito triste quando soube que a filha iria morar em Rondônia, por ser distante e pelo desconhecido associado àquele território longínquo.

Venderam tudo o que tinham para ir para Rondônia. Seu João mandou fazer uma caixa grande para colocar as roupas e tudo o que era “de estimação”, além disso, não levaram mais nada. Dona Luzia se lembra de que trouxe uma muda deavenca da casa onde moravam em Jaú que chegou a Rondônia sem folhas, mas conseguiu sobreviver. Antes de ir para Rondônia, eles foram de Jaú, em São Paulo, até Minas Gerais, para a casa dos familiares de dona Luzia, com uma passagem em Caçu, estado de Goiás, onde ela também tinha familiares. Estavam aproveitando a “travessia” até Rondônia para se despedirem dos amigos e da família. Dona Luzia fez 30 anos na estrada, no dia 9 de agosto de 1978, quando estavam chegando a Cuiabá, onde terminava o asfalto. A primeira cidade alcançada em Rondônia foi Ouro Preto d’Oeste. Ela me mostrou uma foto da família que conheceram, e nela podem ser vistos os sorrisos dos companheiros de chegada e a juventude dos sonhos em seus abraços. Ela se recorda: “Esse era meu Ouro Preto”.

O “sítio Paraíso” foi o primeiro que tiveram em Rondônia e estava localizado a 18 quilômetros da Vila do Incra, onde eles moraram, porque seu João trabalhava na cooperativa. Plantavam cacau, banana e outras coisas básicas. Tiveram que comprar a posse em nome de seu Nuncio, porque, morando na área da cidade, não podiam ter um “sítio” no nome deles. Ela salienta que aquela situação não era a ideal para sua família, já que na época, o “sonho do João era possuir terra e se aventurar”.

Ficaram em Ouro Preto apenas um ano e meio. A sogra veio passar uma temporada com eles, mas tinha filhas para cuidar no Paraná, tendo que retornar logo a Cianorte. Quando se mudaram para Ariquemes, o sogro não tinha mais o compromisso de ficar para ter seu nome na terra. Mesmo assim, seu Nuncio preferiu permanecer nesta cidade, onde comprou uma “chácara”, localizada no atual setor 10 da área urbana, que cresceu muito desde a “abertura” dos primeiros setores. O cunhado mais novo, chamado Luiz, também veio, porque “era outro doente por terra” disse-me dona Luzia sorrindo.

Em Ariquemes, não ganharam terra do Incra, não havia mais financiamento, porque “chegaram tarde mais”. O Incra doava terra, ela se recorda, mas era muito longe do eixo da BR-364 e, assim, era preferível fazer um investimento e comprar terra mais

perto. Mas o sogro foi na “picada” para “pegar terra” para o filho caçula que não tinha condições financeiras de comprar o próprio lote. Ao lembrar esse fato, dona Luzia interrompe a fala por alguns segundos e diz: “Homem não tem juízo”. O sogro pegou malária e como tiveram que voltar a pé, no caminho de volta do lote, só conseguiram até a rodoviária da cidade. O sogro e o cunhado só conseguiram deitar no banco da rodoviária e ali esperaram alguém para ajudá-los. Assim foi que o pai conseguiu uma terra para o filho mais novo Luiz, onde é atualmente o município de Cacaulândia, que fica a 40 quilômetros de Ariquemes.

Quando o sogro teve malária, dona Luzia conheceu um dos primeiros médicos de Ariquemes, o doutor Rodrigues, que cuidou dele no hospital da cidade. Posteriormente, o sogro viajou até São Paulo e foi realizar exames de rotina, sendo que não foi detectado que estava sofrendo de complicações devido ao contágio da malária. Helena, irmã mais velha de seu João Cioffi, que morava no interior do Paraná, foi ao encontro do pai no hospital, onde ele veio a falecer. Seu Nuncio, pai de seu João, não possuía nada em seu nome no fim da vida. Sempre trabalhou fazendo currais no Paraná, além de ter trabalhado na empresa que colonizou a cidade de Cianorte, no Paraná. Mas conseguiu “encaminhar” todos os seus filhos, principalmente ajudando pessoalmente Luiz e João no sonho de possuir terra, inclusive na própria “abertura do lote”.

Aqueles que chegavam a Ariquemes ganhavam terrenos na cidade no momento do cadastramento do Incra, mas como eles chegaram depois, também tiveram que comprar a data da família. Segundo dona Luzia, não se achava mais casa para alugar em Ariquemes em 1980. Na vila do Incra, em Ouro Preto d’Oeste, tinha luz à noite, água gelada, sanitário dentro da casa, mas nada disso havia em Ariquemes. Assim que chegaram, eles conseguiram com alguma “dificuldade” alugar uma casa no setor 2, em que tinham que tirar a água para uso doméstico de um poço, o banheiro era fora de casa, tudo era barro, sem asfalto. Dona Luzia disse que ficou um pouco desanimada com aquela situação que não havia antecipado ao se mudar para Ariquemes. Seu João queria ter terra própria, mas, segundo seu relato, eles tiveram que “mudar de vida” para isso.

Dona Luzia também trabalhou como supervisora das escolas da área rural em Ariquemes até se aposentar. Tem orgulho de lembrar as “dificuldades” superadas para

conseguir dar aulas em meio à “mata” que estava em processo de “abertura”<sup>70</sup>. Depois de terem o “sítio Paraíso”, em Ouro Preto, eles compraram o Bonanza, em Ariquemes, já no nome de seu João Cioffi. Em uma breve carta datada de 26 de setembro de 1982, dona Luzia escreve ao filho Joca, que morava em Cianorte, com sua tia Helena, já que queria cursar o seminário de padres no ano seguinte, o que veio a desistir posteriormente: “Mamãe está escrevendo hoje só para lhe contar uma novidade. [...] Papai comprou hoje outro lote. Fica a 30 quilômetros de Ariquemes, sendo 15 quilômetros de asfalto e 15 de terra. Estamos muito contentes e fazendo mil planos”. Dona Luzia conta que Luís, irmão mais novo de seu João, foi junto somente para realizar a compra, e que o “sítio” está localizado perto do de seu Adalberto [Martini]. “Só que o que compramos fica bem mais para frente e o lote é melhor, todo plano, água ‘joia’ e a terra é melhor”. Despede-se do filho com beijos e abraços.

A família teve três “sítios”, contando com este, cuja compra foi descrita na carta. Seu João só vendeu a terra porque tinha que honrar as suas dívidas da fábrica de refrigerantes. Dona Luzia comenta que ele fazia muitas projeções para a terra, mapas de como o “sítio” iria ser dali a cinco anos e ela disse que pensava naquele tempo: “O homem vai ficar doente se não tiver terra”. Na época do problema financeiro com a fábrica, dona Luzia tinha algum dinheiro no banco, reservado para reformar o carro. Ela perguntou se ajudaria se desse a ele essa economia e o carro para transformar no “sítio” que ele queria. Quando tivesse tudo resolvido, compraria outro carro. Seu João teve que vender quase tudo para saldar a dívida, ficando só com o suficiente para comprar uma pequena terra. Mesmo assim, dividiu o saldo positivo com os filhos, que usaram o dinheiro recebido para seus projetos de família.

João Carlos, mais conhecido como Joca, único filho homem de seu João e dona Luzia, em uma conversa que tive com ele, falou das suas impressões sobre a ida para as novas terras, a sua trajetória de vida e a formação de sua família. Também se lembra das condições favoráveis da casa de Ouro Preto d’Oeste em comparação com a de Ariquemes. Em 1980, só estavam “abertos” os setores 1 e 2, e estava acontecendo a abertura dos

---

<sup>70</sup> Como será visto no próximo capítulo, dona Luzia se considera uma “pioneira”, justamente porque teve que “enfrentar” adversidades para conseguir realizar o seu trabalho, contribuindo para a formação da cidade onde mora até hoje.

setores 3 e 4. “Mas, assim, criança, sente menos isso, né? Para criança, tudo era alegria, a gente andava na rua, solto, descalço”.

Essa visão da criança tem a ver com a explicação atual de Joca de que os adultos “sofriam” mais com as várias mudanças e “paradas” da família. “Por exemplo, em nossa casa em Jaú, em tudo que havia em termos de conforto no interior de São Paulo, a gente tinha lá”. Ao mesmo tempo, tem uma lembrança “forte” de seu tempo de infância, já em Rondônia, e sorri: “Domingo era dia de tomar limonada gelada. Eu saía de bicicleta lá do setor 2 para ir nos fundos da [avenida] JK, uma área até perigosa hoje. Eu comprava uma sacolinha plástica de gelo, feita na forminha mesmo, e levava pra casa para tomarmos uma limonada gelada no almoço”.

Ele saiu de Ariquemes para cursar o antigo segundo grau em Apucarana, no Paraná, sendo aprovado no Colégio Agrícola em 1986. Em julho daquele ano, veio passar as férias em Rondônia, só se tratou da malária em Guaiá, no Paraná. “Eu não sofri muito, a família sofreu mais porque tinha um filho pequeno com malária”. E, no ano seguinte, ocorreu mais uma vez. Na época do “estouro do garimpo”, aumentou a incidência de malária em Ariquemes. Joca se lembra de ter sido acometido por 11 crises de malária. Ainda que tenha saído de Rondônia para dar continuidade ao estudo formal fora do estado, ele convivia com uma das principais “dificuldades” daqueles que moravam em Ariquemes naquele momento, que era a malária. Ele foi estudar no Colégio Agrícola porque havia falado para sua família da vontade de ser médico veterinário:

Mas todas as vezes que eu saía de Rondônia, o meu sonho era voltar. [...] eu me formei em janeiro de 1999 e já saí empregado da faculdade em Campo Grande. Apesar de ser um motivo de orgulho para a família, eu queria voltar. Dia 31 de dezembro de 1999, eu saí de casa às 8 horas da manhã, meio-dia eu voltei com cinco empregos, só que todos em Ariquemes. Então, eu virei o ano, o século com a certeza de voltar (Joca, 21/03/2013).

Sobre como era tratado por seus colegas na faculdade, uma vez que era do norte e havia morado grande parte de sua vida em Rondônia, ele disse que não sofreu preconceito, mas havia espanto, piada e a “ignorância de quem mora lá. Tem Coca-Cola? Onça anda dentro de casa? [...] É mais ou menos o que o europeu pensava do Brasil em 1950, quando o Brasil jogou a Copa do Mundo”, deixando transparecer a ligação com o futebol do fervoroso torcedor do Palmeiras, assim como seu pai João e seu avô Nuncio, inclusive por ser um clube tradicional de imigrantes italianos. Complementa dizendo que o grande preconceito que existe até hoje no país é devido à cor e ele, por ser branco, não sofreu tal



discriminação. Outra forma de discriminação que ele percebeu enquanto morava no interior de São Paulo foi em relação aos nordestinos, mas o sotaque dele sempre se manteve de acordo com a sua criação no Paraná, principalmente. Mesmo que sempre tenha projetado a sua vida adulta em Rondônia, Joca afirma que não teria certeza de que viria para o estado se o seu pai não tivesse feito esse primeiro movimento: “Eu acredito que não, por quê? A geração do meu pai e dos pioneiros foi nascida e criada no sítio e, num certo dia, foram pra cidade grande estudar, mas nunca perderam o contato e o sonho de ter uma terrinha”. E ele complementa que, apesar de ser veterinário, possuir terra não é o sonho que ele particularmente tenha.

Ele se caracteriza como paulistano de nascimento e rondoniense de coração. Ao ser perguntado se ele se considera “pioneiro”, ele afirma que sim: “Porque eu acompanhei 95% da criação dessa cidade. Eu acompanhei, fui coroinha na primeira missa do setor 4 [...] eu vi essas escolas, essas ruas, essas igrejas, buraco para tubulação, colocar poste [sendo feitos]<sup>71</sup>”, aproximando-se da argumentação também feita por sua irmã. Sobre a sua filha de 10 anos, ele pensa que o estudo no sudeste continua sendo melhor do que em Rondônia, mas não tem certeza do que deseja para o futuro dela, e ela é que deve expressar a sua vontade quando estiver no tempo. “Até porque fazer uma boa faculdade é um bom começo, mas não é tudo”.

O relato sobre a família Cioffi, utilizando diversos registros, como as conversas com Lara, seu João, dona Luzia, Joca, além de algumas cartas trocadas entre membros da família, mostra como a vontade de possuir terra já era uma das metas do pai de seu João e foi passada ao filho. As cartas servem especificamente como registro das “paradas” dos diferentes membros familiares em distintas circunstâncias – desde a permanência de dona Luzia em São Paulo, já casada com seu João, até a ida de Giulia para São Paulo para continuar os estudos e perseguir o sonho de se formar em medicina em uma universidade pública de destaque nacional. A história contada nesta seção tem múltiplos sujeitos e vários pontos de vista, entremeando as trajetórias que se cruzam em diferentes cidades e projetos de vida.

---

<sup>71</sup> Assim como a propriedade, o prestígio também é herdado. No entanto, diferente do que Campbell (1973) postula em seu contexto de análise, o prestígio em Ariquemes está ligado diretamente àquilo que é herdado em relação à figura do pai, com peso específico para o pioneirismo, ao passo que a propriedade de terra pode ser vendida para atingir outros projetos do novo núcleo familiar. Por outro lado, próximo ao que verifica Campbell, a família é também central na vida dos filhos pioneiros, informando-se, nesta pesquisa, onde se localizam a casa e a terra de referência, como será visto na próxima seção

Como pai de família, seu Nuncio ajudava a “encaminhar” os dois filhos que viam na mudança para Rondônia a possibilidade de possuírem terra para as suas próprias famílias. Vir e “abrir as terras” custaram a vida de seu Nuncio, por conta de uma grave crise de malária. De herança, deixa principalmente aos filhos o apreço pelo trabalho e a ajuda indispensável na conquista dos lotes de ambos. Tal como relata dona Luzia, a “ciganice” não começou na ida da família Cioffi para Rondônia e, com a experiência atual da neta Giulia, não se esgota também em Ariquemes. Giulia reproduz, à sua maneira, um caminho trilhado pelo avô – ir para São Paulo, cidade que “morde e assopra” para se formar na faculdade. Assim, multiplicam-se os movimentos na vida dos Cioffi, com diversas “paradas”.

Desde a saída de dona Luzia de Campina Verde para São Paulo, onde conhece seu João, que havia saído de Cianorte, muitos caminhos foram trilhados. Juntos retornam a Cianorte, depois se mudam para Umuarama, no Paraná, por conta de uma oportunidade de trabalho para seu João. Novamente o trabalho os impulsiona a se mudarem para a cidade de Jaú, e lá recebem o convite, ou melhor, a “intimação” para trabalhar em Rondônia. A primeira “parada da família” é a cidade de Ouro Preto d’Oeste e, finalmente, se instalam em Ariquemes, cidade em que seu João consegue realizar o sonho de possuir terra e onde os dois, apesar de separados, permanecem até hoje. Nesta “parada”, dona Luzia começa a realizar o trabalho como supervisora das professoras das escolas localizadas nas “linhas”, nas quais os projetos de colonização se subdividiam, considerando-se uma “pioneira”. Além disso, os filhos, Lara e Joca, também se veem como “pioneiros”, por terem participado da construção da cidade – de forma diferenciada se comparada com a experiência de seus pais e de seu avô – uma vez que se voltam para as lembranças da infância para marcar, cada um deles, a sua presença nesse passado. Por outro lado, a argumentação é próxima a de seus pais, já que fazem alusão às experiências “do início”, da “construção da cidade”.

Lara, por sua vez, traça seu próprio caminho. Ao se casar em Ariquemes, muda-se para Manaus por conta de uma oportunidade de trabalho para o marido, onde permanecem por apenas um ano. Posteriormente, em função de outro trabalho do cônjuge, já nascidos os três filhos George, Giulia e Larissa, mudam-se para Pimenta Bueno, retornando ao estado de Rondônia. Depois da separação do marido, Lara permanece morando com os três filhos em Ariquemes. A separação acabou por ser um fato decisivo em sua vida, já que ela passou a investir mais em sua carreira profissional. Ela foi

aprovada no concurso para professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a oportunidade de cursar parte do mestrado na Universidade de São Paulo (USP) permitiu que continuasse o seu aperfeiçoamento profissional, além de criar condições para que a filha Giulia pudesse seguir seu sonho pessoal, que é se formar em medicina. Através de sonhos e caminhos diferentes, as trajetórias se cruzam na cidade (e no interior) de São Paulo, onde a família de seu João e de dona Luzia começou, Joca estudou e a neta Giulia inicia sua própria caminhada.

### **2.4.3 Modas de viola e modos do movimento**

No penúltimo dia do trabalho de campo em 2012, fui convidada pela família de Lara, pela família do seu irmão Joca e por seu João Cioffi para passar o dia no sítio dele, denominado “Sítio do Vô João”. Ele foi registrado há pouco tempo, recebendo um nome, assim como todas as outras propriedades que a família já possuiu. Foi realizada uma noite da viola, já que Joca gostaria de tocar para a minha despedida do período mais longo de estada no campo, uma maneira de celebrar os laços de amizade que foram estreitados, além de ser uma maneira diferenciada de apresentar a história de sua família, visto que ele havia convivido comigo e, diante das minhas indagações de pesquisa, eu poderia me interessar em presenciar um momento de contar a história da família diferente daqueles com os quais eu já havia tido a oportunidade de ter contato.

Para entrar na propriedade do seu João, temos que utilizar um carreador que passa por outras três propriedades, ou seja, um lote de 100 hectares foi dividido entre quatro compradores, sendo que seu João ficou com a fundiária, a área localizada nos fundos do “sítio”. Este lote era um antigo PAD Marechal Dutra, hoje dividido em quatro “sítios”. Passamos por várias áreas predominantemente de pasto, nas quais não é possível ver nenhuma casa, até chegar à última cancela, onde começa o “sítio do Vô João”.

Ao abrirmos a cancela, há uma área de “mata” que circunda o “sítio”, sendo mais densa nos fundos. Duas casas estão localizadas no lado esquerdo, e atrás delas há um corpo de água que começa com uma pequena queda, correndo em forma de filete que foi direcionado para a represa localizada nos fundos da propriedade, que adentra a área de “mata”. Existem duas casas, uma de seu João e outra construída para o caseiro. Na frente da casa de seu João foram plantados tomates, abóboras, laranjas – é um terreno cercado, para impedir que os cachorros destruam as plantações. Do lado direito da casa existem

três tanques para a criação de tambaqui. O primeiro deles é o criadouro, onde os alevinos são criados, sendo depois transportados para os dois outros tanques até atingirem o peso da venda. Somente seu João faz o trabalho com os peixes, pois o caseiro já tem uma idade avançada e uma deficiência na perna em decorrência de um acidente de trabalho. A “lida” com os peixes não é fácil, os tanques têm que ser limpos, deve ser colocada uma tela para que os pássaros não se alimentem principalmente dos peixes em crescimento, os peixes devem ser alimentados também frequentemente e, depois, tem que vender a produção para os frigoríficos localizados em Ariquemes, o que ele faz com o seu próprio carro.

Mas seu João me disse que está feliz com o “sítio”. Na propriedade que ele possuía anteriormente, foi assaltado à mão armada quando estava apenas com a sua atual esposa. É uma lembrança muito penosa para seu João. Mas este outro “sítio” localizava-se às margens da RO - 421, sendo mais fácil de chamar a atenção dos ladrões, tal como Ítalo contou em relação ao que aconteceu com ele. Mesmo tendo passado por esse episódio que o fez questionar ter terra novamente, ele formulou uma vez a pergunta: “Mas eu vou desistir do meu sonho? ”. E a sua resposta foi um não.

A vontade de permanecer em Rondônia que Joca canta nas modas de viola aproxima-se do que seu João havia afirmado sobre “não desistir do seu sonho”. Em uma das várias tardes em que nos sentamos para conversar perto do rio que corta os fundos do seu lote atual, seu João me falou a respeito da contradição que julgava inerente à sua vida. Formado em administração de empresas, começou a trabalhar com cooperativismo ainda no Paraná, seu estado de origem. Sempre teve como projeto pessoal a iniciativa de buscar a construção de “algo novo”. Lembra-se de que esse mesmo sentimento impeliu seus avós paternos a migrarem da Itália para o interior de São Paulo e, portanto, ele desejava continuar essa propensão ao pioneirismo e ter a possibilidade da descoberta do novo em outros lugares. O desejo de conhecer a Amazônia e participar da construção de uma cidade podendo crescer na vida era seu objetivo, bem como o de sua esposa à época, dona Luzia.

Em sua retrospectiva de vida, feita ora de forma pontual, ora em retrospectiva repleta de detalhes, seu João me disse que sua vida se baseia em uma escolha constante entre permanecer ou iniciar novos movimentos. Aos 68 anos, ele mede sua existência em movimentos que compuseram os projetos de família, sempre marcado pela alternativa de permanecer em um determinado lugar ou arriscar o deslocamento para outro destino, com

o peso de ter que novamente estabelecer laços, sejam eles sociais ou produtivos, mas com a possibilidade de inovar e crescer, garantindo outras chances também para os filhos. Depois de pensar por alguns segundos, ele me disse que, apesar de todo o sofrimento que passou em quase 36 anos em Rondônia e em outras tantas mudanças de vida entre os estados de São Paulo e Paraná, ele se orgulha de ser “pedra que não cria muito limo”.

No “sítio do Vô João”, ele iniciou a criação de peixes, porque ela era considerada algo “novo” em termos de produção em 2012. Como ele sempre acompanhou o que era “novo” e se orgulhava de participar desse processo, quis se “aventurar” na piscicultura. Em suas palavras: “Este é o grande mérito de ser um colonizador, possuir a experiência do novo”. A casa do ‘sítio’ foi construída com a madeira que foi retirada da sua primeira casa no setor 4 na cidade de Ariquemes assim que lá chegaram. Nas madeiras coloridas que formam a casa do “sítio” há inscrições do passado da família – da casa em que ele, dona Luzia e os filhos moraram e onde mais tarde Lara viveu por quatro anos com o marido e os três filhos. Nas inscrições nas madeiras do “sítio Vô João” estão incrustadas antigas memórias, da chegada à cidade até as assinaturas dos netos, evidenciando a vertente geracional que hoje atravessa a vida da família: a terra que serviu aos desejos dos filhos, bem como a terra atual do seu João, com os elementos indispensáveis do início – a família simbolizada na perenidade da madeira. Este é o significado da terra atual para seu João: um espaço para trazer a família e poder “curtir” a sua velhice, ainda que ele não dispense realizar uma produção nas terras, no caso, a piscicultura.

Nas várias reuniões de família de que participei no “sítio”, cada filho trazia algo para comer, ou fazíamos a “mistura” em sua casa, cada um responsável por um prato. Não era necessário um motivo específico, alguém traria um peixe de um criadouro e viria para tomar banho na represa ou ver a lua. Com o tempo fui sendo chamada como se fosse da família, o que significa que tarefas me eram delegadas, como fazer um dos pratos da refeição. Enquanto preparávamos a comida, escapava alguma memória do passado ou uma crítica ao presente entre os filhos, e seu João sempre dizia a mesma frase em italiano: *Primo mangiare, dopo filosofare*. Depois de arrumarmos a mesa do almoço, podíamos conversar sobre as experiências de vida da família em Rondônia.

Estava quase na hora do almoço quando chegamos ao “sítio” naquele dia e, para esperá-lo – era um churrasco pelo qual o Joca havia se encarregado – jogamos alguns jogos de tabuleiro. Os acompanhamentos do almoço foram preparados com antecedência

por mim, por Lara e Kátia, esposa de Joca. Depois do almoço, para descansar, armamos algumas redes debaixo das árvores na “mata” em frente às casas no lote, porque lá estava mais fresco.

Ao entardecer, todos acordamos do descanso do almoço e fomos para a represa, onde as crianças, a filha mais nova de Lara e a filha de Joca estavam se banhando no rio. Kátia comenta então, espontaneamente, sobre a coragem dos pais dela e dos pais de seu marido em desistirem de tudo para ir para Rondônia. Sobre o seu pai, ela conta que seu Pedrinho já tinha uma “vida feita” em Minas Gerais, mas largou tudo pelo sonho de vir para Rondônia. Assim, seu Pedrinho quis viver a experiência da construção do “novo”. No momento em que a conversa parou, pudemos ouvir com nitidez o som do biscateiro<sup>72</sup>, olhando a “mata” nos fundos da represa.

Voltamos para a casa do “sítio”, Joca se aprontava para tocar viola. Ele explicou que eu não podia ajudar no caldo que iria ser preparado à noite com mandioca e a carne do churrasco do almoço porque eu tinha que ficar prestando toda a atenção à viola. Isto diz respeito à qualidade da relação estabelecida. Apesar de ser considerada como “da família”, inclusive porque já “ajudava” nas tarefas mais triviais<sup>73</sup>, naquele momento específico estava em jogo uma apresentação que se direcionava especificamente a mim e ao trabalho que desenvolvia, por isso não devia ajudar<sup>74</sup>.

A viola do Joca tem várias fitas em uma *case* personalizada com o símbolo do Palmeiras e uma foto dele. Ele abriu um livro com letras e partituras de modas de violas que fez questão de nos mostrar. Colocou o livro em um tripé, em frente a um banco alto na varanda para que ele pudesse sentar. Também me explicou a diferença entre moda de viola e outros ritmos parecidos, mas que não tinham a mesma complexidade das notas musicais, isto é, não tinham a mesma importância da moda de viola. Assim, estabeleceu também a relevância de apresentar histórias que elucidam os movimentos de sua família por meio da moda de viola e não qualquer outro tipo de música. Ele começou a tocar em

---

<sup>72</sup> Pássaro conhecido também como capitão-do-mato (Roraima) e seringueiro (Amazonas).

<sup>73</sup> Para uma acepção mais geral do termo família, considera-se um familiar aquele que tem obrigação de ajudar, seja assumindo ou delegando tarefas.

<sup>74</sup> Tal como Pitt-Rivers (2012), o status do convidado está entre aquele considerado como o do estranho total e aquele de um membro da comunidade. Ainda utilizando o argumento do autor, apesar de eu ser considerada “como da família”, eu era incorporada de forma “prática”, por meio do laço pessoal com um dos seus membros, mas moralmente eu continuava representando o que eles haviam interpretado acerca sobre o trabalho que eu desenvolvia, que era a razão para eu estar em Rondônia.

Mato Grosso, no seu primeiro emprego depois de cursar veterinária em São Paulo. Apesar do movimento que realizou para cursar a universidade em Jaboticabal e mesmo depois com a estabilidade de seu primeiro emprego em Mato Grosso, ele preferiu retornar a Rondônia.

Lara e seu João no começo eram somente expectadores, a filha cortando as carnes e o pai ralando a mandioca para o preparo do caldo do jantar. Depois se juntaram a nós para cantar na varanda, localizada atrás da casa, que traz tantas memórias, da mesma forma que as músicas que Joca cantava. Lara participou mais ativamente. Joca tocava a viola e cantava. Seu João também cantou, mas timidamente. Mesmo que não tenham sido escritas sobre aquele contexto, as letras contavam as histórias vividas por ele e por tantos outros que foram para Rondônia.

A moda de viola era um veículo importante para Joca falar de seus sentimentos sobre o seu movimento, da sua família que colocou a “casa a rodar” e do valor da terra e da vida em família. Ele cantou a música que fez para embalar o sono de sua filha Giovana quando era bebê e alguns “clássicos”, como “Tocando em frente”<sup>75</sup>. Sua irmã Lara e o filho dela, George, que é músico, tocaram e cantaram em seu aniversário de 40 anos essa moda de viola, sendo ela de importância para entender a sua história. Chamo a atenção para uma parte dessa música que se liga à sua história: “Penso que cumprir a vida/ Seja simplesmente/ Compreender a marcha/ E ir tocando em frente. Como um velho boiadeiro/ Levando a boiada/ Eu vou tocando os dias/ Pela longa estrada, eu vou/ Estrada eu sou”.

Para Joca, “Cumprir a sua vida” significou “tocar em frente”, realizar as mudanças em sua juventude que permitiram com que completasse o estudo técnico e o superior, já que esses não existiam em Ariquemes na sua época. Mas ele quis retornar àquele espaço que considera como a sua “terra”, que é Ariquemes. Esse processo foi marcado justamente por uma “longa estrada”, sendo o movimento vivenciado por ele parte significativa de sua própria trajetória, como foi visto nas descrições das famílias, abordadas anteriormente. Dessa maneira, a frase “estrada eu sou” pode oferecer esse sentido de contínuo movimento e conhecimento que ele experimentou em sua vida e que também é está presente na música. Outra moda de viola cuja letra reproduzo na íntegra foi composta e

---

<sup>75</sup> Esta música é uma composição de Almir Sater e Renato Teixeira.

escrita por Joca, contando especificamente sobre o seu retorno para Rondônia depois de se formar como médico veterinário em São Paulo:

Sou o filho mais velho entre três  
No meu doce e querido lar  
E das terras onde me criei  
Fui só eu a não querer voltar  
Que o destino é incerto eu bem sei  
Mas jamais nesta vida eu pensei  
Viver longe daquele lugar

O meu destino assim foi reservado  
Viver longe de quem eu amar  
Quis fugir e saiu tudo errado  
Acabei indo longe morar  
Hoje volto pra casa apressado  
Com o olhar no relógio colado  
Controlando a hora de voltar

O meu pai quando estou pra chegar  
Junta as tralhas pra pescaria  
E mamãe faz pra me esperar  
As conservas que eu mais queria  
As irmãs pegam enciumar  
E os sobrinhos vêm logo cobrar  
Os presentes que o tio prometia

Ironias de um velho destino  
Solavancos com a minha vida  
Sou aquele violeiro menino  
Que jamais aceitou a partida  
Soluço a saudade, mas rimo  
Recaio, mas não desanimo  
Recordando minha terra querida  
Recordando minha Ariquemes querida.  
(Letra e composição: João Carlos Cioffi)

Ao analisar a letra da moda de viola, verifica-se logo no primeiro verso que ele considera seu “lar” as terras em que foi criado, Rondônia, demonstrando a importância desse espaço para a sua vida. Apesar de não querer voltar a esse estado a princípio, diz que o “destino é incerto” e, mesmo já tendo o primeiro emprego em Mato Grosso, o que assegurava certa estabilidade, e de ter tido contato com cidades que possuíam melhor infraestrutura que Ariquemes, ele retorna. O sentimento é contraditório. Apesar de duvidar em um momento do seu retorno, nunca pensou em viver longe das terras de Rondônia, o seu “lar”.

A letra, além de mostrar que as terras de Rondônia representam o “lar” e que ele constata isso a partir do movimento, fala também sobre sua família, que está presente nessas terras. A família é de suma importância, porque oferece sentido para a sua volta, sendo ele o filho mais velho. Cada membro da família tem um papel no momento de



retorno: o pai vai esperá-lo para a pescaria, a mãe prepara as conservas prediletas, as irmãs sentem ciúmes, e os sobrinhos esperam os presentes do tio que estava longe.

Por fim, ele afirma ser o “menino”, fazendo referência ao tempo da infância nas terras onde foi criado junto com a família que nunca aceitara a partida como um movimento definitivo. Assim como sua irmã já havia comentado, a maioria dos filhos de “pioneiros” pensava em retornar depois de terem saído de Rondônia para estudar ou mesmo para passar a juventude em um espaço com infraestrutura diferente das cidades em formação daquele estado. Nos dois últimos versos, a terra querida se amálgama à cidade na qual viveu a sua infância: Ariquemes.

Ao perguntar a Joca se poderia usar a letra da música, ele me disse que tinha usado os dois versos finais da moda de viola, mas que com os amigos prefere só cantar “minha Ariquemes querida”. Isto demonstra que, para ele, “terra querida” se iguala a dizer “Ariquemes querida”.

### CAPÍTULO III – PIONEIRISMO E RECONHECIMENTO

Durante as primeiras inserções no campo, percebi que muito daquilo que me interessava ver e pesquisar sobre Rondônia confluía para uma identificação específica que caracterizava grande parte dos que foram responsáveis pela ocupação daquela área do estado. Os “pioneiros”<sup>76</sup> – como se identificam e são identificados por aqueles que deles descendem ou os que chegaram depois – são as figuras centrais deste capítulo por dois motivos característicos: em primeiro lugar, comungavam do mesmo desejo – buscar a terra, principalmente com o objetivo de possuir terra para a família; em segundo lugar, sofreram as consequências dessa busca, tendo sido necessário enfrentar uma vasta gama de adversidades para fazer prosperar o sonho que os levou até a Amazônia. Portanto, “pioneiro” é uma categoria nativa que se configura como um elemento-chave para o entendimento do processo de ocupação de Rondônia.

Seu Beto é o primeiro farmacêutico de Ariquemes. Chegou à cidade no início, em 1976. Paulista de nascimento, “correu o mundo” desde cedo, não levou consigo seus pais e irmãos, que permaneceram no interior do estado de São Paulo. Sua primeira “parada”, antes de Rondônia, foi o estado do Paraná, no qual foi até prefeito da cidade de Goioerê, em 1965. É conhecido em Ariquemes não somente pelo tratamento dos doentes de malária, por conta do ofício de farmacêutico que exerceu principalmente nos primeiros anos de ocupação, mas também por “ser falador”. Apesar de ter possuído um burareiro, mas não ter “colocado serviço” nele, sua participação como farmacêutico na cidade, no tratamento da malária, faz com que reconheçam nele a figura de um “pioneiro”. Quando fui conversar em sua casa, fez questão de me explicar a espécie de cada árvore frutífera que tinha em seu pomar, depois se sentou na varanda e, estabelecendo o tom da conversa, começou a contar a sua história “do início”. Fez questão de dizer que, quando chegou à região, “não tinha nada, era mata, só tinha umas casinhas começando”. Não havia nem cemitério – ele não fazia ideia de como as pessoas “morriam” e eram enterradas. Portanto,

---

<sup>76</sup> Hébette (v. I, 2004, p. 88) discute o processo de colonização como “a racionalização do triunfo da fronteira pioneira sobre a fronteira de expansão, das relações de produção capitalistas sobre as camponesas, do capital sobre o trabalho”. O intuito deste capítulo é investigar a categoria “pioneiro” tal como aparece no campo, isto é, como e por que aqueles que se deslocaram para a Ariquemes na década de 1970 se caracterizam desta forma.

o primeiro episódio de que ele se recorda sobre a construção da cidade é o de inauguração do cemitério de Ariquemes, da qual ele participou:

Quando inauguramos o cemitério, estávamos com uma seringueira velha, cachaceira, ela tinha uns 90 anos. Mas ela ficou aí bebendo cachaça; quando faleceu, o cemitério já estava pronto, no jeito. E nós aqui na nossa cidade tínhamos oito carros, eu tinha uma Kombi. Foram todos os carros no enterro da Marcelina. Estou contando a história da Marcelina porque eu estive no cartório com um escriturário que hoje é aposentado há muito tempo e ele me mostrou o primeiro livro de quando foi criado o distrito de Ariquemes, de 1922. E a Marcelina era casada oficialmente e o marido dela tem o sobrenome de Arikeme [grupo indígena]. Então, foi com essa Marcelina que nós inauguramos o cemitério (Seu Beto, 25/04/2012).

A velha Marcelina representava duas populações da região que não tinham “perfil” para participar da seleção realizada pelo governo federal para os projetos de assentamento – os seringueiros e as populações indígenas. Fica claro na fala de seu Beto que já existiam populações antes dos projetos (e garimpeiros também, cf. Capítulo I) naquele espaço, não sustentando a ideia propagada pelo governo de que ali era um “vazio demográfico”. No entanto, não é à toa que ele escolhe o momento específico da morte e do enterro da seringueira Marcelina como o momento inicial de seu relato sobre a história de Ariquemes. É como se o enterro de Marcelina, inaugurando o cemitério, indicasse a morte de um determinado período da área de Ariquemes. Junto com ela, morria o passado associado aos seringueiros, um dos primeiros ciclos de desenvolvimento econômico da área, e os índios, a etnia que ali vivia antes mesmo do desenvolvimento da coleta de látex. Todas as famílias que haviam se deslocado para a cidade com o intuito de possuir terra própria foram sepultar esse passado e iniciar uma nova Ariquemes. Talvez esta tenha sido uma das primeiras participações na construção do novo espaço por aqueles que haviam chegado recentemente.

A cidade começava a receber as famílias que, “abrindo” os seus lotes, construindo suas casas na cidade, seriam responsáveis por inaugurar outra etapa – a construção da cidade de Ariquemes e a participação nos projetos de colonização, com o início do ciclo agrícola. Estes que fizeram parte do projeto de construção de Ariquemes orquestrado pelo governo federal, imprimindo suas marcas pessoais, são denominados e reconhecidos entre si como “pioneiros”.

### 3.1 O pioneiro, o fundador e o veterano

Seu Josivaldo Aquino, com 72 anos, é morador de Alto Paraíso e ainda possui a terra do início do projeto de colonização Marechal Dutra. Ele mora até hoje no primeiro lote que ganhou, motivo de orgulho. Ele me recebeu, junto com Ítalo, que é seu afilhado, e a conversa se estendeu pela varanda e pelo lote, no qual ele me mostrou sua criação de gado e o arroz mecanizado que está sendo produzido através do contrato de arrendamento com “um pessoal” de Vilhena, do sul do estado. Seu Josivaldo se lembra, com orgulho, que ele viu a pequena cidade de Alto Paraíso crescer, tendo contribuído para a sua construção: “Veio o governador aqui, não tinha nada, só tinha um patrimônio, agora tem comércio, tem banco, tem médico, é uma cidade, hoje. A primeira vara do Paraíso fui eu que cortei para fazer a Prefeitura, os colégios que tem ali na praça e a Câmara de Vereadores”. A sua participação na criação de Alto Paraíso faz com que se considere um dos “fundadores” da cidade<sup>77</sup>. Ao mesmo tempo em que se recorda com alegria de sua participação, no passado, na construção da cidade de Alto Paraíso, seu Josivaldo se queixa de que a “cidade está muito próxima”, já que ele gosta do “sossego da roça”. Devido ao crescimento de Alto Paraíso, que se tornou município no ano de 1993, a cidade avançou e o lote dele fica atualmente somente a 3 quilômetros dos limites da cidade de mais de 19 mil habitantes.

Baiano de Cruz das Almas, Seu Armínio Araújo tem uma família numerosa que mora com ele no lote. Ele é “compadre” de seu Josivaldo, também morador da linha C-95, e “compadre”, por sua vez, do pai de Ítalo, seu Francisco Pereira. Foi Ítalo quem me apresentou a seu Armínio e me acompanhou na primeira vez em que fui à sua casa. No início, os filhos e os netos presentes se reuniram na sala para conversarmos, mas depois apenas seu Armínio continuou a me contar sobre suas memórias. Ele também é proprietário até hoje de um lote no Marechal Dutra. Considerar-se um dos “fundadores”, para seu Armínio, é poder compartilhar muitas histórias “do início”, principalmente com seus “companheiros de linha”. Ao continuar a conversa, ele me explica porque se considera um dos “fundadores” de Alto Paraíso:

Porque fomos nós que abrimos isso aqui. Quando nós chegamos aqui, esse patrimônio não tinha uma vara derrubada, era mata virgem. Fomos nós que derrubamos mesmo, essas linhas daqui a BR era tudo mato, né? Nós que abriu.

---

<sup>77</sup> Becker (1990, p. 22) explica que a expansão da fronteira não se resume a um movimento que seja apenas caracterizado como agrícola, sendo o espaço urbano a base logística para a sua ocupação.

Cada qual que abriu o seu. A estrada foi todo mundo junto, juntou todo mundo, roçar picadão pra vir o trator para abrir, foi nós que fizemos tudo na mão. Então, quer dizer que nós chegamos do começo para trabalhar aqui. Então, somos fundadores daqui sim. Eu me orgulho, graças a Deus. Porque, pelo menos, que nem diz o outro, a gente tem uma passagem meio difícil na vida, né? [risos] (Seu Armínio, 14/03/2013)

“Foi feito tudo na mão”, “chegaram do começo” são colocações que mostram o orgulho que seu Armínio sente em participar da construção desse o início. Isto porque “a passagem meio difícil na vida” garantiu que ele pudesse ter terra para família, além de participar da construção de um patrimônio urbano coletivo: a cidade de Alto Paraíso. O orgulho é um sentimento citado tanto nos relatos de seu Armínio quanto nos de seu Josivaldo. A partir das falas de ambos podemos verificar que a caracterização como “fundador” é diferente da de “pioneiro”, pois a primeira está especificamente ligada à abertura da cidade. Não é o intuito construir uma tipologia destes termos, mas mostrar como o pioneirismo<sup>78</sup> se desdobra em outras categorias, como “fundador” aparece não quando se fala sobre o empreendimento da vinda para Rondônia, mas sim do momento específico de construção do “patrimônio” de Alto Paraíso, ou seja, da organização da cidade.

Ao mesmo tempo, seu Armínio reclama que ninguém tem “mais consideração com fundador”, “aquele pioneiro velho” que só é lembrado principalmente no “tempo da política”, e que também não há nenhuma homenagem ou comemoração realizada pelo município para os “fundadores”, isto é, não há o seu reconhecimento:

Ninguém fala o nome de um fundador aqui. Aqui, ali é um pioneiro véio, temos que ter respeito com ele que abriu aqui. Nós estamos aqui hoje, tá tudo aqui foram eles que começou, isso aí não existe mais. Só aqueles grandão que chegou e que trouxe dinheiro, comprou casa boa... Então, aquelas pessoas que sofreu para formar isso aqui não é lembrado mais. Existem muitos deles aí, mas dos fundadores mesmo nem fala (Seu Armínio, 14/03/2013).

Ele conclui: “Mas eu tenho orgulho de ser fundador daqui, graças a Deus, porque nós sofremos mesmo, mas vencemos”. Ele cita os nomes de outros “fundadores” que chegaram na mesma época em que sua família, principalmente os “companheiros de

---

<sup>78</sup> Thomas e Znaniecki (1918, p. 100) indicam que os grupos domésticos, ao se deslocarem das cidades polonesas, passam a ficar isolados em relação ao conjunto de regras tradicionais de sua comunidade e da família. O pioneirismo nesta tese é analisado como o esforço de estabelecimento de uma comunidade com regras específicas, as quais orientam o reconhecimento social, de maneira a organizar o pertencimento às terras de colonização em Rondônia, cuja base de ocupação é eminentemente familiar, ainda que não utilize especificamente o termo grupo doméstico neste trabalho.

linha”, pelas relações de compadrio que foram estabelecidas por conta da ajuda mútua no início.

Por serem “pioneiros”, isto é, terem chegado, como a família Zanella, antes mesmo de o “Incrá abrir as terras de Ariquemes”, seu Abel Zanella comenta sobre a necessidade que sentiu de criar uma “comunidade” na cidade. Não seria necessariamente um núcleo urbano, como no caso de Alto Paraíso, uma vez que ainda não havia “chegado o Incra” e, portanto, não existiam as demarcações de terra, seja em lote, seja em data. Vale destacar que há referência da família às pessoas que já moravam na área. No entanto, os garimpeiros, por exemplo, não vivenciavam suas práticas cotidianas da mesma forma que o grupo recém-chegado.

Para tentar criar a comunidade na qual acreditava, seu Abel fez uso principalmente da doutrina católica, já que havia frequentado o seminário antes de se formar como professor de filosofia, para propor atividades que favoreciam o contato entre os moradores da Vila Velha, onde a cidade teve início: “A gente aproveitou um barraquinho de palha, a gente se reunia aos domingos e convidava os vizinhos para se encontrarem, e começou a criar a vida comunitária que não tinha. Só tinha bar, cachaça, cerveja, prostituição, tinha tudo. Mas não se encontravam fora dessas mazelas”. Esses aspectos não faziam parte da ideia que os Zanella tinham de comunidade. Seu Abel caracterizava essas “mazelas” como prejudiciais à instalação de sua família naquela nova área. Para ele, era necessário um ambiente “comunitário” que fugisse do que havia na área da Vila Velha, predominantemente ocupada por garimpeiros: era “o ninho”, “o dormitório” para aqueles que exploravam a cassiterita no garimpo Massangana: “E a gente começou a criar esse vínculo de encontro, vida comunitária. Começamos a descobrir juntos o que era bom e o que não era bom, o que ajudava e o que não ajudava, o que podia melhorar um pouco, fazendo junto isso”. Além da vontade de criar laços comunitários com base na doutrina da Igreja, o recorte racial também aparece nos relatos de seu Abel Zanella, quando comenta sobre as pessoas que viviam na Vila Velha assim que chegaram:

A gente era muito branco para eles, eles eram caboclos queimados, cor indígena, o mesmo seringueiro dentro da mata acaba ficando meio caboclo, não é? O nordestino que há 40, 50 anos já andava dentro dos seringais. Bastante caboclo convivendo com os índios. Aí, quando o garimpo abre, eles vêm para o garimpo também. Então, teve essa mistura de seringueiro, garimpeiro, agricultor, isso aí ficou dentro da Vila, a gente aprendeu a conviver com essas diferenças todas e no fim foi até bom. Deu para ir criando um novo jeito de ser social (Seu Abel, 26/04/2012).

A necessidade de criação de uma comunidade acontece com a chegada das famílias que vêm em busca das terras para agricultura em Rondônia: “Ali tinha lazer – o banho e o futebol e cervejada, cachaça, embriaguez, tudo nas barraquinhas de bar. E a gente não era muito disso, criou um outro esquema, era o esquema da família, e convidava os que estivessem interessados em uma proposta diferente”. A proposta desse “novo jeito de ser social” partiu de uma necessidade circunstancial, enquanto todos ainda viviam muito próximos, fossem os membros da família Zanella, ou mesmo os que já moravam naquelas terras. Mas depois eles foram se individualizando, na medida em que cada um foi “abrir” o seu lote.

As recordações de seu João Zanella, irmão de seu Abel, também envolvem momentos da história da cidade que estava sendo construída: Nova Ariquemes. Ele se orgulha do fato de que a primeira casa de alvenaria foi construída por ele e também por outra família, mas esta já retornou a São Paulo, não permaneceu em Rondônia. Seu João comenta: “Não tinha nem material. Foi tudo comprado em Ji-Paraná. Fiz a casa e nem botei a parte elétrica, não tinha cano, não tinha nada, tive que fazer depois”. Na vila, não havia casas de alvenaria, elas eram construídas com folha de palmeira: “E o caboclo amazonense, que é borracheiro ou seringueiro, ele usa esse tipo de casa que era chamada de paxiúba, que era o nome da palmeira. E a gente, quando chegou, não se sentiu bem de fazer, mesmo porque não sabia trabalhar com esse material da mata – a paxiúba”.

Seu João Zanella também se recorda de quais famílias foram contemporâneas na chegada a Ariquemes: “Os primeiros que vieram junto com a gente foram os Cozer, a primeira família, depois os Juliatti, os Martinelli, os Tamanini, todos capixabas e com ascendência italiana. Brumatti, Ferrari, tem três gerações de Ferrari aí”. O “pioneiro” tem que ser capaz de se recordar do que existia na área quando a ocuparam, bem como de outras famílias que vieram na mesma época, para a organização de um retrato fiel do período de ocupação, prova de que estavam em Ariquemes quando “ainda não havia nada”. No entanto, é relevante salientar que a lembrança de outras famílias em relação àquelas que estavam mais próximas fisicamente nas datas ou na ocupação dos lotes, ou mesmo aquelas que vieram juntas, tal como contou seu João.

Wanderlei Pereira, paulista de nascimento, participou junto com seu pai do momento de “abertura da terra” em Ariquemes, já que ele é o filho mais velho da família. As conversas que tivemos foram sempre em seu restaurante, depois do expediente,

quando ele colocava na varanda duas cadeiras para contar as histórias “do início”, ao mesmo tempo em que fazia pedidos de mercadoria para o restaurante aos seus funcionários e aos comerciantes que o visitavam. Conta com orgulho que eles podem ser considerados uma das “famílias pioneiras” de Ariquemes, enaltecendo principalmente a figura do pai:

Quando o pai chegou aqui, não tinha nenhuma casa em Ariquemes. A primeira casa nós vimos levantar aqui [...] Até hoje sabem o nome da família, o nome do pai, o nome dos pioneiros, mas ajudar que é bom nada, não tinha estrada. Só eu tenho 38 anos de cidade, quando cheguei não tinha nada aqui. Se tivesse que dar um telefonema, tinha que ir a Porto Velho ou Ji-Paraná (Seu Wanderlei, 23/04/2012).

O conhecimento do nome da família dos “pioneiros” aparece novamente como uma “prova” de ter participado da história da cidade, assim como estarem presentes quando a primeira casa foi ali construída. Ao se referir à ajuda, Wanderlei está comentando a respeito do governo que, segundo ele, não estava presente da forma como deveria na época em que se estabeleceram em Ariquemes, uma vez que não garantiu nem a infraestrutura básica para a ocupação, como a construção de estradas.

Seu Pedrinho de Oliveira se orgulha de ser considerado “pioneiro” de duas cidades – não só Ariquemes, mas também Carangola, sua cidade natal, em Minas Gerais. Na parede da sala de jantar de sua casa, ao lado das fotos das reuniões de família, existem várias placas comemorativas de sua participação como sócio fundador do Lions, tanto em Ariquemes quanto em Espera Feliz, em Minas. Seu Pedrinho se recorda com alegria do momento de fundação do Lions, porque, segundo ele, o clube ajudaria a fortalecer os laços entre as famílias que acabavam de chegar a Rondônia: “Fundei em 1977, 1978. O primeiro lugar em que a gente fez a reunião foi na oficina mecânica, sentado no motor, numa caixa, não tinha lugar pra gente reunir, não tinha lugar pra reunir na cidade”.

Ele também me mostrou, quando fui à casa dele pela primeira vez, a placa que recebeu do estado de Rondônia como “pioneiro” de Ariquemes. Para tanto, houve uma cerimônia organizada pela Assembleia Legislativa, na qual seu Pedrinho e seu Abel Zanella foram apresentados como “pioneiros”, entre outros. Em 2010, a prefeitura da cidade também organizou um evento em homenagem aos “pioneiros” de Ariquemes. Sobre o recorte temporal ser “pioneiro”, seu Pedrinho de Oliveira comenta: “As famílias que receberam [a homenagem] chegaram no mesmo ano que eu ou um pouco depois. Eu me considero “pioneiro”, e são só aqueles que chegaram primeiro mesmo, nos primeiros



anos”. Ele conta que as famílias que podem ser consideradas “pioneiras” seriam aquelas que chegaram a Rondônia nas décadas de 1970 e início de 1980. Ele enfatiza quais seriam os possíveis critérios do pioneirismo:

Nunca existiu e nem existe um critério para definir o que é pioneiro. Era o reconhecimento dos primeiros que vieram, se destacaram de alguma forma, prestaram serviço à comunidade. Eu fiz parte de várias associações, fundei outras associações, fui chefe de gabinete [da prefeitura] durante 20 anos, então sempre tive uma participação muito destacada em Ariquemes. Isto contava, além de ser pioneiro mesmo. Cheguei aqui, não tinha nada, não tinha cidade. Então, eu e meu irmão somos pioneiros mesmo. E teve gente que veio em 1979, 1980 e tudo era considerado pioneiro (Seu Pedrinho, 07/03/2013).

Quando perguntado sobre quem morava em Ariquemes quando chegou, seu Pedrinho se recorda de que havia apenas um pequeno grupo de pessoas que já morava na cidade há anos. Porém, ainda não existia a cidade:

Gente que já estava aqui, de muitos anos atrás. Aqui, não [Nova Ariquemes], não tinha ninguém. Aqui não tinha rua, não tinha nada, não tinha nada aberto ainda. Nós viemos quando abriu a primeira rua lá na entrada, naquele posto de gasolina, estamos aqui desde aquela época, desde a primeira rua estamos aqui. Não tinha nem Incra. Quando fomos fazer a nossa inscrição pra pegar os lotes, nós tivemos que ir a Ouro Preto, nem Incra tinha aqui (Seu Pedrinho, 07/03/2013).

Assim que chegou a Ariquemes “não havia recurso nenhum”, só o setor um da cidade estava “aberto” e o resto era “mata”. Dona Assunção, esposa de seu Pedrinho, que participava de algumas conversas, ao ouvir a descrição de seu Pedrinho, comentou que no início todas as casas eram de madeira. Comentou sobre quais famílias eles conheciam que tinham chegado “desde o início”: “Os Zanella são daquela época, mas tinha mais gente. O Beto da farmácia estava aqui naquela época”. No seu diário, escrito no período em que chegou a Ariquemes, ele conta que era “impressionante o desenvolvimento de Nova Ariquemes”, uma vez que no período em que ele e seu irmão começaram a construir a casa, deviam estar sendo construídas mais de 100 casas por mês, ainda que todas fossem “simples, de madeira”. Seu Pedrinho também chama a atenção para o “traçado moderno” da cidade, fazendo referência à divisão em setores – residencial, comercial, industrial e de diversões. Além disso, aponta para o espaço de mais ou menos 30 metros entre cada casa, onde não há trânsito de veículos, pois estes passam apenas pela parte de trás das casas. Esta área livre é a chamada alameda, destinada ao lazer e à construção de jardins.

A família de seu Osvaldo Silva, todos mineiros de nascimento, chegaram a Ariquemes em 1980. Seu Osvaldo Silva contou-me que assim que chegou à cidade

comprou uma terra para a sua família, com 21 alqueires de tamanho, uma vez que o processo de seleção pelo Incra já havia sido finalizado. Anos depois, ele vendeu esta propriedade, mas continua com outra na mesma área, na linha C-95, também parte de um lote do Marechal Dutra. Ele salienta que é “veterano” da Associação de Cafeicultores de Alto Paraíso (Acap), porque ali participa desde que veio para a cidade, naquela época ainda parte de Ariquemes: “Eu já fui presidente, já fui gerente de comercialização [da Acap]. Hoje, eu sou só sócio, contribuindo da forma que posso, mas diretor eu não sou mais não, sou só sócio. Não deixei de participar, contribuo com as pessoas que administram com o que aprendi”. Nota-se, assim, que a denominação muda ao se tratar da associação: ele é um “veterano”, porque ajudou a construir esse espaço.

Alguns “pioneiros” têm uma dupla inserção, isto é, são assim chamados tanto em relação a Ariquemes quanto em relação às cidades que “abriram” no Paraná, ou como no caso de seu Pedrinho de Oliveira e também seu João Cioffi que são “pioneiros” também nas cidades em que nasceram: a família Cioffi em Cianorte, no Paraná, e a família Oliveira em Carangola, Minas Gerais. Os homens, principalmente, “herdam” a caracterização de “pioneiros” e trazem com eles a necessidade de “buscar o novo”.

Em geral, o reconhecimento do pioneirismo<sup>79</sup> se liga ao pai de família e, em menor monta, à família como um todo, já que há diferentes explicações para ser “pioneiro”, de acordo com o gênero e a geração. Vejo a caracterização como “pioneiro” como uma forma do grupo que chegou em Ariquemes no início da colonização oferecer significado à sua permanência na terra e/ou na cidade<sup>80</sup>. O pioneirismo em Ariquemes é construído principalmente a partir de três argumentos – temporalidade, sentimento de pertencimento dado pela “abertura da terra” e reputação masculina. Ele é essencialmente associado ao *ethos* masculino, já que, em sua maioria, os chefes de família foram os responsáveis por realizar a “abertura da terra”. São enaltecidas a coragem e a luta que fazem parte das características que conformam a reputação dos “pioneiros”. O recorte temporal daqueles que são considerados “pioneiros” vai até o início da década de 1980, conforme os relatos que foram analisados no texto, ainda que não haja um corte preciso de data. O “pioneiro”

---

<sup>79</sup> Desta forma, há o reconhecimento de um senso de honra (Bourdieu, 1972) em relação àqueles considerados “pioneiros”. Para outros estudos que focalizam a questão do pioneirismo em Rondônia, no entanto, a partir de diferentes perspectivas epistemológicas, cf. Matias (1998) e Silva (1984).

<sup>80</sup> Baseio-me em questionamento proposto no trabalho de Ramos (2009) que, ao estudar os sem-terra de um assentamento em São Paulo, indaga se as “histórias de assombração” podem ser consideradas “uma linguagem específica deste grupo para dar sentido a aspectos de sua própria história [...]” (p. 24).

é aquele que participa do processo de construção do “novo”, o “fundador” é aquele que está ligado à experiência de criação de um patrimônio urbano, ao passo que ser “veterano” foi acionado no contexto de pesquisa quando se fez referência à inserção na construção de uma determinada associação de produtores, a Acap.

### 3.2 O novo, as dificuldades e os movimentos

Para Beto, todos aqueles que chegaram no início podem ser considerados “aventureiros”, em seus termos: “E todo mundo que chegou aqui foi aventureiro, ninguém chegou com dinheiro. E geralmente o povo que chega com dinheiro, Manuela, eles vêm depois que a cidade está pronta”. Desta forma, era preciso que viesse primeiro um grupo de pessoas para abrir a cidade para que aqueles “com dinheiro” chegassem depois. Na conversa com seu Osvaldo Silva, ele também atrelou a necessidade de buscar algo novo à explicação da necessidade de saída do estado do Paraná, por conta da dominação daquele estado por parte dos “grandes”:

No Paraná, as coisas progrediram muito, aí você sabe, a coisa fica interessante, os grandes vão tomando conta e os pequenos vão ficando apertados. Ou você tem que ir da favela pra cidade, ou caçar um lugar novo pra sobreviver. Foi o que aconteceu comigo. [...] No Paraná, não tem futuro pra gente, [então], vendo isso aqui e vou para um lugar novo, conseguir um pedaço de terra para a gente poder pelo menos trabalhar e sobreviver (Seu Osvaldo, 13/03/2013).

A “busca pelo novo”<sup>81</sup> é recorrentemente acionada pelos “pioneiros”, isto é, por todos que são considerados “aventureiros”, tal como seu Beto caracteriza. Isto se explica em razão da falta de espaço para a pequena produção, principalmente no Paraná, estado no qual a maioria das famílias que se deslocaram para Rondônia estava vivendo. Seu Beto se refere à “busca pelo novo”, que engloba a procura para construir e possuir algo tanto para si quanto para a família. Já seu Osvaldo disse preferir “enfrentar o mato” a permanecer numa situação de “dificuldades”<sup>82</sup> para a sua família no futuro. No início de seu relato sobre a vinda da família para Rondônia, ele faz uma conexão entre as causas

---

<sup>81</sup> Rondônia aparece como o território do “novo”, na medida em que possibilita às famílias vislumbrarem condições de permanecer na terra ou mesmo de “encaminharem” seus filhos de outras maneiras, seja por meio da possibilidade de acesso à escolaridade formal, seja do emprego. De qualquer forma, a análise centrada na figura do “pioneiro”, relevante por ter sido apresentada no campo, não deixa de lado o aspecto trágico e conflitivo da fronteira.

<sup>82</sup> Martins (2012) postula que a figura central e sociologicamente reveladora da fronteira não é o pioneiro, mas sim a vítima, por duas características principais: “suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece nova, aparentemente destituída dos automatismos da reprodução social, característicos de regiões de ocupação antiga” (p. 10). No entanto, esta seção visa também mostrar que a situação de “dificuldade” ((termo nativo) no início é justamente um dos argumentos que evidenciam a participação dos trabalhadores na construção de “algo novo” que os caracteriza como “pioneiros”).

da mudança do Paraná para aquele estado e as primeiras “dificuldades” encontradas: “Eu preferi vir pro mato, enfrentar as onças e a malária que era o bicho de sete cabeças. Eu vou pro mato, que é isso que sei fazer. Eu fui criado toda vida na agricultura e sabia fazer isso”. A alternativa ao “mato” é a favela na cidade, diz ele. Fica evidente que “onças e malária” e também os acidentes causados pelo manejo da motosserra estão entre as principais “dificuldades do início” do processo de colonização. Ele compara os processos de abertura de terra que ocorreram tanto no estado do Paraná quanto em Rondônia:

Porque o Paraná passou pelo mesmo processo de Rondônia. Paraná, quando foi abrir, veio gente do Nordeste, de Minas, de toda parte do Brasil. O Paraná inchou e começou a se desenvolver com isso. Mas você sabe que, quando um lugar se desenvolve, ele traz grandes fazendeiros, grandes empresas que começam a tomar conta daquilo que é mais rentável. Sobram para as pessoas mais pobres as migalhas, você vai ficar sem espaço, foi o que aconteceu com a gente (Seu Osvaldo, 13/03/2013).

Ele ainda conta sobre quais eram as “dificuldades do início”: “A estrada era difícil, né? O município não conseguia manter a qualidade das estradas. Então, os produtos da gente eram baratos, era um lugar de difícil acesso, você não conseguia escoar esses produtos”. A falta de estradas estava ligada intrinsecamente à “falta de preço” dos produtos, principalmente para os marechais que moravam na área que atualmente é Alto Paraíso, que ficava mais distante do centro administrativo que, naquele momento, era Ariquemes. Ainda hoje, as “dificuldades” se fazem presentes no cotidiano. Mas o seu Osvaldo conjuga oportunidades e “dificuldades” de uma forma não usual: “As dificuldades são muitas e existem ainda hoje. Ainda existem dificuldades que não tem para lá onde o país está mais desenvolvido. Mas aqui também tem oportunidades que lá não existem mais”. O quadro no sul do país tinha ficado favorável para as pessoas com mais recursos financeiros, deixando os pequenos produtores com menos possibilidades de permanência.

Tanto no estado do Paraná quanto em Rondônia, seu Beto teve a experiência de participar da construção de cidades: “Aliás, quando eu cheguei ao Paraná em 1950, era pura mata. Quando eu abri o Paraná, vim pra cá, mata de novo”. Além disso, também como Beto havia pontuado, sair para “enfrentar o novo” tem uma conotação ligada às condições de vida experimentadas pelas pessoas e à necessidade de buscar um espaço para a família, quando se “esparramam”. Na formulação de seu Osvaldo: “Quando fica bom para viver, o pobre tem que sair para enfrentar a dificuldade de novo, parece que pobre nasceu para isso, né?” – é o imperativo da necessidade econômica que orienta o

movimento e, conseqüentemente, a chegada de um novo desafio, “ainda a ser explorado”. Tanto seu Beto quanto seu Osvaldo consideram que esses trabalhadores seriam úteis em um período de desenvolvimento, no entanto, os “grandes” podem “tomar conta” do resultado do trabalho de famílias como a deles<sup>83</sup>. Seu Armínio, ao se recordar das “dificuldades do início da colonização”, considera a existência da malária nas terras do Marechal Dutra como a possibilidade para que famílias como a deles, isto é, sem recursos financeiros, pudessem ter terra: “Nós ganhamos essas terras aqui por causa da malária, porque era um lugar doente, o fazendeiro não quis entrar para investir, porque ele não conseguia ninguém pra entrar aqui, e se chamasse alguém pra entrar, ninguém vinha [...]”, explica.

Mesmo com as “dificuldades” iniciais em relação à falta de infraestrutura para a produção e também para morar no lote, principalmente por conta da demora na abertura de estradas, seu Josivaldo não se queixa do lugar para onde decidiu trazer sua família: “Mas se você falar mal perto de mim de Rondônia, eu falo: ‘não, minha filha, não faz assim não’, porque eu gosto muito de Rondônia, mesmo da picada, um lugar em que eu pude produzir não sei quantos mil sacos de café”. A respeito do que ele chama de “plano de vida”, seu Josivaldo comenta que nunca teve “vontade de ficar rico”, para ele o que importa é ter algo para deixar para os filhos, principalmente uma filha que é portadora de deficiência mental: “Nunca tive aquela ganância também de ficar rico, pensei em ser independente, viver tranquilo. Nunca vivi em miséria, graças a Deus! Nunca morri por viver em barraco não, mas isso aqui [a casa] é o que eu disse a você, eu quis dar à minha menina”.

A independência também é marcada como importante, o que o faz “viver tranquilo”, como o fato de não ter que produzir nas terras de outros, como acontecia no estado do Paraná. Seu Josivaldo resume então: “A Rondônia, quem teve coragem de trabalhar na Rondônia não passou dificuldade não”. Além dos problemas decorrentes da falta de infraestrutura e de outras questões relacionadas à gestão dos recursos federais voltados à colonização, “passar dificuldade” tem a ver especificamente com a capacidade de trabalho<sup>84</sup> daqueles que chegaram a Rondônia. Em uma relação de causa e efeito, aquele

---

<sup>83</sup> Atualmente, esse processo de “expulsão” dos trabalhadores mais pobres – aqueles que ainda não conseguiram adquirir uma propriedade de terra – está ocorrendo também em Rondônia.

<sup>84</sup> Marin e Hébette (v. I, 2004, p. 154) comentam sobre a abordagem analítica em relação aos trabalhadores “migrantes” em um contexto de ocupação de espaço e da sua transformação na Amazônia: “caracterizada por um distanciamento dos modelos demográficos clássicos, e pela preocupação em integrar o fenômeno

que trabalha não “passa dificuldade” com a sua família, mas tem que enfrentar aquelas advindas da falta de infraestrutura e outros problemas, causados principalmente pela administração do espaço pelo governo federal.

Uma das principais possibilidades de trabalho colocadas para os marechais, no início, era a de trabalhar para os burareiros: “No começo, os burareiros pagavam muito bem, porque eram financiados para plantar cacau. Todo mundo que partiu pra aqui foi por falta de dinheiro. Eu já tinha um dinheirinho, tinha uma casinha boa em Ariqueemes, fiquei reservando aqui, abrindo o lote, fiz uma casinha boa aqui”. Sobre o trabalho para os burareiros, seu Armínio Araújo comenta a diferença entre estes e os marechais: “Aí tinha os burareiros pra lá que vieram mais forte, né? Eles pegaram mais terra, eram 250 hectares, aí eles sempre pagavam a gente e no sistema lá do Paraná, eles não trabalhavam na terra não, eram os outros que trabalhavam pra eles! [risos]”. Não só o tamanho da terra os diferenciava, mas também o fato de quem exercia o trabalho nas terras: os menores (ou mais fracos) trabalhavam para os maiores (ou mais fortes).

Para criar seus filhos, não foi fácil, seu Josivaldo conta, sempre teve que trabalhar muito, já que no momento em que ele começou a trabalhar na terra não sabia que teria direito a se aposentar por esse serviço. “A gente lutou aqui, mas sempre foi bom”, comenta ele. A luta também aparece como elemento relevante, uma vez que se aproxima da diferenciação estabelecida anteriormente entre “passar dificuldade” e “enfrentar dificuldade”. Enquanto a primeira pode ser evitada se houver coragem, trabalho e luta, a segunda diz respeito a ultrapassar os problemas do encaminhamento da colonização no âmbito da administração federal. Portanto, o trabalho, principalmente aquele ligado ao cultivo da terra, é relevante para seu Josivaldo: “Trabalhei muito. Até hoje eu trabalho e agradeço muito a Deus. Hoje, falar que eu aguento os seis dias, não aguento não, mas um dia ou dois você dá uma enxada...”, diz ele.

---

migratório nos esquemas econômicos globais, cada um refletindo suas concepções particulares sobre o crescimento e sobre o papel nele assumido pelos trabalhadores. Essa evolução caracteriza-se também, talvez, pelo fato de levantar mais problemas do que oferecer quadros interpretativos plenamente satisfatórios”. Ao não utilizar o termo migração, o meu intuito é problematizá-lo, pensando os sentidos dos deslocamentos para os quais há mais problemas levantados do que sugestões satisfatórias, tal como apontado pelos autores acima. Mais do que simplesmente descartar a noção de migrante, o intuito foi problematizá-lo como um processo social ou um “fato social total”, para utilizar os termos maussianos citados por Sayad (1998, p. 16)

Seu Armínio se lembra de que ficou sabendo de Rondônia por meio de amigos e parentes que já tinham ido para o estado para possuir terra. Mas todos alertavam sobre as necessidades que a família tinha que contornar ao vir para Rondônia. Os amigos o alertavam: “Não, Armínio, lá é bom, é bom mesmo. É bom assim, Rondônia é bom pro homem que trabalha, agora, para o homem que não trabalha, não é bom não, porque lá ninguém acha ninguém pra trabalhar. O cara tem que pegar e enfrentar!”. No depoimento de seu Josivaldo, aspectos associados ao “trabalho”, à “coragem”, a “pegar e enfrentar” são acionados como essenciais para o trabalho inicial, principalmente aquele relacionado à “abertura da terra” em Rondônia, o que torna possível “enfrentar as dificuldades”.

Leonardo menciona que, no início, como não havia estrada, isto é, ainda na época da “picada”, eles tinham que socorrer com meios alternativos: “Nós tiramos gente aqui na rede, até onde tinha estrada lá para baixo”. Os motivos eram os mesmos salientados nos outros depoimentos: “Malária, machucava muita gente, logo quando começou a derrubar, morreu muita gente de motosserra, derrubada”. Outra “dificuldade” que Leonardo menciona tem a ver com a falta de mecanismos eficientes de escoamento de produção: “[...] Quando nós começamos a colher café aqui, aí criou um monopólio de comprador de café e a gente sofreu muito para vender café, a gente pagava os preços que eles queriam na época. Foi quando começamos a criar as associações para vender o café”. Ele apresenta uma situação parecida com a que foi apresentada nos outros depoimentos em relação à “dificuldade” da venda, dessa vez em função do monopólio dos compradores de café. Mas esse sofrimento foi contornado por parte dos produtores de Alto Paraíso, nas terras do PAD Marechal Dutra, que se organizaram em associações voltadas ao escoamento da produção de café, o principal produto incentivado pelo Inca naquelas terras.

Dona Marta Martini participa ativamente das conversas que tenho com seu Adalberto. É nítida a cumplicidade de um casal que vive há tanto tempo junto, seja nos sorrisos ao recordar situações difíceis, seja complementando as frases um do outro sobre um determinado episódio. Eles chegaram a Ariquemes ainda no início do processo de colonização, conseguindo um lote no PAD Marechal Dutra. No entanto, o tempo de espera para que pudessem entrar no lote foi extenso, impondo a necessidade de arranjar um trabalho para que a família pudesse finalmente viver na terra, que era o objetivo da mudança para o estado de Rondônia.

A chegada do inverno aumentava a incidência de malária na cidade, tal como foi explicado por seu Armínio, o que era visto como uma das principais “dificuldades” de se ir para aquelas terras. Nas palavras de dona Marta Martini: “Primeira chuva, dia 7 de setembro. Menina do céu, um temporal! [...]. Eles tinham completado a casa deles, o vento veio e arrancou tudo! Tava acabando de construir o cinema, arrancou o telhado e tudo, levou embora”. Wanderlei Pereira também conta que uma das principais “dificuldades no início”, além da falta de estradas construídas, principalmente quando sua família “entrou no lote”, foi a incidência de malária: “Malária era uma das principais dificuldades. E malária, malária, malária”. A repetição do nome da doença alude ao número de vezes de contágio.

Em 13 de agosto de 1978, seu João Cioffi com sua família chegam a Rondônia, deixando Jaú, no interior do estado. Há, no relato de seu João, uma recorrente à imigração dos avós maternos portugueses e dos avós paternos italianos que vieram para o Brasil com o objetivo de “buscar uma nova vida” e “criar oportunidades melhores para os filhos”. Segundo ele, sua família também “colonizou” as terras de São Paulo e do Paraná. Assim, ele herdou dela a necessidade do “impacto de coisa nova”. Para ele, “não havia nada de novo” mais no Paraná depois que havia se casado e iniciado a constituição de sua própria família. Em suas palavras: “Possuir a experiência do ‘novo’ é o grande mérito de ser um colonizador, um desbravador, um ‘pioneiro’”.

Não apenas seu João Cioffi, mas também sua ex-esposa, dona Luzia, se considera “pioneira”. Se o pioneirismo está de fato mais associado ao *ethos* masculino, é necessário contextualizar a afirmação de dona Luzia. Ao se referir ao fato de ser “pioneira”, está falando especificamente sobre a sua experiência como supervisora das escolas rurais assim que chegou a Ariquemes. Portanto, é relevante notar que o pioneirismo está associado ao trabalho considerado “produtivo”, isto é, o trabalho como supervisora pode ser equiparado àquele realizado na “abertura do lote”. Contar as histórias “do início” – sobre a adversidade que era ter que passar por “picadões” até chegar às escolas, conhecer todos os cantos onde havia escola nos meios rurais e a dificuldade que triplicava na época de chuva – faz com que dona Luzia possa se considerar “pioneira”.

A família Zanella, proveniente do estado do Espírito Santo, chegou a Ariquemes antes mesmo de o Incra começar a cortar as terras. Seu Abel Zanella recebeu-me duas vezes em sua casa, localizada em um terreno no qual seu irmão João havia construído um



condomínio que, posteriormente, havia vendido para Abel. Para seu João, o filho mais velho que veio no primeiro movimento da família Zanella para Rondônia e que sempre trabalhou na terra, a importância da família em Ariquemes foi começar a prática da agricultura naquela região, onde antes havia garimpeiros, “aventureiros” assim como eles, mas que não se “projetaram” na atividade agrícola:

E todo mundo percebeu – agora Ariquemes começou a ir pra frente, com a família que chegou, nós plantando café, até hoje os caras antigos falam: “Vocês foram as pessoas que deram, que começaram a dar nova vida a Ariquemes”. Foi a família que começou a [fazer] brotar um novo jeito de vida – a agricultura – derrubar e plantar (Seu João Zanella, 27/04/2012).

Note-se a presença do termo “aventureiros” mais uma vez. Está relacionado ao que foi comentado sobre o seu uso no relato de seu Beto, ou seja, o que todos tinham em comum ao virem para Rondônia era a imprevisibilidade do que iriam viver naquela nova terra e a vontade de melhorar de situação em relação ao de onde eles saíram. Apesar da imprevisibilidade que caracterizava todos como “aventureiros”, a diferença dos Zanella é que eles fizeram um “projeto de família” ligado à agricultura. Assim, a capacidade de projetar o futuro minimiza a sua imprevisibilidade, mas não a anula, sendo o garimpeiro, o seringueiro e o agricultor, antes e depois de o “Inca chegar”, considerados “aventureiros”.

Até hoje, seu João Zanella mora numa das datas cuja distribuição aconteceu no início da cidade. A casa dele fica localizada na área central de Ariquemes, um dos poucos lugares onde ainda é possível ver como era organizada a ideia de alamedas entre as ruas. Assim, a marca da família Zanella, mais do que o pioneirismo, tendo em vista o recorte temporal, foi o objetivo ao qual se propunham com a ocupação das terras: produzir para agricultura, sendo necessário “derrubar e plantar”. O projeto de abrir as terras para que os irmãos Zanella pudessem marcar seus lotes foi feito de forma conjunta, uma decisão tomada desde a saída do Espírito Santo, conforme conta seu Abel Zanella: “Já era um projeto junto até pela necessidade. É, projeto da família”. Na fala de seu João Zanella existe um corte entre as famílias que já viviam em Rondônia, notadamente garimpeiros, e o projeto que a família Zanella queria desenvolver, que contemplava a agricultura, atividade que garantia a sua permanência na terra, uma vez que o cultivo demandava mais tempo que a extração de minério.

Seu Abel Zanella também reforça este argumento: “A primeira família agricultora foi a capixaba, que é o nosso grupo, em seguida chegou um paranaense, depois um baiano, fic[aram] três famílias de estados diferentes que mexiam com agricultura”. Ele ainda utiliza em seu relato a palavra “projeto” para salientar que, nas terras de Ariquemes, o grande “projeto” a ser executado era o agrícola, arquitetado pelo governo federal, o que não acontece mais atualmente: “E ainda tem um bocado que cuida por aí da pecuária e da agricultura, que é bom quase nada. Que seria o projeto, né? O projeto era agricultura. Mas como eram grandes áreas, já se sabia também que o projeto agrícola em grandes áreas é mecanizado”.

Em relação ao lote que havia “tirado” com seus irmãos, seu João comenta que ele vendeu a sua parte, mas que o recurso foi investido na compra de datas na cidade para os filhos. Ele se recorda da herança italiana recebida dos pais: “A gente tem esse capricho de nunca botar fora as coisas, quando tem as coisas, tem que preservar; se vende num período, mas tem que botar outra coisa no lugar. É a filosofia do italiano”. Ainda sobre a herança, seu Abel Zanella comenta:

O que eu percebi é que os aventureiros italianos, por alguma razão, principalmente de guerra, não queria viver nessas condições de conflito com os países europeus. Eles aproveitaram o momento em que o Brasil abriu espaço para as colônias. Acabou a escravidão, abriu espaço para a agricultura, a agricultura colonizadora, aí veio os colonos que se jogavam, se aventuravam. Uns fugindo da situação e outros se arriscando a buscar um novo mundo. Aí eu percebi que eles se jogaram de lá para o Espírito Santo e, do sul do Espírito Santo, os filhos já se jogaram para o norte. Quer dizer, parece que já havia um certo treino de se jogar. Não há muito medo de se jogar, nossa família é uma família muito corajosa, se joga, vai em busca, vai em luta, ver o que deu (Seu Abel, 05/03/2013).

Para a família Zanella, outra “dificuldade do início” da ocupação foi vender o que produziam. Como chegaram “antes do Inera”, isto é, antes da criação dos projetos de colonização, a chamada “nova Ariquemes” ainda nem existia: “Produzir, mas vender para quem? Não tinha gente, a população de Porto Velho era pequena. Aqui não tinha nada, Ji-Paraná não tinha nada. Cacoal, por aí, não tinha nada. Então, foi o grande problema”. Seu Abel Zanella corrobora a fala do irmão mais velho: “A gente colheu quase 300 sacos de arroz e aí não tinha para quem vender, aí criamos galinha, bastante galinha, e a gente comia e vendia ovos, comia e vendia galinha, tratada no milho e no arroz”. Conseguiram vender um pouco da produção inicial de arroz para comerciantes em Porto Velho e depois resolveram voltar a “mexer” com café, tal como faziam no Espírito Santo. Conseguiram

vender para a cooperativa de Ji-Paraná, chamada Urupá, que existe até os dias de hoje e é responsável pela compra de café.

A venda da produção também era uma das “dificuldades” encontradas pela família Pereira. Wanderlei conta que demorou um ano e meio para que houvesse estrada até o lote. Até abrirem a estrada, só ele – por ser o filho mais velho – e seu pai se deslocavam para abrir o lote. E a rua era melhor para os irmãos pequenos, porque havia escola. Mesmo depois da construção da estrada, muitas vezes não conseguiam vender a mercadoria: “Conseguia vender quando a estrada estava boa e o caminhão entrava lá, aí a gente vendia. Mas teve vezes de perder a carga de banana cortada, porque o caminhão não chegava lá para pegar. A gente palavreava com o comprador e a estrada não dava condições de ir lá buscar”.

Ao explicar por que ele desejou permanecer em Ariquemes, uma cidade em construção, seu Pedrinho de Oliveira diz sobre o primeiro ponto de “parada da família”, Porto Velho: “Gostei daqui, de fazer parte do projeto novo, da região nova, desenvolver uma cidade polo como é Ariquemes, não é? E ver começar do zero. Participei de tudo desde o início, no meio e no fim. Resolvi ficar e estou até hoje e não pretendo voltar”. A palavra “projeto” é utilizada em conjugação com o novo, assim como “começar do zero”, a capacidade de organizar e fazer parte do empreendimento que estava acontecendo naquele momento. Todo esse investimento de pertencimento tem sentido se a decisão de permanência é realmente levada a sério, como afirma no fim da frase: “não pretendo voltar”. Outra razão específica para a permanência de seu Pedrinho de Oliveira foi uma decisão de seu pai:

Eu me lembro, quando era menino, que meu pai foi no Paraná, foi conhecer Maringá e voltou com a proposta de escolher lá a quantidade de terreno que quisesse. Escolher lá onde quisesse, não tinha nada, tinha três casas em Maringá, tinha uma agência de correios, uma coisa assim. Mas meu pai não quis ir pra lá, não quis enfrentar aquilo não. Acho que isso me influenciou muito depois a vir pra cá. Ele não quis ir pra lá, quer dizer, Paraná depois se desenvolveu, virou aquela potência até hoje, as terras de primeira qualidade, muito boas. Aí, quando surgiu esse negócio de Rondônia, aquilo ficou na minha cabeça (Seu Pedrinho, 19/04/2012).

O desejo do pai de seu Pedrinho e, ao mesmo tempo, a falta de “enfrentamento” das “dificuldades” inerentes a uma região nova ficaram marcadas nele. Quando teve a oportunidade de participar da criação de uma cidade que poderia virar uma “potência”, tal qual Maringá, ele não mediu esforços. O irmão fez o convite para que “viesse olhar as

terras” e seu Pedrinho se tornou um dos “pioneiros” de Ariquemes. A malária e os constantes acidentes que ocorriam pela falta de conhecimento com o manejo das ferramentas para a “abertura da terra”, principalmente a motosserra, apareceram como as principais “dificuldades” desse período inicial. Seu Pedrinho comenta: “E também acidente de derrubada. Às vezes um ia cortar o galho, então o cipó que estava na outra árvore puxava a outra árvore. Aí matou. Segunda-feira, era dia das mulheres aparecerem, era uma fábrica de viúvas”. Nessa situação, muitas esposas retornavam para os estados de origem, se não tivessem vindo com outros familiares. Mas algumas tinham que simplesmente permanecer em Rondônia, por não terem mais condição econômica para retornar.

O objetivo desta seção é analisar as diferenças que se apresentam nos relatos das “famílias pioneiras” sobre a forma como vivenciam “o novo”. Este “novo” não é tratado de maneira similar por todas as famílias. Ariquemes representou para seu Pedrinho de Oliveira a possibilidade de “buscar o novo”, fazer parte da construção de uma nova cidade, o que ainda não tinha tido a oportunidade em sua vida e que seu pai havia “desperdiçado” no Paraná, como um projeto pessoal e de família. Dessa forma, a motivação difere daquilo que havia sido colocado por seu Osvaldo Silva, uma vez que no seu caso houve a necessidade de buscar uma terra para garantir à família o espaço de residência e, para alguns membros familiares, o local também de produção, já que não havia terra suficiente onde moravam.

Assim, enfrentar o “novo” é caracterizado tanto pela participação na construção de uma nova cidade quanto pela necessidade de ter coragem para “abrir a terra”, “enfrentar o mato”, isto é, o espaço ainda não “aberto”. Para alguns deles, não foi a primeira vez que o fizeram, já que muitos “abriram as terras” também no estado do Paraná. Sobre isto, seu Osvaldo e seu Beto afirmam ser essencial haver homens com coragem, geralmente mais pobres, que conseguem “abrir a terra” para que aqueles “com dinheiro” entrem depois. O movimento aparece como algo indispensável, principalmente para aquelas famílias que não possuíam terra, não eram “grandes” e precisavam “enfrentar as dificuldades” para se estabelecerem novamente.

Os aspectos enaltecidos são a coragem e a luta que personalizam os “aventureiros”. Esta denominação remete mais ao perfil das pessoas e das famílias necessárias para ocupar novos territórios do que a uma falta de plano para a ocupação das terras nas quais

irão viver. Ao enfrentarem as adversidades para a ocupação da terra, todos são considerados “aventureiros”, porque requer coragem e perseverança fazer esse movimento de deslocamento para um lugar sem infraestrutura, geralmente dispendendo poucos recursos financeiros. No entanto, eles diferem nos projetos de vida que têm, pois, como seu Abel Zanella afirma, os “garimpeiros” eram “aventureiros como nós”, só que não compartilhavam a projeção de futuro na atividade agrícola para a ocupação da terra.

Ademais, o pioneirismo é algo que pode ser herdado. Isto fica nítido quando os Zanella mencionam que o “treino para se jogar” é uma herança que atravessa gerações, vinda dos avós italianos que imigraram para o Brasil. No caso de seu João Cioffi, há também referência aos avós paternos italianos e à necessidade de perpetuar a herança do pioneirismo. Para seu Pedrinho de Oliveira, fica marcado justamente o sentimento contrário, seu pai não “enfrentou” a abertura de terras em Maringá e hoje ele percebe a potência em que a cidade se transformou, o que o motivou a participar da construção da nova cidade em Rondônia. Assim, a herança não é apenas material, ligada à posse da terra, que era insuficiente para a reprodução familiar de todos os irmãos, mas também aquela que orienta o projeto de futuro<sup>85</sup> discutido em família.

### **3.3 O sofrimento e seus tempos**

O sofrimento é uma categoria nativa acionada para explicar as “dificuldades” iniciais encontradas na nova terra e ao mesmo tempo justificar o reconhecimento como “pioneiro”, como participante da história da nova cidade, motivo de orgulho. Nesta seção, coloco em destaque a noção de sofrimento<sup>86</sup>, conjugando-a com os seus tempos que podem explicar que as “dificuldades” passadas foram motivos de ensinamento partilhado, orgulho presente, além de se confirmar a necessidade de encaminhar o futuro dos filhos.

Seu Beto conta, com um exemplo prático, como a história de ocupação de Ariquemes foi atravessada por crises de malária: “Aqui era uma coisa assim, se você

---

<sup>85</sup> A possibilidade de controle do tempo do trabalho na terra também significa a possibilidade de controlar o futuro (cf. Bourdieu, 1960), o que se aproxima da importância observada na presente pesquisa de estabelecer um “projeto de futuro da família” em uma terra que seja de sua propriedade.

<sup>86</sup> Utilizo a noção de sofrimento em minha pesquisa a partir do relato de “abertura das terras”, “dificuldades” com a mata, o uso de ferramentas e os acidentes com elas, e as crises de malária. Trata-se de uma forma de “sofrimento extraordinário”, tal qual proposto por Veena Das (2007), ainda que em outro ambiente etnográfico, para justificar a permanência em Rondônia e principalmente valorizar a participação na construção de Ariquemes, o que se conecta com a noção local de pioneirismo. Assim, o sofrimento é uma categoria acionada para rememorar o passado e afirmar a condição de “merecedores” da terra e dos terrenos em Rondônia, a base para “encaminhar” os filhos.

chega na escola com 40 alunos, pergunta quem já teve malária [e pede para] levantar a mão, os 40 levanta a mão! E se os pais já tiveram malária? Os 40. Eu já tive 48 malárias”. O ofício de farmacêutico foi aprendido com um primo que morava em Goioerê, no Paraná. Recém-saído do quartel do Exército, depois de passar alguns dias “de andança”, ainda sem ter “destino certo”, ele pediu a um primo que possuía uma pequena farmácia se ele poderia dormir no banco do estabelecimento, até que arranjasse um emprego. No quarto dia em que estava morando na farmácia, ele percebeu que o funcionário do caixa havia roubado o primo. Foi contar a ele sobre o episódio e o “peão”, como seu Beto se refere ao homem, foi prontamente despedido. Em suas palavras: “Mas no quarto dia, ele me deu um emprego de um salário mínimo e um lugar pra eu comer; me deu uma cama para dormir e um pouco de roupa dele para me vestir”. Em pouco tempo, seu Beto já atendia aos enfermos nas casas, aplicava soro, acompanhava parto e “costurava” pacientes. Esse contato de perto com as pessoas que moravam na cidade permitiu que oito anos depois ele fosse eleito para a prefeitura da cidade com uma votação expressiva.

Na farmácia que ele montou quando chegou a Ariquemes, ele cuidava principalmente dos pacientes que haviam contraído malária. O movimento era constante:

Eu tinha como se fosse uma clínica ao lado da farmácia e tinha beliche dos dois lados e tinha gente dos dois lados e no chão e no corredor e sentada lá fora. Eu comprei um microscópio, uma centrífuga, arrumei um cara da Sucam, um bioquímico. Levei ele pra lá, fazia lâmina e hemograma. É impossível você fazer hemograma só com centrífuga, a gente fazia meio no grito, mas fazia. Teve um dia em que fiz 71 lâminas, 71 pessoas com malária, nunca me esqueci disso (Seu Beto, 24/04/2012).

Assim que chegou a Ariquemes, seu Beto foi responsável por instalar um alto-falante em cima da copa de uma árvore, que foi apelidado de “pau do fuxico”. Ele comenta a respeito da necessidade de comunicação em um lugar novo com esta frase: “Quando a gente vem para um lugar estranho, você tem que fazer música, conversar”. Desta forma, ele explica em que consistia a ideia do “pau de fuxico”:

Não tinha nada, o primeiro serviço de alto-falante fui eu que fiz. Então, eu fui emendando um pau e fui na copa da árvore, lá eu derrubei o tronco mestre, deixei só os galhos do lado e fiz uma casinha com 1,20 m de largura e 1,80 m de comprimento. Lá na copa da árvore, lá em cima a casinha. Na prefeitura, tem a fotografia da árvore. Eu botei o alto-falante lá em cima. O pessoal se perdia muito nas matas, no lote, porque era tudo mata. [...] Quando era de madrugada, eu ligava o alto-falante. Quando alguém chegava pra mim e falava: “O meu pai foi pro lote e tá perdido na mata”. Eu ligava o alto-falante, a 35 metros, lá em cima, tinha 70 degraus com 35 cm entre cada um. Eu ligava de madrugada, lá pras 2, 3 horas, tava tudo parado e alcançava muito longe. Eu tirava a turma

da mata assim. O pessoal chegava aí de fora, não sabia onde estava a família, eu ligava, de madrugada, de noite (Seu Beto, 24/04/2012).

Além do entretenimento e da propaganda de seus estabelecimentos comerciais, o “pau do fuxico” funcionava como um ponto de apoio para os trabalhadores que entravam na “mata” com o objetivo de “abrir a terra” e também para que familiares e amigos se encontrassem no “lugar estranho”. A primeira rodoviária da cidade também foi construída por ele e, no início, ele teve um restaurante. Ele se orgulha de dizer que é reconhecido “em qualquer linha” na região de Ariquemes.

Atualmente, seu Beto se orgulha de dizer que não possui nada, “nem data e nem fazenda”, é tudo dos filhos: “Eu fui um pai diferente, mas eu acho que se tiver dois filhos e você tiver um filé mignon na mesa, seus filhos também querem ter. Mas se você tiver o mocotó, seus filhos também podem estar no mocotó”. Ele deu uma data para o filho que estudou e não quer fazenda “nem de graça”, enquanto outro filho seu possui uma terra próxima a Ariquemes e outra no município de Rio Crespo. As duas filhas também têm datas na cidade e ponto comercial. Orgulhoso de sua família, comenta que duas netas estão estudando medicina no Paraná, que tem um neto fazendo cursinho preparatório para o vestibular também no Paraná e outro cursando direito em Porto Velho. Apesar de ele mesmo não ter muitos anos de escolaridade, tem incentivado a continuidade dos estudos dos filhos e dos netos. Assim, ver os filhos “colocados” e os netos seguindo no mesmo caminho o anima: “Eu sou um cara realizado. Eu não tenho escola. Quando era menino na roça, eu não tive escola. Minha escola tive bem pouquinha”. Para ele, não há problema em não ter tantos anos de escolaridade, já que seus pais não tiveram condição de oferecer a ele, mas uma vez que ele teve a oportunidade de ter o “filé mignon” em sua mesa, ele se sente “realizado” de poder compartilhar com a família.

A definição de felicidade para seu Josivaldo é ter conquistado a terra dele em Rondônia para ser dividida com a esposa e os filhos. Felicidade também é fazer o que gosta, “não ter contrariado o seu palpite”, quando pensou em vir para Rondônia para ter terra para a família. Se ficasse no Paraná, nos 5 alqueires que possuía, não conseguiria produzir tanto quanto produziu em Rondônia e teria que deixar um pedaço menor de terra para a família: “Hoje, eu tenho um lote perto da rua, você sabe que alguma coisa vale, né? E eu vou falar pra você, com essa terrinha, eu acho que não tem parceleiro que colheu milho, feijão, arroz, café como eu não. Então do que eu vou reclamar?”. O fato de o lote

ser perto da “rua”, isto é, perto da cidade, também é um fator que contribuiu para que ele ficasse ainda mais valorizado economicamente.

Seu Armínio Araújo se recorda das “dificuldades” da colonização: “No início, tudo aqui era difícil. Era na base do manual, na base do ‘diapé’. Por exemplo, nós pegamos o lote aqui, mas só entregaram o lote e foram embora, era só um picadão”. Porém, ter ido para Rondônia representava a possibilidade de sua família possuir terra. Ele perguntou aos amigos que já tinham “visto as terras”, preocupado em não decepcionar os planos da família: “Aí perguntei: ‘E lá adquire a terra?’. Aí falou: ‘Adquire sim, fica tranquilo que adquire’”.

A respeito do sofrimento que ele passou junto com sua família, as crises de malária são constantemente lembradas como uma das principais “dificuldades iniciais”: “Malária, dava uma malária terrível também. Tem vez que a gente chegava no lote, por exemplo, hoje, a gente trabalhava um dia, quando era no outro não aguentava mais trabalhar com malária, dava uma febre, dor de cabeça”. Seu Armínio Araújo se recorda da “entrada das águas no início” e da necessidade de que todos os trabalhadores que já estavam no lote, inclusive a sua família que já morava onde hoje é Alto Paraíso, retornassem a Ariquemes: “Entrou as águas, aí a malária atacou e tava adoecendo todo mundo, não tava sobrando ninguém. Aí o Incra mandou o pessoal se retirar e voltar tudo pra Ariquemes de novo, porque lá era mais perto do conforto, perto de hospital e tudo [...]”.

Um dos episódios mais marcantes em relação ao sofrimento com a malária foi quando seu filho caiu desmaiado de malária no momento em que estava indo para a “rua”. Disse que pegou o menino e jogou-o em suas costas, até conseguir achar uma carona, um caminhão que parasse para ele. Segundo sua esposa, o menino passou um dia e uma noite desacordado, só voltando a si, no hospital, no dia seguinte.

Ele também comenta sobre os acidentes com motosserra, mencionados junto com a malária, como uma das principais causas do sofrimento das famílias no início da ocupação, já que muitos trabalhadores faleciam ora pela doença, ora por conta dos acidentes em função da falta de conhecimento no manejo da ferramenta. Ele conclui: “Então, o sofrimento era muito pesado. Só que era um pessoal muito unido naquela época, um olhava pelo outro, né? Não é que nem hoje, que é cada qual pra si e Deus pra todos”.



No princípio, a união era um dos pilares do enfrentamento do sofrimento pela “abertura da terra”, e ele podia contar com os “companheiros de linha” nessa empreitada.

Seu Armínio acrescenta: “Alimento eu não reclamo tanto não, porque, graças a Deus, o alimento a gente dava um jeito, nunca faltou, graças a Deus. Agora, a saúde foi difícil, porque médico naquela época era difícil. Não vinha médico bom, era aqueles médicos refugado de outros lugares, porque não prestava [risos]”. Demorava muito tempo em Ariquemes para conseguir marcar uma consulta. Para “pegar o lote” também era complicado, porque havia muitas pessoas para o Incra cadastrar e entregar o lote, além das outras questões de infraestrutura que o órgão federal tinha que conduzir.

Ao mesmo tempo, ao repensar sobre o passado e compará-lo com a sua situação atual, seu Armínio afirma: “O sofrimento era esse. Mas pelo menos a gente venceu, todo mundo. Eu, pelo menos, agradeço muito a Deus, da família não morreu ninguém, atravessamos, passamos. E, hoje em dia, em vista daquele tempo, acabou o sofrimento”. Além disso, seu Armínio afirma que “tá tudo criado, tudo encaminhado”, isto é, além de não ter perdido nenhum filho, ele pôde oferecer condições para que seguissem os seus caminhos. Ele comenta com orgulho que foi receber a sua aposentadoria e o “chefe” do Incra parabenizou-o por ainda possuir a terra “do início”:

Nesses tempos, quando eu fui receber a aposentadoria, eu tenho o cartãozinho do Incra até hoje, aí o chefe do Incra me deu os parabéns: “Rapaz, você merece os parabéns, porque isso aqui é a prova de que você pegou a terra pra viver, não foi pra negociar e nem fazer comércio. Porque hoje em dia, é o primeiro que chega com esse cartão, porque a maioria já jogou outro, já despejou e o seu tá até hoje e com o cartão de entrega ainda. E tá com o mesmo lote que foi entregue pelo Incra!”. Eu digo: “Não, peguei lote pra trabalhar, viver com a minha família, não peguei lote pra vender” (Seu Armínio, 14/03/2013).

Mas ele reclama de que atualmente não existem mais aquelas relações de vizinhança do início e nem é possível “confiar” mais em deixar a janela e a porta de casa abertas: “O vizinho tinha mais capricho com os outros. Acabava de jantar, enquanto passavam aquelas horas antes de ir dormir, ia pra casa do vizinho bater papo e o vizinho fazia a mesma coisa e vinha pra cá e hoje em dia acabou isso”. A referência ao início, apesar do sofrimento com a “abertura da terra”, é também a indicação de um tempo em que não havia violência e reinava mais companheirismo entre os vizinhos.

Seu Osvaldo Silva, assim como seu Josivaldo, não se arrepende da decisão de ter se mudado para Rondônia. Mesmo que as “dificuldades iniciais” tenham sido difíceis de

enfrentar, o sofrimento também está colocado no tempo passado. Isto porque, agora, cada um dos filhos, com exceção da filha mais nova recém-casada que ainda mora com ele e a esposa, possuem terras. “Os filhos estão bem colocados”. Ele se orgulha de ter ajudado na compra das terras dos filhos, mas ao mesmo tempo não tira o mérito da conquista deles: “Eles é que compraram, né? Eu ajudei a comprar, mas eles trabalharam e produziram e conseguiram comprar”.

Leonardo, morador de Alto Paraíso, também vive até hoje na terra inicialmente ocupada no Marechal Dutra. Na sua visão do passado, predomina a alegria de compartilhar um tempo em que os familiares que haviam se deslocado para Rondônia se ajudavam mutuamente: “As dificuldades eram muito grandes, hoje é que a gente vê. Na época, era só alegria, aquela vontade que era, um ajudando o outro. Todos se ajudavam, pegava uma picada assim e só via as cabeças de gente, cada um com um cacaiozinho nas costas!”. Na sua lembrança permanece o sentimento de alegria pelo trabalho conjunto, apesar de haver sofrimentos. Os vizinhos também ajudavam, ainda que com menos frequência do que os familiares, mas principalmente quando alguém se machucava na “picada” e era necessário socorrer esta pessoa e acompanhá-la até a cidade de Ariquemes.

Seu Leonardo afirma que a maioria das pessoas não sabia muito bem o que esperar daquele novo estado: “Eu acho que na época a gente não entendia, fomos trazidos, empurrados para aqui. Na época, não participávamos de nenhuma organização, a gente nem sabia muito bem porque estava vindo para cá. A gente queria conquistar uma coisa – uma terra para trabalhar”. Leonardo faz uma correlação com a entrada do agronegócio, tanto em Minas quanto no Paraná, os dois estados nos quais a sua família viveu, como uma das causas que fizeram com que tivessem de se mudar para Rondônia. Fica explícito em sua fala que ele problematiza a sua chegada e a de sua família a Rondônia, uma vez que “foram trazidos”, sem saber o que esperar desse novo estado, com o objetivo que é comum à grande parte dos pequenos produtores que estão sendo tratados nesta pesquisa – a conquista da terra, que será dedicada ao trabalho, que é eminentemente da família, aspectos que são muito valorizados se associados à conquista do lote e ao sofrimento na sua ocupação – família e trabalho para a terra conquistada. Ao ser indagado se alguma vez ele pensou em retornar, diz rapidamente: “Não, nunca tive vontade de voltar. A gente não veio a fim de enricar, a gente veio a fim de procurar uma sobrevivência. Aí a gente conseguiu viver melhor”.

Ao mencionar as “dificuldades do início”, uma das principais, tanto para dona Marta Martini quanto para seu Adalberto, era a malária, já mencionada anteriormente. Dona Marta conta sobre o primeiro inverno que passaram em Rondônia:

Daí, as águas começou e foi subindo, e muita gente nos barraco. Aquele tempo, não sei porque se era mata, a terra não chupava a água. Daqui do Banco do Brasil até lá na [rua] Candeias, era um mar só de água, dava para pegar uma canoa e ir parar lá embaixo. [risos] E aí, nessa altura, os barraquinhos dos coitados que tavam nos barraquinhos virou um mar d’água! Deitado em cima daquelas tarimba de pau, ali sem colchão. Aí, menina, eu sei que começou a chover e os coitados não tinham dinheiro para fazer casa e foi enchendo de água e esses coitados começaram a ficar amarelo, doente, com a malária. E os caras vinha da saúde aplicar soro lá mesmo no rancho deles, pendurava o soro para eles tomar. Menina do céu! Aí não tinha comida mais, né? E muita tristeza nisso... Tinha dias que você chegava na casa de um e não tinha nada para comer e não tinha um para dar água para o outro. Pai, mãe e filhos, tudo lá deitado. Foi sofrido. Teve gente que sofreu mesmo aqui (Dona Marta, 06/03/2013).

A situação de moradia precária das famílias recém-chegadas aumentava as chances de contrair a doença, o que somado à falta de infraestrutura na cidade tornava-se um sofrimento. Dona Marta se lembra de que os “ranchos” eram feitos um ao lado do outro, no recém-aberto setor um, com medo das ameaças da floresta que recentemente havia sido desmatada: “Só que a gente fazia assim, um grudado no outro de medo da onça, sabe?”. Ela também conta que o administrador<sup>87</sup> na época avisava às famílias no início do inverno: “[...] falava assim: ‘Olha pessoal, vocês cuidam de fazer a casa de vocês, porque em setembro começam as águas, e são seis meses chovendo! Vocês derrubem em mutirão e ‘reda’ os galhos, porque senão não vai dar tempo de fazer as casas’”.

Cada família era responsável por construir o seu “rancho”, não havia apoio da Administração da cidade, “era só ajuda e motosserra”, como relata dona Marta, referindo-se à ajuda das outras famílias e ao equipamento que era fornecido no início da ocupação pelo governo. Ainda que a ferramenta de trabalho fosse disponibilizada, faltava assistência técnica para o manejo da motosserra, a maioria dos trabalhadores não tendo nenhuma experiência com ela, nas palavras de seu Adalberto: “Ih, ninguém sabia trabalhar. Chegava adoidado, não tinha preparo; se cortava, tombava o pau, o pau caía em cima, espremiavam, ih! Morreu muita gente, tinha muita viúva de motosserra. Dava o dinheiro, financiava a motosserra, mas o pessoal não sabia, nunca tinha visto aquilo!”. Dona Marta lembrou-se de que no início as notícias não eram fáceis, quando ainda estavam na “rua”, aguardando a entrada no lote: “Naquele ano que nós chegamos, toda

---

<sup>87</sup> Figura correlata ao prefeito, quando Ariquemes ainda não era um município.

hora que você saía na rua, assim, tinha gente correndo, correndo, você podia saber que era um corpo que tinha chegado do mato. Tinha que trazer na rede, do mato, dava dó, sabe?”.

Disse-me seu Adalberto que ele pensou em retornar quando começou a perder a conta de quantas malárias já havia contraído. Falou sorrindo que até a 22ª vez ele contou, mas depois nem se lembra mais. Quando perguntei a dona Marta se ela alguma vez havia pensado em retornar para o Paraná, ela rapidamente respondeu: “Eu não. Ué, porque nós ia ganhar terra!”. Mas, no mesmo momento, eles se lembraram da pior crise de malária que seu Adalberto teve, tendo que ser levado para Porto Velho: “Ele saiu daqui desenganado”, comenta dona Marta. Seu Adalberto explica o motivo da ida para Porto Velho: “Para tratar lá, porque aqui não queria mais tratar de mim. Porque não tinha mais sangue, era água pura, fazia assim [mexendo os braços] e via as veias encher, que nem um cano. Glóbulos vermelhos que é bom, nada”. O sonho de possuir terra para a família foi o grande motivador para a superação do sofrimento e da falta de saúde com as diversas crises de malária.

Para que a sua família permanecesse os nove meses na cidade, ainda sem o recurso proveniente da produção da terra, seu Adalberto teve que arrumar um trabalho para prover a sua família, ao mesmo tempo em que abria o seu próprio lote. Ele conseguiu um emprego em uma das poucas serrarias da cidade como motorista. Assim, foi possível construir a casa de madeira, para passarem na cidade a época das chuvas, sem a ameaça de perderem seus pertences. No entanto, meses depois de ter iniciado o trabalho na serraria, seu Adalberto sofreu um acidente de trabalho, quebrando a perna, o que fez com que fosse transferido para um hospital em Porto Velho, tendo que permanecer lá por 40 dias, o que representou um período de grande dificuldade para a sua família que ficou sem provimentos financeiros. Dona Marta Martini, que permaneceu em Ariquemes, pediu ajuda aos seus parentes que haviam conseguido terra também em Rondônia para tentar garantir o mínimo para ela e os seus cinco filhos. Ela conta que não sabia onde ficava nem a serraria na qual o marido trabalhava e muito menos onde era a cidade de Porto Velho, não tendo possibilidade nenhuma de deixar os filhos ou levá-los para acompanhar o tratamento do seu Adalberto. Ele também não tinha dinheiro para permanecer em Porto Velho:

Eu fui pelo INPS, né? O INPS pagava uma estadia de 49 reais, cruzeiros, não sei na época que dinheiro era aquele lá. Não dava para você comer o que prestava não – almoço, janta e café não dava. Aí eu arranjei uns amigos nas mesas que pagavam mensal, né? Eles falavam “Senta aqui, com nós na mesa aqui”. Eu tava sozinho, não conhecia ninguém. Eles falaram: “Se a gente tiver alguma coisa, a gente passa pra você”. Foi lá que eu comecei a comer farinha d’água, eu não sabia o que era isso! [risos] Aí, eu conheci aquilo, mas “rapaz, esse negócio é de comer?”. “É bom, rapaz, isso com carne é bom”. Mas e a carne, cadê, né? [risos] Era uma coisinha de nada, aquela mixaria, a comida que vinha era pouquinha (Seu Adalberto, 06/03/2013).

Mesmo contando sobre as privações que ele passou no hospital, seu Adalberto sorria com aquelas recordações de sofrimento já superadas. Dona Marta lembrou o dia em que o filho caçula acordou, ainda deitado no berço, chamou por ela e, quando ela o colocou no chão naquela manhã, ele não conseguiu nem andar: “A malária tinha pegado ele”, comenta de maneira enfática. Dona Marta levou o filho na Administração da cidade, porque não tinha como pagar o tratamento: “Onde era a prefeitura, fez o tratamento dele lá. Mas não largava a malária dele, fica sempre amarelinho... Eu sei que, graças a Deus, nós ganhamos o lote e entremos para dentro do lote”.

O sofrimento causado pela falta de dinheiro, as crises de malária na família e o acidente de trabalho de seu Adalberto são interrompidos quando conseguem finalmente entrar no lote, na terra do projeto de colonização para o qual foram selecionados. O tempo de espera e principalmente o processo de “abertura do lote” são caracterizados como um período de sofrimento, ainda que tivessem direito a uma data na cidade: “Nove meses. Nove meses nesse sofrimento aí. Mas a gente tinha a casinha nossa [na data], coberta de taubinha, mas tinha, não podia comprar telha! E de cimento de piso”, comenta dona Marta, mostrando que não moravam mais no “rancho” inicial. Seu Adalberto conta que foi “abrir o lote” antes de entrar com a família, mas derrubou só o suficiente para fazer uma casa para que todos viessem logo, porque havia a necessidade de se mudarem o mais rápido possível. Além disso, o Incra exigia que eles ocupassem logo a terra, como lembra dona Marta: “Eu sei que nós fomos pro lote e, para ir pro lote, não tinha mais dinheiro, eu peguei e vendi o porquinho, só deixei a leitoa. Demos o porquinho pro homem do caminhão para levar a gente lá pro lote. Abriu lá, tinha que mudar, né? ”.

Apesar de todo o sofrimento passado, dona Marta se alegra com o fato de terem decidido morar em Rondônia, já que somente assim conseguiriam terra para família: “Valeu a pena ter um pedaço de terra e ser agricultor, é até mais fácil para aposentar. Só aposenta quem tem tempo de serviço. Mas nós temos uma pouquinha coisa e o pouco

com Deus vale muito! Então, eu sei que valeu a pena”. Ela compara a situação que eles vivem hoje com a de parentes dela que ainda não podem se aposentar, mesmo tendo trabalhado durante muitos anos. Ao também comparar sua vida hoje com a de seus irmãos, seu Adalberto diz que se sente “tão bem de vida” quanto aqueles que ficaram na cidade de São Paulo. E completa com algo que o diferencia dos irmãos na metrópole: “Não sei se consegui mais do que eles, pelo menos não tenho compromisso, não sou funcionário, não sou empregado de ninguém, tenho a minha vida independente”. Assim como seu Armínio, seu Adalberto fica feliz ao dizer que todos os filhos “estão encaminhados” e até mesmo alguns netos, referindo-se tanto a estarem empregados quanto a terem cursado o ensino superior<sup>88</sup>: “Estão bem, tudo empregado, tem uma neta que formou agora de psicóloga. Eu levei o anel [de formatura]”, disse com os olhos baixos e um sorriso, ao lembrar da formatura da neta.

A montagem da fábrica de refrigerantes de seu João Cioffi aconteceu em 1986, um ano depois em que Sarney assumiu o governo federal. Ele vendeu o “sítio Bonanza”, um Burareiro, e recebeu o valor da terra em parcelas. No entanto, como os índices de inflação estavam muito altos, o valor das parcelas não correspondia à correção da inflação no período. Seu João se recorda de dois golpes que o abateram: os dois planos econômicos dessa época que determinaram, por exemplo, o congelamento de preços. Ele havia comprado matéria-prima no início do mês por um valor x e no mês seguinte a matéria-prima já havia incluído a inflação do período, ao passo que o preço do refrigerante tinha que permanecer o mesmo, o que diminuía drasticamente a sua margem de lucro. Em março de 1987, os preços foram congelados e os custos de produção já tinham aumentado 40%. De março a abril, o preço do financiamento adquirido por seu João foi triplicado, mas o preço do produto não pôde ser aumentado. Assim, ele teve que usar cerca de 80% do faturamento da produção para pagar o financiamento que utilizou para a montagem da fábrica.

A dívida no banco só crescia e ele chegou a questionar não apenas a montagem da fábrica de refrigerante, mas também se havia tomado a melhor decisão para o futuro de sua família com a ida para a Rondônia. No desespero que estava passando, ele conseguiu ter a ideia de produzir relatórios para o banco de forma a construir argumentos concretos

---

<sup>88</sup> Vale recordar que a escolaridade era um dos critérios de seleção dos burareiros, por isso, a maioria dos titulares das terras havia cursado o ensino superior. Este não foi um critério adotado para os marechais, entre os quais a escolaridade era proporcionalmente menor.

para a negociação da dívida. Ele comparava a dívida com o preço do dólar por meio da principal matéria-prima, também fazendo este exercício em relação ao salário mínimo vigente na época. Ao mesmo tempo, seu João fez uma poupança com o empréstimo do banco do estado de Rondônia com a intenção de negociar a dívida. Para tanto, teve que empenhar todas as suas economias, uma vez que o financiamento só seria liberado se o seu nome não constasse mais em dívida no banco. Nesse tempo, ele também combinou com alguns compradores de seus produtos em adiantar a aquisição dos refrigerantes, de forma que ele conseguisse formar uma poupança para quitar a dívida vigente. Um desses compradores que faziam pagamentos adiantados de seus produtos é outro “pioneiro”, que mais tarde veio a ser eleito prefeito da cidade.

A história pessoal do seu João foi construída através de escolhas em conjunto com sua família, escolhas que levaram, muitas vezes, a situações de sofrimento, principalmente em relação ao investimento em um empreendimento que posteriormente veio a não ser aquilo que esperava e mesmo a dívida a respeito das decisões tomadas, que incluíam em última instância a decisão de se deslocar para Rondônia. Apesar disso, falar em retrospectiva sobre as “dificuldades” vividas é capaz de valorizar a experiência de deslocamento para Rondônia e tudo o que foi conquistado por meio dessa decisão de família. Nas palavras de seu João: “O sofrimento ensinou e justificou a vinda pra cá”. Essa dor que foi silenciada pôde ser contada anos, mostrando que ele negociou e pagou a dívida da fábrica de refrigerantes, permitindo que ele se percebesse como “um homem vitorioso”.

Ao se lembrar da situação inicial das famílias recém-chegadas a Ariquemes, seu João Zanella utiliza a palavra “loucura”, principalmente quando se recorda das crises de malária: “Mas era uma coisa de louco. Você sabe o que é uma loucura? Você vê aquele povão chegando todo, dando malária, não tinha hospital. Só tinha duas farmácias”. Depois, ele comenta que um dos colégios na vila Marechal Rondon foi usado como espaço para primeiros socorros daqueles que foram acometidos pela doença. No entanto, fica marcada a chegada do médico e ex-governador do estado de Rondônia, Confúcio Moura. A esposa de seu João Zanella conta, exaltando a importância que essa figura teve para Ariquemes: “Eu chamo ele de irmão, pai, amigo, ele é tudo para mim”. No ano em que Confúcio chegou, o “Inra já tinha chegado”, assim como a maioria dos burareiros, sendo ele o único funcionário da saúde formado em medicina naquele momento, segundo seu João.

Seu Abel Zanella afirma que no Espírito Santo, a família já havia convivido com outras culturas. Apesar da descendência italiana, o norte do estado onde moravam teve uma ocupação de diferentes estados, como os “mestiços” de Minas Gerais e Bahia, tal como os caracteriza. Essa convivência foi vista por seu Abel Zanella como um “treinamento de aculturação”. Assim, ele comenta que a família Zanella tinha duas vantagens quando chegaram a Rondônia:

Quando a gente chegou aqui, já tinha duas coisas – conviver com o diferente a gente já sabia e com a malária. Por isso, a gente se entrosou muito bem com os caboclos e os garimpeiros, sem problema nenhum. E muita gente morria de malária e a gente não, porque já estava imunizado, no norte do Espírito Santo dava muito, principalmente em Colatina, Linhares, baixadas, beiras dos rios que desembocam no mar. A gente vivia imunizado, tomava muito remédio de malária (Seu Abel, 05/03/2013).

Na própria casa em Vila Velha, eles faziam atendimento às famílias para saber se estavam com malária, porque esperar o resultado do exame retornar de Porto Velho (único lugar onde era realizado) era muito demorado: “A primeira coisa, abrimos um posto dentro de casa, de distribuição de remédio da malária, furar o dedo eu mesmo que fiz. Fazia as lâminas, passava de moto o menino da Sucam para levar para Porto Velho e trazer o resultado no outro mês. Você dava tempo de morrer”. Mas seu Abel afirmava que os sintomas eram claros, “faziam a lâmina” só para ter certeza.

Conta que ficava muito triste ao constatar que uma doença que seria facilmente tratada no Espírito Santo era responsável por tantas mortes naquele novo estado: “E saber que era a malária que estava matando, porque a gente sabia que malária não mata! E malária matando significa falta de estrutura, desnutrição, um monte de coisa. Quem vinha de lá pra cá chegava aqui se jogando”. Os Zanella sabiam que a doença não matava, pois disto eram literalmente provas vivas, uma vez que só seu Abel se queixa de sequelas no fígado e no pâncreas por conta dos remédios que tinha necessidade de tomar. Por isso, o planejamento realizado pela família Zanella se fazia importante, já que eles puderam vir para Rondônia com algum recurso financeiro:

A gente veio com um pouco mais de recurso, aguentou um pouquinho e conseguiu esperar renovar a semente, tudo certinho, a gente veio preparado para tudo isso. Mas quem se jogava e chegava aqui não podia voltar. Nem que quisesse não podia, tinha que ficar aqui mesmo. Essas pessoas sofriam bastante, a doença acabava com elas. Era um dos melhores comércios aqui a farmácia. Até hoje ainda existe algumas por aí (Seu Abel, 05/03/2013).



Mas a constatação de seu Abel é de que a grande parte das famílias que ocuparam Ariquemes não se organizara de forma a facilitar a solução de imprevistos, tal como eles fizeram: “A maioria vinha arrastada mesmo, porque o meeiro que deixava a metade com o patrão e da metade dele é que tinha de viver, caía no meio do caminho, não ia longe. Quando ele chegava aqui, voltar não podia de jeito nenhum”. Ele, assim como o irmão mais velho, também utiliza a palavra loucura para se referir ao grande contingente de pessoas que passou a chegar diariamente depois da “entrada do Inca”: “Principalmente quando oficializou o município de Ariquemes, pelo Inca estavam sendo distribuídas as áreas etc. Da Bahia, chegava fila de carreta, era uma loucura! Era um negócio assim que você ficava apavorado”.

Seu Pedrinho e dona Assunção também mencionam a malária como o principal sofrimento do início. Assim que chegou à cidade, dona Assunção trabalhou junto à Administração de Ariquemes Nova e tinha acesso às notícias do que ocorria na cidade. Sobre a doença, seu Pedrinho comenta: “Mas aqui todo mundo, tinha febre, tirava sangue e fazia exame de malária, não tinha conversa. Foi duro. A malária foi a principal dificuldade, restringia muito o pessoal. Tirava a força do trabalho”. Havia a necessidade de ocupação e a realização de benfeitorias tanto na data da cidade quanto no lote, assim que conseguiam entrar: “Outro dia eu estava lembrando que, quando a gente vinha pra cá, recebia os terrenos para construir as casas. E eu e meu irmão fizemos a casa não pra morar, mais pra ocupar o terreno, senão perdia o terreno”, lembra seu Pedrinho, quando eles ainda moravam em Porto Velho.

Em suma, o sofrimento é conjugado ao sentimento do orgulho, porque somente ultrapassando os momentos difíceis foi possível vencer e hoje desfrutar a satisfação que vem acompanhada do reconhecimento coletivo da condição de “pioneiros”, bem como “fundadores”. Essa caracterização fica nítida nos depoimentos de seu Josivaldo e seu Armínio. No entanto, seu Armínio ressalta a falta de reconhecimento público dos “pioneiros”, que só são lembrados no “tempo da política” e não pela contribuição para o desenvolvimento do município no qual vivem.

A expressão “O sofrimento ensina”, como disse seu João Cioffi, por exemplo, é um importante elemento no discurso de permanência das famílias em Ariquemes e Alto Paraíso, acionada por diferentes famílias quando contam sobre o processo de ocupação. O sofrimento, a “luta”, a “lida”, representados pelo processo de “abertura da mata” e os

acidentes principalmente com motosserra, além do acometimento de várias crises de malária, são lembrados de formas diferenciadas pelas famílias. A dor vivida também é um misto de coragem e aventura; no presente, ela constrói o merecimento de estar atualmente na terra e também delinea a figura do “vencedor”, que é o “pioneiro”, aquele que hoje pode contar sorrindo sobre as “dificuldades” do passado. Há agora a possibilidade de rememorar um sofrimento superado e, por isso, a serenidade e o sorriso ao se recordarem de uma época difícil que ultrapassaram e que sabem que não retornará.

Ser “vencedor” é ter no presente a família ao seu lado, sem que ninguém tenha morrido acometido por malária ou por qualquer outra das “dificuldades do início”. Também é poder “encaminhar” ou “formar” todos os filhos e netos, para que eles vivam o futuro sem passar por todas aquelas lutas que os “pioneiros” enfrentaram. Isto foi possível a partir do enfrentamento da situação inicial, isto é, o tempo de “abertura das terras” que se configurou como extremamente complexo, principalmente pela falta de assistência de saúde e dos acidentes de motosserra, além das “dificuldades” relacionadas ao escoamento da produção agrícola. O governo garantia o financiamento e as ferramentas, mas o manejo destas, o destino da produção e as condições de sobrevivência da população local ficavam por conta dos próprios “pioneiros”.

Em relação ao sofrimento, existem dois tempos principais associados a ele – o passado, no qual tinham que “enfrentar as dificuldades”, ao mesmo tempo em que podiam desfrutar a maior solidariedade entre as pessoas. De qualquer forma, grande parte do sofrimento passado era considerado extraordinário; o presente, no qual é possível lembrar o “enfrentamento das dificuldades” e poder ter orgulho de ter permanecido na terra, construindo uma base para a família que perseverou junta nos momentos iniciais de adversidade. Essa base, construída pelo sofrimento passado e merecimento presente, é importante para o futuro das próximas gerações, que permitiu “encaminhar” e “colocar” seus filhos e netos, possibilitando o acesso a terra como meio de produção ou como residência, ou mesmo outros projetos de vida, como a conclusão do ensino superior.

### **3.4 Tempo de Rondônia**

A trajetória dos “pioneiros” de Ariquemes geralmente inclui a cidade de origem, um lugar intermediário de residência e a vinda para Rondônia. Para alguns dos “pioneiros” acima mencionados, tive a oportunidade de perguntar a respeito do impacto

dessa trajetória familiar na noção pessoal de pertencimento. As respostas são variadas – desde a identificação com a cidade de origem, o sentimento de pertencimento a Rondônia pelos anos de luta e de trabalho neste estado e também a qualidade de “ser pedra que rola e não junta muito limo”, compreendendo o desenrolar da trajetória de viver em diferentes lugares como inerente à identidade pessoal. Essas identificações têm a ver com o que é denominado por eles de “tempo de Rondônia”<sup>89</sup>, isto é, um lapso temporal desde quando chegaram a Rondônia que pode ser o suficiente para se caracterizarem como rondonienses.

Ao ser indagado sobre de onde considera ser, seu Josivaldo responde sem pestanejar: “Eu considero mineiro, né? Sou nascido em Minas Gerais. Mas se você viver como nós vive, você nunca vai ouvir eu falar [mal] do Paraná, de Minas Gerais e nem de Rondônia. Porque onde eu morei, Deus abençoou o meu espaço”. A referência a viver “como ele” é ter os vários estados como parte da história de vida da família e, mesmo que os problemas encontrados nesses espaços o tenham feito se deslocar constantemente, ele se considera um homem abençoado.

Seu Armínio Araújo, baiano de nascimento, tem orgulho de seu “tempo de Rondônia”: “Trinta e cinco, trinta e seis anos. Estava abrindo Nova Ariquemes. Tinha muita onça, mas graças a Deus nunca me atacou não. A gente sempre, naquela época, como todo mundo, andava com a espingarda na cacunda [risos]”. No entanto, ao ser perguntado, define seu estado de origem<sup>90</sup> como aquele que é mais importante para ele:

Nasci na Bahia, tenho meu registro na Bahia, então não tem como mudar pra outra região, porque eu sou da Bahia mesmo. A turma fala que eu não sou nem mais baiano, mas eu falo que sou sim, porque nasci lá! Sai de lá com 15 anos, mas hoje tô com 68 anos. Não tem ninguém da minha família de lá, só eu que tô enfiado aqui! [risos] (Seu Armínio, 14/03/2013).

Enquanto da família de sua esposa todos vieram para Rondônia, seu Armínio não tem “nem um primo nessas terras”. Atribui isso ao “medo de sair” que sentem os seus parentes. Antes de vir para Rondônia, ele tinha acompanhado um amigo de seu pai para

---

<sup>89</sup> A formulação “tempo de Rondônia” é elaborada tendo como referência um lapso temporal e a relevância dos eventos ocorridos no estado, como a possibilidade de ter uma terra da família, como justificativa para o uso da expressão. Aproxima-se do significado da expressão “tempo de Brasília”, Borges (2003) afirma que ela é formada a partir de lugares-eventos, tais como a “invasão”, o “barraco”, o “asfalto”, o “lote”, na forma de ações que explicam a vida das pessoas que moram no Recanto das Emas.

<sup>90</sup> Tal como explicita Becker (1990, p. 149), a maioria dos “migrantes” que se deslocaram para Rondônia realizou mais de uma etapa migratória, em geral três, como foi observado ao longo do presente trabalho (cf. Figura 03, Capítulo II).

ir trabalhar no Paraná. Este amigo prometeu que levaria seu Armínio, ainda menino, de novo para a Bahia quando tivesse saudades do pai e da mãe, mas isso nunca aconteceu: “Mas era tudo mentira, né? Fiquei muitos anos sem poder ir lá ver meu pai, nem minha mãe. Quando eu fui conseguir, que eu fui tomar conta de si, já de maior, não alcancei nem mais pai e nem mãe vivo, já tinha falecido todos os dois...”.

Esse amigo de seu pai, segundo o seu relato, era proprietário de terras no Paraná. Seu Armínio me perguntou se ouvi falar de “gatos” que iam buscar gente no “pau de arara” para trabalhar com eles. Respondi afirmativamente, e este era o caso do amigo de seu pai. Em suas palavras: “Esse homem tinha propriedade no Paraná e eu trabalhava de arrendatário, arrendava fazenda, sempre ele arrumava peão pra plantar hortelã, pra trabalhar pra ele e pagava por ano pra aqueles peão”. Quando se casou, ele teve vontade de retornar à Bahia, mas só “poderia trabalhar em riba do que é dos outros na fazenda”, e ele preferiu “caçar uma terra” que seria de propriedade de sua família. “Aí, eu destinei a vir pra Rondônia”, comenta.

Seu Osvaldo Silva primeiro afirma que não sabe de que lugar do Brasil se considera: “Eu já não sei o que sou mais. Eu sou uma pedra que rola muito e não junta limo”. No entanto, pensando no tempo de vida que teve em cada um dos seus três espaços de residência, ele diz se considerar rondoniense: “Passei 13 anos na terra natal, a juventude toda no Paraná e [há] 26 anos que eu estou aqui. Eu me considero mais rondoniense, que é onde eu vivi mais tempo”. Depois, ele experimenta outro enquadramento, não como rondoniense necessariamente: “Eu sou um migrante, me criei até [onde] pude andar, cheguei até aqui”. A condição de “migrante” se deve ao seu histórico de passagem por diferentes estados do país, mas não é uma condição operante nesse momento, muito menos significa o rompimento de relações sociais com o estado de origem. Ele explica: “Daqui de Rondônia eu não saio mais não, porque a família tá toda aqui, eu gosto do lugar e quero findar a minha vida aqui, se Deus quiser”. Já Leonardo se considera rondoniense:

Eu me considero rondoniense, tenho mais tempo de Rondônia do que de lá. Tenho 64 anos, vou fazer agora, vim pra aqui em 1976, faz a conta, tá com 37 anos. A gente ficou lá até esgotar tudo. A gente fez tudo o que podia e, quando tenta tudo o que pode e não tem jeito, a gente tem que procurar um lugar que dá certo (Seu Leonardo, 13/03/2013).

Assim, ele se considera rondoniense pelo tempo de vida, comparando o que passou no novo estado e o tempo em que esteve no estado de origem da sua família, Minas Gerais,

e na segunda “parada da família” para conseguir terra e trabalho, no Paraná. Em Rondônia, apesar das “dificuldades”, eles encontraram a chance de possuir terra.

Seu Adalberto Martini disse que se considera um “migrante”, uma vez que sua família é paulista, mas ao se mudarem para o Paraná (primeiro em Umuarama e depois em Toledo), eles começaram a fazer “as andanças”. Dona Marta corrobora o que alega seu Adalberto sobre o fato de serem “migrantes” e justifica essa caracterização comentando, por exemplo, o fato de terem tido que fazer uma viagem de nove dias em caminhão para chegarem até Rondônia.

A escolha do deslocamento para Rondônia, como forma de materializar “o projeto de construir o novo” para a família Cioffi, é resumido por seu João em dois ditados tidos como contraditórios por ele mesmo. Aos 68 anos, ele mede os movimentos de sua vida, decididos em comum acordo com sua família, marcados ora pela alternativa de permanecer em determinado lugar, isto é, ser “água parada que não move moinho”, ora por arriscar a mudança para outra cidade, com o peso de ter que novamente estabelecer laços, sejam eles sociais ou produtivos. Após recontar sua própria história, permanecendo por algum tempo pensativo, ele disse que, apesar de todo o sofrimento que passou em quase 34 anos completos em Rondônia e em outras tantas mudanças de vida entre os estados de São Paulo e Paraná, ele se orgulha de ser “pedra que não cria muito limo”. Essa ideia se aproxima daquela utilizada por seu Osvaldo Silva, quando explica que se considera um “migrante”, por suas “andanças” pelo país.

Por conta da permanência em Rondônia por muitos anos, seu João Zanella afirma que hoje ele se considera rondoniense: “Hoje rondoniense, né? No Espírito Santo, eu fiquei 34 anos, aqui eu estou há 41 anos! Rondoniense, não tem jeito. A gente fez uma opção de vir pra cá e nunca mais voltar. Nós já viemos para esse negócio – vida ou morte, sem voltar, não”. Esta opção não incluía a possibilidade de voltar, primeiro pelo investimento que a família fez ao se mudar para Rondônia e, em segundo lugar, porque retornar denotaria o fracasso do investimento e a impossibilidade de ser chamado de “pioneiro”, de ter participado em parte da construção do “novo” mas sem ter permanecido na terra que foi ocupada.

Wanderlei Pereira diz que se considera rondoniense, muito mais do que paranaense, que é a sua origem: “Ah, eu já me considero rondoniense. Trinta anos aqui não é fácil

não. Nunca tive vontade de voltar. Semana que vem eu quero ver se eu vou ao Paraná e a São Paulo visitar os parentes, agora para morar não”. Poder se considerar rondoniense é um elogio em face do que teve que passar nos primeiros anos, já que o início foi marcado pelo sofrimento, o que está conectado à legitimidade do pioneirismo.

Seu Pedrinho de Oliveira explica que está satisfeito de ter permanecido em Ariquemes, em função de um desejo pessoal que havia sido criado quando era menino em Minas Gerais e houve a possibilidade de ocupação de terras no Paraná<sup>91</sup>. Mesmo que seu irmão, que foi seu companheiro de viagem para Rondônia, tenha retornado para Minas Gerais, seu Pedrinho comenta: “Eu me dei muito bem. Estou satisfeítíssimo. Meu irmão que voltou pra Minas fortaleceu lá também e eu fiquei por aqui”.

Pelos relatos acima é possível verificar a existência de pelo menos três terras de referência para as famílias que ocupam Rondônia. Estas são a terra de origem, a terra intermediária de residência e, por fim, Rondônia. Sobre a terra de origem, foi importante o “treino para se jogar”, tal como explica a família Zanella, a necessidade de “esparramar”, como diz a família de Wanderlei Pereira; separar-se, porque a terra de origem geralmente não era suficiente para toda a família, em especial as famílias que estavam se formando. O lugar intermediário é, para todos entrevistados, o estado do Paraná, com exceção de seu Pedrinho de Oliveira, que veio de Minas para Rondônia, e a família Zanella, que saiu do Espírito Santo direto para Ouro Preto d’Oeste e depois Ariquemes. O lugar de chegada é Rondônia, onde é necessário permanecer no estado para mostrar a superação do sofrimento inicial e conquistar o reconhecimento como “pioneiro”.

Os relatos matizam a noção de “tempo de Rondônia”. Para alguns deles, terem passado mais tempo nas terras de Rondônia do que na terra de origem denota que se consideram rondonienses, já assumiram a identidade da terra onde passaram por “dificuldades para “abrir os lotes” e permaneceram até hoje. Por outro lado, para outros “pioneiros”, ainda que tenham ficado em Rondônia, ultrapassando as adversidades e o sofrimento do início, o que os caracteriza é a sua terra natal, a lembrança do lugar de origem, mesmo que não tenham retornado para lá ou que sua família não tenha investido também na mudança para Rondônia. Ainda assim, existem aqueles que, pelo movimento

---

<sup>91</sup> Sobre esse processo, ver Cioffi et al. (1995), que relata a ocupação do norte do Paraná, mais especificamente da cidade de Cianorte.

constante pelo país, em busca de terra para trabalharem e viverem com a família, consideram-se “migrantes”, isto é, não assumem uma naturalidade específica, sendo o próprio movimento aquilo que os caracteriza. Utilizam formas para explicar essa aparente falta de pertencimento a uma determinada terra, como na expressão “pedra que não cria muito limo”, o que é uma maneira de estar sempre colocando “a casa a rodar”.

### **3.5 Outros pioneiros**

Uma das principais interlocutoras da minha pesquisa foi Lara Cioffi, filha do “pioneiro” seu João, como já salientado. Assim que lhe disse que gostaria de saber sobre a história de Ariquemes, ela rapidamente me conduziu por fotos, relatos e encontros com pessoas que poderiam me contar sobre esse processo de criação da cidade. Assim, o livro de sua tia Helena Cioffi apareceu em sua mão e ela tinha dúvidas se poderia ser útil para meus interesses de pesquisa. No entanto, a partir da leitura do livro, pude verificar algumas similaridades entre a análise da formação da cidade de Cianorte e de Ariquemes, entre elas, a importância atribuída ao pioneirismo, a necessidade de busca pelo “novo” que tem diversos significados, o relato dos episódios daqueles que participaram do início da construção da cidade.

Helena Cioffi, irmã mais velha de seu João Cioffi, não foi morar em Rondônia. Como já mencionado anteriormente, seu João Cioffi foi para Ouro Preto d’Oeste por conta de um convite feito por seu amigo, trazendo depois apenas o pai e o irmão mais novo. No entanto, a família, que era composta de seis irmãos: três irmãs e três irmãos, em sua maioria, tinham ficado na cidade de origem, em Cianorte, localizada no estado do Paraná. Dona Helena Cioffi foi professora de história durante toda a sua vida, falecendo em 2013. Ela escreveu, junto com outras duas historiadoras e uma geógrafa, o livro intitulado *A história contada pelos pioneiros*. O livro se inicia com a frase: “A história de uma cidade não é senão a biografia dos homens que a construíram”. O período seguinte emprega a palavra “pioneiro” e pode nos fazer entender a sua relação com a construção da cidade: “Na medida em que se estabelece a linha da vida de um ‘pioneiro’ e vai-se contando as obras construídas por ele, delinea-se o perfil da cidade que sua história pessoal ajudou a construir” (Cioffi et al., 1995, p. 1). Assim, a partir da história contada por aqueles que são considerados “pioneiros” e de uma pesquisa realizada com eles, a história de Cianorte vai sendo descortinada em mais de 400 páginas pelas quatro pesquisadoras. Ao final do livro, são feitos agradecimentos a mais de 100 “pioneiros”,

homens e mulheres, entre eles, o irmão de dona Helena, seu João Cioffi. Como foi visto no caso de seu Pedrinho de Oliveira, seu João Cioffi é considerado “pioneiro” tanto em sua cidade de origem quanto em Ariquemes, Rondônia.

Um dos primeiros capítulos sobre o povoamento da cidade diz respeito aos grupos indígenas que eram habitantes daquelas terras. Essa primeira parte do livro é organizada pela geógrafa que integra o grupo de autoras – Izaura Aparecida Tomarolli Varela<sup>92</sup>. Há a pergunta formulada no início: “O índio – um intruso nas terras colonizadas ou um nômade expulso do seu habitat pelo progresso?”. Existem informações sobre um grupo indígena que habitava as terras quando teve início o desbravamento da área em 1955 e, posteriormente, o plantio dos cafezais. Esses índios eram chamados Xetás e foram drasticamente exterminados com o avanço das companhias colonizadoras “e em nome da imigração dos primeiros habitantes brancos, que buscavam novas oportunidades de progresso” (p. 41).

Outro grupo indígena que é destacado pelos depoimentos de “pioneiros” que tiveram contato com eles é o dos Sutis. Os “pioneiros” denominavam este grupo de “caboclos”. O primeiro funcionário do posto de saúde de Cianorte afirma que eles aparentavam ser uma mistura de índios e caboclos e que havia “algumas pessoas loiras”, de acordo com o seu fenótipo. Uma pergunta é colocada em sequência no livro: para “povoar” a cidade, “quem havia chegado depois do índio?”. De acordo com os dados apresentados, Cioffi et al. (1995) afirmam que os “migrantes” para Cianorte, em 1955, se originavam principalmente do Ceará, seguido pelo estado da Bahia, Minas Gerais, São Paulo. O povoamento estava ligado à chegada de pessoas que eram orientadas para “abrir as terras”, diferente do que as populações indígenas sempre fizeram naquela região. Eram predominantes os indivíduos que se originavam dos estados da região Nordeste do Brasil, enquanto pouco mais de 30% vinham dos estados da região Sudeste. A partir de 1956, o maior número de “migrantes” para aquela região do Paraná passa a vir de São Paulo.

Não apenas as pessoas se consideram “pioneiras”, mas a própria cidade de Cianorte é caracterizada pelas autoras como uma cidade “pioneira”, assim como outras localizadas no norte e no noroeste do estado do Paraná. Segundo Cioffi et al. (1995), isto acontece por conta do fenômeno denominado *hollow frontier* que ocorreu com a expansão do oeste

---

<sup>92</sup> O livro é dividido em quatro partes, cada uma das autoras sendo responsável por uma das seções da obra.



nos Estados Unidos: “[...] abriram novas fronteiras econômicas, deslocando-as para oeste, deixando à sua retaguarda o desaparecimento da imensa floresta subtropical e confinando a miseráveis números os habitantes originais” (p. 61). Ainda de acordo com as autoras, justamente a busca pelo “desbravamento” é responsável por caracterizar Cianorte como uma zona pioneira, cuja população tem como principais atributos tanto a mobilidade quanto a heterogeneidade.

Desta forma, a principal identidade acionada pelo povo de Cianorte é a de ser “pioneiro”. Por conta da heterogeneidade da composição de sua população, as autoras afirmam que não há traços marcantes de alguma “identidade cultural” específica. Elas justificam essa “falta de cultura” nos seguintes termos: “Resta no município um número reduzido de famílias pioneiras e desbravadoras que, por ter origem tão diversa, não conseguiu construir tradições e nem mesmo impor a sua cultura adquirida, não se estabelecendo, absolutamente, nenhum estrato cultural” (Cioffi et al., 1995, p. 62). A leitura das autoras se equivoca ao buscar uma unidade cultural que só existe de forma fictícia. Assim, a respeito da heterogeneidade que fornece uma multiplicidade cultural naquela localidade, é apenas enfatizada a falta de uma cultura única que pudesse caracterizar a cidade de forma mais evidente, culminando na afirmação contundente da existência de “nenhum estrato cultural” em Cianorte.

O processo de colonização de Cianorte foi mais lento se comparado ao de cidades também consideradas “pioneiras” no estado do Paraná, tais como Londrina e Maringá, que tiveram crescimento econômico mais rápido. O geógrafo Américo Araújo de Oliveira é citado, e ele afirma ser necessário organizar primeiro as áreas que já foram ocupadas pelos processos de colonização, transformando métodos extensivos e destrutivos de utilização do solo em métodos intensivos com aperfeiçoamento técnico, antes de realizar a abertura de novas áreas. A respeito do “movimento migratório” dos cianortenses, houve uma intensa “migração” da zona rural do município para a sua zona urbana. No depoimento de um dos “pioneiros”, muitos daqueles que moravam em Cianorte foram ocupar aquelas que são caracterizadas como “regiões novas”, como os estados de Mato Grosso e Rondônia. Conforme a historiadora Wilma Mesquita, que também escreve o livro junto com Helena Cioffi, o norte do Paraná é separado com denominações diferentes de acordo com o período de ocupação das terras, como “Norte Velho”, “Norte Novo” e “Norte Novíssimo”. Cianorte, fazendo parte da região “Norte Novo”, era considerada,

segundo o depoimento de um dos “pioneiros”, como “‘a menina dos olhos’ da Companhia Melhoramentos do Norte” (Cioffi et al., 1995, p. 78).

O “espírito desbravador” é citado como um dos principais fatores de êxito do desenvolvimento econômico do norte do Paraná que, combinado com a organização da empresa colonizadora e a fertilidade do solo, foi também responsável pela colonização bem-sucedida. A respeito do “espírito desbravador” dizem as autoras que foi “[...] a vontade de vencer que sustentou o trabalho de todos os pioneiros que afluíram para a região, atraídos pelas perspectivas de liberdade de empreendimento” (Cioffi et al., 1995, p. 78). Essa “vontade de vencer” e a “liberdade de empreendimento” foram a motivação de muitos “pioneiros” de Ariquemes ao se mudarem para aquela cidade, mesmo com as dificuldades encontradas, tanto em Cianorte quanto no caso de Ariquemes – a falta de estradas, as dificuldades climáticas, principalmente nas épocas de chuvas, a mudança da família para a região:

Aqui era só mato. Fizemos a viagem em cima de caminhão. Viemos parar aqui em Cianorte. O primeiro ano foi difícil, o mato tudo em pé, derrubar tudo de machado, roçar. Não tinha motosserra. Pegava o machado, roçava uns cinco ou seis dias e depois derrubava (Cioffi et al., 1995, p. 89-90).

Outras similaridades podem ser verificadas em um dos vários depoimentos de “pioneiros” de Cianorte (Cioffi et al., 1995): “Aqui não tinha nada e íamos começar a vida novamente”; “Quando cheguei em 1953 devia ter mais ou menos uns seis a oito ranchos, nem eram casas” (p. 101); “Não havia estrada. Era um picadão só” (p. 155). A falta de estrutura e a necessidade de recomeço estão no bojo das principais características dos dois empreendimentos “pioneiros”.

O café foi a cultura incentivada em Cianorte, assim como em outras frentes pioneiras no norte paranaense. A qualidade das terras para o plantio motivava a vinda de colonos para a cidade. Cioffi et al. (1995) citam outros elementos relevantes para o “progresso” na cidade, principalmente relacionados às atividades agropecuárias: o clima favorável, a topografia, a abundante rede fluvial (p. 105). Após comprar o lote em Cianorte, era necessário derrubar as árvores de maior porte e o mato. Para este serviço, o proprietário contratou um empreiteiro que tinha como função empregar peões nesse serviço. Em Ariquemes, como visto, principalmente os burareiros que possuíam condições econômicas mais favoráveis do que os marechais contratavam estes últimos

para derrubar a mata. Era uma das poucas formas de emprego que havia na época para os que ainda esperavam entrar no lote ou aguardavam que a produção pudesse render lucros.

A seção do livro que é escrita por Helena Cioffi faz uma recuperação do trajeto político de Cianorte, desde a inauguração do município, em 1955, até o mandato do oitavo prefeito da cidade, com a lista dos vereadores eleitos em cada uma das legislaturas. Além disso, a autora também aborda os meios de transporte que vão sendo desenvolvidos na cidade e a chegada da imprensa, entre outros fatores históricos. O “trem da história”, conforme destaca a autora, aborda os primeiros prefeitos da cidade, de onde eles vieram, a formação da Câmara municipal, as principais obras da cidade – construção de escolas, hospitais e outros itens de infraestrutura. Trata também do período da ditadura militar, quando Ariquemes está em formação. Sobre esse tempo, analisa a historiadora Helena Cioffi, expressando seu próprio posicionamento político:

Foram momentos difíceis aqueles do período da ditadura militar. Mencionamos nesse esboço da história política de Cianorte esses fatos, para que as pessoas saudosas do militarismo possam ler esses textos, refletir um pouco, analisar e comparar a ditadura com a democracia (p. 236).

Ao comentar especificamente sobre o que denomina “saga pioneira”, a autora recupera os elementos para caracterizar esse empreendimento. Em suas palavras:

A saga pioneira daqueles homens, para os quais o medo não existia era a esperança, companheira de jornada de cada dia de trabalho. Esperança de que dias melhores viriam com a colonização. Era a promessa da terra prometida, revivida naqueles semblantes. Sequer suspeitavam que estavam escrevendo a história com seus próprios braços (Cioffi et al., 1995, p. 267).

Os termos acima mencionados são também tratados no caso de Ariquemes. Como foi visto anteriormente na primeira seção deste capítulo, a esperança era um sentimento que motivava a vinda das famílias para Rondônia, assim como o enfrentamento das “dificuldades do início” são atualmente reconhecidas como parte do pioneirismo das primeiras famílias que ocuparam a região de Ariquemes. Isto porque esperava-se justamente que “dias melhores viriam com a colonização”. A palavra “promessa”<sup>93</sup> se

---

<sup>93</sup> Arendt (1981) afirma que a força estabilizadora da promessa sempre foi reconhecida na esfera pública, principalmente pela preeminência das várias teorias de contrato presentes na tradição do pensamento político ocidental. A principal faculdade da promessa é a circunscrição parcial da imprevisibilidade, o que foi aceito pelos proprietários que formaram o projeto de colonização aqui analisado, tanto em Ariquemes quanto em Cianorte. Esta promessa, em um primeiro momento, constituiu-se como uma proposta formalizada por um contrato, no entanto, este não foi levado em conta pelos funcionários do governo federal, no caso específico de Ariquemes, que prometeram o uso da terra de forma integral, e até mesmo premiações para o desmatamento recorde.

aplica à esperança dos trabalhadores em ultrapassar um período inicial de construção da cidade, conturbado porém necessário, para que de fato conseguissem viver na “terra prometida”. Além disso, no caso de Ariquemes, o Estado também “prometia”, fosse principalmente através das falas dos funcionários do Incra, fosse pela documentação da terra atestando que aquele lote poderia ser utilizado para a produção e a residência da família.

Ser “pioneiro”, nas falas dos trabalhadores de Ariquemes, é ter ajudado a construir a cidade de alguma forma, ou como coloca Helena Cioffi em relação a Cianorte: “[...] estavam escrevendo a história com seus próprios braços”. Seu irmão, citado no livro, João Cioffi Neto, se recorda do primeiro veículo de informação em Cianorte que era a imprensa falada, denominada alto-falante Guarani, em que eram veiculados programas de música e noticiários. Nas palavras de seu João Cioffi: “Era instalado numa torre de certa altura e, então, ele transmitia para a cidade, que naquela época era pequena. Ficava ali na rua da Constituição. Hoje tem um açougue ali”.

A imprensa falada foi também o primeiro recurso de comunicação em Ariquemes com o “pau do fuxico”, que funcionava nos mesmos moldes do alto-falante, também instalado em uma árvore alta de propriedade do seu Beto, o primeiro farmacêutico de Ariquemes. Além de noticiários e música, era um diário da cidade de Ariquemes, informando as famílias que acabavam de chegar à cidade e procuravam amigos e familiares, e também acudindo pessoas perdidas na “mata”. Dona Assunção, esposa de seu Pedrinho de Oliveira, comenta sobre o “pau do fuxico”: “Ele [Beto] tinha restaurante, então tinha um alto-falante no alto de uma árvore bem grande, então era ‘gente procurando gente’. Chegava o pessoal, queria saber onde o outro estava. ‘Acabou de chegar do Paraná, gente procurando gente, fulano de tal, procurando não sei quem’, era assim”.

Seu João Cioffi também comenta a respeito da segurança na cidade recém-criada. Ele destaca que lá não havia grandes problemas, mesmo que o prédio da cadeia fosse precário e apenas três policiais garantissem a segurança no início da cidade. Seu João caracteriza Cianorte: “[...] foi sempre uma comunidade pacata. A cidade foi construída por famílias que vinham com o objetivo de construir alguma coisa. Não foi criada por bandoleiros ou grupos interesseiros, onde houvesse lutas por terras, grileiros” (Cioffi et al., 1995, p. 292).

Diferente de Ariquemes, a referência é feita aos grupos que se deslocaram para Cianorte e não apenas a um indivíduo, tal como em Ariquemes. Em seu depoimento: “Acho que esse sistema de colonização da Companhia Melhoramentos, de pequenas propriedades, não permitiu a criação de grupos desordeiros que pudessem trazer problemas para a cidade” (p. 292). Esta característica impediria a chegada de grupos especuladores que não fossem utilizar a terra para os fins de reprodução da família, contribuindo tanto para a criação quanto para a manutenção da segurança em Cianorte.

Sobre estudar em Cianorte, seu João Cioffi recorda as memórias da primeira turma de ginásio da cidade:

Não tinha luz, então, a energia era fornecida para a escola pelo motor do Dr. Ramon, ali, que tinha que um hospital próximo do ginásio, embora precariamente. Muitas vezes assistimos às aulas com lampião a querosene. Depois, nós conseguimos um motorzinho para o ginásio e esse motorzinho foi adaptado lá no pátio do ginásio mesmo. Foi instalado numa prancha grande que existia lá e funcionava a gasolina. Quando os alunos estavam a fim de “matar aulas”, iam e jogavam areia no motor, na distribuição ou dentro do tanque, e pronto, nós ficávamos sem luz e sem aula... Todo mundo ia pra casa. E quando assistíamos às aulas, aquele chiadinho do lampião dava sono... (Cioffi et al., 1995, p. 423).

A lembrança dos colegas de turma do ginásio trouxe ao depoimento de seu João vários nomes e junto com eles seus apelidos. Depois, ele comenta: “Nossa família era ligada à agricultura, mas Cianorte era uma comunidade pequena, então fazíamos relacionamento de amizade com outras famílias” (p. 424). Mais uma vez é feita referência às famílias, quando são mencionados os laços de amizade, enumerando também vários sobrenomes e não apenas primeiros nomes, como os dos colegas de turma do tempo da infância.

Nesta seção, analiso um registro sobre o pioneirismo relacionado à cidade de origem da família Cioffi. Muitas são as similaridades com a concepção de quem é reconhecido como “pioneiro”. Primeiro, esta qualificação caracteriza aqueles que se deslocaram para uma cidade em construção com o objetivo específico de ocupar a terra, desmatando-a para um fim determinado: o desenvolvimento agrícola. Isto ocorreu tanto em Cianorte quanto em Ariquemes. Assim, são excluídas desse empreendimento as populações indígenas e outras que já viviam no local (no caso de Rondônia, os exemplos são, além dos grupos indígenas, os seringueiros e os garimpeiros). Assim como Ariquemes, ainda que seja feita referência aos “pioneiros” de forma individualizada, não é possível dissociar a figura do “pioneiro” do pai de família, condição para se estabelecer

de forma permanente na nova terra que se busca – garantir a residência e a produção das outras gerações. Não só as pessoas são caracterizadas como “pioneiras”, principalmente os “homens”, mas a cidade de Cianorte é “pioneira” por sua relevância econômica na região em que se insere.

As “dificuldades iniciais” são similares nas duas terras – o clima adverso (ainda que se trate de climas diferentes), a necessidade de estabelecimento de infraestrutura, a dificuldade de comunicação e o estabelecimento de meios alternativos para iniciar a vida. Também são enaltecidas a coragem e o enfrentamento necessários para ultrapassar, principalmente, os primeiros momentos e alcançar depois o reconhecimento de ter participado da “construção de algo novo”, o que também se aproxima do que foi analisado no caso de Ariquemes.

## CAPÍTULO IV – O DIÁRIO DE UM PIONEIRO

“Porque nós plantamos, cuidamos e colhemos com nossas mãos e nosso carinho. É como um filho que vemos nascer, crescer e se formar.”

(Diário de seu Pedrinho de Oliveira, 08/07/1976)

Seu Pedrinho de Oliveira foi apontado como uma referência de “pioneiro” desde os primeiros momentos do trabalho de campo. Um senhor franzino, mas com muita força na voz, orgulho da memória que tem aos 83 anos e o que a vontade de “viver o novo” pôde proporcionar. Desde a primeira vez em que o conheci, ele pareceu entusiasmado em dividir suas impressões sobre ter feito o movimento de ida para Rondônia. Aos poucos, ele me mostrou sua casa com as placas penduradas na parede na sala, explicando-me as homenagens que já havia recebido na vida, sendo “pioneiro” tanto de Carangola quanto de Ariquemes. Além disso, gostava de mostrar as fotos das festas de família que são realizadas em Minas Gerais; comentar sobre a natureza, sobre as “dificuldades”<sup>94</sup> e as aventuras “do início”. Assim que chegaram a Rondônia, lembra-se de como as duas estações predominantes do ano eram bem marcadas. Na época da seca, o chão ficava coberto com poeira, “tudo ficava vermelho, vermelhinho”, ao passo que não parava de chover na “época das águas” e, se saísse de casa, “você atolava até a canela”.

Com o tempo de convivência, fiquei sabendo que seu Pedrinho já tinha “vida feita” em Minas Gerais, mas veio em busca de uma oportunidade, não necessariamente uma melhoria de vida. Quando saiu de Minas Gerais, vendeu a sua parte na herança da família, que “mexia” com mineração por lá; era em uma família de oito irmãos. Primeiro, “parou” em Porto Velho, porém a intenção dele e de seu irmão mais velho, José, era permanecer em Vilhena, a primeira cidade localizada ao sul do estado, mas foi muito difícil por conta de problemas com a distribuição de terras do Incra nessa área. Assim,

---

<sup>94</sup> “Dificuldade” é uma categoria nativa, utilizada tanto pelos “pioneiros” quanto pelos funcionários do governo federal. Em relação ao uso da palavra pelos “pioneiros”, há duas formulações distintas. “Passar dificuldade” é diferente de “enfrentar a dificuldade”, na medida em que a primeira expressão remete apenas ao sofrimento, enquanto a segunda demonstra que por meio do trabalho na terra, o que é enaltecido pelos “pioneiros” e pela política de colonização, consegue-se contornar as “dificuldades”.

souberam do “loteamento” de Ariquemes, vieram para esta cidade e foram selecionados como burareiros, cada um deles tendo recebido um lote, vizinhos. Mas ele não “parou” em Rondônia, seguiu algum tempo depois até o estado de Roraima, onde havia muito garimpo de ouro e ele soube que tinha muita gente “enricando”. Porém, percebeu que naquela atividade não prosperaria, além de ser muito penoso ter que passar um longo tempo no “mato”, sem contato com ninguém e com muitas crises de malária. As compras feitas na capital tinham que durar meses, porque era necessário se locomover de avião até o garimpo, que era localizado em um rio. A capital, para seu Pedrinho, era um “lugar muito calmo para se morar e se produzir”. Mas, trabalhando no garimpo, não deu nem para pagar as despesas que ele teve com aquele investimento. Ele comenta: “como aventura valeu”. Seu Pedrinho passou pouco mais de um ano em Roraima, retornando a Ariquemes. Depois de alguns anos e de o investimento do cacau não ter dado certo, seu irmão retornou para Minas Gerais.

Nas conversas que tínhamos, ele me trouxe certa vez três folhas numeradas, escritas à mão, que contavam sobre o momento de “abertura das terras”. Perguntei do que se tratava e ele me explicou que era o seu diário, escrito em 1976, no período de maio até agosto, assim que ele e seu irmão vieram para Rondônia “pegar o lote”. Também me mostrou um questionário que ele havia elaborado em uma das tantas oportunidades em que havia sido chefe de gabinete da prefeitura da cidade, porque ele tinha curiosidade em saber quem eram as pessoas que moravam em Ariquemes, já em meados da década de 1980. Seu Pedrinho comenta que nunca esperou trabalhar no serviço público, mas fora convidado a ser chefe de gabinete da prefeitura. Entusiasmou-se porque, além de sua participação na criação de associações, ele também teve a oportunidade de fazer parte efetiva da criação daquela “região nova”. Alguns questionários estavam respondidos e as perguntas eram basicamente sobre há quanto tempo as pessoas moravam na cidade, de onde vieram, a idade, os dados familiares. Notei sempre em seu Pedrinho uma curiosidade em investigar qual era o “perfil” das pessoas que vieram morar em Ariquemes depois da colonização.

Depois de olhar as três páginas do diário, perguntei a ele se poderia ler o material inteiro. Ele me disse que teria que procurá-lo, não sabia muito bem onde estava e se ainda tinha todas as folhas. Fui surpreendida na próxima vez em que fui à sua casa e ele estava com o diário completo em mãos. “Você vai ser a primeira pessoa na vida a ter esse diário, tá? Ninguém leu isso aqui tudo”, foram suas palavras ao me emprestá-lo. Era um caderno



pautado antigo, onde ele escreveu na capa “diário”, e que tinha algumas folhas que já estavam soltando no meio. As páginas eram numeradas no topo e cada passagem escrita iniciava com a data correspondente. Ele falou que poderia ler e até tirar cópia se quisesse. Antes de me emprestar o diário, abriu-o aleatoriamente e começou a ler, rindo do jeito que descrevia aqueles momentos passados. Era um misto de graça e nostalgia, uma felicidade de ter história para contar e para escrever. Dona Assunção também leu uma parte no período em que ele “abria o lote”, e ficou feliz de ler um registro esquecido em sua memória, mas gravado no papel.

O objetivo deste capítulo é recuperar as principais categorias utilizadas ao longo da tese, buscando uma síntese do processo de colocar “a casa a rodar”. Para tanto, utilizo o diário de um “pioneiro”, Pedrinho de Oliveira, que formulou durante a “abertura” das terras alguns momentos e categorias que foram discutidos neste trabalho. Escolhi o diário como material a ser analisado, pois não se trata de uma resposta a indagações feitas por mim, portanto, os assuntos relevantes são trazidos à tona sem o “filtro” da pesquisadora. O diário sintetiza em ato alguns objetivos que foram desenvolvidos nos capítulos anteriores, com registros de memória diferentes. Ao recuperar esses objetivos, uso a descrição minuciosa de seu Pedrinho. Por fim, teço uma conclusão sobre a importância de recuperar esse material, salientando as enunciações particulares do diário a partir das minhas indagações de pesquisa.

#### **4.1 Abertura do lote e trabalho na terra**

Seu Pedrinho começou a escrever o diário no ano em que se mudaram para Ariquemes, contando sobre o processo de “abertura do lote”, tanto seu quanto o de seu irmão, e suas impressões sobre morar em Rondônia, estar longe dos filhos, ter menos convívio com pessoas por passar grande parte de seu tempo na “mata”, e até aprender a caçar. Estas passagens estão intimamente relacionadas ao processo de “abertura do lote” e ao trabalho necessário nele empregado. A primeira entrada do diário é do dia 14 de maio de 1976, discorrendo sobre o momento em que ele e seu irmão vão conhecer os lotes pela primeira vez:

Vimos ontem para Ariquemes, e hoje penetramos na selva para conhecer nossos lotes. Saímos às 5 h da manhã e, quando o dia clareava, chegamos ao local onde teríamos que deixar o carro. Éramos quatro pessoas, eu, Zé, Daniel (um amigo que quis o seu lote perto do nosso) e um guia que contratamos para ensinar o caminho. Andamos 16 km a pé e gastamos 4 h para chegar a nossos lotes, dos quais gostamos muito. Iniciamos nosso regresso às 13 h e, quando

chegamos no carro, eram 18 h e começava a escurecer. Foi um total de 32 km. Que andamos a pé neste dia, em trilhas cheias de pedras, tocos, buracos e puas atravessados. Eu e Zé, que estava gripado e com febre, quando chegamos no carro, estávamos “no bagaço”.

No momento de “abertura do lote”, ele conta as experiências de viver em um ambiente que não conhecia e como viveu um quase acidente com a queda de uma árvore, depois de uma chuva torrencial. Há passagens que remetem ao momento específico da “derrubada da mata” e o início do contato com outros titulares de terra que estavam fazendo o mesmo movimento.

A primeira visita, caracterizada como “oficial” por seu Pedrinho, que foi feita ao lote quando estava sendo “aberto”, é retratada no diário. O vizinho chamado Cornélio possuía um lote logo acima do deles e oportunamente, durante a visita, coletou amostras da terra para analisar a sua qualidade. Durante o almoço e a longa conversa que tiveram, ele se ofereceu para ajudar na construção da estrada, que seria um empreendimento coletivo que iria beneficiar vários titulares de terra daquela linha. Seu Pedrinho também comenta sobre a segunda visita considerada “oficial”. Tratava-se de um seringueiro que morava na Amazônia há 30 anos, antes de o “Incrá chegar”. As visitas incluíam não apenas o momento da conversa, mas também dividir uma refeição e até mesmo um pernoite no lote, devido às grandes distâncias, pois muitas terras ainda não tinham sido “abertas”.

Além de “abrir o lote”, ele se propôs a “abrir uma estrada”, que poderia conectar à estrada estadual os lotes dele e de seu irmão, assim como de outros proprietários da linha: “Saímos cedo para fazer uma picada, para marcar a divisa dos lotes, e também para procurar o melhor local para fazer uma estrada que poderá nos ligar a RO-1 (estrada estadual), dando condições para podermos vir de carro até nossos lotes. Andamos 1 km dentro da selva abrindo picada” (Diário de Seu Pedrinho, 28/05/1976). Ao comentar sobre outros titulares de terra, ele diz que alguns se interessaram pelo fato de estarem construindo uma estrada, mas seu Pedrinho não faz referência a uma “ajuda” entre esses titulares para a “abertura” da terra. Havia camaradagem com os vizinhos e com aqueles que passavam pelo lote, mas não troca de trabalho, pelo menos não frequentemente no caso dos burareiros, como já visto anteriormente. Mas a construção da estrada, por ser um empreendimento coletivo, poderia ser feito em parceria com outros burareiros, que arcariam em conjunto com os custos da mão de obra necessária.

A falta de estrada demonstra que não havia infraestrutura necessária nem no projeto de assentamento dirigido Burareiro, projeto que recebia mais investimento do governo do que o de Marechal Dutra. O Incra só selecionava e levava os titulares aos seus lotes, que se encarregavam da “abertura das terras”. Seu Pedrinho relata que foram várias as saídas para “estudar” a “abertura da estrada”. O seu irmão, principalmente, saía cedo com os peões e voltava à tardinha: “[...] dentro da mata não há visão, e a pessoa tem que ir abrindo picada para ver se o lugar é bom ou mau; se não serve, todo o trabalho anterior fica perdido” (Diário de Seu Pedrinho, 17/06/1976). A difícil tarefa de “abrir a estrada” era maior do que a do “lote”, envolvendo o conhecimento para se mover na “mata”, isto é, na terra não aberta, em uma área consideravelmente maior do que aquela das terras deles. Antes de conseguir “abrir a estrada”, seu Pedrinho conseguiu ir até um determinado ponto com a sua camionete, levando cerca de quatro horas para chegar até os lotes. Junto com seu Pedrinho e o irmão Zé, comumente havia de dois a quatro peões e também um cozinheiro, este último encarregado de caçar a comida para eles. Os caminhos e os perigos da “picada” para a “abertura da estrada” são descritos ao longo do diário:

Zé saiu mais uma vez com um peão, o Severino, para tentar um local da estrada para nós. Ele atravessou a linha 65 e saiu na RO-1 (estrada em construção, que ligará Ariquemes a Tabajara) que [está] mais ou menos a 7 km de nossos lotes. Na viagem, eles viram uma cobra enorme e muito perigosa, que é a Bico de Jaca. O peão que é preto ficou cinzento e Zé a matou com dois tiros de espingarda. Zé voltou mais animado e achou que, com pequenos retoques na picada, teremos boas condições para fazer a estrada (Diário de Seu Pedrinho, 03/06/1976).

Depois de algumas tentativas, seu irmão conseguiu estabelecer o traçado da estrada e tratar com uma “turma para pegar a empreitada”, o que significava ter um grupo de trabalhadores para executar aquela tarefa. Seu Pedrinho comemorou o fato de a fase de “estudar” a estrada ter passado, porque tanto seu irmão quanto os peões já estavam cansados de andar mais de 10 quilômetros fazendo “picadas” pelo mato durante dias seguidos, o que se tornava cada vez mais perigoso. Há a referência na passagem acima a organizações espaciais que, como visto anteriormente, orientam a “abertura” dos lotes. Tanto as linhas e os travessões quanto as estradas, sejam elas estaduais ou federais, que “recortavam” os “quadrados burros” indicavam os caminhos para as famílias que tinham a responsabilidade de “abrir a terra”.

A preparação do leito da estrada contou com a colaboração de outros vizinhos da linha. Um vizinho chamado Abel também veio procurar notícias sobre a “abertura da

estrada”, depois que havia sido iniciada a empreitada. Foi combinado com os peões que eles trabalhariam por 10 dias descansando nos outros 10, sendo pagos por diária, empregando o tempo que fosse necessário para preparar a estrada. Nesse momento específico, seu Pedrinho escreve no diário que passava todo o dia no serviço, quando estava no lote, para ajudar a arrancar as pedras maiores e que conseguiria um trator para melhorar a qualidade e a rapidez daquela empreitada. Ele comenta no dia 26 de julho de 1976, ao retornar de uma viagem para Ariquemes, onde estava também construindo uma casa em sua data, os resultados alcançados naquele empreendimento: “Já dá para andar uns 4 km pela nossa estrada e, apesar de ter muitos buracos e pedras, é bem melhor que andar a pé, carregando mochila”. A “abertura da estrada” foi uma tarefa custosa, não apenas economicamente, mas também socialmente para seu Pedrinho, pois ele percebeu que outros titulares de terra que haviam se comprometido a ajudar no trabalho não participaram efetivamente do processo: “Estamos dispostos a arcar com a maior parte do ônus, mas para que haja maior união, benefício e desenvolvimento, é preciso que todos estejam cientes de suas responsabilidades” (Diário de Seu Pedrinho, 26/07/1976).

Ao falar sobre a derrubada no início, em uma das passagens do diário, ele discorre sobre como era o serviço a partir da mão de obra de peões contratados e com a participação de seu irmão. Posteriormente, ele escreve no diário sobre a visão que tinha a respeito de como a derrubada estava sendo conduzida na região:

[...] Saímos cedo com todos os peões para continuar a derrubada e a limpeza do terreno onde estamos construindo a cabana. Com a chegada de mais peões, o serviço agora renderá bem mais. [...] À hora do almoço chegou o Paraíba com uma motosserra que dará maior rendimento à derrubada das matas. Embora a Ceplac proíba que se deixe em pé qualquer árvore no terreno onde se planta o cacau, estamos dispostos a conservar vivas as maiores, as mais bonitas e mais raras. Achamos que é um crime se derrubar tudo, inclusive aquelas maiores, mais bonitas e mais raras e mais raras que levaram anos para alcançar o estágio atual (Diário de Seu Pedrinho, 11/06/1976).

O título de domínio definitivo da terra (cf. Anexos V e VI) previa que a “abertura do lote” só poderia ser realizada até 50% do mesmo. Ainda que seu Pedrinho estivesse participando de um processo idealizado pelo governo, o que incluía a transformação de “floresta” em “terra”, ele discordava da necessidade de fazer isso sem ter um critério, “derrubando tudo”. A pressão do governo era para que fossem feitos o desmatamento e o plantio nas áreas, sobretudo porque se eles não fossem realizados, em tempo determinado pelos administradores federais, as famílias perderiam as suas posses. Isto levou a um desmatamento desordenado, que é cobrado e culpabilizado atualmente. É relevante

salientar que a derrubada, ou seja, a destruição de um patrimônio considerado público, é visto como a produção de benfeitorias, condição para que os candidatos selecionados para os lotes neles permanecessem.

Nesse período, de “abertura” do lote e construção da casa, ao contratar mão de obra para auxiliá-lo e também seu irmão, seu Pedrinho registrou passagens nas quais fala sobre a proximidade que tinha com os peões, já que moravam no mesmo “barraco” na terra que estava sendo “aberta”:

[...] Interessante um costume que adquirimos aqui. Quem dorme em rede acorda toda vez que quiser mudar de posição, e isto acontece várias vezes durante a noite. Como dormimos muito cedo, por volta de 2 h da manhã todos estamos acordados. O nosso cozinheiro aproveita para fazer o café e preparar o leite em pó, depois volta para a rede e dorme novamente. Sempre um peão começa a conversar baixinho com um companheiro, mas como todos estão acordados, **o papo se alastra como pólvora**. E daí a pouco todos se levantam para tomar café, e a conversa continua até 4 h mais ou menos, quando todos voltam para suas redes e dormem mais um pouco, até 6 h, quando o dia começa a clarear (Diário de Seu Pedrinho, 11/06/1976, grifo da autora).

Vemos que o relacionamento com os peões pode ser considerado menos assimétrico e vertical, mesmo que pagassem por seu serviço. Isto porque eles viviam juntos em um mesmo rancho, sem distinções do lugar de dormir e de comer, pelo menos no momento inicial de “abertura”. O aprendizado de viver na “mata” de seu Pedrinho e de seu irmão Zé se deu junto com os peões, e difere de uma experiência urbana anterior de seu Pedrinho. Ele apenas havia trabalhado antes com mineração, não tendo vivência com o trabalho na terra, ao contrário da maioria daqueles que ocuparam os lotes nos dois projetos e assentamentos

A casa que eles construíram no lote foi feita aproveitando uma antiga “morada” de seringueiro, porque o lugar já estava “limpo”. Mais à frente, ele vai salientar a importância dos seringueiros, inclusive porque ele utiliza o conhecimento deles para a construção da casa no lote, em um espaço onde estava localizado anteriormente uma antiga “morada de seringueiro”. Eles poderiam abrir um pouco mais a “mata” para fazer um pomar, ficando livres do perigo de uma das árvores gigantescas cair em cima de seu rancho: “Faremos primeiro uma cabana para os peões, onde também ficaremos até fazer nosso rancho, que será também coberto e cercado de palha” (Diário de Seu Pedrinho, 03/06/1976). Com o início da construção da casa no lote, tornou-se cada vez mais comum a visita de vizinhos, aí incluída a refeição feita em comum e o pernoite no lote:

Ao anoitecer chegaram ao rancho quatro pessoas pedindo pousada. Um deles, o José, um Paulista, é dono do lote 6, vizinho ao meu. Jantamos e conversamos bastante tempo antes de ir dormir. Todos que chegam aqui se admiram da beleza e limpeza de nosso “recanto”. E nós achamos que está quase tudo por fazer (Diário de Seu Pedrinho, 05/07/1976).

A referência ao vizinho é feita tanto pelo nome quanto pelo estado de procedência. Isto é comentado por seu Pedrinho mais adiante no seu diário, quando as visitas passam a se tornar recorrentes e a hospitalidade dele e de seu irmão ganha fama: “Todos já sabem que os Oliveira são boa gente, e ao saírem para viajar por estas bandas, já marcam o seu ponto de parada no nosso rancho. Bem que em Minas se dizia que os Oliveira têm ‘cheiro de égua’”. Mais uma vez, ao caracterizar a própria família, seu Pedrinho usa a expressão ter “cheiro de égua”, aliando o sobrenome ao estado de origem. A identidade dos “pioneiros”, daqueles que chegaram primeiro e participaram da construção do espaço a partir de um projeto de governo, é feita com referência ao seu estado de procedência e ao uso do sobrenome.

No lote, seu Pedrinho não cultivou apenas cacau, mas também fez um terreiro que ele descreve no diário, no qual plantou vários pacotes de sementes de couve, almeirão, couve-flor, inhame, abóbora, banana, melancia, melão e pepino. Reservou parte de seu tempo para cuidar do canteiro, localizado em uma parte do lote denominada terreiro, que ficava mais próximo da casa. “[...] Sempre tive um grande prazer em plantar, cuidar, ver nascer, crescer e frutificar. É fruto visível do nosso trabalho e do nosso carinho que servirá para nós e para os outros” (Diário de Seu Pedrinho, 09/07/1976).

A terra na cidade também era outra preocupação para os dois irmãos, pela necessidade de ocupação daquele espaço, senão também teriam seus direitos sobre ela perdidos. No final de maio de 1976, seu Pedrinho comenta que foi ver a “posse” em Ariquemes, onde tinham planos de construir uma casa de madeira. Ao falar sobre a construção da casa na “data”, ele ressalta o crescimento da cidade:

É impressionante o desenvolvimento de Nova Ariquemes, onde faremos esta casa. Devem estar sendo constituídas mais de cem casas por mês, todas simples, de madeira, que formarão sem dúvida uma cidade sem similar, uma vez que ela tem um traçado bem moderno. As casas dão frente umas para as outras, sem que haja ruas no meio. Existe um espaço de mais ou menos 30 m entre elas, onde não haverá trânsito de veículo, sendo que estes só passam pelos fundos das ruas. Esta área livre ficará para jardins e para as crianças. [...] Ela é dividida em setores. [...] Espera-se que para breve ela seja uma das maiores do território (Diário do Seu Pedrinho, 29/06/1976).

O planejamento da cidade é citado como um diferencial de Ariquemes. Não apenas os lotes foram “abertos”, mas também os setores nos quais a cidade se subdividia foram “recortados”, subdivididos em ruas, alamedas – que eram os espaços de lazer – e, por fim, as datas, os terrenos que a administração local doava para aqueles que vinham ocupar os lotes. Seu Pedrinho comenta que posteriormente esse planejamento da cidade “desvirtuou” um pouco. Visivelmente, as alamedas não foram um investimento que se sustentou ao longo do tempo. Hoje em dia, os terrenos das antigas alamedas são utilizados para a construção de casas, como se fossem também outras datas do início. Além disso, a cidade avançou bastante e vários outros “setores” foram abertos, sobrepondo-se a alguns lotes do PAD Burareiro, aquele que circunda a área urbana de Ariquemes.

#### **4.2 Os sofrimentos**

O sofrimento aparece no diário de seu Pedrinho como renúncia à vida que tinha anteriormente e os seus sentimentos estão ligados principalmente a estar longe dos três filhos do primeiro casamento, que moravam em outros estados. A ida para Rondônia era uma oportunidade de vida para seu Pedrinho, mas que ocasionou alguns sofrimentos que foram contornados principalmente por sua fervorosa religiosidade:

Renuncio à minha felicidade, mas não à oportunidade de continuar levando felicidade aos outros. E aqui na selva, isolado do mundo mas em contato com Deus, creio poder resistir melhor a esta nova fase de sofrimentos em minha vida. Espero que ELE me compreenda, tenha piedade e me ajude (Diário de Seu Pedrinho, 23/05/1976).

Ele entendia que a fase inicial de renúncia era o prenúncio de outra de conquista. O passado de sofrimento traria um presente (e um futuro) de alegrias. Com 47 anos, ele havia se deslocado, buscando “a felicidade com que tanto tem sonhado”. Em outra passagem comenta sobre a possibilidade de viver com autenticidade aquela nova etapa: “Aqui pelo menos estou tentando uma vida nova. Senti que não podia aceitar o meu destino sem lutar. Porque acho que o homem acomodado se torna como as águas, que uma vez estagnadas se tornam imprestáveis, apodrecem” (Diário de Seu Pedrinho, 24/06/1976).

Esta referência à acomodação, com o emprego de um ditado conhecido, está presente também na trajetória relatada por Seu João Cioffi. Ele disse que “água parada não move moinho”, e que “pedra que muito rola não cria limo” (cf. Capítulo I). O movimento vem com alguns sentimentos que predominam. No início, sobressaem-se a

renúncia, o sofrimento, a necessidade de “fazer música”, como formulou seu Beto, tendo que ser estabelecido contato com os outros que também passavam por aquele mesmo processo. Este movimento foi incentivado pelo governo federal, mas o que o motivou é próprio de cada uma das famílias que ocuparam a terra, diferentes no PAD Burareiro ou no Marechal Dutra, e até entre aqueles que participaram desses processos.

As “dificuldades do início”, para utilizar uma expressão comumente dita pelas famílias que se instalaram nas terras em Rondônia, transformaram-se no elemento que permitiu a inclusão de uma maneira de contar sobre o sofrimento no processo de “abertura das terras”. Seu Pedrinho, depois de conseguir “abrir” e “limpar” a área para a construção da sua casa no lote, constata:

À tardinha estávamos comentando que agora seria bem mais difícil aparecer[em] as visitas de passagem para almoçar, jantar ou dormir, quando surgiram no caminho cinco pessoas que estavam perdidas, esgotadas pela fome, o cansaço e o desânimo. Deram graças a Deus por nos encontrar, pediram para jantar e dormir, [em que] foram logo atendidos. Rimos muito da coincidência e nessa primeira noite no novo rancho jantaram e dormiram treze pessoas (Diário de Seu Pedrinho, 15/06/1976).

Atravessar “dificuldades” pressupunha a ajuda e o contato com outros trabalhadores. Isto não significa que em todos os casos houve uma horizontalidade das relações, principalmente na “abertura das terras”, mas a solidariedade, como já dissemos, fazia parte do cotidiano no início da colonização. Todos “passavam dificuldades”, mas para “enfrentá-las” muitas vezes se fazia necessário dividir as “dificuldades”, como, no exemplo acima, o empreendimento de “abertura do lote”, que podia levar a que se perdessem no meio da “mata”, que era um espaço não organizado e ainda não submetido aos signos compartilhados pelas famílias e o governo, tais como linhas, travessões e lote.

A solidão e o isolamento que a “floresta” impunha para que fosse transformada em “terra” é retratada no diário. Ele se recorda da primeira vez em que ouviu, “abrindo o lote”, uma estação de rádio, do Acre, da capital Rio Branco. Ficou feliz de poder ter contato com algum meio de comunicação, depois de dias seguidos dentro da “mata”, rádio a que ele comumente tinha acesso quando morava na cidade em Minas. Esse período de isolamento serviu também, para seu Pedrinho, como oportunidade de reflexão, orientada para o seu futuro: “Não importa, já estou acostumado e preparado para sofrer. Pelo menos, vivendo como a gente quer, parece que a própria dor dói menos. E tenho de estar preparado, pois, olhando para o futuro, vejo possibilidades [...]” (Diário de Seu Pedrinho,



03/07/1976). Ele alia sofrimento à luta, comentando em seu diário que espera “colher muitos frutos deste trabalho”:

Porque ninguém consegue nada sem luta, sem trabalho, sem sofrimento ou sacrifícios. A felicidade existe, o ideal de uma pessoa pode ser alcançado, desde que ela se disponha a conquistá-lo. Mas, mesmo lutando com todas as forças, nem todos conseguem alcançar seu objetivo (Diário de Seu Pedrinho, 03/07/1976).

Seu Pedrinho participou do processo de elaboração de um fundo de reputação comum (Bailey, 1971), uma vez que pessoas de distintas as regiões do país participaram do mesmo empreendimento, sendo reconhecido por elementos em comum. Os chefes de família “bem vistos” naquele tempo – e que assim continuam sendo até hoje – eram aqueles que não temiam a realização do trabalho na terra, mesmo diante de todas as “dificuldades” (“abertura da mata”, pouca facilidade de acesso a instrumentos agrícolas, isolamento e necessidade de percorrer quilômetros para buscar mantimentos), caracterizando-se como os “pioneiros”. Assim, o sofrimento extraordinário (Das, 2007) para a conquista da terra envolveu a “abertura da mata” e o início da produção de forma precária, além das várias crises de malária.

O sofrimento não deve ser analisado sem a referência a um tempo específico, uma vez que assume diferentes conotações, dependendo de a qual tempo os “pioneiros” se refiram. O sofrimento no passado diz respeito principalmente às “dificuldades” com a “abertura da terra”, o que foi retratado no diário de seu Pedrinho. Lembrar do padecimento no presente traz um sentimento de orgulho e a noção de merecimento de estar na terra, por ter “enfrentado a mata” e também por ter a família ao seu lado. Esta é uma das justificativas morais para ser considerado “pioneiro”. Somente tendo passado por essas “dificuldades” é que foi possível “encaminhar” ou “formar” os filhos. Como apontado, o olhar de seu Pedrinho estava voltado para os frutos que poderia colher daquela terra para o seu futuro.

### **4.3 A oportunidade e a aventura**

A experiência de viver a “abertura das terras” aparece em tom pessoal, com descrições minuciosas e vívidas da “mata”, a relação de trabalho estabelecida para realizar a “abertura”, o contato com aqueles que já estavam naquelas terras e as particularidades que ele não havia conhecido anteriormente:

Hoje pela manhã fui com dois peões iniciar a limpeza no local da casa do seringueiro que encontrei anteontem. Centenas de periquitos e jandaias faziam no local uma algazarra alegre e colorida, neste lugar maravilhoso que desde a primeira vez me pareceu o ideal para se construir uma casa. [...] Interessante como até agora ainda não fiz menção aos insetos. E como eles chateiam. O tal de pium, o borrachudo, as abelhas e as formigas implicam conosco todo o tempo. [...] Algumas particularidades: Nunca tinha dormindo em rede e aqui tenho dormido. Nunca tinha estado em uma selva, e tenho mais daqui do que lá de fora. [...] Como não trouxemos espelho, há cinco dias não vejo a minha cara. Nunca havia ficado tanto tempo sem ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Nunca tinha andado tanto a pé e já não estou cansando (Diário de seu Pedrinho, 25/05/1976).

O cotidiano está presente no diário do seu Pedrinho, demonstrando as particularidades vividas por ele, o que naquele momento também se caracterizava como uma “aventura”. Uma dessas experiências que traziam a conotação de um espírito aventureiro foi aprender a caçar. No início, era algo que não dominava, mas que fazia parte do aprendizado de viver a “aventura” na “mata”. Ainda que no início seu Pedrinho não conseguisse caçar efetivamente nenhum animal, ele achava aquela experiência formidável:

Na hora do almoço soubemos que uma manada de queixadas estava por perto. Autorizei um dos peões a ir caçar. Pouco depois de sua saída, a manada apareceu perto da barraca. Peguei a espingarda do Zé para ver se matava alguma, mas não consegui. Quanto tive um na mira e apertei o gatilho, a arma estava travada e os bichos se mandaram. Como caçador, sou mesmo zero à esquerda (Diário de Seu Pedrinho, 05/06/1976).

Com o tempo, ele relata o aprendizado da experiência de caçar: “Fiquei sozinho com o cozinheiro e, depois de cuidar das plantas e almoçar, fui caçar, tendo matado dois capoeiros com um só tiro (palavra de caçador). É um pássaro muito gostoso e os comemos no jantar” (Diário de Seu Pedrinho, 11/07/1976). A caça aparece como um novo conhecimento e uma necessidade no ambiente em que estava, pois precisava ter alimento para ele, seu irmão e os trabalhadores que os acompanhavam. Mais adiante, no dia 13 do mesmo mês, ele relata: “De manhã, ao ouvir o barulho de um jacu perto do terreiro, apanhei a espingarda e saí devagarzinho. Quando vi o bicho... Pum. O bicho caiu duro no lugar. Estou virando um caçador da ‘Gota serena’”. Mais importante do que conseguir o alimento, uma tarefa que ele podia delegar ao cozinheiro que também era caçador, era passar horas dentro da “mata”, espreitando um bicho. Para ele, era uma oportunidade para meditar e experimentar a paz que o silêncio e aquela nova vida estavam lhe proporcionando. De maneira jocosa, comenta adiante que os bichos estão com medo dele, porque começaram a perceber que o “caçador aqui é fogo”. Mas ele fazia questão de não

matar qualquer bicho perto de casa e também ordenava que isso não fosse feito pelos homens que trabalhavam junto com ele e seu irmão:

Começamos a tratar das jandaias e periquitos, e tem dia que, das 9 até as 14 h, quase não se pode conversar, tamanha é a algazarra feita por elas. O chão onde colocamos a comida fica verde e vermelho, que são suas cores. Acho um espetáculo maravilhoso. Também os jacus, inhambus, macacos, cotias, pacas etc. já estão se aproximando bem do rancho, e demos ordens para não se matar aqui perto (Diário de Seu Pedrinho, 27/07/1976).

Os trabalhadores eram tidos no início de Ariquemes como “aventureiros”, colocando-os em oposição direta com os considerados “grandes”, aqueles que possuíam muitos recursos e não chegaram no início do empreendimento de colonização. Em comum, diante de diferenciações socioeconômicas e de reconhecimento social significativos entre os burareiros e os marechais, estava a imprevisibilidade de participar da política pública da colonização, especialmente no momento inicial de sua implantação. Isto porque os “grandes” chegaram quando a cidade estava “aberta” e já existia uma infraestrutura inexistente antes. Além disso, aqueles que não possuíam uma condição socioeconômica favorável tinham que permanecer em movimento, buscando espaço para que sua família pudesse se instalar e para desenvolver suas atividades. Por isso, hoje fazem questão de demonstrar que Rondônia não foi a primeira “parada” da família, que viveu um processo de quase “expulsão” das terras onde não mais cabia e que passou por isto a ter a necessidade de se “esparramar”.

Ao se “esparramarem”, seja na ida para Rondônia, seja na busca atual de “novas terras” em outros estados, as famílias continuam a viver movimentos similares. O período inicial caracteriza-se por “ir e olhar as terras”, para fazer o reconhecimento da qualidade da terra e das condições do local, o que recorrentemente se repete. Posteriormente, deslocam-se os familiares e seus pertences para chegar ao destino, com a necessidade de um momento de “abertura”, especificamente a “abertura da mata” através de “picadas”, como foi no caso de Rondônia, ou outras exigências, no caso de lugares diferentes. Em comum também fica a transmissão de informações sobre as possibilidades de possuir terra, a partir do relato de familiares, amigos e vizinhos, constituindo-se assim uma rede de informações. A propaganda estatal não foi suficiente para que as famílias se deslocassem, havendo a necessidade de ter conhecimento prévio de que, naquele território, já vivia algum parente ou conhecido.

É relevante pontuar que essa movimentação também ocorreu no passado, quando os grupos familiares saíram de seu estado de origem e se mudaram para o Paraná, para viver em terra própria ou de terceiros, a fim de trabalhar principalmente na colheita de café. No movimento que é feito pela família, ela se contrai em um primeiro momento, para depois expandir, trabalhando em conjunto para se estabelecerem posteriormente em lotes ocupados por núcleos familiares. A separação da família se dá para se torne possível criar “casa” e “terra”, mas ela permanece como uma referência.

Se ambos os grupos, tanto burareiros quanto marechais, podem ser caracterizados como “aventureiros”, existem diferenciações relevantes entre eles em relação à divisão do espaço com os filhos. Quanto aos burareiros<sup>95</sup>, a maioria não possui mais o lote do início da colonização, aquele que receberam assim que chegaram ao estado. Hoje eles dividem a casa no espaço urbano com um de seus filhos. Geralmente, há um muro que separa os diferentes grupos familiares. Na medida em que se “esparramam”, passam a dividir um terreno, mas não há uma regra que estabeleça qual é o filho que permanece. Nota-se que, na maioria das vezes, é uma filha que fica, responsável também pelo cuidado dos pais – o “pioneiro” e sua esposa – que já estão em idade avançada. Isto aconteceu especificamente com seu Pedrinho de Oliveira, que divide o terreno de sua casa com a filha Kátia, de seu casamento com dona Assunção, que mais tarde se casou com Joca Cioffi, tendo dois filhos desta união. Quanto aos filhos do primeiro casamento, são três que moram em outros estados, já estando formados em engenharia, biologia e direito.

#### **4.4 Pioneiros e desbravadores**

Seu Pedrinho de Oliveira, no momento em que fazia a “abertura das terras”, teve a oportunidade de conversar com um seringueiro que morava na área que compunha parte do projeto Burareiro. O seringueiro foi considerado a sua “segunda visita” oficial, conforme descrito anteriormente. O seringueiro contou a seu Pedrinho que morava lá há muitos anos e que o INCRA lhe tinha dado o direito de permanecer naquele espaço, porém, não houve o enquadramento no “perfil”, como burareiro ou marechal. Sobre a conversa, destaco alguns pontos:

---

<sup>95</sup> Ao passo que a maioria dos marechais que foram entrevistados moram no espaço rural e muitos deles ainda possuem o primeiro lote do Incra, mesmo que seja uma parte deste, isto é, uma chácara. É comum que dividam o espaço do lote com os filhos que se “esparramaram” e hoje têm sua própria família, mas diferente do espaço urbano, as casas não são divididas por um muro.

[...] Estivemos conversando muito tempo e ele me contou coisas muito interessantes. Ele e os outros seringueiros chegavam a passar mais de um ano sem ver outras pessoas, a não ser as que moravam com eles e o comprador de borracha. Verdadeiros bichos do mato. Ele tinha oito filhos e três morreram por falta de recursos, tendo assim também perdido a mulher. Andavam 40 km. Por dia, a pé, tirando o leite das seringueiras que levavam para casa, nas costas. Levantavam às 3 h da manhã, iam no escuro pelas trilhas que eles mesmos faziam, e depois regressavam com o leite que iam queimar para fazer a borracha, serviço este que ficavam fazendo até anoitecer. [...] Cada seringueiro conhece sua região, como conhecemos a cidade onde moramos. Ele conhece todas as montanhas, serras, rios e igarapés, sabe onde está cada seringueira. Sabe onde achar uma paca, um tatu, um veado ou uma onça. **Não subestimando os méritos do Mal. Rondon, estes são os verdadeiros desbravadores de toda a Amazônia. Homens que renunciaram a tudo que a civilização nos oferece para viver uma vida de fome e de miséria, por um ideal de independência e compensação mínima** [Diário de seu Pedrinho, 20/06/1976, grifos da autora).

Fica evidente o estranhamento do modo de vida que seu Pedrinho estava experimentando apenas há pouco, a permanência na “mata” com raro contato humano, elemento necessário ao trabalho do seringueiro. Seu Pedrinho constrói uma argumentação para mostrar que considera os seringueiros os “verdadeiros desbravadores da Amazônia” em função da renúncia de viver tantos anos na floresta, com acesso a poucos recursos e o trabalho diário extenuante a que eles se submetem. No entanto, nota-se que ele usa o termo “desbravador” e não “pioneiro”, palavras que têm semelhanças: o trabalho extenuante para iniciar a “abertura das terras” e o “ideal de independência”. Mas diferente do “pioneiro”, o seringueiro “desbravador” tem um conhecimento da “mata” que é exaltado por seu Pedrinho, sabendo se localizar entre os rios e as montanhas, sabendo onde encontrar alimento: “[...] agora estamos utilizando os seus trilhos e os seus conhecimentos”. Vale ressaltar que ele próprio havia usado o espaço “limpo” de uma antiga morada de seringueiro para fazer a construção da casa no seu lote, tendo como referência o conhecimento dos seringueiros para iniciar um processo não familiar para ele.

Seu Pedrinho caracteriza-os como “heróis anônimos”. Esta afirmação se aproxima do que seu Beto havia falado sobre Marcelina, que era tanto seringueira quanto membro da etnia indígena que deu origem ao nome da cidade. O novo momento em Rondônia, que corresponde ao início da colonização e da construção de Ariquemes Nova, foi marcado no relato de seu Beto por um evento curioso – a inauguração do cemitério. Esta inauguração foi realizada a partir da morte desta seringueira, como se estivessem “sepultando” o período ligado à extração de seringa em Ariquemes para dar início à colonização e ao incentivo agropecuário. A participação dos seringueiros na história de

Ariquemes teve o seu mérito no desenvolvimento da região, mas foi “enterrada” com o advento dos projetos de colonização.

O seringueiro é retratado com um “herói anônimo”, já o contato com os índios, delineado brevemente no diário, permanece como um encontro exótico, não sendo feita referência ao conhecimento que eles possuíam da “mata” ou nenhuma outra das caracterizações utilizadas para falar sobre o seringueiro. Seu Pedrinho relata ter tirado fotos com uma “tribo de índios nus” e de como pensara, naquele tempo, em enviar essas fotos aos seus amigos que, com certeza, iriam gostar. Em uma das conversas que tivemos, pude ver essa foto, tirada numa visita aos Cinta Larga, uma curiosidade sobre a vida das populações indígenas, que não imprimiram sua marca na história de Ariquemes.

No diário, seu Pedrinho de Oliveira conta que, com bastante surpresa, recebeu no rancho dois conterrâneos de Espera Feliz, em Minas Gerais. Diz que seu amigo e o filho pareciam estar com o propósito de vir para Rondônia. Mostra como a “fofoca da terra” se alastrava nos estados de origem e era importante ter alguém no local para fazer a apresentação das terras. O amigo e seu filho estavam vivendo o primeiro “movimento de família”, como apresentado no segundo capítulo. Seu Pedrinho escreveu no dia 16 de julho de 1976 em seu diário:

Foi a primeira visita que recebemos de conterrâneos e tiveram de andar uns 8 km a pé para vir até aqui (terão de andar outro tanto para voltar), o que valoriza ainda mais esta visita. Estão bem impressionados com o que viram e Manoel ficou de voltar de mudança, daqui a dois meses; se entusiasmaram com nossa vida aqui, com a qualidade das terras e com o desenvolvimento de Nova Ariquemes.

Isto faz com que ele próprio se lembre de sua viagem de reconhecimento, quando veio “ver as terras” em Rondônia pela primeira vez, em agosto de 1975, denominado por mim de primeiro “movimento de família”. A primeira reação, tanto dele quanto de seu irmão, foi ficarem apavorados com a quantidade e a extensão da “mata”. “De avião, a 9.000 m de altura, para onde olhássemos só víamos aquela imensidão de selva. Embaixo, a única estrada parecia um traço de lápis em uma grande folha de papel verde” (Diário de Seu Pedrinho, 17/07/1976). Difere bastante do que estava ocorrendo apenas dois anos depois, quando se mudaram para Rondônia. Seu Pedrinho cita a falta de planejamento como uma das principais causas de um crescimento desordenado: “As estradas vão penetrando nas selvas, e junto com elas o homem, que as vão derrubando e queimando, a tudo destruindo sem proveito, sem o menor planejamento ou respeito pela natureza”

(Diário de Seu Pedrinho, 17/07/1976). Ainda que seu Pedrinho e o irmão estivessem lá com o propósito de “abrir as terras” e fazer parte da construção do “novo”, eles não queriam realizar isto a qualquer custo. Em seu diário, seu Pedrinho já havia relatado que não achava prudente a possibilidade de derrubar árvores centenárias, achando que deveria haver uma regulamentação. Comenta: “Por aqui existe um provérbio dizendo que tempo é dinheiro. E dinheiro é prestígio. E prestígio é poder”.

Ser “pioneiro” em Ariquemes é uma marca de prestígio<sup>96</sup> e de poder, mas não necessariamente de poder aquisitivo alto. Obviamente, era necessário fazer algum investimento pecuniário para realizar o deslocamento até Rondônia e conseguir a terra, mas não é isso que sintetiza a caracterização do “pioneiro”. Podem ser enquadrados como “pioneiros” tanto marechais quanto burareiros, que muitas vezes têm certa disparidade na sua condição econômica. Em suma, ambos os grupos participaram do projeto do governo federal, que oferecia pouca assistência aos colonos, tiveram que traçar estratégias para permanecer e prosperar naquele espaço. É o que faz com que sejam considerados como aqueles que se “aventuraram” para que Ariquemes pudesse ser hoje uma das principais cidades do estado de Rondônia. A rotina do “pioneiro” Pedrinho de Oliveira pode ser resumida em uma das últimas passagens de seu diário, já com a casa do lote quase pronta:

Como sempre, meu primeiro serviço foi cuidar das plantas, principalmente do canteiro de verduras que estão resistindo bem e não vão precisar de replantar. Quando terminei, dei mais uns retoques na represa do igarapé que ficou uma belezinha. Almocei, deitei um pouco na rede (já estou me acostumando), fui caçar e, quando voltei, fui lavar minha roupa e tomar banho. [...] estou satisfeito porque rapidamente estamos terminando a derrubada das matas, que já está parecendo uma novela, tanto são os capítulos (Diário de Seu Pedrinho, 03/08/1976).

Quem tem autoridade na família para contar sobre as trajetórias vividas são os homens, os “pioneiros”. Eles são considerados os narradores “autorizados” (cf. Appadurai, 1981) para apresentar a história de participação na construção do “novo”<sup>97</sup>. De qualquer maneira, fica evidente um recorte de gênero quanto a este assunto”. Algumas

---

<sup>96</sup> Sobre reputação e prestígio no sertão de Pernambuco, Marques (2002, p. 182-183) ressalta o “[...] sentido muito tangível e de conotação predominantemente ligada à política que o termo possui naquela região, um indivíduo possui *prestígio* quando mediante suas relações pessoais ele é capaz de ter acesso a benefícios pouco disponíveis na comunidade”. Tal como salienta a autora, o prestígio tem um componente ativo, na medida em que deve ser conquistado pelo indivíduo, mas também um componente passivo, pois é necessário o reconhecimento social, no caso aqui analisado, como “pioneiros”, a ser legitimado por terceiros.

<sup>97</sup> Mas existem algumas exceções, já apontadas, como a participação intensa de dona Marta Martini na “abertura do lote”.

famílias analisadas se consideram “pioneiras” em outros estados, não só Rondônia, como é o caso de seu Pedrinho, “pioneiro” também em Carangola, Minas Gerais. Por Rondônia, ele recebeu uma homenagem tanto do estado quanto do município. Ademais, o pioneirismo pode ser considerado algo a ser herdado.

Os argumentos para o pioneirismo, tal como vimos, são basicamente três – a temporalidade da chegada, o que no caso de Rondônia significa ter se deslocado entre as décadas de 1970 e de 1980, mesmo que este não seja um recorte preciso; a ligação dessa denominação ao *ethos* masculino, ainda que haja espaço para a categorização de mulheres como “pioneiras”, se elas tiverem realizado um trabalho considerado produtivo no início; por último, está a memória das “histórias do início”, nomeando as famílias que chegaram na mesma época, bem como aquilo que existia na cidade antes de ser Ariquemes Nova ou Alto Paraíso, contando ainda o processo liminar de “abertura” da terra.

Existe uma determinada forma de contar a história que é considerada legítima para os “pioneiros” de Ariquemes e para os funcionários do governo federal que trabalharam na colonização. Os “pioneiros” explicam primeiro o espaço de ocupação de Ariquemes, para depois contarem sobre as trajetórias familiares, quase como se estivessem “atestando” a participação na construção do “novo”, naquilo que existiu posteriormente à colonização<sup>98</sup>.

#### 4.5 Vocabulário nativo

No dia 21 de junho de 1976, próximo ao período de chegada, seu Pedrinho de Oliveira regressa ao lote que estava sendo “aberto” e, surpreso com os “borrachudos” com os quais estava lutando até a hora do jantar, comenta: “‘Vixe’ os bichinhos são de ‘encoxar’”. Logo depois, relata em seu diário que tem anotado termos da “gíria local”. Chamam a atenção dele, principalmente, termos que tinham a ver com as noções relacionadas a terra, ao trabalho que se faz nela, a sua “abertura” e o plantio:

Terçado – facão grande, peça de uso obrigatório para todos que andam no mato. Varador – trilha, picada feita pelos seringueiros. Peão – empregado rural,

---

<sup>98</sup> Os funcionários do governo utilizam um léxico que se aproxima daquele empregado pelas famílias para explicar o processo de colonização – “desenvolvimento”, “progresso”, “vazios demográficos” estão presentes em suas histórias. A legitimidade de contar, para estes últimos, vem a partir de três elementos utilizados em suas explicações – a legislação; o cotidiano; também de uma avaliação da política de colonização *a posteriori*. Tanto aqueles caracterizados como os “pioneiros” quanto os funcionários do governo têm uma forma específica de contar os eventos, além de selecionarem aqueles que são considerados relevantes para serem enunciados.



de serviços braçais. Broiar – brotar, nascer. [...] Data – posse, terreno para se construir casa. [...] Impeleita – empreitada, serviço tratado a preço fixo (Diário de Seu Pedrinho, 21/06/1976).

O meu trabalho de pesquisa também se baseou em uma análise do significado atribuído a expressões recorrentes pelos membros familiares que se deslocaram para Ariquemes no período de colonização. Seguindo as informações das famílias assentadas em Ariquemes no período em que “o Incra chegou”, foi iniciado o “corte das terras”, de acordo com os parâmetros organizados pela política de colonização. Nos projetos de assentamento dirigidos de Ariquemes, foram criados os “quadrados burros”, cortes feitos na prancheta da administração estatal, não levando em conta a presença de recursos hídricos no lote e nem os acidentes de relevo. A terra foi “aberta” e organizada de acordo com os interesses da família que se deslocou, na medida do possível, visto os entraves iniciais com a falta de assistência técnica para realizar a abertura, a pressão do Incra para que houvesse a presença da família no lote, bem como a falta de infraestrutura – estradas, hospitais de atendimento público para aqueles que se acidentavam na “mata” e também sofriam com as crises agudas de malária, que tanto aumentavam durante o inverno.

A motivação para o deslocamento da família é diferenciada, sendo quase sempre ligada ao sonho de possuir terra para a família. Mesmo que não permaneçam posteriormente ali, apropriar-se de uma terra significa a possibilidade de colocar a “casa a rodar”. Esse processo significava tanto trazer a casa como um espaço baseado em relações sociais quanto trazer os bens materiais que fossem possíveis e/ou necessários para aquela família em questão. O processo de colocar a “casa a rodar” mobiliza os recursos da família que se deslocou e a organização da ocupação que encontram na terra que foi “recortada” pela política pública de colonização.

A casa do “pau de arara” era logicamente um espaço provisório, caracterizado por ser uma “mistura de gente”, um espaço que seria novamente separado e organizado quando chegassem ao destino. A data de chegada é um elemento lembrado pelas famílias que vieram para Rondônia no início da colonização como marco desse processo de deslocamento para uma terra que eles conheciam muito pouco. Os diferentes sentidos de deslocamento da família têm a ver com os propósitos de cada uma delas. Não necessariamente esse deslocamento significava uma busca por “melhores condições de vida”, comumente atribuído à “migração” de trabalhadores.

Essa diferença nos sentidos do deslocamento é compreendida se analisarmos o caso de seu Pedrinho de Oliveira. Com “vida feita” em Minas Gerais, ele não procura “ter melhores condições de vida”, como um sujeito com necessidade de buscar outro lugar para viver melhor, no sentido econômico do termo. Ele queria recomeçar a sua vida e ter a possibilidade de inscrever seu nome em uma localidade considerada “nova”, que estava sendo criada segundo diretrizes específicas do governo federal à época. Para outras famílias, o sentido do deslocamento pode se aproximar de uma necessidade do movimento, porque não havia mais condição de “esparramar” no lugar onde moravam. Mas para seu Pedrinho, viver a “aventura” era um dos aspectos mais celebrados, o que fez com que ele não parasse em Rondônia, mas avançasse até os garimpos Roraima e, mesmo que o garimpo não tenha sido algo proveitoso, porque era uma atividade muito penosa segundo a sua avaliação, esse movimento foi relevante como “aventura”.

Os relatos na primeira pessoa sobre aprender a caçar também fazem parte da experiência de aprender a viver naquele novo contexto, orientando-se no espaço “sujo” ou ainda não “aberto”, espreitando os animais, ouvindo os barulhos da “mata” e outras particularidades que conta, como dormir na rede, e como isso era completamente diferente da vida urbana que ele havia vivenciado até aquele momento. A caracterização como “aventureiros” cabe a todos os marechais e burareiros que chegaram a Rondônia ainda no período do início da colonização. Essa diferenciação se opõe àqueles que eram denominados “grandes”, que só vieram depois que o espaço estava “aberto”, o que foi relatado não apenas por seu Pedrinho de Oliveira, mas também por outros “desbravadores”.

O grupo familiar que se desloca é aquele que é responsável por ajudar<sup>99</sup>, principalmente no primeiro momento, que envolve a “abertura das terras” e a transformação do que é considerado um espaço “sujo” ou “fechado” – a “mata” – para um espaço “limpo” e “aberto” – o lote, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Incra. Isto aconteceu com seu Pedrinho e seu José, que “abriram” juntos tanto o lote quanto a data da cidade, construindo casa em ambas as áreas. Portanto, a família é o grupo com laços consanguíneos que se desloca junto e tem a responsabilidade de ajudar. No caso de

---

<sup>99</sup> Arensberg e Kimball (1968) comentam que o *household* engloba geralmente três gerações e que essa estrutura fornece a base pela qual se determinam aqueles com os quais se tem obrigações. Para fins da análise realizada aqui, as obrigações no início da colonização estão ligadas especificamente ao grupo familiar que se desloca, referindo-se a membros da família de origem, que se ajuda na “abertura das terras”.

um empreendimento coletivo, como foi a proposta de seu Pedrinho de abrir uma estrada que beneficiaria não apenas o acesso ao seu lote, mas também ao dos vizinhos, é proposta uma divisão dos custos com a mão de obra contratada. Não se trata de uma “ajuda”, tal qual entre familiares, mas de um acordo entre vizinhos diante de uma necessidade coletiva, já que para os burareiros geralmente os lotes eram “abertos” junto com os familiares e mão de obra contratada, sendo esta formada principalmente por marechais. Os marechais contavam com a ajuda dos familiares e, diante da impossibilidade de contratação de mão de obra, como na maioria dos casos, eles também ajudavam os vizinhos e os amigos por meio de troca de dias de trabalho.

Seu Pedrinho faz referência, pelo menos, a duas visitas consideradas “oficiais” e também a uma visita que recebeu de conterrâneos seus que estavam realizando o primeiro “movimento de família”, que é “vir e ver as terras”<sup>100</sup>, tendo como referência um amigo que saiu da mesma localidade que eles. A oficialidade das visitas é marcada por uma forma de agir: não bastava apenas reservar um tempo para que conversassem. Diante das distâncias e dos espaços ainda não “abertos” que existiam em Ariquemes naquele momento, uma visita envolvia também repartir uma refeição e muitas vezes pernoitar no lote do visitado.

A segunda visita “oficial” de seu Pedrinho foi a de um seringueiro, morador antigo daquela área. Seu Pedrinho o caracteriza como “desbravador”, mas não como “pioneiro”, e reconhece a importância da participação dos seringueiros na história de Rondônia, uma vez que ele estava utilizando os conhecimentos deles para andar na “mata” e até mesmo construir a sua casa no espaço rural. No entanto, ao falar que se tratava de um “desbravador” e não de um “pioneiro”, ele está marcando a diferenciação com o período em que ele particularmente participou da expansão de Ariquemes, a partir do início da colonização. É reconhecida a importância do seringueiro como “herói anônimo”, mas o pioneirismo tem como base de sua argumentação o reconhecimento social, o que envolve inscrever o seu nome na história de uma determinada localidade. Portanto, o anonimato está em direta oposição ao que seu Pedrinho utiliza como forma de denominação tanto

---

<sup>100</sup> Durham (2004) postula que a migração (ou deslocamento, para adotar o termo aqui utilizado) pode ser vista como um trânsito inserido em relações sociais, uma vez que não há o rompimento das relações familiares e de amizade com o local de origem. Nesta pesquisa, estas relações sociais são utilizadas principalmente como uma forma de conhecer as terras de Rondônia a fim de se decidir sobre a mudança para lá.

para ele quanto para aqueles que participaram do processo de construção de Ariquemes “Nova”.

Ainda sobre a identidade do “pioneiro”, a referência é feita ao nome e ao sobrenome, além de ao estado de origem do “pioneiro”. Isto se aplica aos vizinhos que conhece, a ele e a seu irmão, na medida em que comenta que todos passaram a conhecer os Oliveira (sobrenome) que, tal como em Minas Gerais (estado de origem), tem “cheiro de égua”, atraindo as pessoas para o lote deles pela hospitalidade da acolhida, o que se liga à condução da visita de forma apropriada.

O diário de Seu Pedrinho é importante não apenas porque confirma, através de um relato escrito no presente, muito do que foi acionado pelas memórias dos outros “pioneiros”, mas também porque traz novos elementos que contribuem para a análise que foi realizada nos outros capítulos. Estes elementos ajudam a elucidar as razões dos deslocamentos feitos para Rondônia, particularmente o sentido que o deslocamento adquiriu para ele: a compreensão sobre a identidade do “pioneiro” e daqueles grupos sociais que são considerados como participantes da história anterior à colonização, a partir da referência, de maneira diferenciada, ao seringueiro e aos índios, e informando quem são as pessoas que ajudam, dentro e fora da família.

## PERSPECTIVAS FINAIS

Ao longo da tese, notei como o termo “esparramar” fala sobre uma dinâmica específica de reprodução familiar, onde os movimentos familiares se orientam não apenas para buscar terra, isto é, não apenas pela “necessidade econômica”. Seja no espaço rural ou no urbano, “esparramam-se” não só quando a terra torna-se pequena para abrigar os filhos casados e suas novas famílias, mas também para se reorganizar naquela que já é de propriedade da família. Enfim, “esparramar-se” é um modo de existência próprio daquelas famílias. Como vimos, outros termos estão relacionados à ideia do “esparramar”, tais como “terra” e “família” duas categorias-chave, ou como “sofrimento”, “deslocamento” e “pioneirismo”.

Quando as famílias pesquisadas chegaram em Rondônia, o governo federal, tanto em documentos oficiais quanto em relatos dos funcionários, para fins da política de colonização realizada na Amazônia, caracterizava o território sobretudo como um “vazio demográfico”, desconsiderando populações já existentes. Havia garimpeiros, seringueiros, índios, um pequeno núcleo comercial e de produção agrícola, contrariando a ideia do “vazio”. Mas estes não eram considerados possíveis beneficiários do projeto de colonização. A primeira justificativa para esta caracterização, de acordo com os executores da política pública de colonização, relaciona-se ao fato de que os garimpeiros que já estavam na área de Ariquemes “não possuíam família”, por isso, faltaria o componente principal na avaliação do governo federal, que era a disponibilidade de mão de obra para “abrir as terras”. Além disso, garimpeiros, seringueiros e populações indígenas eram considerados grupos que “não sabiam trabalhar”, não tinham “perfil” adequado por não possuírem a “cultura” de trabalhar na terra, não dispo, assim, do conhecimento agrícola necessário.

Por meio de critérios estabelecidos pelo Incra, o governo federal fez um “corte” entre as famílias consideradas mais aptas e menos aptas. Os critérios diziam respeito entre outros aspectos, à idade do chefe da família e de seus filhos, bem como a comprovação de algum reserva financeira por meio de saldo na conta bancária. O tipo de comprovação referente à reserva financeira fazia parte de requisitos exclusivos aos burareiros.

“Terra” é uma noção comum às diversas situações narradas pelos pioneiros, mas que assume significações variadas. “Terra” pode significar o “lote” que foi distribuído

por meio da seleção durante a colonização ou mesmo adquirido através da compra. A “terra” que ainda não foi “aberta” é denominada “mata” ou “selva”. Aquela terra que foi “aberta” mas não é considerada “limpa”, isto é, apta para o cultivo, é chamada “capoeira”, que é um estágio intermediário entre a terra “aberta” e a “mata”, sendo que a “mata” corresponde ao espaço “fechado” ou “sujo”. O estágio “limpo” em oposição a “sujo” também é utilizado para as terras localizadas na cidade, tanto para o lote quanto para a data.

O que foi discutido na literatura abordada no primeiro capítulo, como o processo de transformação de “floresta” em “terra”, é designado pelas “famílias pioneiras” como a “aberturas das terras”, que transforma a “mata” em lote. O lote é o pedaço de terra a que os funcionários do Inca se referem como “quadrados burros”. Recebem essa denominação por não levarem em conta os limites hídricos e diferenciações de relevo entre uma área e outra. Como não havia assistência técnica promovida pelo Inca, as famílias estavam à mercê da sorte para adquirir lotes que tivessem boas condições de produção<sup>101</sup>.

Outras orientações espaciais ligadas à “abertura das terras” são “picada” e “picadão”, distintas entre si. “Picadão” se refere a uma primeira abertura de estrada, pela topografia do Inca, para demarcar e entregar os lotes. “Picadas” eram as trilhas que levavam ao lote, abertas no mato pelas próprias famílias. Além disso, o lote tem outros espaços específicos, denominados pela família: o carreador, que era uma pequena estrada com a largura de um carro, usada principalmente para alcançar os lotes, ou subdivisões deste, se for o caso, a casa da família; o terreiro para a plantação de árvores frutíferas e culturas destinadas ao consumo da família; geralmente uma represa ou um leito de água; os “fundos” do lote, na qual muitos “pioneiros” preservaram uma parte com mata.

Os lotes que estavam localizados no eixo da estrada federal, a BR-364, eram mais valorizados no início da colonização, tanto por estarem próximos do eixo de transporte que estava “aberto” quanto pela facilidade do deslocamento até a área urbana de Ariquemes. Nesta, comumente permaneciam a esposa e os filhos para que os últimos

---

<sup>101</sup> Ainda assim, havia algumas possibilidades de diálogo com os funcionários do Inca para negociar a localização dos lotes (ver Capítulo I).

pudessem ter a oportunidade de continuar os estudos; já os homens se encarregavam de “abrir” o lote e “construir” a casa.

A “data” corresponde à terra doada na cidade, como vimos. A cidade era referida como “rua” em oposição à “roça”, espaço onde estava localizado o lote. Sítio significa o lote que a família já havia “aberto” e onde construíra a casa. Assim, o lote já estava “formado”, havendo ali o cultivo das suas produções e, na maioria das vezes, com a família já vivendo nele. Portanto, a terra deve ser “aberta” para se tornar “lote” que, por sua vez, deve ser “formado” para virar “sítio”. Em suma, sítio é o lote “aberto” e também “formado”.

Ao atentarmos para os sentidos atribuídos a terra<sup>102</sup>, fica evidente que são utilizados diferentes verbos para distintas conotações atreladas a esta categoria. Essa ocorrência também está ligada à mudança do sujeito que pratica a ação. Como demonstrado acima, a terra, o lote ou mesmo a data são “abertos”, ao passo que a floresta é “cortada”. A floresta é “cortada” em terras ou em lotes pelo Incra, que é responsável pela demarcação, em termos oficiais, ou de acordo com os termos utilizados pelas famílias, pelo “corte” ou “recorte” das terras<sup>103</sup>, o que significava a colocação dos marcos e a abertura de um “picadão” na mata, implementando o projeto de colonização. A partir do “corte das terras”, as famílias “tiravam” ou “pegavam” um lote a ser “aberto”. Numa ideia completa, vemos que aqueles que “tiram” e posteriormente “abrem” a terra, o lote e a data são as famílias, que podem se ajudar ou contratar mão de obra para auxiliar na atividade.

Quando as famílias se referem a terra, sobretudo no período do início de colonização, utilizam o termo lote. Para as que ainda possuem a terra, mesmo que não seja aquela acessada por meio do processo seletivo, ao se referirem a ela já como um espaço “da família” e não mais o lote “do Incra”, empregam os termos “sítio”, “roça” e

---

<sup>102</sup> A terra não é vista simplesmente como uma mercadoria para as famílias que a ocuparam, mas como algo pensado em um contexto de valorização ética, principalmente como patrimônio ligado ao valor-família (cf. Woortmann, 1987), que se conecta à inscrição do nome de família (principalmente o nome do pai de família) naquela localidade como pioneira.

<sup>103</sup> Bohannan (1963) explica a respeito da forma ocidental de divisão da terra que esta pode ser “possuída”, o que denota uma formulação da unidade “homem-coisa” (o que é distinto da visão de alguns grupos africanos, para os quais a terra se liga a um grupo de linhagem, sendo que o autor propõe a formulação de uma unidade “homem-homem”). Essas unidades são descritas em termos de propriedade com o uso de verbos como “possuir”, “alugar” e “vender”. Procuro justamente associar formulações verbais às ações com a terra, o lote e a casa, conforme visto acima.

até mesmo “chácara”. Os “lotes” que atualmente estão subdivididos, tanto para fins residenciais quanto de produção, são nomeados “chácaras”. Ainda que seja uma tendência atual, principalmente na área que circunda Ariquemes, desde o início houve divisões das “terras” em “chácaras” para torná-las viáveis para a compra por aqueles que não participaram da seleção. Estas pessoas, em geral, não podiam comprar grandes áreas, fossem de 100 ou 250 hectares, como foi o caso dos projetos de Ariquemes.

Morar no sítio ou na roça até os dias atuais é visto como motivo de orgulho, principalmente para os marechais. Mostra que ultrapassaram as adversidades iniciais e ainda possuem a terra, muitas vezes utilizada como o espaço produtivo e também residencial. Ademais, há um atributo positivo ligado ao “sossego” de morar na “roça”, em oposição à cidade, lugar que tem mais movimento e carrega a ameaça da violência. Isto em especial para os moradores das “linhas” de Alto Paraíso, cuja expansão do centro urbano aproximou-os da cidade dos lotes do antigo Nuar (Núcleo Urbano de Apoio Rural).

Como colocamos anteriormente, a “floresta” é transformada em “terra” para que seja passível de apropriação pelas famílias e também para que seja usada para fins agrícolas. A família que sabe trabalhar na terra, empregando técnicas aprendidas ao longo da vida, é valorizada. Este é o caso, por exemplo, da família Zanella, que chegou a Ariquemes antes mesmo do “corte das terras” pelo Incra. Por isso, experimentaram uma inicial “desconfiança”, já que perceberam que as antigas famílias moradoras da localidade não tinham experiência com agricultura, isto é, não sabiam transformar “floresta em terra”. O agricultor é aquele que faz “linha de foice”, emprega trabalho na terra visando transformá-la em espaço cultivável. Já o Incra fez apenas “linhas de imaginação”, que correspondem ao “corte” das terras na prancheta dos administradores, que eram os responsáveis por indicar onde era a área do lote da família, que se responsabilizava pela limpeza, a abertura e o escoamento da produção. São considerados trabalhadores aqueles que efetivamente estão ocupando o espaço ao qual foram destinados na política de colonização, tanto “abrindo a terra” quanto “construindo casa”. A casa, por sua vez, é construída pela família, é de posse da família, que posteriormente será responsável por “formar o filho”, e este poderá “formar o lote”. O pai pode ajudar a comprar o lote, mas não irá trabalhar nele.



Outros sentidos permeiam a noção de terra, não ligados à orientação espacial ou mesmo às formulações oficiais do Incra, mas sim a particularidades da família. A terra que se adquire para viver tem grande relevância, sendo que Rondônia foi a possibilidade colocada no início da década de 1970. Possuir terra significava aplicar o gerenciamento que a família julgava necessário, além do controle do tempo por meio dos próprios familiares, que não precisavam vender a sua força de trabalho para terceiros (mesmo que isso pudesse acontecer em um momento inicial). Ao mesmo tempo, o trabalho para a família corresponde a uma valorização pessoal, principalmente do seu chefe, afirmando o seu direito à terra ocupada. Já no discurso do governo federal representava aquilo que uma unidade familiar delimitada pela política pública podia oferecer para os objetivos do projeto de colonização, portanto, ser “trabalhador”, para a administração pública, significava ter transformando “floresta” em área de plantio. É relevante mencionar que só se adquire lote trabalhando nele, então, necessariamente, era preciso “abrir o lote”, tanto no âmbito da política pública quanto para a produção voltada à família.

A terra também diz respeito ao progresso, ao que vira uma “potência”, como no caso de seu Pedrinho, que vê na possibilidade de ocupação de Rondônia a possível transformação daquela área em um lugar de prosperidade econômica, tal como foi em Maringá, no Paraná. A terra aparece como oportunidade de inscrição do nome de família na propriedade. Esse processo de inscrição do nome de família pode ser visto como uma operação de mapeamento social (cf. Comerford, 2003) na comunidade. Nessa direção, Bogado (2011), ao tratar dos chacareiros da Patagônia argentina, busca recuperar o que denomina itinerário etnográfico por meio da propriedade familiar, bem como a ligação da família com a história da propriedade que, por sua vez, fornece elementos para a compreensão da própria reconstrução da trajetória familiar. Não se trata simplesmente de ser proprietário em função do registro jurídico, mas sim de garantir a continuidade da família através da terra e do nome, de inscrever o seu nome naquela coletividade.

A família é uma unidade plástica, cabendo movimentos de união e de separação ao longo do tempo, vista como referência que não se desfaz com a ida para Rondônia. Há a possibilidade de formação de núcleos familiares que, a partir do casamento, procuram “esparramar” e criar as próprias condições de reprodução social para os filhos, mesmo que isto não signifique a permanência na terra visando às outras gerações. A família de origem, porém, continua sendo uma referência para aqueles que se “esparramam”. O verbo “esparramar” possui dois principais sentidos, além de espalhar: “separar”, um dos

sinônimos utilizados pelas famílias para o “esparramar”, denota “debandar”. No caso dos pioneiros, está em jogo não um espalhamento desorganizado das famílias, mas uma separação que, no limite, serve ao fim de se criar mais família, preparando-a para a sua continuação.

O termo “família”, exhaustivamente usado ao longo dos capítulos anteriores, tem dois principais sentidos: seja a família de origem ou os núcleos familiares. Esta expressão não atribui um caráter de imobilidade à família ou de consideração apenas dos laços consanguíneos, mas marca a passagem da construção de um novo grupo que se “esparrama” a partir da família inicial. Por isso, o adjetivo “novo” geralmente associado ao núcleo familiar ao longo do texto. No entanto, em diversas passagens, referi-me simplesmente à família ou mesmo à “família pioneira”, uma vez que o “esparramar” conecta os dois sentidos acima mencionados. Há uma transitividade entre diferentes momentos: aquele em que se organiza a família de origem e outros nos quais os núcleos familiares são o foco.

Observa-se que a família está orientada para a construção de outros grupos familiares, que são em última análise novas unidades, mas sem perder a identidade familiar de onde vieram. A referência a uma origem comum da família é determinada pela efetiva união de seus membros (cf. Thomas; Znaniecki, 1918) que, mesmo ao se “esparramarem”, conduzem esse movimento de acordo com os passos já dados por membros da família de origem – pais, irmãos, tios, sogros, cunhados, como foi visto nos relatos das famílias.

O “esparramar” divide a família de origem em outros núcleos que ampliam a sua área de atuação. Trata-se de uma maneira de a família se reproduzir socialmente, contrapondo-se a pressões da sociedade no sentido de sua dissolução. Thomas e Znaniecki (1918, p. 107) apontam que a família é uma organização dinâmica, sendo que as mudanças internas, como o casamento, o nascimento e crescimento, são incluídas como normais e não como algo inesperado. Nesse sentido, os “movimentos de família” são também esperados, e Rondônia não foi o primeiro lugar para o qual se deslocaram, ainda que os sentidos desses deslocamentos sejam diferenciados. O “esparramar” faz parte de um esquema reprodutivo que ocorre na vida dessas famílias, seja quando se deparam com o problema da falta de terras para a próxima geração, seja em função dos diferentes posicionamentos dos filhos e netos de “pioneiros” a respeito de seus próprios futuros, não incluindo a permanência na terra. Se resolverem permanecer, precisarão dividi-la e

também as datas na cidade. Outra possibilidade é providenciar o encaminhamento dos filhos para estudar fora, de acordo com as possibilidades da família e os projetos de futuro desses jovens.

Um dos propósitos da tese foi compreender a dinâmica de movimentação das famílias que são consideradas “pioneiras”. Ir para os projetos de colonização em Rondônia significou uma possibilidade de colocar “a casa a rodar”, no sentido de que os núcleos familiares recém-formados, que não tinham mais espaço no estado onde viviam, poderiam ser enquadrados no modelo de família buscado para ocupar terras do governo federal em outro estado. Ainda assim, as famílias têm outras terras de referência, como foi visto na justificativa para caracterizar o “tempo de Rondônia”. A família que “abre a terra” de forma conjunta, mesmo que depois viva separadamente, é considerada uma única família. Na medida em que constroem suas casas, cada núcleo familiar passa ser contabilizado formalmente pelos ditames do governo federal como uma família distinta. Mas ao longo das novas organizações das famílias, vemos um constante trânsito e possibilidades de reprodução social que não inviabilizam a formulação do governo federal de uma família por lote.

O “esparramar” não acontece apenas quando faltam terras, tal como ocorreu com a vinda das famílias para Rondônia. O casamento, principalmente dos filhos homens, traz a necessidade de busca por uma terra própria, pois são eles que, com o apoio do pai, têm que adquirir o lote para ser “aberto”. Isto fica explícito em uma passagem destacada do relato de seu João Zanella: “Onde tinha homem tinha que ter terra para trabalhar”<sup>104</sup>. O casamento é um momento catalisador dos “movimentos de famílias”, na medida em que influencia a relação entre terra e família, pressupondo a busca por um espaço não apenas produtivo, mas também residencial. No caso das famílias Zanella, Martini e Pereira, foi a partir do casamento que ficou mais clara a necessidade de se “separar”, “esparramar”, “debandar”. Portanto, o casamento determina a necessidade de possuir um espaço próprio para a nova família que será criada, e novas personagens se integram ao enredo da família: principalmente as noras, mas também os genros que, ao pensarem conjuntamente os

---

<sup>104</sup> É interessante notar que essa afirmação se aproxima das propagandas do governo militar que foram veiculadas à época, como “Homens sem-terra para terras sem homens”, construindo uma relação entre as terras consideradas “vazias”, portanto, sem homens, e aqueles que estavam em busca de terra para os mais variados fins.

projetos de “futuro da família”, potencializam a ação e podem traçar novos caminhos para o “esparramar”.

As ações relacionadas ao projeto de integração nacional organizado pela política de colonização, bem como os movimentos de família influenciaram na formação de um projeto de futuro. No primeiro caso, os funcionários do Incra, seguindo os direcionamentos legais cabíveis, conduziram o processo de seleção responsável por “cortar as famílias”, no sentido de enquadrá-las como marechais ou burareiros, o que influenciou principalmente o tamanho da terra de que dispunham, a disponibilidade de financiamentos e, por fim, o reconhecimento social diferenciado das famílias. As memórias dos movimentos influenciaram na medida em que cada família tinha uma forma própria de se “esparramar”. O “esparramar” pode estar presente nas famílias há pelo menos duas gerações anteriores à dos “pioneiros”, como as famílias Zanella e Cioffi, continuando nos filhos e netos, ou ser algo vivenciado nessa geração pela “família pioneira” e seus filhos, como no caso de seu Pedrinho de Oliveira. De qualquer maneira, sobressaem os casos nos quais a necessidade e a oportunidade de “esparramar” já existiam na família há mais gerações.

Assim, essa movimentação também ocorria no passado, quando os grupos familiares saíram de seu estado de origem e se mudaram para o Paraná, em terra própria ou de terceiros, para trabalhar na colheita de café, principalmente. Junto com o movimento que é organizado, a família se contrai e se expande, trabalhando a princípio em conjunto para se estabelecer depois em lotes.

Ao longo da tese, utilizo o termo deslocamento ao comentar sobre os “movimentos das famílias”, mas em especial aquele que foi realizado para a Amazônia, em particular, para Rondônia. A partir do deslocamento, é possível também analisar as “paradas” de cada família. Nenhuma daquelas que foram apresentadas havia se deslocado especificamente para Ariquemes, em Rondônia, sendo necessárias algumas “paradas” em outras cidades, como Ouro Preto d’Oeste ou Cacoal, para saber sobre os projetos de assentamento em Ariquemes e também sobre as possibilidades de possuir uma terra mais próxima da BR-364, o que a valorizava monetariamente e diminuía um pouco as “dificuldades” associadas à “abertura do lote”. Essas famílias têm um histórico de contínua movimentação; assim, o caráter provisório de migrante não cabe na caracterização dessas famílias, ou seja, elas escolheram realizar o movimento. Alguns

lugares, nos quais houve uma “parada” mais longa e a possibilidade de participação na construção de algo “novo”, permitiram a sua caracterização como “pioneiros”. Nesse movimento contínuo, é relevante mencionar que o significado da lógica do movimento para as vidas dos familiares foi sempre pensado. Assim, não se trata de um processo individualizado, ao contrário, é um processo que envolve toda a família.

Tendo como ponto de partida o deslocamento para Rondônia, procurou-se revisitar o passado das famílias através dos seus movimentos anteriores e daqueles que os filhos e os netos de “pioneiros” continuam realizando até hoje em busca de seus próprios projetos de vida. É recorrente a referência a um membro familiar ou a um amigo em Rondônia que relata as condições de vida naquele estado antes da ida da família para lá, o que está presente em quase todos os casos abordados.

As informações de pessoas conhecidas têm um papel significativo para motivar os possíveis ocupantes dos lotes do PAD Burareiro e do PAD Marechal Dutra a se deslocarem. O conhecimento e a “fofoca sobre terra” em Rondônia, espalhada pelos parentes e amigos, é crucial tanto para aqueles grupos familiares que vieram “ver as terras” e que posteriormente retornaram trazendo a família (a maior parte dos casos), quanto para aqueles que vieram com a mudança sem antes terem conhecido Rondônia, como foi o caso de seu Armínio, seu Josivaldo e seu Osvaldo. A referência ao vizinho ou mesmo ao amigo, principalmente no início da colonização, era feita pelo uso do seu nome (ou sobrenome) e também pelo seu estado de procedência, uma forma de identificá-lo – tal como fazem os Zanella ao falar das primeiras famílias agricultoras “mineira” e “paulista”, ou mesmo a referência que seu Pedrinho de Oliveira faz aos seus vizinhos do início, também combinando nome e estado de origem. Portanto, a localização era tanto nominal quanto geográfica, informando possíveis práticas comuns de trabalho e modos de vida.

Além disso, para o deslocamento, está em jogo uma divisão familiar em relação à delegação de poder ao responsável pelas decisões da família ou do grupo de família (ou amigos e vizinhos nas terras de origem) no momento específico de verificar as condições para produzir e residir em Rondônia. É acionada uma concepção empírica do conhecimento da terra referente à sua qualidade e às características da região na qual está localizada. Nesse sentido, “vir e ver as terras” significava avaliar se aquele seria o local para “ter terra para a família”, para aquela família recém-formada a partir do casamento.

A questão de gênero é marcante na formação dessa etapa de reconhecimento que denomino primeiro movimento da família. O grupo de familiares, de amigos ou vizinhos que olha as terras previamente é formado apenas por homens. O primeiro “movimento da família” que se desloca para Rondônia é a viagem ao estado do grupo responsável por conhecer o território e a qualidade das terras para decidir se traz a família, além de definir onde ela se instalará. Nota-se uma tendência de que as mulheres permaneçam menos na terra, se comparadas com os filhos dos “pioneiros”. As jovens comumente nela permanecem quando acompanham os seus maridos, o mesmo valendo para aqueles que exercem a sua profissão na cidade ou se mudam de estado para poder exercê-la. Isto não significa que elas sejam excluídas do processo de divisão de bens, sejam estes relacionados à propriedade de terra ou a outros bens materiais da família. Ainda sobre a questão de gênero, quem deve contar a história é o chefe de família (com algumas exceções apontadas), ou seja, aquele que é o responsável por “abrir as terras”, seja na companhia de outros chefes de família, seja contratando mão de obra. Isto porque também há uma marcação de gênero ao se descreverem os movimentos, sendo o homem aquele que está autorizado a contar.

O discurso do “pioneirismo” e o discurso do sofrimento são maneiras de narrar que fazem parte dos mecanismos de legitimação do deslocamento e de novas formas de apropriação do espaço. O sofrimento não é apenas um padecimento individual, mas uma reflexão sobre o sentido de se tornar comunidade, da união entre as pessoas, assumindo um caráter eminentemente coletivo (cf. Comerford, 1999). A “ética do sofrimento” – não como um elemento cotidiano, mas atrelado a momentos de transposição de “dificuldades” que tem a ver com o trabalho extenuante no campo, a falta de infraestrutura para o desenvolvimento e o escoamento da produção, o enfrentamento de pequenos em relação aos grandes produtores rurais, nas suas mais variadas formas – pode ser apresentada como uma ideia que prevalece em outros contextos no meio rural brasileiro. A noção de sofrimento está atrelada a uma outra, a de orgulho, vinculada por sua vez à categoria nativa de “pioneirismo”. Para os “pioneiros”, importa dizer que o sofrimento proveniente da “abertura das terras” é passado, uma justificativa para o merecimento de permanecer no lote no presente e utilizar todo o seu potencial produtivo, uma das formas encontradas para encaminhar os filhos, concretizando o projeto de futuro da família. Mesmo que eles não estejam produzindo na terra, o investimento da família na sua abertura foi uma forma

de incentivo para que cursassem o ensino superior, tivessem um comércio próprio, possuíssem uma casa própria, além de outras projeções para o seu futuro.

O momento de decisão sobre o deslocamento para Rondônia também é experimentado de formas diferentes pelas famílias. Mesmo que a família Zanella estivesse buscando um lugar para que cada irmão pudesse possuir uma terra para a sua própria família, a possibilidade de deslocamento para a Amazônia apareceu fortuitamente através do encontro com um primo que morava em Ouro Preto d'Oeste. Ainda assim, a família Zanella coloca a “casa a rodar” de forma organizada, com a divisão em dois grupos de irmãos; desta forma, um iria antes para oferecer condições para o estabelecimento dos próximos. Ao contrário do que ocorre com a família do seu Josivaldo Aquino e a de seu Armínio Araújo, por exemplo, que, ao saberem da possibilidade de possuir terra em Rondônia por meio de familiares e amigos, se deslocaram para o estado, sem necessariamente antes passar pela fase do reconhecimento, isto é, “vir e ver as terras”.

A casa, no âmbito material, apresenta-se principalmente sob duas formas – o transporte e a sua reprodução no novo local, ou a construção de um novo espaço doméstico em outro estado. Tal como salientado, a “casa a rodar” alude a elementos como os descritos por seu Abel Zanella: a mistura de gente, a mistura de sentimentos, a preparação em conjunto dos alimentos. Houve as famílias que transportaram a casa seja porque se organizaram para reproduzir o espaço doméstico em Rondônia, tal como os Zanella, ou porque não sabiam o que esperar daquele novo ambiente, como os Martini. Por outro lado, algumas famílias afirmaram que não necessitaram transportar os bens materiais da casa para Rondônia, uma vez que tinham condições financeiras para construir um novo espaço de residência, como foi o caso da família Oliveira. Por fim, a maioria das famílias não pôde trazer mais do que os pertences pessoais, já que tinham que dividir o espaço na travessia até Rondônia com outras famílias, ora nos “paus de arara”, ora nos ônibus.

Em resumo, para todos os casos, a casa como “espaço moral” é transportada para Rondônia, porém os bens materiais podem ser levados ou readquiridos, de acordo com as condições da viagem e os recursos financeiros das famílias. Isto não significa que a casa seja equivalente a um núcleo familiar, podendo nela morar, juntos, irmãos solteiros e ser oferecido espaço para amigos que estejam realizando o processo de reconhecimento das terras. É importante ressaltar que a decisão de deslocamento para Rondônia fica

principalmente a cargo do pai de família, que traz a sua esposa e filhos, mas o objetivo maior é que os filhos estejam resguardados para poderem ter um lugar para morar e possivelmente produzir, fazendo parte do que entendo e defino como “projeto de futuro da família”.

Os movimentos da família, ligados ao seu projeto de futuro, fazem alusão justamente à organização deste mesmo futuro – sua motivação de deslocamento, os grupos familiares que fazem o reconhecimento, aqueles que efetivamente se mudam, os chefes de família que são responsáveis pela “abertura da terra” e como os lotes e os filhos são “formados”. A “abertura da terra” foi proposta analiticamente como o terceiro “movimento de família”. Já o quarto movimento corresponde a “formar o lote” e “formar o filho”, isto é, a projeção de futuro dos pais para os seus filhos. Com exceção da motivação do deslocamento, os momentos anteriormente mencionados tratam especificamente do que denominei de os “movimentos de família”. Em resumo, os movimentos correspondem, em primeiro lugar, ao reconhecimento do espaço, que era geralmente feito em conjunto e por um grupo de homens unidos por laços familiares, de vizinhança ou amizade. Em segundo lugar, o colocar a “casa a rodar” era realizado por um determinado grupo familiar, o que poderia ser uma referência para o deslocamento de outros familiares e amigos. Posteriormente, a “abertura das terras” podia se dar em conjunto, para depois os irmãos se separarem, no caso de uma família numerosa, como os Zanella, ou por meio do contrato de trabalhadores para “abrir as terras” em grupo. Os marechais buscavam na relação de compadrio – um parentesco fictício – esta ajuda importante no momento liminar de abertura do lote, reproduzindo a horizontalidade das relações que poderiam ser encontradas na família.

Sobre o que identifiquei como quarto movimento de família, “formar” o lote e “formar” os filhos são responsabilidades dos pais de família, isto é, poder oferecer aos filhos condições de permanência na terra para que venham a se “esparramar” com seus novos grupos familiares, seja em Rondônia, seja em outros estados. Ao “formar a família”, os filhos normalmente recebem dos pais uma data independente ou parte da data dos pais, para a construção da casa. Não há predefinição de que esse gesto tenha que partir necessariamente dos pais do noivo ou da noiva; o que se verifica como rotineiro é a necessidade de providenciar um novo espaço para a família recém-formada. É comum, atualmente, que eles dividam a data com algum filho, tal como foi observado nos relatos das famílias que foram analisados. Se for da vontade do filho, “colocar” significa dotá-lo



de condições para outros encaminhamentos futuros que não estejam relacionados à permanência na terra.

A família que se “esparrama” constrói novos espaços, em vários sentidos, para o seu núcleo familiar, o que fica claro na formulação de seu Abel Zanella: “Mas aí, depois, cada um foi abrindo seus espaços, seus terrenos, seus sítios, construindo suas casas [...]”, correspondendo a diferentes fases dessas famílias. Ser família pode corresponder à seguinte formulação: “Família é quem tem obrigação de ajudar”, seja na abertura do lote, seja em outras tarefas do cotidiano. Este trabalho pode contar com a ajuda dos vizinhos ou compadres, mas em geral são realizados mediante contratos horizontais, trocas de dias de trabalho, principalmente em relação aos marechais, não sendo uma obrigação. Depois do trabalho conjunto que os irmãos fizeram para “abrir os lotes”, cada núcleo familiar ficou responsável por abrir o seu terreno, o que corresponde à data na cidade – abrir o seu sítio, que inclui não apenas a “abertura da terra”, mas também “formar” o lote, o que significa dotá-lo de condições para plantio e, além disso, com a construção de uma casa para o núcleo familiar. O trabalho em conjunto tem um determinado limite, que é a construção de um espaço coletivo, indeterminado, da família de origem. Na medida em que são demarcados os “espaços” constituídos de data, sítio e casa, estes são de responsabilidade, na abertura e no gerenciamento, do núcleo familiar. Vale ressaltar que a responsabilidade do gerenciamento não pode ser confundida com o descolamento da família de origem.

Pode-se notar ao longo da tese que a divisão do lote ou da data com um núcleo familiar formado a partir do casamento de seus filhos ou filhas tem algumas razões. Uma delas é o alto preço das terras atualmente, mas também está presente a vontade de morar perto da família, em função da proximidade ou até mesmo para o cuidado dos mais velhos. Porém, para estar perto, é necessária a marcação da distância entre cada núcleo familiar pertencente a uma mesma família. Essa marcação da distância, no espaço urbano, é comumente feita por meio de um muro, ainda que existam exceções nas famílias analisadas (como a de seu Beto e de seu Pedrinho). No espaço rural, esse marcador de diferença muitas vezes inexistente. Isto se explica porque o filho que divide o espaço do lote com os pais partilha ali o trabalho com sua família de origem e não apenas a residência. Já na cidade, só é possível compartilhar o local de residência, sendo diversos os trabalhos exercidos pelos indivíduos de uma mesma família.

Por fim, o propósito deste trabalho era aproximar-se ao máximo da descrição familiar a partir da ocupação de terras através dos projetos de assentamentos dirigidos em Ariquemes, uma vez que este e outros “movimentos da família” criam condições de permanência e justificativas para tanto, tal como é o pioneirismo. Ao mesmo tempo em que denotam a plasticidade da concepção de família acionada por esses grupos, que se expande e se contrai na ação de “esparramar”, seja como família de origem, seja como núcleos familiares, a família de origem continua sendo uma referência, tanto na ida para Rondônia quanto nos movimentos contemporâneos dos filhos e dos netos de “pioneiros”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. L. O. *Colonização dirigida na Amazônia*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n° 1, v.1, p. 66-83, jun, 1986.
- ALVARES-AFONSO, F. M. *Rondônia: ocupação, crescimento e organização agrária*. Fortaleza: Realce Editora, 2008.
- APPADURAI, A. The past as a scarce resource man. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 16, p. 201-219, 1981.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- ARENSBERG, C. M.; KIMBALL, S. T. *Family and Community in Ireland*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1968.
- BAILEY, F. G. *Gifts and Poison*. Oxford: Basil Blackwell. 1971.
- BARBIRA-SCAZZUCHIO, F. *Land, people and planning in contemporary Amazonia*. Cambridge: Centre for Latin American Studies, Cambridge University, 1980.
- BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Martana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, c. 1990.
- \_\_\_\_\_. Fragmentação do espaço e formação de regiões na fronteira. Um poder territorial? In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Martana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, c. 1990.
- \_\_\_\_\_. Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Martana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, c. 1990.
- BOHANNAN, P. "Land", "Tenure" and Land-Tenure. In: BIEBUYCK, D. *African Agrarian Systems*. Oxford University Press, 1963.
- BOGADO, A. M. Memórias de uma família chacareira. *Ruris*, volume 4, número 2, p. 45-74, setembro 2010.
- BORGES, A. *Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

- \_\_\_\_\_. O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. p. 91-125.
- BOURDIEU, P. The attitude of Algerian peasant toward time. In: PITT-RIVERS, Julian Alfred. *Mediterranean Countrymen: Essays in the Social Anthropology of the Mediterranean*. Paris: Mouton, 1960.
- \_\_\_\_\_. La Maison Kabile ou le Monde Renvérsé. In: POUILLION, J.; MARANDA, Perre (eds.). *Echanges et Communications. Mélanges offertes à C. Lévi-Strauss à l'occasion de son 60e. anniversaire*. Paris, La Haye: Mouton, 1970.
- \_\_\_\_\_. Le sens de l'honneur. *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Gêneve: Librairie Droz, 1972.
- \_\_\_\_\_. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.
- BRASIL. Decreto-lei nº 5.812, de 13/09/1943. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassu. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil3/decreto-lei/1937-1946/De15812.htm>. Acesso em: 05/02/2015.
- \_\_\_\_\_. Decreto lei nº 75.281 de 23/01/1975. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais situados no município de Porto Velho, no Território Federal de Rondônia, em polígono compreendido na área prioritária de Reforma Agrária, de que trata o Decreto nº 67.557, de 12 de novembro de 1970. Disponível em: [http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-75281-1975\\_32957.html](http://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-75281-1975_32957.html). Acesso em: 04/11/2014.
- \_\_\_\_\_. Decreto lei nº 110 de 09/07/1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA) e dá outras providências. In: *Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata*. Tomo I, p. 668. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 2.731, de 17/02/1956. Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2731-17-fevereiro-1956-355081-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05/02/2015
- CAMPBELL, J. K. *Honour, Family and Patronage: A Study of Institutions and Moral Values in a Greek Mountain Community*. Oxford: Clarendon Press, 1973.
- CIOFFI, H.; PRAXEDES, I. G.; VARELLA, I. A. T.; MESQUITA, W. K. *Cianorte. Sua História contada pelos pioneiros*. Maringá: Editora e Gráfica Ideal, 1995.
- CEMIN, A. B. A colonização em Rondônia: imaginário amazônico e projetos de desenvolvimento – tecnologias do imaginário, dádivas-veneno e violência. *Revista*

*Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário*, Ano VII nº. 10, janeiro - dezembro 2007.

COMERFORD, J. C. *Fazendo a luta*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

\_\_\_\_\_. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

DAS, V. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

D'INCAO, M. A. Limites culturais na responsabilidade de conservação de biodiversidade. In: D'INCAO, Marta Ângela; OLIVEIRA, Isolda Maciel. *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA/UFPA)/ Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009.

DUARTE, L. F.; GOMES, E. C. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

DURKHEIM, E. Quarta lição. Moral cívica: definição do estado. In: \_\_\_\_\_. *Lições de Sociologia: A moral, o Direito e o Estado*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1983.

DURHAM, E. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

FEARNSIDE, P. *A ocupação humana de Rondônia: impactos, limites e planejamento*. Brasília: Assessoria Editorial e Divulgação Científica, 1989.

FORONI, P. C. Governador Jorge Teixeira e a recepção de seus atos e discursos pela imprensa. Jornais Alto Madeira e O Guaporé de 1981. *Revista Labirinto*, ano XII, nº 17, dezembro 2012.

FOSTER, G. M. *The dyadic contract: A model for the social structure of a Mexican peasant village*. *American Anthropologist*, New Series, v. 63, p. 1173-1396, 1961.

GARCIA, A. *Terra de Trabalho. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GESSAT-ANSTETT, E. Du collectif au communautaire. À propos des réseaux familiaux dans la Russie post-soviétique. *L'Homme*, nº 157, p. 115-136, 2001/1.

GUIA GEOGRÁFICO – MAPAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.guiageografico.com/mapas/mapa-brasil.htm>

HÉBETTE, J. A colonização na Amazônia brasileira: um modelo para uso interno. In: \_\_\_\_ (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 2. Belém: EDUFPA, 2004.

\_\_\_\_\_. A resistência dos posseiros. In: \_\_\_\_ (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 2. Belém: EDUFPA, 2004.

- HEBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização e fronteira. Articulações no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, Jean (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 2. Belém: EDUFPA, 2004.
- \_\_\_\_\_. Estado e reprodução da estrutural social na fronteira: Ariquemes, em Rondônia. In: HÉBETTE, Jean (org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 1. Belém: EDUFPA, 2004.
- HEREDIA, B. M. A. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1986.
- INCRA. *Apêndices dos Anais do Simpósio Internacional de Experiência Fundiária*. Salvador, 20 a 24 de agosto de 1984.
- KANINDÉ (Associação de Defesa Etno-ambiental). *Levantamento pericial sobre desmatamento ilegal na terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau – Área de litígio (PAD Burareiro)*. Porto Velho: Rondônia, junho de 2005.
- LEITE, S.; HEREDIA, B; MEDEIROS, L., PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LIMA, N. C. *Narrativas orais: uma poética da vida social*. Brasília: Editora UnB, 2003.
- LISBOA, P. L. B. *Rondônia: colonização e floresta*. Brasília: CNPq/ AEP, 1989.
- MACIEL, A. C. *A dinâmica do processo de ocupação socioeconômica de Rondônia: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia*. (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2004.
- MARCELIN, L. H. *A invenção da família afro-americana: família, parentesco e domesticidade entre negros do recôncavo da Bahia*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, 1996.
- MARIN, R. E. A; HEBETTE, J. Mobilidade do trabalho: revisão teórica. In: HÉBETTE, Jean (org.) *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Vol. 1, Belém: EDUFPA, 2004
- MARTINE, G. Recent colonization experiences in Brazil: Expectation Versus Reality. In: BARBIRA-SCAZZUCHIO, F. *Land, people and planning in contemporary Amazonia*. Cambridge: Centre for Latin American Studies, Cambridge University, 1980. p. 80-94.
- MARTINS, J. S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira. *Revista de Sociologia USP*, S. Paulo, nº 8 (1), p. 25-70, maio 1996.

- \_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, R. C. O estatuto da questão agrária na governança socioambiental. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 21, n° 2, p. 270-288, 2013.
- MARQUES, A. C. *Intrigas e Questões: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- \_\_\_\_\_. Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco. Novos e velhos capítulos da colonização no Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n° 83, 2013.
- MATIAS, F. *Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia*. Porto Velho: Maia, 1998.
- MEDEIROS, L.; LEITE, S. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (orgs.). *Mundo Rural e Política – Ensaio Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MIRANDA, L. E. E. *Um primeiro balanço da colonização agrícola em Rondônia*. Campinas: Embrapa, 1998.
- MIRANDA, M. Colonização e Reforma Agrária. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Martana Helena P. de; MACHADO, Lia Osório. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Federal do Rio de Janeiro, c. 1990.
- MOURA, M. *Os Herdeiros da Terra: Parentesco e Herança numa área rural*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NOGUEIRA, R. J. B. *Amazonas: a divisão da monstruosidade geográfica*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. Campinas: Papyrus, 1993.
- OLIVEIRA, J. L. *Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária*. Porto Velho: Grafriel, 2010.
- OTT, A. M. T. *Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia*. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

- PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Revista Contraponto*, Ano 2, nº 2, dez. 1977.
- PEIRANO, M. “This horrible time of papers”: documentos e valores nacionais. *Série Antropologia* 312. Brasília, UnB, 2002.
- PINA CABRAL, J. *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difusão Editorial, 1991.
- PITT-RIVERS, J. The law of hospitality. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, nº 2 (1), p. 501-517, 2012.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 200-212, 2002.
- RAMOS, D. P. *Nervos da terra: histórias de assombração e política entre os Sem-Terra de Itapetininga – SP*. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2009.
- SAHLINS, M. D. On the sociology of primitive exchange. In: BANTON, Michael. *The relevance of models for social anthropology*. Cambridge: Association of Social Anthropologists of the Commonwealth, Jesus College (University of Cambridge), 1965.
- SANTOS, J. V. T. A política de colonização no Brasil contemporâneo. *Reforma Agrária*, 15 (1): 18-27, 1985.
- SAYAD, A. *A Imigração ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SEGALEN, M. *Mari et Femme dans la société paysanne*. Paris: Flammarion, 1980.
- SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. *Boletim Museu Nacional Antropologia*, nº 52, 1985.
- SILVA, A. G. *No Rastro dos Pioneiros: um pouco da história rondoniana*. Porto Velho: SEDUC, 1984.
- SIMSON, O. R. M. Em busca do patrimônio intangível: dificuldades, estratégias e caminhos para a reconstrução do patrimônio imaterial das fazendas históricas paulistas. *Resgate*, v. 18, n. 20, p. 88-96, 2010.
- SOUZA LIMA, A. C. *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- THÉRY, H. New frontiers in the Amazon. In: ALMEIDA, A. L. O. *The Colonization of the Amazon, 1970-1980*. Austin: University of Texas Press, 1992.
- THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. *The Polish Peasant in Europe and America: monograph of an immigrant group*. Chicago, Boston: The University of Chicago Press/ Badger, 1918.
- THORNE, B. Feminism and the family: two decades of thought. In: THORNE, B.; YALOM, M. (orgs.). *Rethinking the family: Some feminist questions*. Boston: Northeastern University Press, 1992.




- TURNER, V. *O processo ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VALE, P. M.; ANDRADE, D. C. Comer carne e salvar a Amazônia? A produtividade da pecuária em Rondônia e sua relação com o desmatamento. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, nº 2, p. 381-408, 2012.
- VARGAS, G. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.
- VELHO, G. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- VELHO, O. *Frente de expansão e estrutura agrária – Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes no Nordeste*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1995.
- WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico* 87, p. 11-73, 1987.
- WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. *O trabalho da terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ZONABEND, F. Da família. Olhar etnológico sobre o parentesco e a família. In: BURGUIÈRE, A.; KLAPISCH, C.; SEGALÉN, M.; ZONABEND, F. (orgs). *História da família*. Lisboa: Terra, 1996.

## **ANEXOS**

ANEXO I

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

**IC-IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PARCELEIROS**



1-IDENTIFICAÇÃO DO IC											
1.01-ORGAO			1.02-PROJETO			1.03-Nº DO PROJETO		1.04-Nº DO PARCEIRO			
CETR			PAD BURAREIRO			2323.05		1.544/79			
2-DADOS DO CANDIDATO											
2.01-NOME DO CANDIDATO					2.02-NACIONALIDADE		2.03-NATURALIDADE		2.04-SEXO		
MILTON RIBEIRO DE CAMPOS					Brasileiro		Santa Rosa		M		
2.05-SITUAÇÃO CIVIL	2.06- DATA NASCIMENTO	2.07-IDADE	2.08-ALFABETIZAÇÃO	2.09- LOCAL DE TRABALHO			2.10-ÁREA QUE EXPLORA				
02	27.07.53	25	02	Capanema - PR			135 ha				
2.11-EXPERIÊNCIA AGROPECUÁRIA		2.12-ÁREA OU QUANTIDADE	2.13-POR CONTA PRÓPRIA	2.14-COMO TRABALHADOR	2.15-CRÉDITO RURAL						
Soja		8 ha	12	-	<input type="checkbox"/> NÃO OBTÉM PARA A LAVOURA <input type="checkbox"/> OBTÉM PARA A LAVOURA <input type="checkbox"/> PARA A PECUÁRIA						
Feijão		2 ha	-	12	SE OBTÉM ASSINALE O TIPO DE FINANCIADOR BANCO DO BRASIL <input type="checkbox"/> BANCO DO ESTADO <input type="checkbox"/> BANCO PARTICULAR <input type="checkbox"/> ÓRGÃO DE FOMENTO <input type="checkbox"/> COOPERATIVA <input type="checkbox"/> PARTICULAR <input type="checkbox"/>						
Milho		12 ha	-	12	2.16- DESTINO DA PRODUÇÃO: VENDA A INTERMEDIÁRIO <input type="checkbox"/> ATACADISTA <input type="checkbox"/> INDÚSTRIA <input type="checkbox"/> COOPERATIVA <input type="checkbox"/> ÓRGÃO ESTATAL <input type="checkbox"/> CONSUMIDOR <input type="checkbox"/>						
Arroz		2 ha	-	12	2.17- PERTENCEU OU PERTENCE A ALGUMA ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA <input type="checkbox"/> RECREATIVA <input type="checkbox"/> BENEFICENTE <input type="checkbox"/> SINDICAL <input type="checkbox"/> COOPERATIVA <input type="checkbox"/>						
Fumo		5 ha	-	12							
Mandioca		1 ha	-	6							
Batata		1 ha	-	6							
Batata doce		1 ha	-	6							
Cana		1 ha	-	12							
TEMPO GLOBAL DA EXPERIÊNCIA			12	12							
2.18-OUTRAS HABILIDADES DO CANDIDATO											
Motorista de trator(pneu)											
3-DADOS DOS DEMAIS MEMBROS DO CONJUNTO FAMILIAR											
Nº DE ORDEM	NOME	3.02 TIPO DE DEPENDÊNCIAS	3.03 SEXO	3.04 DATA NASCIMENTO			3.05 IDADE	3.06 SITUAÇÃO CIVIL	3.07 ALFABETIZAÇÃO	3.08 IDADE PÊSO	3.09 FÓRÇA TRABALHO
				DIÁ	MÊS	ANO					
01	Noeli Ribeiro de Campos	1	F	15	01	58	21	2	3	1	0,75
02	Edson José Ribeiro Campos	5	M	08	02	72	09	1	1	3	0,25
03	Lafaiete Ribeiro de Campos	5	M	05	02	75	04	1	1	4	-
04	Junior Cesar Ribeiro	2	M	09	06	79	-	1	1	4	-
05											
06											
07											
08											
09											
10											
TOTALS										12	1,00
3.10-OUTRAS HABILIDADES DO CONJUNTO											
01-doméstica											

Figura 04. Ficha de Identificação e Classificação de Parceleiros (frente)

ANEXO II

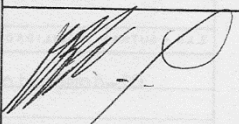
4 - OBSERVAÇÕES - DOCUMENTOS APRESENTADOS -			
01-Identidade 1.728.599-SSP-PR, em Curitiba- 28.09.76 02-Título Eleitoral 8707-107 zona- 203 seção-PR- 05.08.74 03-Certificado de Dispensa de Incorporação 983620-S/H- 5ª RM-15"CSM Curitiba- PR-07.08.75 04-Atestado de bons antecedentes 05-Atestado de sanidade física e mental 06-Atestado de vacina ante-amarílica 07-CPF-332.311.179-68 08-Carteira Profissional 26957-454-Cascavel-PR-19.02.75 10-Comprovante de declaração do I/Renda 11-Certidão de nascimento dos dependentes 12-Certidão de casamento 0012-fls.27v-livro B-1-Alto Farady- 18.12.76-PR 13-Comprovante de escolaridade 14-comprovante de conhecimento agrícola 15-comprovante de capacidade financeira  PROCEDÊNCIA.....Capanema-PR Religião.....Católica Filiação.....Artur Ribeiro de Campos e Maria Dileta Moura de Campos Área explorada.....33 ha Residência.....Setor 02-residencial-6ª rua-Ariquemes  OBS- experiências com gado bovino, suíno, aves e equino.			
5-FICHA DE CLASSIFICAÇÃO			
	NOTA	PÊSO	PONTOS
3.01 - COMPOSIÇÃO ETÁRIA		50	220
IDADE DO CANDIDATO (2.07 - TABELA 3)	4	30	120
IDADE DOS DE MAIS MEMBROS (3.08 - TABELA 4)	5	20	100
5.02 - CAPACIDADE EMPRESARIAL		50	380
FÓRÇA DE TRABALHO DO CONJUNTO (3.09 - TABELA 5)	6	30	180
EXPERIÊNCIA AGROPECUÁRIA DO CANDIDATO (2.13-2.14 - TABELA 6)	10	20	200
5.03 - CLASSIFICAÇÃO			600
6- CONDIÇÕES ELIMINATÓRIAS			
IDADE DO CANDIDATO <input type="checkbox"/>			
HIGIEDEZ DO CANDIDATO <input type="checkbox"/>			
CONDUTA DO CANDIDATO <input type="checkbox"/>			
FUNCIONÁRIO PÚBLICO <input type="checkbox"/>			
OUTRA RENDA PERMANENTE <input type="checkbox"/>			
POSSUI OUTRO IMÓVEL RURAL <input type="checkbox"/>			
7- ASSINATURA			
LOCAL <u>Ariquemes/RO</u> EM <u>27.06.79</u>			
Maria do Socorro Silva Oliveira			
8- VISTO			
			

Figura 05. Ficha de Identificação e Classificação de Parceiros (verso)

ANEXO III



26  
A.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

CARTA DE ANUÊNCIA/INCRA/ CETR /Nº 0.878

AO  
BANCO DO BRASIL S/A.  
AGÊNCIA de Ariquezes  
MUNICÍPIO ARIQUEMES/RO.

Senhor Gerente,

DECLARAMOS que o Sr. MILTON RIBEIRO DE CAMPOS, brasileiro, casado, agricultor, atual ocupante do imóvel rural denominado lote nº 34, gleba nº 28, com área aproximada de -125- há (cento e vinte e cinco hectares), localizado no Município de ARIQUEMES/RO, portador da =AUTORIZAÇÃO= de OCUPAÇÃO número 232.3.05/0.944, concedida por este Instituto em 10 de Dezembro de 1979, tem nossa irrestrita e irrevogável autorização para:

- a) explorar mencionado imóvel, podendo, para esse fim, contratar financiamento junto ao supracitado estabelecimento oficial de crédito;
- b) oferecer ao Banco financiador acima citado, em garantia real de tal financiamento, penhor rural de quaisquer bens compatíveis com essa espécie de gravame, produzidos e/ou mantidos no imóvel acima, por períodos agrícolas ou prazos até a liquidação total do débito contraído em função do já aludido financiamento.

2. A autorização ora concedida tem por base os seguintes fatores:

- 2.1 - as benfeitorias e/ou semoventes já existentes no imóvel;
- 2.2 - a posse exclusiva e legítima, manifestada através de cultura efetiva e morada habitual do citado ocupante, constatada em vistoria de iniciativa do Projeto de Assentamento Dirigido BURAREIRO, do INCRA que jurisdiciona o imóvel, passível de garantir-lhe, em tempo oportuno, o direito de preferência à sua aquisição, desde que atendidas as formalidades legais vigentes à época de sua alienação.

Pôrto Velho(RO), 18 de Dezembro de 1979

Reynaldo Galvão Modesto  
Diretor de Camp. - Port. N.º 589 de 27-03-79

Figura 06. Exemplo de carta da anuência do INCRA

28  
Ged



232.3.05/0.944

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO

PAD = BURAREIRO  
MUNICÍPIO ARIQUEMES - RO

O INCRA — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, com sede e foro em Brasília, por seu representante legal infrafirmado, concede AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO a **MILTON RIBEIRO DE CAMPOS, brasileiro, casado, agricultor, filho de Arthur Ribeiro de Campos e de Maria Dileta Moura de Campos**.

do lote nº **-34-**, da Gleba **-28-** com área aproximada de **-125-** ha ( **Cento e vinte e cinco centavos** ),

confrontando:   
-----  
-----  
-----

mediante as seguintes condições:

- a) residir na área e cultivá-la;
- b) comprometer-se a pagar as despesas relativas à demarcação, bem como quaisquer outras, decorrentes de eventuais benfeitorias erigidas com o concurso do Poder Público;
- c) acatar as determinações do INCRA relativas à programação da área.

A transferência desta AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO a terceiro importará em caracterização de posse de má-fé.

O ocupante renuncia, neste ato e na melhor forma de direito, a quaisquer medidas judiciais possessórias, uma vez infringida qualquer das exigências legais e regulamentares ou desta AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO, obrigando-se a respeitar a demarcação a ser procedida e condições para aquisição do Imóvel.

Uma vez cumpridas as exigências legais, será outorgado ao ocupante o título de domínio, na forma da legislação em vigor, especialmente a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e Decreto nº 68.153, de 1º de fevereiro de 1971.

Porto Velho (RO), em 10 de Dezembro de 1979

DE ACORDO

*Milton Ribeiro de Campos*      *Reynaldo Galvão Modesto*  
 OCUPANTE (ASS. OU POLEGAR DIREITO)      INCRA  
 PROC/INCRA/PADBU/Nº 0.282/79.      Deteg. de Comp. — Port. N.º 569 de 27-08-79

Figura 07. Exemplo de Autorização de Ocupação – INCRA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA

TÍTULO DEFINITIVO DE PROPRIEDADE

TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolu-  
tiva outorgado pelo INSTITUTO NACIONAL DE  
COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA — INCRA  
ao Sr. **AILTON GARCIA DA SILVA**,  
filho de Altino Casimiro Garcia e de Rita Rosa Garcia;

Pelo presente TÍTULO DEFINITIVO mediante condição resolutive, o INCRA — INSTI-  
TUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, Autarquia Federal criada  
pelo Decreto-Lei n° 1.110, de 09 de julho de 1970, por seu Presidente e tendo em vista  
as disposições do artigo ~~25~~ da Lei n° 4.504, de 30 de novembro de 1964,  
arts. 25, alínea «g» e 51 do Decreto n° 68.153, de 1° de fevereiro de 1971, aliena  
ao Sr. **AILTON GARCIA DA SILVA**, brasileiro, casado, agricultor

o lote n° ~~26~~ da Gleba n° ~~14~~ do Projeto (Integrado de Colonização) DE AS  
SENTAMENTO DIR. MARECHAL DUTRA, sit. no Munic. de ARTIGUEMS  
RO. O imóvel tem a área de 100,4972-ha (cem hectares, qua-

renta e nove ares e setenta e dois centiares,

com os limites e confrontações seguintes:  
NORTE: Lt 25 da G1 14; NORDESTE: Lts 25, 27 e 28 da G1 14; ES-  
TE: Lt 28 da G1 14; SUDESTE: Lt 28 da G1 14 e Lts 27 e 25 da  
G1 15, sep. por uma estrada; SUL: Lt 25 da G1 15, sep. por uma  
estrada; SUDOESTE: Lts 25 e 23 da G1 15, sep. por uma estrada e  
Lt 24 da G1 14; OESTE: Lt 24 da G1 14; NOROESTE: Lts 24, 23  
e 25 da G1 14;

cuja planta e memorial descritivo integram este Título, conforme Processo Administrativo  
n° PAD — MD — 0124 / 76, e mediante as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁ-  
RIA — INCRA — é senhor e legítimo possuidor da área integrante do Projeto supra-  
mencionado conforme transcrição no Registro de Imóveis da Comarca de Porto  
Velho — RO. sob o n° 3786 às fls. ~~251~~ do Livro 3-F.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O preço do lote é de Cr\$ 28.563,85 (vinte e oito  
mil, quinhentos e sessenta e três cruzeiros e oitenta e cin-  
co centavos), pagável em 06 (SEIS) prestações anuais e sucessivas de Cr\$ 5.480,01 (cinco mil, quatrocen-  
tos e oitenta cruzeiros e um centavo), já incluídos os juros de 6% a.a., aplicados ainda os dispositivos previstos na legislação  
em vigor, devendo ser paga a primeira prestação até 30.08.83 e as demais  
no mesmo dia e mês dos anos subseqüentes, com prazo de 10 (DEZ) anos.

Figura 08. Exemplo de título de domínio definitivo — PAD Marechal Dutra (frente)



## ANEXO VI

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** — O preço a que se refere esta cláusula compreende:

- a) valor da terra nua — Cr\$ 6.029,84 (seis mil e vinte e nove cruzeiros e oitenta e quatro centavos, .....);
- b) demarcação — Cr\$ 4.908,28 (quatro mil, novecentos e oito cruzeiros e vinte e oito centavos, .....);
- c) benfeitorias — Cr\$ 11.034,07 (onze mil, trinta e quatro cruzeiros e sete centavos, .....);

**PARÁGRAFO SEGUNDO** — Sobre a prestação vencida incidirão juros de mora, à taxa de 12% a. a., computáveis somente nos atrasos superiores a 30 (trinta) dias e em um máximo de 60 (sessenta) dias.

**CLÁUSULA TERCEIRA** — Fica preservada a destinação da área com obrigatoriedade do OUTORGADO cumprir as exigências estipuladas neste Título, sendo-lhe vedada a alienação sem prévia anuência do INCRA, sob pena de nulidade absoluta.

**CLÁUSULA QUARTA** — O INCRA autoriza a constituição de hipoteca em garantia de financiamentos concedidos por entidades oficiais de Crédito para exploração e melhoria do imóvel, hipótese em que, constituída a hipoteca, assegura-se ao INCRA a condição de segundo credor hipotecário para a satisfação dos seus créditos, após a liquidação dos créditos das entidades já referidas.

**CLÁUSULA QUINTA** — Após decorrido o prazo de carência é facultado ao adquirente liquidar seu débito para com o INCRA, sem prejuízo das demais obrigações assumidas.

**CLÁUSULA SEXTA** — O não cumprimento de qualquer disposição legal aplicável à espécie, bem como das condições estipuladas neste Título, autoriza a adjudicação do imóvel pelo INCRA, mediante pagamento das benfeitorias realizadas pelo Outorgado, com resilição de pleno direito do domínio ressalvados os créditos hipotecários.

O presente Título é firmado em 3 (três) vias, aceitando o OUTORGADO, expressamente, as cláusulas e condições dele integrantes, eleito o foro de ..... com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer questões que resultarem deste.....

Porto Velho(RO), em 11 de setembro de 1978

Bernardes Martins Lindoso  
PRESIDENTE DO INCRA

Filomen Garcia da Silva  
OUTORGADO

BERNARDES MARTINS LINDOSO  
Deleg. de Comp. Port. N.º 187 - 6.3.78

Oscar F. de Azeite  
Testemunha

Silvia Reis  
Testemunha

A 2ª via deste Título, acompanhada da planta e memorial descritivo da área, constituirão Folha de Livro Fundiário da Divisão de Terras Públicas do Departamento de Recursos Fundiários do INCRA.

Figura 09. Exemplo de título de domínio definitivo – PAD Marechal Dutra (verso)



## ANEXO VII

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA  
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA  
DEPARTAMENTO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS - DF  
COORDENADORIA REGIONAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL - CR (14)

### MEMORIAL DESCRITIVO

ESTADO: T.F. RONDONIA MUNICÍPIO: PORTO VELHO

IMÓVEL: PAD. MARECHAL DUTRA

GLEBA: 14                      LOTE: 26                      ÁREA: 100,4972 Ha.

INSTRUMENTO: TEODOLITO REPETIDOR - WILD TI - A

MÉTODO EMPREGADO: POLIGONOMÉTRICO - ESTADIMÉTRICO

### LIMITES E CONFRONTAÇÕES

NORTE: Lote 25 da Gleba 14

NORDESTE: Lotes 25, 27 e 28 da Gleba 14

ESTE: Lote 28 da Gleba 14

SUDESTE: Lote 28 da Gleba 14 e Lotes 27 e 25 da Gleba 15, separados por uma estrada

SUL: Lote 25 da Gleba 15, separado por uma estrada


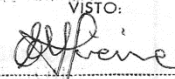
SUDOESTE: Lotes 25 e 23 da Gleba 15, separados por uma estrada e Lote 24 da Gleba 14

OESTE: Lote 24 da Gleba 14

NOROESTE: Lotes 24, 23 e 25 da Gleba 14.

Figura 10. Exemplo de memorial descritivo de um lote do PAD Marechal Dutra (frente)

**ANEXO VIII**

DADOS DO PERÍMETRO			
LADOS	COMPRIMENTOS	AZIMUTES	OBSERVAÇÕES
M 14 / M 59	2.512,8m	359° 44' 32"	
M 59 / M 58	399,8m	269° 45' 23"	
M 58 / M 13	2.512,6m	179° 44' 57"	
M 13 / M 14	400,1m	89° 47' 06"	
<p>CONFERE:   <b>Leoni Pinheiro da Silveira</b>                      Tec. em Demarcação</p> <p>VISTO:   <b>Eugênio Marinho de Oliveira</b>                      Eng. Agrônomo CREA 435/D</p>			
DATA: 05/NOV/1976			
"fas"			

**Figura 11. Exemplo de memorial descritivo de um lote do PAD Marechal Dutra (verso)**

ANEXO IX

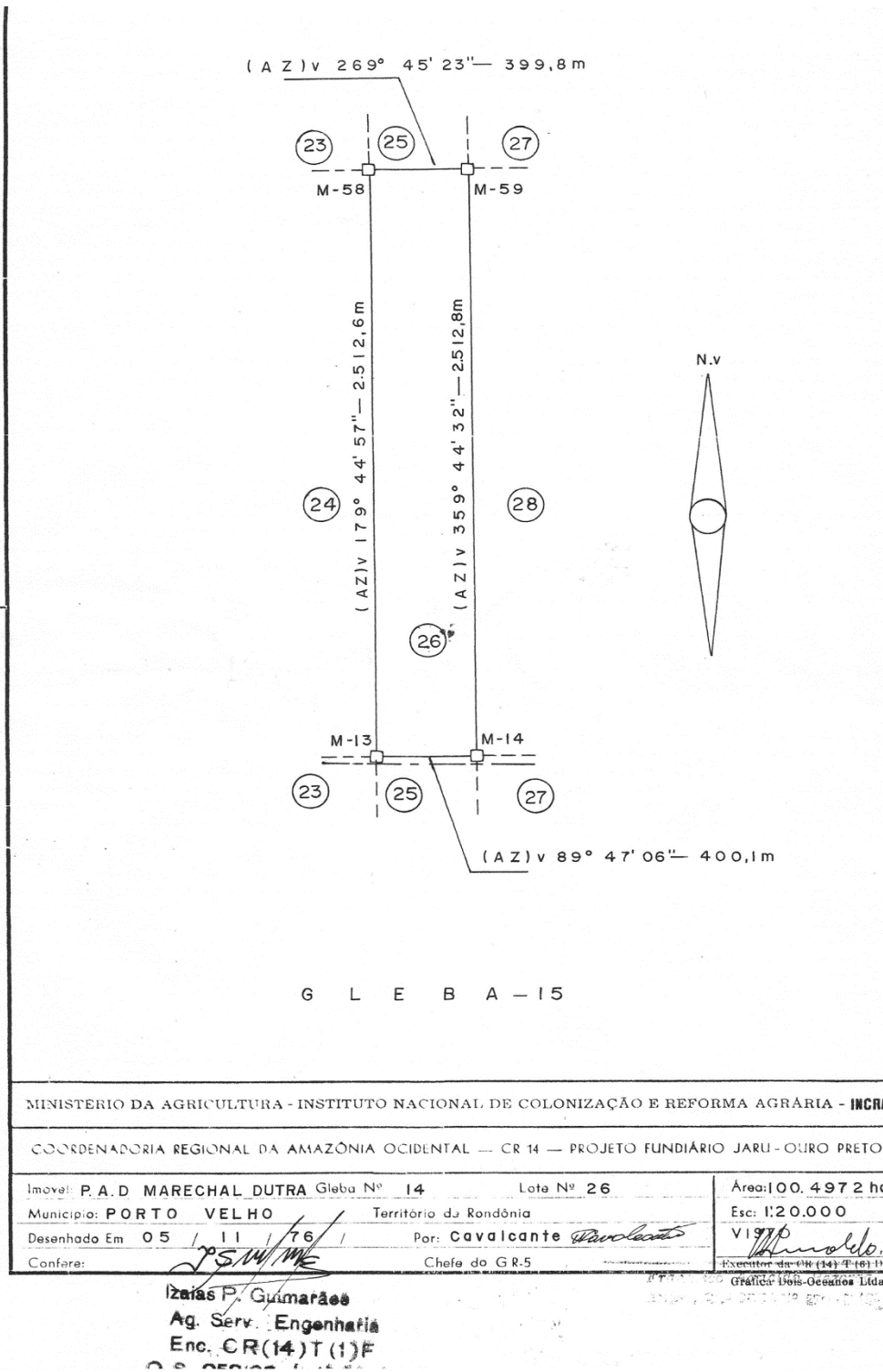


Figura 12. Exemplo de memorial descritivo de um lote do PAD Marechal Dutra (mapa)

ANEXO X



**M.A. - INCRA - ICC**  
**IDENTIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**  
**DE PARCELEIROS CACAUCULTORES**

1 - Identificação do ICC
1.01 - Órgão CETR/
1.02 - Projeto PAD BURAREIRO
1.03 - N.o do Projeto 232.3.05
1.04 - N.o de Inscrição 1.544/79

2 - Dados do Candidato			
2.01 - Nome de Candidato MILTON RIBEIRO DE CAMPOS		2.02 - Procedência Capanema- PR	
2.03 - Nacionalidade Brasileiro	2.04 - Naturalidade Santa Rosa- RS	2.05 - Sexo Masculino <input checked="" type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/>	
2.06 - Capacitação Agrícola	N.o de pontos	2.07 - Escolaridade	N.o de pontos
Ex-predutor de outras culturas	02 <input checked="" type="checkbox"/>	Analfabeto	01 <input type="checkbox"/>
Trabalhador em Fazenda de Cacau	04 <input type="checkbox"/>	Primário Incompleto	02 <input checked="" type="checkbox"/>
Ex-produtor de cacau	06 <input type="checkbox"/>	Primário Completo	04 <input type="checkbox"/>
Técnico ou Prático Agrícola	08 <input type="checkbox"/>	Ginásial	06 <input type="checkbox"/>
Engenheiro Agrônomo ou Florestal	10 <input type="checkbox"/>	Nível Médio	08 <input type="checkbox"/>
		Nível Superior	10 <input type="checkbox"/>
2.08 - Capacidade Financeira (Cr\$ 1,00)			
Valor		Valor	
Até 10 000	01 <input type="checkbox"/>	51 000 a 60 000	06 <input type="checkbox"/>
11 000 a 20 000	02 <input type="checkbox"/>	61 000 a 70 000	07 <input type="checkbox"/>
21 000 a 30 000	03 <input checked="" type="checkbox"/>	71 000 a 80 000	08 <input type="checkbox"/>
31 000 a 40 000	04 <input type="checkbox"/>	81 000 a 90 000	09 <input type="checkbox"/>
41 000 a 50 000	05 <input type="checkbox"/>	Maior de 90 000,00	10 <input type="checkbox"/>

3 - Observações (Anotar o número e origem dos documentos apresentados)

2.06-Comprovante fornecido pela ASTER/RO  
 2.07-Declaração da AGRIC  
 2.08-Extrato bancário

4 - Ficha de Classificação	Pontos	Peso	Nota
4.01 - Capacitação Agrícola	02	4	08
4.02 - Escolaridade	02	2	04
4.03 - Capacidade Financeira	03	4	12
4.04 - Classificação (Soma)			24

5 - Assinatura Ariquemes /RO-27.06.79 Local e Data	MA Socorro S.Oliveira Entrevistador	6 - Visto [Assinatura] Coordenador
--	--	--

NB. 1 - A capacidade financeira deverá ser comprovada através de documento Bancário.  
 2 - Só serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem no mínimo nota igual a 40 neste formulário.

Figura 13. Identificação e classificação de parceiros cacauicultores – PAD Burareiro